

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



A POLÍTICA EXTERNA DE D. SEBASTIÃO

Portugal na Cristandade às vésperas de Alcácer-Quibir

PEDRO ALEXANDRE SERRALHEIRO AMORIM

Dissertação orientada pela Prof.^a Doutora Ana Maria Homem Leal de Faria, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em História, na especialidade de História das Relações Internacionais e da Diplomacia Moderna

2019

À memória das minhas avós.

RESUMO

Quando o rei D. Sebastião de Portugal assumiu o governo aos catorze anos, encontrou uma política diplomática em evolução. Procurava-se em Portugal, à época, uma afirmação externa face às outras monarquias europeias, especialmente a castelhana. O monarca empenhou-se em levar o reino a uma posição de relevância na Cristandade, através dos múltiplos contactos, explorando todos os campos no trato externo: dinástico, ultramarino e religioso. Fê-lo rodeado pelos mais eficientes homens da política quinhentista portuguesa, de diferentes grupos sociais: homens da Casa real, advogados, comerciantes ou eclesiásticos. A orientação destes homens fez-se de acordo com uma logística diplomática vigente em meados do século XVI. D. Sebastião não agiu sozinho, contando com os seus favoritos e com a acção de D. Catarina de Áustria e do cardeal-infante D. Henrique. Essas influências foram divergindo por três modificações que o governo sebástico empreendeu ao longo do seu decénio de duração.

Palavras-chave: Política externa; negócios dinásticos; Diplomacia; Embaixadores; D. Sebastião; Filipe II

ABSTRACT

When king Sebastião of Portugal assumed the throne, at fourteen years old, he found a political diplomacy in evolution. At the time, Portugal was searching for an external affirmation next to the other European monarchies, especially the one in Castile. The king made an effort to lead the kingdom into a top position, through multiple contacts, exploring all fields in external politics: dynastic field, overseas field and religious field. He made it with the most efficient political men that existed in Portugal during the second half of the sixteenth century. These men came from different social groups, such as: royal household servants, lawyers, merchants or ecclesiastical. Together with his main favourites, with the action of the queen Catarina of Austria and the infant-cardinal Henrique, the king did not act by himself. His ambassadors were orientated according to the diplomatic logistics in force at the time. Those influences (internal and external) diverged in three different phases that occurred through the decade in which king Sebastian reign.

Keywords: External politics; Dynastic negotiations; Diplomacy; Ambassadors; Sebastian, king of Portugal; Felipe II of Castille

AGRADECIMENTOS

Este trabalho começou há algum tempo. Demasiado tempo, talvez! Entre a conclusão da minha licenciatura e o regresso à faculdade para o mestrado passaram dois longos anos, e até à conclusão desta correram três anos! As minhas ideias mantinham-se: continuar a estudar o século XVIII. Fi-lo de forma regular nos últimos três semestres da licenciatura, sobretudo versando o reinado de D. João V. Assim, quando me inscrevi, em Setembro de 2015, tinha em mente trabalhar na área da história diplomática joanina.

Com o desenrolar das aulas e com o seguimento das leituras, cedo me apercebi que havia outra matéria que suscitava muita curiosidade e interesse. No século XVI – um século das múltiplas transformações –, encontrei um assunto problemático que exigia algum tratamento: as diligências para o casamento de D. Sebastião. Esta figura régia, sempre fascinante aos olhos de qualquer português, cativou o meu interesse desde logo. E assim me decidi a recuar dois séculos no tempo.

Seguiu-se um ano de investigação, correndo de arquivo em arquivo e de biblioteca em biblioteca. Os meus primeiros agradecimentos vão para as pessoas que estão por trás de todo este percurso: os arquivistas, os bibliotecários e todas as pessoas com que me fui cruzando ao longo deste processo.

Na Torre do Tombo, a aliar-se à qualidade do espaço, à riqueza que lá dentro se encontra, descobre-se também a extraordinária competência do pessoal, que não hesitou em ajudar em qualquer dúvida ou questão. De ressaltar a Dra. Odete, pelo apoio fenomenal que me deu com os livros da Chancelaria!

A prestabilidade e rapidez com que fui atendido sempre (e sem exceção!) na Biblioteca Nacional de Portugal foi uma constante ao longo do tempo. A organização, a qualidade e o bem-estar que o espaço proporciona levaram a que lá tivesse feito a maior parte das minhas leituras. Deixo ainda um agradecimento especial à D. Natália dos Reservados.

Não posso esquecer a simpatia e a amizade com que me receberam na Biblioteca da Ajuda, e toda a disposição que mostraram, sempre com um sorriso, para me ajudar (e a qualquer investigador, como tive oportunidade de constatar!). Quero deixar um particular agradecimento à Dra. Fátima Gomes e à D. Ana Maria.

Para o mesmo sítio, mesmo ao lado, vai também um abraço para o Sr. João e para a D. Isabel, da Jonubel, pelo acolhimento sempre tão familiar.

A minha rápida passagem pela Biblioteca Pública de Évora deixou-me com uma excelente impressão do serviço e da simpatia dos bibliotecários!

Em Simancas fiquei estupefacto com o Universo de fontes que lá abunda, com abertura para qualquer assunto. Nas duas semanas (não consecutivas) que lá passei, em Novembro de 2016 e Maio de 2017, fui sempre bem recebido.

A dedicação dos funcionários e dos arquivistas, e a cooperação e a amizade que encontrei entre os vários colegas historiadores (de todos os cantos do Mundo) deixaram com que voltasse para Portugal com alguma saudade e vontade de regressar. A eles agradeço a partilha de conhecimentos!

Agradezco aún a Adán Santiago y a su hermano, Samuel. Quiero también hacer un homenaje a su padre, Fernando Santiago (†2017), que tuvo el honor de conocer y a quien aún hablé de D. Sebastião.

Devo também um agradecimento muito grande à Biblioteca David Mourão Ferreira, em Lisboa, e à Biblioteca Municipal de Azambuja, por terem fechado os olhos aos meus abusos constantes na devolução dos empréstimos. À última, mais agradeço pelos preciosos e excepcionais presentes bibliográficos que me ofereceram!

E já que agradeço a estas duas instituições, agradeço também ao Centro de História da Universidade de Lisboa, e também à Sónia Borges por toda a paciência, pela ajuda e pela competência!

Resta-me, agora, agradecer isoladamente a cada uma das pessoas que contribuíram para a concretização deste projecto.

Vou começar pelo princípio, enviando um grande obrigado à minha querida colega Daniela Rodrigues, por me ter convencido a inscrever no mestrado, naquele mesmo dia na Faculdade de Letras.

Em seguida, e sobretudo, à minha orientadora, a professora Ana Leal de Faria, pelo entusiasmo com que a professora me recebeu no primeiro dia, quando lhe pedi para me orientar, e o mesmo me mostrou quando aceitou a minha decisão de alterar o plano da dissertação. Por todas as palavras amigas, por todos os preciosos conselhos, por todas as dicas e sobretudo, pela confiança e segurança que sempre me transmitiu em continuar a trabalhar!

Devo às palavras amigas e de encorajamento com que contei por parte das professoras Isabel Drumond Braga e Maria Paula Marçal Lourenço e do professor Miguel Corrêa Monteiro, da mesma forma que a Annemarie Jordan e ao Hélder Carvalhal, não só pelos conselhos, como pela amizade.

Também às professoras Manuela Santos Silva e Ana Maria Rodrigues devo um agradecimento pelo apoio que me deram em Winchester, Inglaterra, em Julho de 2018.

Como não agradecer, também, às amizades do Francisco Pardal e do Fábio Banza Guerreiro?

Fora do mundo académico, durante o ano de investigação, estiveram sempre presentes os meus amigos Marina Duarte, Sara Ferreira, Pedro Camacho, Patrícia Ferreira, e Margarida Duarte, que não hesitavam em me provocar para um serão bastante divertido. Ainda os meus amigos Fábio e Henrique Vieira e Ricardo Clemente, um obrigado pela longeva amizade e pelo apoio! Espero que todos me consigam perdoar pela minha longa ausência, durante o ano em que escrevi a dissertação...

Aqui vão também três calorosos abraços para o Romeu Florêncio, para o José Alfacede e para o João Diogo Silva, pela compreensão constante.

Pelo apoio que sempre me deu, tenho ainda um obrigado a deixar a Maria Isabel Cordeiro.

Quero deixar um grande abraço a todos os meus amigos do Cant'arte, especialmente à Ana Graça e ao Rui Pedro Gonçalves, duas das maiores almas que conheci! Também agradeço a todos os amigos do Coro Cosme Delgado, com quem passei tão bons momentos entre 2016 e 2017!

Mas devo, contudo, deixar homenagem à primeira pessoa que me falou de D. Sebastião, a minha querida professora do ensino primário, na extinta escola dos Casais Lagartos: Maria Eduarda Marinha Coelho (†2014).

É bem verdade que a redacção foi a prioridade durante este último ano, e que me consumiu energia e tempo, dois factores que me eram já tão escassos... por isso, todos os dias, foi a família quem esteve presente para me amparar.

Esta dissertação é dedicada à memória das minhas avós. À minha bisavó, Maria do Carmo (†2015), a imagem da minha infância e minha segunda mãe. À minha avó Maria Cândida (†2015), em memória do seu espírito tão curioso e brincalhão! E à minha avó Judite Serralheiro (†2016), por todos os cantares, pelo amor e pela alegria! Dedico-lhes, não só por serem uma referência para a minha vida, mas também porque as vi partir todas

em menos de um ano, enquanto iniciava esta aventura, e por a não poderem ver agora concluída. A avó Judite, sobretudo, porque ainda soube das «boas notinhas» que o neto conseguiu no primeiro semestre, numa chamada de telefone. As saudades são inconsoláveis...

À minha prima (minha irmã!) Cátia quero agradecer por me defender sempre, e por me deixar enchê-la de orgulho. Um abraço ao Samuel, e aos dois por terem trazido o Pedro às nossas vidas numa altura em que todos precisávamos de ouvir o som de uma criança a brincar.

Aos meus tios Violante e João, pelo apoio sempre tão grande e tão maior do que aquilo que eu alguma vez consegui dar de volta.

À Rita devo tanto! E não só pelo apoio que me deu em todos os momentos, como por todas as palavras amigas (e por todas as sopas e aqueles pratos maravilhosos!), pela amizade e pela confiança que depositou em mim, tão grandes e tão maiores do que aquilo que consegui alguma vez retribuir. Não há palavras que cheguem para agradecer. E um grande abraço também ao Rui, por me receber sempre de braços abertos.

Ao meu pai, Pedro, por ser um herói e um exemplo, e por me ter sempre mostrado que não há que ter medo em arregaçar as mangas e pôr mãos à obra! À Isabel, obrigado pelo carinho, e pelo amor e dedicação que dá ao meu pai todos os dias.

À minha mãe, Delfina, por me ter dado tudo quanto precisei, pela força, e pelo exemplo de coragem que se necessita para lutar na vida. Ao Alenilson, agradeço pelo apoio!

Há que relembrar o amor e o calor que um animal consegue despertar nos nossos corações. Por isso, aqui vão os meus agradecimentos aos gatinhos e à Judy Bolinha, meu “cão das lágrimas” (e agora também à Mel!).

Mas é à Beatriz que tenho que agradecer por tudo! Minha companheira nestas caminhadas, por papéis e pelo carinho, por livros e pelo amor, que me manteve sempre à tona e por me lembrar sempre do que era mais importante. Obrigado por isso, e também por aquele primeiro dia de chuva, e por todos os outros de Sol que nos esperam!

ÍNDICE

ABREVIATURAS	1
INTRODUÇÃO	2
PARTE I: PORTUGAL INSERIDO EM ESPAÇOS DE NEGOCIAÇÃO	11
CAPÍTULO I	
<i>Primeiro Espaço: na Cristandade – Negócios Dinásticos</i>	12
1.1. Entre França e o Império (1568-1572)	13
1.2. D. Catarina de Áustria: influência de “bastidor” nos negócios dinásticos	26
1.3. Novos horizontes matrimoniais para D. Sebastião (1572-1578)	31
CAPÍTULO II	
<i>Segundo Espaço: do Atlântico ao Pacífico – Negócios Marítimos</i>	41
2.1. Problemas marítimos com França: o imenso Atlântico	43
2.2. Problemas marítimos com Inglaterra: a costa africana	49
2.3. Problemas marítimos com Castela: onde «nunca se pone el Sol»	59
CAPÍTULO III	
<i>Terceiro Espaço: do Norte europeu ao Mediterrâneo – Negócios Religiosos</i>	66
3.1. Protestantes: a confissão do Norte da Europa	67
3.2. Católicos: a Igreja em Portugal e a Santa Liga	72
3.3. Islâmicos: a ameaça turca e Alcácer-Quibir	82
PARTE II: A CONSTRUÇÃO DE UMA REDE DIPLOMÁTICA (1568-1578)	92
CAPÍTULO IV	
<i>Os Embaixadores de D. Sebastião – um retrato de grupo</i>	93
CAPÍTULO V	
<i>Da Corte portuguesa às Cortes europeias – as dinâmicas diplomáticas quinhentistas</i>	119
5.1. O suporte documental de uma embaixada quinhentista	123
5.2. Os passos das embaixadas de D. Sebastião através dos seus oficiais	136
5.3. Os procedimentos protocolares	142
5.4. A residência do embaixador	145
5.5. Fontes de informação e redes de informadores	146
5.6. Grandes despesas e pequenos ordenados	149
5.7. Os problemas da vida quotidiana	151
5.8. O final de uma missão diplomática	153
CONCLUSÃO	156
ANEXOS	159
I: <i>Embaixadores de D. Sebastião: fichas biográficas</i>	160
II: <i>Instruções Diplomáticas (1568-1578)</i>	167
III: <i>Embaixadores Portugueses em Castela (1568-1578)</i>	168
IV: <i>Embaixadores Portugueses em França (1568-1578)</i>	169
V: <i>Embaixadores Portugueses em Inglaterra (1568-1578)</i>	170

VI: <i>Embaixadores Portugueses em Roma (1568-1578)</i>	170
VII: <i>Embaixadores Portugueses noutras Cortes (1568-1578)</i>	171
VIII: <i>Tenções atribuídas aos Embaixadores</i>	172
IX: <i>Embaixadores de Castela em Portugal (1568-1578)</i>	172
X: <i>Núncios da Santa Sé em Portugal (1568-1578)</i>	172
XI: <i>Embaixadores de outras origens, em Portugal (1568-1578)</i>	173
APÊNDICE DOCUMENTAL	174
A) INSTRUÇÕES	
Documento Nº 1: Francisco de Sá (a Castela) – 1568	175
Documento Nº 2: D. Francisco Pereira (Castela) – 1568	176
Documento Nº 3: João Teles de Meneses (a Roma) – 1569	178
Documento Nº 4: António Fogaça (a Inglaterra) – 1569	179
Documento Nº 5: D. Álvaro de Castro (a Castela) – 1570	180
Documento Nº 6: D. Duarte de Castelo Branco (a Castela) – 1570	181
Documento Nº 7: Francisco Giraldes (a Inglaterra) – 1571	182
Documento Nº 8: João Gomes da Silva (a França) – 1571	183
Documento Nº 9: D. Dinis de Lencastre (a França) – 1572	183
Documento Nº 10: D. Duarte de Castelo Branco (Castela) – 1573	188
Documento Nº 11: D. Nuno Manuel (a França) – 1574	189
Documento Nº 12: Francisco Giraldes (a França) – 1576	190
Documento Nº 13: Cristóvão de Távora (a Castela) – 1576	190
Documento Nº 14: D. Nuno Álvares Pereira (aos Países Baixos) – 1577	193
Documento Nº 15: Luís da Silva (a Castela) – 1577	193
B) CORRESPONDÊNCIA	
Documento Nº 16: Carta de D. Sebastião a Filipe II (Lisboa, 18-6-1569)	195
Documento Nº 17: Carta de D. Sebastião a Filipe II (Alcobaça, 19-8-1569)	195
Documento Nº 18: Carta de D. Sebastião a Filipe II (Tomar, 26-9-1569)	196
Documento Nº 19: Carta de D. Sebastião a Filipe II (Sintra, 28-8-1570)	196
Documento Nº 20: Cópia de carta de D. Sebastião a Filipe II (c. 1572-1576)	197
Documento Nº 21: Credencial a D. Duarte de Castelo Branco (1571)	197
Documento Nº 22: Credencial a Fernão Martins de Mascarenhas (1571)	197
Documento Nº 23: Credencial a Fernão da Silva (1571)	198
Documento Nº 24: Carta de D. Sebastião a João de Mendonça (Lisboa, 4-9-1571)	199
Documento Nº 25: Carta de D. Sebastião a João Gomes da Silva (Lisboa, 21-5-1574)	200
Documento Nº 26: Cópia de carta de D. Sebastião ao seu embaixador em França (D. Nuno Manuel?) – c. 1575-1576?	200
Documento Nº 27: Carta de D. Francisco Pereira a D. Sebastião (Madrid, 1-4-1569)	200
Documento Nº 28: Bilhete de D. Duarte de Castelo Branco a Filipe II (c. 1571)	203
Documento Nº 29: Informações de Castela (c. 1571?)	203
Documento Nº 30: Informações de Castela (c. 1571?)	204
Documento Nº 31 Cifra de Paris (16-6-1572)	205
C) OUTRA DOCUMENTAÇÃO	
Documento Nº 32: «Memoria de las cosas que de los Reynos de su Mag ^{de} entran en este y las que de este salen»	206
FONTES E BIBLIOGRAFIA	209

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – <i>Oficiais que assumiram o carácter de Embaixador no governo de D. Sebastião (1568-1578)</i>	96
Quadro 2 – <i>Relação entre os embaixadores e as suas posições sociais</i>	113
Quadro 3 – <i>Relação entre os embaixadores nobres e as suas posições sociais</i>	114
Quadro 4 – <i>Embaixadores que, antes, serviram no Império</i>	115
Quadro 5 – <i>Historial diplomático na família</i>	115
Quadro 6 – <i>Justificações de D. Sebastião para a nomeação dos seus embaixadores, expressas nas Instruções</i>	118
Quadro 7 – <i>Relação entre embaixadores residentes e enviados de D. Sebastião</i>	137
Quadro 8 – <i>Embaixadas Permanentes de D. Sebastião</i>	137
Quadro 9 – <i>Embaixadas de Negociação de D. Sebastião</i>	138
Quadro 10 – <i>Embaixadas de representação de D. Sebastião</i>	139r

ÍNDICE DE ESQUEMAS

Esquema 1 – <i>Opções matrimoniais em 1568</i>	15
Esquema 2 – <i>Resoluções matrimoniais em 1569</i>	16
Esquema 3 – <i>Matrimonialidades em 1570</i>	20

ÍNDICE DE ÁRVORES GENEALÓGICAS

Árvore Genealógica 1 – <i>Relação familiar entre os Alcáçova, os Távora e os Silva</i>	100
Árvore Genealógica 2 – <i>Ancestralidade comum de Fernão Martins e João de Mascarenhas</i>	106
Árvore Genealógica 3 – <i>Ligação entre D. Francisco de Portugal e Francisco Giraldes</i>	109
Árvore Genealógica 4 – <i>Relações Genealógicas entre os Castelo Branco, os Manuel, os Henriques e os Sá de Meneses</i>	116

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – <i>Relação das embaixadas com ocasiões dinásticas (1568-1578)</i>	138
--	-----

ABREVIATURAS

AGS – Archivo General de Simancas

BA – Biblioteca da Ajuda

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

BPE – Biblioteca Pública de Évora

CODOIN – Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España

DGA/TT – Direcção Geral de Arquivos/Torre do Tombo

INTRODUÇÃO

«Quando o rei D. Sebastião (...) assumiu a governação do país, veio encontrar (...) uma política externa em processo de revisão»¹

«D. Sebastião esforçou-se por reforçar a posição diplomática de Portugal face à política hegemónica de Espanha»²

«Não era, pois, nada fácil a gestão diplomática do casamento de D. Sebastião, num contexto em que, ao sabor de interesses múltiplos, se faziam e desfaziam alianças sobre um xadrez político movediço onde diferentes jogadas se entrecruzavam e, muitas vezes, se concatenavam»³

«A necessidade de enfrentar e resolver um problema que vinha alterar, por completo, as exigências e as condições nacionais (...). Se essa situação não fosse enfrentada – como foi – o país corria o risco de evoluir para a dependência militar de Espanha face aos turcos, ou para a ameaça directa destes últimos»⁴

No dia 20 de Janeiro de 1568, D. Sebastião de Portugal (1554-1578) atingiu a maioridade ao completar catorze anos. Recebia, assim, o poder das mãos do cardeal-infante D. Henrique (1512-1580), regente de Portugal desde 1562.

O novo governo sucedia a uma política que procurava escapar à influência de Castela. Os últimos meses antes da entronização oficial de D. Sebastião foram especialmente problemáticos. O seu tio, Filipe II de Castela (1527-1598), insistia na interferência nas principais diligências externas de Portugal – nomeadamente, o casamento do monarca luso.

Este apartava a ajuda (diplomática) que Filipe II lhe concedia. Em diversas ocasiões, a influência do tio castelhano foi dispensada da política externa portuguesa; como quando D. Sebastião diligenciava o seu casamento com Isabel de Áustria. Numa reviravolta dinástica, através da intervenção de Filipe II, Margarida de Valois foi a nova pretendente. Contestando a influência do rei católico, D. Sebastião não chegou a nenhuma conclusão matrimonial com a princesa francesa.

Pelos anos seguintes, várias foram as pretendentes, sendo a mais especial de todas a própria filha de Filipe II, Isabel Clara Eugénia; os sinais são claros quando mostram que

¹ Jorge Borges de Macedo, “Portugal na Europa dos Habsburgos: da procura de equilíbrio à experiência do cerco”. *Portugal e Flandres: visões da Europa 1550-1680*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, 1992, p. 23. Este artigo é uma reedição daquilo que o autor expôs em *História Diplomática Portuguesa – constantes e linhas de força*, Lisboa, 2006, [1ª edição de 1986], pp. 143-154.

² Ana Leal de Faria, *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna da História, 2008, p. 62.

³ Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 108

⁴ Jorge Borges de Macedo, *op. cit.*, p. 27.

foi a favorita de D. Sebastião, não obstante as consecutivas (e discretas) objecções do rei católico.

Enquanto isso, D. Sebastião procurava um acordo comercial com Inglaterra e lidava com as múltiplas consequências de um Atlântico pleno de corsários e piratas franceses e ingleses. Ao mesmo tempo, diligenciava, junto do papa, uma posição de destaque na Cristandade, procurando um equilíbrio nas relações entre os vários reinos e repúblicas (católicas ou não).

O texto que se segue percorrerá os dez anos de governo efectivo do monarca, incidindo especificamente na caracterização da sua política externa. Não se tentará construir uma nova faceta biográfica de D. Sebastião, homem, mas sim político. Não vai ser, por isso, exclusivo à sua personalidade, muito embora seja salutar ressalvá-la pertinentemente. Explorar-se-ão as vertentes de influência e os actores participativos na estrutura diplomática – desde a realeza, entre o próprio rei e a família real, à nobreza e outros de variados estatutos, com a acção dos embaixadores, e de que maneira eles se integraram e influenciaram o *modus vivendi* da política externa portuguesa.

O século XVI foi prodigioso em grandes mudanças. Estas atingiam o seio do continente europeu, divisando-se, nestas circunstâncias, um período turbulento e agitado, onde as noções e os paradigmas se alteravam. Diplomáticamente falando, foi um período de evolução. Ao Renascimento, a História tem proposto dar a definição de «recomeço», ou seja, um «novo nascimento» do Homem europeu. Contudo, entende-se, no âmbito desta dissertação, numa escala geral, que o Renascimento não se tratou de um começo, mas de um fim, como destacou Martim de Albuquerque⁵. A partir daqui, verifica-se que, no domínio da diplomacia, o século XVI foi um ponto nevrálgico.

No título deste trabalho optou-se pelo uso da expressão «política externa», na medida em que o conceito abrange tanto a diplomacia como a guerra, instrumentos do poder soberano. No fundo, trata-se de uma investigação sobre a actividade diplomática desenvolvida durante os dez anos de exercício de poder pessoal por parte de D. Sebastião, embora também não se descure a actividade militar desse reinado. Por um lado, as negociações empreendidas nas Cortes estrangeiras, obrigando a uma correspondência assídua, profunda e rica e ao recurso a redes de informação, visavam alcançar uma aliança dinástica favorável ao trono de Portugal, resolver problemas relacionados com o corso e, na Santa Sé, tratar de questões ligadas a assuntos religiosos e eclesiásticos. Por outro lado,

⁵ Martim de Albuquerque, *O Poder Político no Renascimento Português*, Lisboa, Babel, D.L., 2ª edição, 2012 [1ª edição, 1968], pp. 21-26.

a diplomacia não se encontra totalmente ausente das opções militares do monarca, manifestando-se nas negociações empreendidas junto de Filipe II, da Santa Sé e de diversos reinos europeus, no sentido de se alcançar apoio para a empresa marroquina.

Deve-se uma explicação para a utilização de certos termos. Em toda a documentação consultada, a única expressão encontrada para designar um ministro externo foi a de «embaixador», palavra utilizada para designar o agente diplomático fosse qual fosse a natureza da sua missão, não havendo quaisquer distinções hierárquicas como acontece um século mais tarde, na diferença entre «embaixador» e «enviado».

Quanto ao termo «espaços», que figura no título de diversos capítulos, usa-se numa perspectiva geopolítica, considerando a relação entre os processos analisados e a respectiva localização geográfica. Daí a relevância dos locais de interacção diplomática. O conceito associa-se às direcções das enviaturas sebásticas. Sublinham-se três – a Cristandade (Europa), o Atlântico e o Mediterrâneo – que abrangem, numa escala geral, o âmbito geográfico em que a política de D. Sebastião se comprometeu, num decénio em que desaguaram as tensões e os movimentos de um século de profundas alterações no panorama politico-cultural. Por toda a Cristandade, uma realidade religiosa vinha deteriorando as relações entre alguns Estados que se voltavam para a Reforma, como parte da França, a Inglaterra ou os Países Baixos do Norte, em guerra pela independência. No Sul, a Cristandade, da Sereníssima Veneza à Península Ibérica, absorvia-se em preocupações perante as constantes ameaças dos turcos otomanos – «el enemigo común»⁶.

Ao longo da dissertação, foi se revelando esta dicotomia difícil de destringir, entre «Cristandade» e «Europa». O século XVI foi especialmente problemático nesta matéria, dado que se encontra na fronteira dos dois conceitos, sobretudo devido à elevada conturbação confessional a que o espaço assistiu⁷. A consciência de uma Europa, enquanto espaço geográfico comum entre vários reinos, tem raízes antigas⁸.

⁶ Expressão utilizada ao longo do período. Um exemplo encontra-se na carta de D. Juan de Zúñiga ao imperador Maximiliano II (Roma, 3 de Janeiro de 1573), publicada em *Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España* (doravante *CODOIN*), tomo CII, Madrid, Imprenta de Rafael Marco y Viñas, 1892, p. 4.

⁷ José Eduardo Franco, “A Europa na cultura portuguesa do século XVI”. *Brotéria – Cristianismo e Cultura*, vol. 169, nº 6, Braga Dezembro de 2009, pp. 771-792. Isabel Drumond Braga, *Os Estrangeiros e a Inquisição Portuguesa: séculos XVI e XVII*, Lisboa, Hugin, 2002, p. 363. Idem, *Entre duas Maneiras de Adorar a Deus: os reduzidos em Portugal no século XVII*, Lisboa, Edições Colibri: Instituto de Estudos de Literatura Tradicional, 2010, p. 25. Martim de Albuquerque, *A ideia de Europa no pensamento português*, Lisboa, Babel D.L., 2014, pp. 34-37.

⁸ Martim de Albuquerque, *op. cit.*

Desde a Idade Média que predominava o princípio da unidade católica: a Cristandade; ou seja, a prevalência de uma unidade entre os vários reinos do continente europeu, sob o comando e a coordenação do papa. Representava-se, assim, uma comunidade de reinos unidos em torno de uma cultura política de carácter religioso.

Esta ideologia, contudo, começou a cessar entre meados do século XV e o final do século XVI, quando essa unidade foi abalada, na esfera secular, pelo crescimento do sentimento nacional (discurso potencializado pelo Humanismo⁹) e o aumento da centralização do poder das monarquias, diminuindo a influência do papa. No campo religioso, a Reforma de Martinho Lutero (1516) e a criação da igreja Anglicana por Henrique VIII de Inglaterra, depois do corte com o papado, asseveraram esta dicotomia.

Segundo Joseph Pérez, o território ibérico foi, durante muito tempo, fronteira da Cristandade, onde não se integra plenamente senão nos finais do século XV. No momento em que a Reforma e o fenómeno hegemónico do Império Otomano se começavam a fazer sentir verificou-se um paradoxo, pois foi a Península Ibérica, «sob o impulso dos seus dirigentes, que se esforça, apesar de tudo, para salvar esta Cristandade moribunda, que se identifica com ela a ponto de lhe consagrar todas as suas forças e de se esgotar num combate anacrónico»¹⁰.

Durante o reinado de D. Sebastião, o fenómeno hegemónico do império otomano reverteu o processo, na medida em que a ameaça da invasão dos turcos promoveu a consciência de uma protecção à Cristandade (o mito da unidade religiosa)¹¹. Foi nesta luta contra o avanço turco que D. Sebastião exigiu mais da sua política externa; e foi também nesta que assentou o grosso da bibliografia relativa ao monarca.

Convém salientar que D. Sebastião foi um dos monarcas portugueses que mais páginas fez escrever na historiografia nacional e estrangeira¹². Não contando com as crónicas imediatamente posteriores ao desastre de Alcácer-Quibir, e com o fenómeno do

⁹ Idem, *ibidem*, pp. 40-44.

¹⁰ «L'Espagne, longtemps frontière de la Chrétienté, ne s'y intègre donc pleinement qu'à la fin du XVe siècle, au moment où la Réforme est sur le point d'en faire éclater les cadres. Le paradoxe, c'est que ce soit précisément l'Espagne, sous l'impulsion de ses dirigeants, que s'efforce malgré tout de sauver cette Chrétienté moribonde, qui s'identifie à elle au point d'y consacrer toutes ses forces et de s'épuiser dans un combat anachronique». Joseph Pérez, "L'Espagne et l'Europe". *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXXI, 1992, p. 25.

¹¹ Jorge Borges de Macedo, *op. cit.*, p. 24. José Eduardo Franco, "A Europa na cultura portuguesa do século XVI". *Brotéria – Cristianismo e Cultura*, vol. 169, nº 6, Braga Dezembro de 2009, pp. 771-792.

¹² Urge destacar, pelo seu grande valor e utilidade, a sempre citada tese de doutoramento de Vítor Amaral de Oliveira, *Sebástica – Bibliografia Geral sobre D. Sebastião*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 2002, onde se expõem 3750 títulos relativos ao monarca português.

*sebastianismo*¹³, a narrativa histórica sebástica deu os primeiros passos com o aparecimento da Real Academia Portuguesa da História (1720). Quatro obras de grande valor foram impressas neste período, escritas por quatro religiosos: D. Manuel de Meneses (1730)¹⁴, Frei Manuel dos Santos (1735)¹⁵, o padre José Pereira Baião (1737)¹⁶ e o padre Diogo Barbosa Machado, cuja obra foi publicada em quatro volumes (1736-1752)¹⁷. Uma outra obra, seiscentista, fora transcrita no século XIX (1837)¹⁸, cuja autoria foi discutida durante décadas, havendo sido cabalmente esclarecida por Augusto Ferreira do Amaral¹⁹.

São obras fundamentais, pois reúnem um conjunto de documentação sebástica à qual, de outra maneira, teria sido impossível de aceder dado o seu desaparecimento ao tempo do terramoto, destino de grande parte da documentação arquivada no Paço da Ribeira (especialmente aquela relativa à política externa).

Foi necessário chegar ao século XX para se ver surgir as primeiras biografias de D. Sebastião, a de Queiroz Velloso (1935)²⁰ e a de Costa Brochado (1941)²¹. Muito embora haja maior rigor na construção da história do rei, não se abandonou um certo despudor em criticar as suas acções.

Posteriormente, depois de haver defendido duas teses de doutoramento, uma sobre a infanta D. Maria e outra sobre o Prior do Crato, Joaquim Veríssimo Serrão incidiu no reinado de D. Sebastião, trazendo ao prelo documentação (1958) guardada em França,

¹³ Sobre este conceito, veja-se, sobretudo enquanto fenómeno cultural e literário, António Machado Pires, *D. Sebastião e o Encoberto – Estudo e antologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, pp. 11-34. Francisco de Sales Loureiro também o analisa, enquanto fenómeno sociológico, em *D. Sebastião Antes e Depois de Alcácer-Quibir*, Lisboa, Veja, 1978, pp. 221-258.

¹⁴ *Chronica do muito alto, e muito esclarecido príncipe D. Sebastião, décimo sexto rey de Portugal (...)* Primeira Parte, que contem os successos deste Reyno, e conquistas em sua menoridade, Lisboa, Oficina Ferreirinha, 1730.

¹⁵ *Historia Sebastica. Contem a vida do Augusto Principe o Senhor D. Sebastião Rey de Portugal, e os Successos Memoraveis do Reyno e Conquistas no seu Tempo*, Lisboa, Oficina de Antonio Pedrozo Galram, 1735.

¹⁶ *Portugal Cuidado e Lastimado com a Vida, e Perda do Senhor Rey Dom Sebastião, o Desejado de Saudosa Memoria: Historia Chronologica de suas Acçoens, e Successos desta Monarquia em Seu Tempo: Suas Jornadas a Africa, Batalha, Perda, Circunstancias, e Consequencias Notaveis Della*, Lisboa, Oficina de António de Sousa da Silva, 1737.

¹⁷ *Memorias para a Historia de Portugal Que Compreendem o Governo Del Rey D. Sebastião*, 4 tomos, Lisboa, Oficina de José António da Silva, 1736-1752.

¹⁸ Reeditado no século XX. Frei Bernardo da Cruz, *Chronica d’El-Rei D. Sebastião*, introdução e transcrição por Alexandre Herculano, Lisboa, Biblioteca de Clássicos Portuguezes, volumes XXXVI e XXXVII, 1903.

¹⁹ Augusto Ferreira do Amaral, “António Vaena e a Crónica d’el-rei D. Sebastião”. *Armas e Troféus - Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*, V série, tomo I, número 1, 2 e 3, Lisboa, Janeiro-Dezembro de 1980, pp. 3-20.

²⁰ *D. Sebastião 1554-1578*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1935. Aqui seguimos a terceira e última edição, revista e aumentada, de 1945.

²¹ *D. Sebastião, o Desejado*, Lisboa, Editorial Império, 1941.

que punha em cheque algumas questões relativas à política externa de D. Sebastião²². Pouco tempo depois, iniciou uma publicação, em dois volumes, dos itinerários do rei (1962-1963), importante na exposição de material inédito e no traço da acção governativa e respectiva caracterização política do monarca²³.

Francisco de Sales Loureiro também explorou a biografia de D. Sebastião (1978), se bem que as suas indagações não se prendessem tanto com a política externa. Foi, no entanto, o historiador que trouxe o reinado de D. Sebastião ao nível da longa duração, inserindo-o num contexto nacional e internacional específico, e não o colocando como centro dos acontecimentos. Preocupou-se, sobretudo, em justificar a batalha de Alcácer-Quibir²⁴.

Cinco anos mais tarde, Maria do Rosário Themudo Barata defendia a sua tese de doutoramento; extraordinariamente rica em informações quanto à política externa, estruturou-se em volta das regências na menoridade de D. Sebastião²⁵. A mesma autora compôs o texto sobre o reinado sebástico na História de Portugal dirigida por João Medina (1993), propondo uma imagem distinta, de um rei capaz, sagaz na organização de uma diplomacia e de um governo²⁶.

No Brasil, Jacqueline Hermann (1998) elaborou a sua tese de doutoramento em torno da narrativa sebastianista, muito embora procurasse, através dos vários textos sobre a educação do jovem rei, uma justificação para o impulso bélico que motivou o seu decénio²⁷. Em Portugal, Carlos Margaça Veiga (1999) defendeu uma tese de doutoramento excepcional, onde analisa em detalhe o poder régio em D. Sebastião²⁸. Infelizmente, nos últimos anos, poucas têm sido as referências a este trabalho; lamentavelmente ainda inédito.

²² Joaquim Veríssimo Serrão, *Documentos Inéditos para a História do reinado de D. Sebastião*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1958.

²³ Reeditadas vinte e cinco anos depois, num único volume, que se seguiu. Idem, *Os Itinerários de El-Rei D. Sebastião*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2ª edição corrigida e melhorada, 1987.

²⁴ Francisco de Sales Loureiro, *D. Sebastião Antes e Depois de Alcácer-Quibir*, Lisboa, Vega, 1978. A primeira parte foi reeditada como *D. Sebastião e Alcácer-Quibir*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

²⁵ Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *As Regências na Menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma história estrutural*, 2 volumes, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992.

²⁶ Idem, “D. Sebastião”. *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, vol. VI – Judaísmo, Inquisição e Sebastianismo, Alfragide, Clube Internacional do Livro, 1995, pp. 201-226.

²⁷ Jacqueline Hermann, *No Reino do Desejado: a construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 76-96.

²⁸ Carlos José Margaça Veiga, *Poder e Poderes na Crise Sucessória Portuguesa (1578-1581)*, 2 volumes, tese de doutoramento em História Moderna, apresentada à Universidade de Lisboa, 1999.

Em Espanha (2004)²⁹, foi publicada uma biografia de D. Sebastião, tendo como principal desígnio a caracterização psicológica do monarca. Mas foi em Portugal que, dois anos mais tarde, na sequência da colecção «Reis de Portugal» da editora Círculo de Leitores, Maria Augusta Lima Cruz apresentou a biografia de maior envergadura do rei³⁰. A sua leitura, embora em género «cronístico», seguindo uma linha narrativa e cronológica, inseriu o monarca na sua época, afastando-se de todo o género de juízos de valor, salientando as personalidades e os contextos.

São quatro os artigos que se destacam pela incidência específica em embaixadas de D. Sebastião: de Edgar Prestage (1917), a publicação de dois artigos que contêm documentação acerca da embaixada portuguesa em Paris ao tempo do Massacre de S. Bartolomeu³¹, de León Bourdon (1957), trazendo a lume os múltiplos enredos que levaram ao fim o negócio do casamento de D. Sebastião com Margarida de Valois³², e de Francisco de Sales Loureiro (1986), que assinalou e descreveu a embaixada de Luís da Silva em Castela, em 1576³³.

Jorge Borges de Macedo (1986)³⁴, no entanto, valorizou a política externa de D. Sebastião no tocante ao contexto europeu. Na leitura do texto do historiador, algumas questões revelaram-se pertinentes: foi D. Sebastião um governante forte? Soube cuidar da sua imagem internacional? Orientou de forma positiva a sua política externa? Ou não?

²⁹ Antonio Villacorta Baños-García, *D. Sebastião – Rei de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, tradução, revisão científica e prefácio de Vítor Amaral de Oliveira (original Madrid, Editorial Ariel, S.A., 2004).

³⁰ Maria Augusta Lima Cruz, *op. cit.*

³¹ Edgar Prestage, “A embaixada de João Gomes da Silva ao rei Carlos IX de França e a matança de S. Bartolomeu”. *Revista de História*, Lisboa, ano V, nº 20, 1926, pp. 307-326 e “Novas informações sobre a embaixada de João Gomes da Silva a França”. *Revista de História*, Lisboa, ano VI, nº 24, 1927, pp. 27-47.

³² León Bourdon, “L’ambassade de João Gomes da Silva en France et la rupture des pourparlers de mariage entre Don Sebastião et Marguerite de Valois”. *Bulletin des Études Portugaises et de l’Institut Français au Portugal*, vol. XX, 1957.

³³ “A embaixada extraordinária de Luís da Silva”. *A Abertura ao Mundo – Estudos de História dos Descobrimentos Portugueses*. Coordenação de Francisco Contento Domingues e Luís Filipe Barreto, Lisboa, Editorial Presença, 1987, pp. 151-158.

³⁴ Jorge Borges de Macedo, *op. cit.*, pp. 23-29.

Os importantes textos de Pedro Cardim (2002 e 2004)³⁵ incidem de um ponto de vista estrutural na diplomacia quinhentista, enquanto Daniela Frigo (2003)³⁶ estabeleceu uma ideia de embaixador no século XVI. Tendo em vista o trabalho sobre a actividade diplomática e os seus coordenadores, Ana Leal de Faria (2008)³⁷ deu o espectro da política externa portuguesa no século XVII, ou seja, no tempo posterior ao desta dissertação. Entre estas múltiplas realidades, foi possível encontrar a imagem da diplomacia portuguesa ao tempo D. Sebastião no centro de um período de mudanças da actividade diplomática europeia.

Considera-se que esta dissertação se enquadra em três pontos de retoma da historiografia actual. A primeira, a historiografia sebástica. Muito embora nunca se tenha deixado de escrever sobre o monarca, nos últimos anos tem-se assistido a um crescente estudo do seu reinado, numa perspectiva não tanto biográfica, mas antes estrutural³⁸. A segunda retoma é a da chamada «História tradicional». A sectorização que a Nova História criou, na historiografia, lançou a História Diplomática no abismo do corriqueiro e do superficial, abandonando o seu estatuto de campo crítico e de busca de soluções para questões históricas. Disto se queixava Jorge Borges de Macedo, há quatro décadas³⁹.

³⁵ Seguiram-se sobretudo dois: “A diplomacia portuguesa no tempo de D. João III”. Coordenação de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento (Lisboa e Tomar, 4 a 8 de Junho de 2002)*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar – CHAM, 2004, pp. 627-660; e juntamente com Nuno Gonçalo F. Monteiro e David Felismino, “A diplomacia portuguesa no Antigo Regime. Perfil sociológico e trajectórias”. *Optima Pars: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Organização de Nuno G. F. Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2004, pp. 277-337.

³⁶ Daniela Frigo, “Ambassadeurs et diplomatie à l’époque moderne: modèles et pratiques entre l’Italie et l’Europe”. *Diplomatas e Diplomacia. Retratos, Cerimónia e Práticas*, coordenação de Zília Osório de Castro, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 30-36.

³⁷ Ana Leal de Faria, *op. cit.*

³⁸ Alexandra Pelúcia, *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: trajectórias de uma elite no Império de D. João III e de D. Sebastião*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2009. Gonçalo Couceiro Feio, *O Ensino e a Aprendizagem Militares em Portugal e no Império, de D. João III a D. Sebastião: a arte portuguesa da guerra*, tese de doutoramento em História dos Descobrimentos e da Expansão, apresentada à Universidade de Lisboa, 2013 [texto policopiado]. Luís Costa e Sousa, *Construir e Desconstruir a Guerra em Portugal (1568-1598)*, Lisboa, Instituto de Estudos Superior e Militares – Centro de Investigação de Segurança e Defesa, (ed. revista) 2016. Também Khalid Ben Omar, *O relato de Alcácer-Quibir entre duas culturas e duas línguas*, dissertação de mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016 (disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/87474/2/166946.pdf>, consultado a 15 de Abril de 2018). António Pedro Proença Esgalhão, *A Estrada para Alcácer Quibir (razões para uma decisão controversa)*, dissertação de mestrado em História do Império Português apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Universidade Nova de Lisboa, 2018 (consultada em <https://run.unl.pt/bitstream/10362/50795/1/00%20-%20Corpo%20final.pdf>). Susana Paula de Magalhães Oliveira, *Uma cartografia de mentalidades: a diplomacia portuguesa na Corte Isabelina*, tese de doutoramento em Estudos de Literatura e de Cultura, na especialidade de Estudos Ingleses, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2018 (consultada em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/35099>).

³⁹ Da escola de Jorge Borges de Macedo recolheram-se as mais diversas teses de licenciatura, cuja amostragem de 15 elementos se encontra exposta em Ana Leal de Faria, *op. cit.*, pp. 375-376, que entre os

Actualmente, uma revigoração trouxe ao mundo historiográfico a «Nova História Diplomática», onde a narrativa se interessa pelo processo estatal de tomada de decisão, pela estrutura e funcionamento das instituições, sem esquecer o contexto económico e social das lutas políticas, quer nacionais quer internacionais – sendo o terceiro ponto de retoma. Esta vaga encontra-se desde finais do século passado⁴⁰, principalmente com o crescimento de trabalhos académicos na área da História Diplomática, nas mais diversificadas perspectivas e épocas⁴¹.

A dissertação encontra-se estruturada em duas partes, tal como a História se divide em dois conteúdos: a «teoria» e o «real», de acordo com António Borges Coelho. A primeira parte – o Real (que designa acontecimentos vividos, lutas reais, numa duração concreta⁴²) – procura explicar o contexto político em que a Europa/Cristandade se encontra envolta, e de que maneira Portugal se insere em três espaços de negócios políticos: dinástico, expansionista e religioso.

diversos estudos, se destacam dois únicos relativos ao século XVI: Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata, *Rui Fernandes de Almada. Diplomata Português do Século XVI*, tese de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1967, publicada em Lisboa, Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Históricos, 1971 e de Maria Margarida Garcez da Silva Ventura, *João da Silveira. Diplomata Português do século XVI*, tese de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1974, publicada em Lisboa, Gabinete de Estudos Humanísticos, 1983, as únicas do conjunto referentes à centúria quinhentista.

⁴⁰ Rui Ramos, “A causa da História do ponto de vista político”. *Penélope – Fazer e Desfazer a História*, Lisboa, nº 5, 1991, pp. 27-47. Maria de Fátima Bonifácio, “O abençoado retorno da velha história”. *Análise Social*, Lisboa, vol. XXVIII, nº 122, ano 3º, 1993, pp. 623-630. Sobre o papel e a actualidade da História das Relações Internacionais, veja-se Ana Maria Homem Leal de Faria, “História Diplomática e História das Relações Internacionais – práticas e perspectivas”. *Rumos e Escrita da História. Estudos em Homenagem a A. A. Marques de Almeida*, Lisboa, Edições Colibri, 2006, pp. 17-31, *maxime* pp. 20-23.

⁴¹ Entre os trabalhos mais recentes, no âmbito da Diplomacia Moderna da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, orientados pela professora Ana Leal de Faria, divisam-se Carolina Esteves Soares, *A (re)construção do diálogo entre Portugal e Castela: propósitos e contratempos da diplomacia portuguesa em Madrid (1668-1686)*, dissertação de Mestrado em História das Relações Internacionais e da Diplomacia Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2015; Nuno Castro Luís, *Afirmção europeia de uma monarquia transatlântica: estratégias político-diplomáticas nos casamentos dos filhos de D. João VI*, dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016; Sónia Borges, *Duas Cortes, um modelo: o cerimonial diplomático nas relações luso-espanholas (1715-1750)*, dissertação de Mestrado em História das Relações Internacionais e da Diplomacia Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017.

Pela Europa fora, o estudo da Diplomacia Quinhentista tem sido cada vez maior, patente no grande número de conferências e trabalhos académicos relativos ao tema. Deixa-se destacado um recente trabalho de grande fôlego. Dante Fedele, *Naissance de la diplomatie moderne (XIII^e-XVII^e siècles): l’ambassadeur au croisement du droit, de l’éthique et de la politique*, Baden-Baden, Nomos, 2017.

⁴² Vide António Borges Coelho, *op. cit.*, p. 38.

Esta realidade leva à segunda parte – a Teoria (ou seja, a apropriação dos acontecimentos do Real, através da consciência, da escrita e dos sinais⁴³) – que utilizará as Instruções e a prosopografia dos embaixadores para compreender as múltiplas influências que giravam em torno da política externa de D. Sebastião e de que forma pesaram no seu funcionamento, encaixando-a no contexto diplomático quinhentista vigente na Europa. Só a partir do entendimento deste «todo»⁴⁴ se consegue encontrar uma linha interpretativa que torne compreensível a dinâmica e a estruturação da política externa de D. Sebastião.

⁴³ Vide António Borges Coelho, *Questionar a História (Ensaio sobre História de Portugal)*, Lisboa, Editorial Caminho, 1983, pp. 38-39.

⁴⁴ Como orientou Jorge Borges de Macedo, «Comentário em Forma de Prólogo». Margarida Garcez Ventura, *João da Silveira – Diplomata Português do Século XVI*, Lisboa, Gabinete Português de Estudos Humanísticos, 1983, pp. II-III.

PARTE I

PORTUGAL INSERIDO EM ESPAÇOS DE
NEGOCIAÇÃO

Capítulo I

Primeiro Espaço: na Cristandade - Negócios Dinásticos

«também tratamos do meu casamento⁴⁵,
como de cousa de que tenho a lembrança que he razão»⁴⁵

A iniciar o excuro sobre o contexto político-diplomático da Cristandade ao tempo do reinado efectivo de D. Sebastião e de que modo este se integrava nesse domínio, impõe-se a exposição de um dos mais importantes negócios que regeram a política externa do monarca: o seu casamento⁴⁶.

Diligenciar o casamento real era tarefa arguta e exigente. Assegurar laços e alianças com outras monarquias trazia sempre outros interesses por trás; não se intentava a união de apenas de duas almas, era o assegurar de acordos de paz ou contractos de outra natureza. Eram uniões sacramentais, revestidas de profundo significado político⁴⁷.

Entre príncipes ou entre infantes, a importância do matrimónio era devida. Repare-se, então, no caso dos monarcas. Os dois antecessores de D. Sebastião (D. Manuel I, m. 1521; e D. João III, m. 1557) casaram somente após a sua subida ao trono. Com o monarca que encabeça o título desta dissertação, o caso nem sequer aí chegou, nunca havendo assumido o papel de noivo, muito embora não tivesse tido menos de seis pretendentes ao longo do seu reinado.

Todas as prometidas tinham origem dos mais diferenciados espaços; Isabel Clara Eugénia era filha de Filipe II de Castela. Maximiliana Maria e Cristina de Lorena vinham dos Ducados da Baviera e de Lorena, respectivamente, enquanto que no Grão-ducado da Toscana estava Leonor de Médicis. Mas as que deram maior ênfase ao ritmo das negociações foram Isabel de Áustria, filha do imperador Maximiliano II e de sua esposa,

⁴⁵ Vide carta de D. Sebastião a João Gomes da Silva (Guadalupe, 1 de Janeiro de 1577). Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fl. 156v.

⁴⁶ Sobre “matrimónio régio” propriamente dito, a historiografia tem trazido a lume cada vez mais trabalhos relativos a esse assunto. Considerado durante anos tema da história tradicional, ressurgiu fortemente no começo do século XXI. Exemplo disso são os recentes volumes de *Casamentos da Família Real Portuguesa*. Coordenação de Ana Maria S.A. Rodrigues, Manuela Santos Silva e Ana Leal de Faria, Lisboa, Círculo de Leitores, 4 vols., 2017-2018.

⁴⁷ Ana Leal de Faria, “Tu Felix Austria Nubes”. Coordenação de Ana Maria S.A. Rodrigues, Manuela Santos Silva e Ana Leal de Faria, *Casamentos da Família Real Portuguesa – Diplomacia e Cerimonial*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2017, pp. 57-61.

Maria de Áustria, e Margarida de Valois, filha dos reis de França Henrique II e de Catarina de Médicis.

E com estas duas princesas se inauguram os trabalhos.

1.1. Entre França e o Império (1568-1572)

As orientações dinásticas de Catarina de Médicis e de Maximiliano II aproximavam-se, sobretudo devido à importância de Filipe II no mapa político da Cristandade. Desde 1559, com a assinatura da paz em Cateau-Cambrésis, que Castela se erguia política e economicamente, ultrapassando o poder de qualquer outro reino.

O tratado terminou com a intervenção francesa nos territórios castelhanos da península itálica, que durava desde 1484, levando ao restabelecimento da hegemonia castelhana. O acordo firmado na cidade francesa de Cateau-Cambrésis postulava o fim da guerra geral na Europa, sendo o culminar da vaga de tratados entre outros reinos que foram assinados em 1558 e no ano seguinte. O texto fazia jus ao que à Cristandade importava olhar: sobretudo para os problemas religiosos que cresciam no seu interior. Pretendia-se assegurar, propagar e aumentar a religião, a fé e expurgar os hereges. Foi precisamente desta ideia de manutenção da república cristã que derivou da terceira fase do Concílio de Trento⁴⁸.

É importante notar que, nesse final de década, eram raros os governantes que se mantinham no poder desde o seu início. A transição do governo para novas mãos podia trazer instabilidade à governação, o que marcou as principais dinastias cristãs da época. Em Portugal, reinava D. Sebastião (desde 1557) sob regência de D. Catarina de Áustria. No Sacro-Império, Fernando I tomava as rédeas por Carlos V, em 1556. Ao mesmo tempo, o imperador renunciou também ao trono de Castela, passando a Coroa para o filho, Filipe de Áustria. À frente de Inglaterra estiveram os três filhos de Henrique VIII Tudor (que morrera em 1547, sucedendo-lhe o filho Eduardo VI até 1553), reinando, desde 1558, Isabel I Tudor que sucedera ao governo de cinco anos da irmã Maria I. Em França, em menos de dois anos, viram-se reinar três monarcas (Henrique II, morto em 1559, Francisco II, morto em 1560, e Carlos IX, menor), tendo a Coroa ficado sob a regência da rainha-viúva, Catarina de Médicis.

⁴⁸ Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *As Regências na Menoridade de D. Sebastião [...]*, vol. I, pp. 229-230.

Da morte de Luís XI (1483) e início das guerras em Itália (1484) até ao tratado de Cateau-Cambrésis, a França regeu-se por uma «monarquia de guerra»⁴⁹, onde a violência do Estado e a constante presença da guerra beneficiava o estatuto da Coroa. É, aliás, uma característica da primeira geração de monarcas do século XVI, como Francisco I de França, Henrique VIII de Inglaterra e Carlos V⁵⁰.

Catarina de Médicis foi representativa da nova fórmula de sacralidade do Poder que caracterizou a França na segunda metade do século – mais especificamente durante a sua fase mais activa no poder (1560-1574) – onde o exercício real não se baseava na repressão violenta, como ainda o fez durante o reinado de Henrique II, mas sim na vontade de conservar a paz social e política⁵¹.

Uma dinastia instável podia facilmente perder a sua posição no trono. A nobreza de Corte, que rodeava quotidianamente a vida real, foi a principal preocupação das monarquias da segunda metade de Quinhentos. Um passo em falso suscitaria justificação suficiente para um golpe por parte da aristocracia, dando lugar à queda de uma dinastia e à tomada de posse de outra. Filipe II foi capaz de controlar essas facções aristocráticas ao lhes outorgar funções pagas na administração do poder central de Castela e mantendo a dependência do poder régio sobre essas nomeações através de redes clientelares. Com isto, o Rei foi ganhando autoridade e, entre todas as monarquias europeias, foi a de Castela a que se distinguiu por mais poderosa⁵².

Filipe II herdou do pai uma activa política de união matrimonial com outras casas reais da Cristandade. Carlos V levava as suas irmãs a unirem-se às dinastias suas aliadas ou inimigas⁵³. O imperador dera aso à predominante influência dos Habsburgo no espaço europeu. Deste modo, Castela pôde usufruir de uma posição dominante na política externa europeia quinhentista.

⁴⁹ Marc Ferro, *História da França*, Lisboa, Edições 70, 2011, pp. 128-129.

⁵⁰ Luís Costa e Sousa, *A Batalha de Alcácer-Quibir – 1578. Visão ou Delírio de um Rei?*, Lisboa, Tribuna da História – Edição de Livros e Revistas, Unipessoal, Lda., 2009, p. 23.

⁵¹ Marc Ferro, *op. cit.*, p. 129.

⁵² J.H. Elliott, *A Europa Dividida 1559-1598*, Lisboa, Editorial Presença, 1985, pp. 53-59.

⁵³ Leonor (1498-1558) casara com D. Manuel I de Portugal em 1518 e com Francisco I de França em 1530. Isabel (1501-1526) com Cristiano II da Dinamarca em 1515. Maria (1505-1558) com Luís II da Hungria em 1522, cuja irmã, Ana Jagelão, também casara com Fernando (1503-1564) em 1521. Carlos e a mais nova, Catarina, casaram noutro duplo matrimónio em Portugal; a irmã com D. João III de Portugal em 1525 e o próprio imperador com D. Isabel de Portugal em 1526, sendo o último dos seis filhos de Filipe I e Joana I de Castela a contrair matrimónio. Não esqueçamos a importância que esta família delegava ao sangue e às relações familiares, a qual se encontra devida e especialmente bem tratada no segundo capítulo da obra de Annemarie Jordan, *A Rainha Colecionadora – D. Catarina de Áustria*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012, pp. 19-26.

Este estatuto claramente não agradou aos restantes monarcas que procuravam alargar as suas influências no plano internacional, daí que todas as práticas diplomáticas fossem de aproximação ou de investida à hegemonia castelhana – nunca neutra.

Em 1559, Filipe II encontrava-se novamente viúvo, agora da rainha de Inglaterra, Maria I Tudor (1516-1558), e negociando-se a paz entre Castela e França, combinou-se o matrimónio entre o monarca castelhano e a princesa francesa Isabel de Valois (1545-1568)⁵⁴. Ao mesmo tempo, Catarina de Médicis procurou o casamento de outra filha, Margarida de Valois, com o príncipe Carlos Lourenço, filho primogénito de Filipe II com a princesa Maria Manuela de Portugal (1527-1545), filha de D. João III de Portugal e de D. Catarina de Áustria. Mas, sendo a filha de Maximiliano II, Ana de Áustria, mais velha e familiarmente mais próxima a Carlos Lourenço, foi preferida em detrimento da francesa na corte filipina. Este matrimónio fortaleceria não só os laços dos Habsburgo como traria benefícios na relação diplomática entre Castela e o Sacro-Império⁵⁵.

Na corte portuguesa ainda se debatia qual das pretendentes convinha mais a D. Sebastião, se Margarida de Valois, se Isabel de Áustria⁵⁶, cujo pai, o imperador Maximiliano II, via mais vantagens em casar a filha, Isabel, e o sucessor, Rodolfo, em França, com Carlos IX e Margarida de Valois respectivamente, e a primogénita, Ana de Áustria, com Carlos Lourenço. Vê-se, portanto, uma coerência entre os interesses de Filipe II, Catarina de Médicis e Maximiliano II; no entanto, o rei castelhano parecia querer casar o sobrinho português com Isabel de Áustria, sobretudo devido à pressão de suas irmãs, Maria e Joana de Áustria, mães de ambos os pretendentes, e da rainha-viúva de Portugal, D. Catarina de Áustria⁵⁷, acabando por ser a princesa austríaca a escolhida para D. Sebastião.

Esquema 1- Opções matrimoniais em 1568

Carlos Lourenço de Áustria (1545)

Ana de Áustria (1549)

Rodolfo de Áustria (1552)

Margarida de Valois (1553)

⁵⁴ Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1994, pp. 322-324.

⁵⁵ Diogo Barbosa Machado, *Memórias para a Historia de Portugal que comprehendem o governo de El-Rei Dom Sebastião* (doravante *Memórias* [...]), parte III, livro I, cap. XII, Lisboa, Oficina de José António da Silva, 1739, pp. 95-96.

⁵⁶ Vide carta de D. Catarina de Áustria a Filipe II (Lisboa, 7 de Março de 1567), citada em Alfonso Danvila y Burgueros, *Don Cristóbal de Moura* [...], pp. 143-144.

⁵⁷ Confirmam-se as muitas cartas enviadas pela rainha-viúva ao sobrinho. Idem, *ibidem*, pp. 135-147.

Carlos IX da França (1550)

Isabel de Áustria (1554)

D. Sebastião de Portugal (1554)

Ao mesmo tempo que congratula D. Sebastião por «ver vossa Alteza entrado em seu governo», D. Francisco Pereira dá a notícia da prisão do príncipe Carlos Lourenço de Áustria, que acontecera dois dias antes da entrega do poder ao rei⁵⁸. A morte desse príncipe, a 14 de Julho, e de Isabel de Valois, a 3 de Outubro, ditou a relevância desse ano no desenvolvimento político-dinástico das Casas Reais europeias. Este duplo luto de Filipe II submeteu-o à condição de rei viúvo sem herdeiros masculinos, obrigando-o a contrair matrimónio, iniciando um novo momento de diligências nesse sentido.

No final do ano, chegara a Madrid o arquiduque Carlos II de Áustria (1540-1590), irmão de Maximiliano II. Com ele seguiam os poderes que dariam a mão de Isabel de Áustria a D. Sebastião. Circulava na corte imperial que a embaixada do arquiduque propunha tratar do casamento das infantas castelhanas com os príncipes austríacos (Rodolfo e Matias), Ana de Áustria com Carlos IX de França e, inclusivamente, o próprio arquiduque com a infanta D. Maria de Portugal. Tudo isto baseado na convicção de que Filipe II não ambicionava contrair matrimónio⁵⁹.

Esquema 2 - Resoluções matrimoniais em 1569

Filipe II de Castela (1527)

Margarida de Valois (1553)

D. Sebastião de Portugal (1554)

Isabel de Áustria (1554)

Carlos IX da França (1550)

Ana de Áustria (1549)

Rodolfo de Áustria (1554)

Isabel Clara Eugénia (1566)

Matias de Áustria (1557)

Catarina Micaela (1567)

⁵⁸ Vide cópia de carta de D. Francisco Pereira a D. Sebastião (Madrid, 22 de Janeiro de 1568). Lisboa, Direcção Geral de Arquivos/Torre do Tombo (doravante DGA/TT), *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, liv. 210, fl. 137v.

⁵⁹ Vide carta de Monsieur de Chantoné a Filipe II (Viena, 19 de Fevereiro de 1569). Publicada em *Coleccion de Documentos Inéditos para la Historia de España* (doravante *CODOIN*), tomo CIII, Madrid, Imprenta de Rafael Marco y Viñas, 1892, p. 142.

Em Portugal, a Corte ressentiu-se. O casamento com Isabel de Áustria era um dado adquirido que o rei português consentira. Com a alteração do panorama matrimonial, também D. Sebastião fora arrastado nas mudanças, tendo que se submeter à decisão de Filipe II em casá-lo com Margarida de Valois, instando-o a enviar os poderes ao embaixador D. Francisco Pereira, sediado em Madrid, o mais rapidamente possível⁶⁰. D. Sebastião retorquiu que lhe parecia «não auer necessidade por agora de mandar meus poderes cõmo se pedẽ e tenho por certo parecer o mesmo a V.A. polas *mui*^{tas} razoes ã pera isso ha»⁶¹. Não assumindo directamente, o monarca demonstra resistência para com as alterações.

Foi neste momento em que começavam as desavenças na Corte entre o rei e os seus antigos regentes. D. Catarina de Áustria e D. Henrique foram acusados de aceitar um casamento para Portugal sem o consentimento do monarca. O próprio cardeal-infante refere as dificuldades em dialogar com D. Sebastião⁶² e conforma Filipe II para que «não se espante» com a resposta do rei de 19 de Agosto e, ao mesmo tempo, acusa-o de uma actuação periclitante e instável enquanto mediador dos matrimónios⁶³.

Porquê esta resistência ao casamento francês? Efectivamente, o rei aceitava a ideia do casamento, muito embora demonstrasse alguma resignação em ter de o fazer. O caso francês é fundamental para a compreensão da mentalidade quinhentista, em que a França, plena de conflitos religiosos, provocava agitação nos reinos católicos. O casamento de D. Sebastião e Margarida de Valois foi entendido de duas formas, consoante a maré diplomática: numa primeira fase criticado pela má conduta religiosa de França, sendo prejudicial à saúde cristã de Portugal e de D. Sebastião⁶⁴. A segunda interpretação, já depois de 1569, suportada principalmente pelo papa Pio V, foi a de que este casamento seria a solução para acalmar a fúria protestante da França, achando-se em Margarida de

⁶⁰ Afonso Danvila, *Felipe II y el Rey Don Sebastián*, Madrid, Espasa-Calpe, 1954, pp. 183-185.

⁶¹ Vide carta de D. Sebastião para Filipe II (Alcobaça, 19 de Agosto de 1569). Simancas, Archivo General de Simancas (AGS), *Estado*, legajo 386, fl. 31.

⁶² Vide Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião [...]*, pp. 159-160.

⁶³ Vide carta do cardeal-infante a Filipe II (Alcobaça, 19 de Agosto de 1569). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 386, fl. 33.

⁶⁴ Filipe II fora um dos principais detractores à conclusão desse negócio. Maria Augusta Lima Cruz, *op. cit.*, p. 153.

Valois «a mulher mais prestável, de estirpe mais ilustre», e que D. Sebastião não encontraria maior «probidade de costumes nem (...) zelo de piedade»⁶⁵.

À morte da rainha de Castela, Isabel de Valois, a sua mãe, Catarina de Médicis, propôs imediatamente Margarida de Valois como substituta da irmã. Sabe-se que Maximiliano II seguia a mesma política de Catarina de Médicis, tendo o imperador disponibilizado as suas filhas para um novo matrimónio do rei castelhano⁶⁶.

Numa inteligente manobra diplomática, ou um «típico golpe de teatro»⁶⁷, Filipe II procurou unir-se ao Sacro-Império com um casamento, que, como se viu acima, estivera planeado com Carlos Lourenço. Ao receber a proposta da rainha-viúva de França para que casasse com Margarida de Valois, que por ser sua cunhada aludiu «escrupulos de parentesco» como impeditivo de novo matrimónio, escapando a uma nova união com o reino gaulês⁶⁸.

Filipe II encontrava-se na disposição de casar a filha, Isabel Clara Eugénia (1566-1633) com o príncipe Rodolfo de Áustria, ou pelo menos foi isso que mostrou ao primo, Maximiliano II⁶⁹, provavelmente como uma via para facilitar o seu próprio casamento. A sua intenção era, sobretudo, levar avante o propósito de união matrimonial entre Castela e o Sacro-Império, como pretendia fazer com Carlos Lourenço, casando agora ele próprio com a prometida ao filho, numa atitude clara de manter unidas as duas coroas que à mesma Casa pertenciam⁷⁰.

Havendo concordância para casar Portugal e França, Carlos IX, rei francês, ficou disponível para receber Isabel de Áustria. O pai da princesa primava, para o caso desta filha, pela união com a França dada a utilidade que a proximidade geográfica lhe conferia, ao contrário do reino português⁷¹.

Casaram Filipe II e Ana de Áustria a 14 de Novembro e também Carlos IX e Isabel de Áustria a 22 do mesmo mês de 1570. As relações diplomáticas entre Portugal e o Sacro

⁶⁵ Vide breve “Quo in Statu”, do papa Pio V a D. Sebastião (Roma, 28 de Dezembro de 1569). Vaticano, ASV, Arm. 44, vol. 17, fl. 528 apud José de Castro, *D. Sebastião e D. Henrique*, Lisboa, União Gráfica, 1942, p. 27.

⁶⁶ Vide carta de Filipe II a D. Catarina de Áustria (Madrid, 28 de Fevereiro de 1569). Publicada em *CODOIN*, tomo XXVIII, Madrid, Imprenta de la viuda del Calero, 1856, pp. 490-491.

⁶⁷ Maria Augusta Lima Cruz, *op. cit.*, p. 152.

⁶⁸ Alfonso Danvila y Burgueros, *op. cit.*, p. 146.

⁶⁹ Vide «Copia de Relacion de lo que ha pasado com el archiduque Carlos desde 19 de diciembre de 1568, que entró en Madrid, hasta que partió, que fué viernes 4 de marzo de 1569» publicada em *CODOIN*, tomo XXVIII, p. 488.

⁷⁰ Conde de São Mamede, i.e., José Ferreira Parreira Felício, *Don Sébastien et Philippe II. Exposé des Négociations entamées en vue du Mariage du Roi de Portugal avec Marguerite de Valois*, Paris, A Durand & Pedone-Lauriel, 1884, p. 44.

⁷¹ Maria Augusta Lima Cruz, *op. cit.*, p. 153.

Império só voltariam a acontecer nos finais do século XVII, com a rainha Maria Sofia Isabel de Neuburgo a insistir junto de D. Pedro II (r. 1683-1706) a presença de um embaixador austríaco na corte de Lisboa⁷².

Tal como o papa Pio IV vira com maus olhos o casamento entre Portugal e França durante as regências, também para o rei português os «costumes franceses»⁷³ podiam constituir um motivo para a recusa no negócio. O facto foi confirmado pelo cardeal-infante, que se queixava com franqueza sobre as reacções passivas da Corte francesa face à questão protestante⁷⁴. O momento era tenso: corria o boato que a Filipe II conviria, agora, atrasar ao máximo o casamento de D. Sebastião, porque não havia herdeiros em Castela⁷⁵. Muito embora tudo isso assim fosse, os negócios para firmar o matrimónio continuavam⁷⁶. De 1569 a 1571, a movimentação diplomática portuguesa na corte francesa foi fervilhante.

Em França decorreu, entretanto, uma vitória importante do catolicismo, no contexto da terceira guerra da religião (1568-1570) – a batalha de Jarnac, a 13 de Março de 1569 – que resultou na morte do primeiro príncipe de Condé, que comandava as tropas huguenotes juntamente com Coligny, frente ao exército do duque de Anjou, Henrique de Valois (1551-1589), e do duque de Guise, um dos proeminentes na corte francesa⁷⁷.

D. Sebastião aproveitou a situação. Além de celebrar com uma procissão na sua Corte, na qual ele próprio participou⁷⁸, propôs enviar D. João de Mascarenhas a Paris, tendo como missão congratular o rei francês, Carlos IX, pelo sucesso de Jarnac e ao mesmo tempo diligenciar o casamento com Margarida de Valois⁷⁹.

⁷² Paulo Drumond Braga, “Maria Sofia Isabel de Neuburg (1666-1699)”. Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, *Duas Rainhas em Tempos de Novos Equilíbrios Europeus – Maria Francisca Isabel de Saboia, Maria Sofia Isabel de Neuburg*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012, pp. 335-336. Todavia, a embaixada foi suspensa na sequência de um homicídio e de uma conseqüente onda de violência que inundou Viena. Cf. Ana Leal de Faria, *Arquitectos da Paz[...]*, pp. 133-134.

⁷³ Alfonso Danvila y Burguero, *op. cit.*, p. 149.

⁷⁴ Vide carta de D. Hernando de Carrillo y Mendonza a Filipe II (Alenquer, 13 de Setembro de 1569), publicada em *CODOIN*, tomo XXVIII, p. 537.

⁷⁵ «que cuando había heredero en Castilla le estaba bien casar al Rey, y que ahora tienen herederos en Portugal que se puede detener el Rey». Vide carta de D. Hernando de Carrillo y Mendonza a Gabriel de Zayas (Leiria, 22 de Setembro de 1569), publicada em *CODOIN*, tomo XXVIII, p. 544.

⁷⁶ Vide cópia das «Instrucciones de Felipe II á D. Juan de Borja para el desempeño de la Embajada de Portugal» (Madrid, 6 de Dezembro de 1569). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 386, fl. 124.

⁷⁷ J.H. Elliott, *op. cit.*, pp. 92-93.

⁷⁸ Vide carta de D. Sebastião a Carlos IX (Évora, 30 de Dezembro de 1569), publicada em Joaquim Veríssimo Serrão, *Documentos Inéditos [...]*, p. 75.

⁷⁹ Vide carta de D. Juan de Borja a Filipe II (Évora, 21 de Março de 1570). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 387, fl. 45.

Esquema 3 - Matrimonialidades em 1570⁸⁰

Filipe II de Castela (1527)	Ana de Áustria (1549)
Carlos IX da França (1550)	Isabel de Áustria (1554)
D. Sebastião de Portugal (1554)	Margarida de Valois (1553)
Rodolfo de Áustria (1554)	Isabel Clara Eugénia (1566)

Seguiu para Portugal o novo embaixador castelhano, D. Juan de Borja, que foi instruído, com prioridade, para influenciar a concretização do matrimónio⁸¹. Para França partiu João Gomes da Silva, instruído por D. Catarina para felicitar a corte de França pelo casamento do rei Carlos IX com Isabel de Áustria⁸² e terá sido secretamente instruído por D. Sebastião para tratar do casamento com Margarida de Valois⁸³.

O envio de João Gomes da Silva para Paris suscita alguma particular análise, pois repare-se na autonomia que a política externa portuguesa pretende atingir ao abdicar da intervenção de Filipe II no trato negocial entre Lisboa e Paris⁸⁴. Será que D. Catarina não anunciou o assunto na instrução porque esperava ver a intervenção do sobrinho? E terá D. Joana de Áustria aceite cordialmente a decisão de alterarem o casamento do filho, depois de haver referido que Isabel de Áustria seria sua «futura nora» com grande regozijo⁸⁵? A devoção destas duas mulheres para com a dinastia Habsburgo, como bem se pode constatar pela sua história⁸⁶, ajuda a explicar a sua passividade perante o papel

⁸⁰ Vide «Copia de Relacion de lo que ha pasado com el archiduque Carlos desde 19 de diciembre de 1568, que entró en Madrid , hasta que partió, que fué viernes 4 de marzo de 1569» publicada em *CODOIN*, tomo XXVIII, pp. 476-489.

⁸¹ Alfonso Danvila y Burgueros, *op. cit.*, pp. 160-161.

⁸² Vide instrução de D. Catarina de Áustria a João Gomes da Silva (Xabregas, 27 de Março de 1572). Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fls. 166v-167, publicada em Edgar Prestage, “Novas Informações sobre a Embaixada de João Gomes da Silva a França [...]”, pp. 351-352 e também em Léon Bourdon, “L’ambassade de João Gomes da Silva [...]”, p. 12.

⁸³ Queiroz Velloso, *D. Sebastião 1554-1578 [...]*, pp. 175-176.

⁸⁴ Maria Augusta Lima Cruz, *op. cit.*, p. 195.

⁸⁵ Pedro Serralheiro Amorim, “«Cassar el Rey Negoceo he Publico». As diligências matrimoniais dos últimos monarcas de Avis”. *Casamentos da Família Real Portuguesa – Êxitos e Fracassos*, coordenação de Ana Leal de Faria, Ana Maria Rodrigues e Manuela Santos Silva, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2018, p. 157.

⁸⁶ No caso de D. Joana de Áustria, que abandonou o reino onde era princesa-viúva e o filho recém-nascido de cinco meses para reger o território castelhano por ausência do pai e irmão, em 1554. A sua atitude, por um lado, foi vista como corajosa no artigo de María Pepa Lara García, “La Regencia de Doña Juana de Austria: Su Relación con Málaga (1554-1559)”. *Isla de Arriarán*, vol. XVIII, Málaga, 2001, pp. 43-61, consultada em <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2043851.pdf>, a 12 de Fevereiro de 2017. Por outro lado, foi acusada de abandono infantil por Francisco de Sales Loureiro, *D. Sebastião e Alcácer-Quibir*

de *pater familias* que Filipe II assumia, e porque não hesitaram um segundo em concordar quando o rei castelhano afirmou que ao sobrinho lhe convinha casar em França por ser o último reino com uma proposta «conforme á su cualidad y grandeza»⁸⁷.

Deste modo, D. Joana de Áustria fez pressão sobre o filho, alegando que não havia melhor casamento possível, pois em França a «autoridade, y en la conveniencia de la edad, y en la persona, y calidades della es conveniente» e que, se não efectuasse o casamento, poderia incorrer numa crise diplomática com a França (e também com Filipe II). Afirmava, ainda, que competia a D. Sebastião enviar os poderes ao seu embaixador em Madrid para que se pudessem encaminhar até Paris e dar seguimento ao matrimónio⁸⁸. Filipe II pressionava alegando que o seu projecto de casamento e o de Carlos IX estavam dependentes da acção de D. Sebastião.

A negação do casamento em França, para além da já vista questão religiosa, entronca com a questão ultramarina. Ainda não foram esquecidos a investida no Rio de Janeiro, em 1560, nem o ataque, saque e incêndio posto à cidade do Funchal, na ilha da Madeira, por corsários franceses, em Outubro de 1566 – um autêntico «desastre» diplomático, que na época pusera em causa o trabalho do embaixador João Pereira Dantas de levar o casamento de D. Sebastião e Margarida de Valois a bom porto⁸⁹.

Em 1569, a mãe de D. Sebastião procurava aplacar a negação do filho, afirmando que «en lo de las pertenciones de la Isla de la Madera, y demarcacion, seria muy bien que Francezes diessen satisfaction, mas estos nõ son puntos de calidad, que por ellos se aya de dexar de efectuar el matrimonio en que tanto vâ»⁹⁰.

A questão poder-se-ia dizer resolvida em Janeiro de 1568, pois tanto o rei francês como D. Sebastião declaravam uma provisão semelhante em que «nenhuma pessoa de seus reinos deveria favorecer ou acoitar traidores» dos outros⁹¹. Porém, justamente

[...], p. 87 que, ao mesmo tempo, a defendeu como vítima de uma família frívola que não olhava a meios para alcançar o bem da dinastia, p. 92. Também Paulo Drumond Braga afirma que a razão de Estado se sobrepôs à vontade da princesa, muito embora esta nunca tivesse deixado de intervir na vida política portuguesa, durante o reinado do filho. Cf. em “Joana de Habsburgo (1535-1573) e Portugal”. *Portugueses no Estrangeiro, Estrangeiros em Portugal*, Cascais, Hugin Editores, Lda., 2005, pp. 120-123. Antonio Villacorta Baños-García, *D. Sebastião [...]*, pp. 21-23, diz não ser possível dar uma resposta cabal.

⁸⁷ Vide cópia de minuta de Filipe II a D. Hernando Carrillo de Mendonza (Madrid, 7 de Setembro de 1569), publicada em *CODOIN*, tomo XXVIII, p. 528.

⁸⁸ Vide carta de D. Joana de Áustria a D. Sebastião (Madrid, 13 de Dezembro de 1569), publicada em Diogo Barbosa Machado, *Memórias [...]*, parte III, liv. I, cap. XXIV, pp. 203-207.

⁸⁹ Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *op. cit.*, vol. II, pp. 163-175.

⁹⁰ Vide carta de D. Joana de Áustria *supra cit.*, publicada em Diogo Barbosa Machado, *op. cit.*, p. 205.

⁹¹ Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *op. cit.*, pp. 174-175.

quando se retomava o negócio com a França, sucederam outros dois ataques, em 1570 e 1571⁹².

Ao largo da ilha de La Palma, nas Canárias, a 15 de Julho de 1570, dá-se o ataque de Jacques Soria às naus do Governador do Brasil nomeado, D. Luís Fernandes de Vasconcelos, onde seguiam a bordo quarenta elementos da Companhia de Jesus, comandados pelo padre Inácio de Azevedo, perecendo todos às mãos dos hereges⁹³. Assim que teve notícia, Carlos IX ordena a libertação das presas portuguesas⁹⁴. Não será vã a afirmação de que todos trabalhavam em favorecimento do casamento.

A 13 e 14 de Setembro do ano seguinte, D. Luís Fernandes de Vasconcelos, após três tentativas frustradas de aportar no Brasil, viu-se forçado a retornar por força das correntes e dos ventos, passando pelos Açores e pelas Canárias, onde se encontraria com uma armada huguenote, capitaneada por Jean Capdeville, que investiu e assediou a armada do Governador do Brasil, que acabou morto às mãos dos corsários franceses⁹⁵.

Não parece haver notícia de que Carlos IX tenha feito esforços para amenizar o clima diplomático imposto por este segundo ataque francês. Muito pelo contrário, regista-se que o rei francês procurava fazer diligências junto do papa para casar Margarida de Valois com Henrique de Bourbon⁹⁶. O que mudou num ano?

A partir de 1570, com os casamentos de Filipe II e de Carlos IX concretizados, Portugal ficava a perder. Apesar do negócio estar tão disposto que bastava a D. Sebastião enviar os poderes ao embaixador para se cumprir, a sua vontade de se desmarcar do domínio dinástico e político do tio prevaleceu e nunca o fez.

Pio V via na resolução do negócio um grande proveito para a Cristandade, especialmente porque era um meio facilitador à entrada de França na Santa Liga, projecto que o papa idealizou para combater o turco. Enviou para junto do monarca português o

⁹² Edgar Prestage, “A Embaixada de João Gomes da Silva ao Rei Carlos IX da França e a matança de S. Bartolomeu [...]”, p. 9.

⁹³ Diogo Barbosa Machado, *Memorias [...]*, parte III, liv. I, cap. XXVII, pp. 239-247.

⁹⁴ Vide carta patente de Carlos IX a D. Sebastião (Saint-Germain-en-Laye, 21 de Julho de 1570). Lisboa, DGA/TT, gaveta XV, maço 15, doc. 35, publicada em *As Gavetas da Torre do Tombo*, volume IV, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964, pp. 541-543.

⁹⁵ Diogo Barbosa Machado, *Memorias [...]*, parte III, liv. II, cap. V, pp. 333-335.

⁹⁶ A carta foi dirigida de Paris para Monsieur de Ferralz, datada de 5 de Outubro de 1571. Visconde de Santarém, i.e., Manuel Francisco de Barros e Sousa, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potencias do Mundo desde o princípio da Monarchia Portuguesa até aos nossos dias*, tomo III, Lisboa, J.P. Aillard, 1843, pp. 446-447.

seu camareiro-mor, Luís de Torres⁹⁷. A sua envidatura a Portugal revela, em grande parte, a importância delegada ao assunto.

O papa requereu, entretanto, o apoio de todos os elementos da família real portuguesa à missão do camareiro, até do próprio Condestável, o Senhor D. Duarte⁹⁸. D. Juan de Borja, embaixador de Castela em Portugal há menos de um ano, já afirmava que o melhor seria que o papa tomasse conta do assunto do matrimónio⁹⁹. Recorde-se que D. Sebastião devotava grande reverência ao chefe da Igreja Católica, como adiante se verá.

Contudo, em sucessivas entrevistas que lhe concederam os vários elementos da Corte portuguesa, o núncio papal pôde expor o assunto de que vinha instruído: a formação de uma Liga cristã¹⁰⁰.

Da parte do monarca português, a resposta foi positiva no que tocava ao envio de uma frota de apoio, contudo não houve a mínima concordância no avanço com o casamento: quando confrontado com a matéria, remetia o assunto para o seu embaixador «que nisso terá feito esse ofício, tão inteiramente como eu lhe mandei. A ele escrevo agora, o que agora mais se oferece nesta matéria para o referir a V. Santidade, com o que de minha parte nela faço, que parece que é tudo o que deve ser. Peço muito por mercê Vossa Santidade o queira ouvir e dar-lhe crédito no que sobre isto deve dizer da minha parte.»¹⁰¹

Outros elementos acusavam os principais validos de D. Sebastião de o desviarem do matrimónio para não «serem desapossados do governo do rei e do reino». Luis de Torres não se deparou apenas com um rei avesso à condição matrimonial. Encontrou uma Corte dividida¹⁰².

⁹⁷ Vide breve, do papa Pio V a D. Sebastião (Roma, 6 de Agosto de 1570) publicado em Jaime Constantino de Freitas Moniz, *Corpo Diplomático Português contendo os Actos e Relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do Mundo desde o século XVI*, tomo X, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1891, pp. 384-386.

⁹⁸ Vide breve “Literas Nobilitatis”, do papa Pio V para o Senhor D. Duarte. Vaticano, ASV, Armario 44, vol. 15, fl. 194v. apud José de Castro, *op. cit.*, p. 40.

⁹⁹ Vide carta de D. Juan de Borja a Filipe II (Lisboa, 16 de Novembro de 1570). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 387, fl. 2.

¹⁰⁰ Vide breve “Quod tua”, do Papa Pio V a D. Sebastião (ou Carta Credencial de Luís de Torres, Roma, 14 de Março de 1570). Lisboa, DGA/TT, *Colecção de Bulas*, maço 28, doc. 22, publicada em Visconde de Santarém, *Quadro Elementar [...]*, tomo XIII, p. 520.

¹⁰¹ Vide carta de D. Sebastião para o papa Pio V (Outubro/Novembro de 1571). Citada em José de Castro, *op. cit.*, p. 41.

¹⁰² Queiroz Velloso, *op. cit.*, pp. 170-171.

A impaciência gerara-se em França, por ausência de respostas¹⁰³. Em Julho de 1571, já Carlos IX tinha enviado instrução a Bizon, seu embaixador em La Rochelle, para tratar de diligenciar directamente com Jeanne d'Albrecht, rainha de Navarra, o propósito de casar Margarida de Valois com Henrique de Bourbon¹⁰⁴. Culpava-se então Filipe II de haver interferido negativamente nos negócios. Se ninguém queria ver Margarida de Valois casada com o protestante de Navarra¹⁰⁵, poderia ser dilacção?

Ainda no reinado de Henrique II de França (1547-1559) ficara prometida a mão da princesa francesa a Henrique de Bourbon, e na perspectiva dos monarcas, em 1572, fazia sentido que assim continuasse. Apesar de D. Sebastião começar a mostrar intenções de levar o casamento avante¹⁰⁶, a política biconfessional de Catarina de Médicis e de Carlos IX levou a melhor. A rainha-mãe e o rei planeavam, entretanto, outro casamento desse carácter: o de Henrique, duque de Anjou (1553-1589), com a anglicana Isabel I (1533-1603), rainha de Inglaterra.

Margarida de Valois e o protestante Henrique de Bourbon firmaram o acto nupcial, a 18 de Agosto de 1572. Dias depois, na capital gálica, rebentava o mais duro golpe que os aliados do nubente podiam receber, na noite de São Bartolomeu, com um massacre brutal às massas huguenotes presentes para assistirem às bodas¹⁰⁷. Sobre este assunto, adiante se exporá mais abundantemente.

Todos os prévios esforços diplomáticos por parte de Portugal foram frustrados e assim terminou a primeira fase das diligências matrimoniais de D. Sebastião, que muito provavelmente tiveram início no reinado de D. João III¹⁰⁸.

Edgar Prestage, ao contrariar a tese de que D. Sebastião não casou com Margarida de Valois devido aos incidentes diplomáticos causados pelas constantes assolações dos corsários huguenotes nas possessões ultramarinas portuguesas, afirma peremptoriamente que o rei não casou porque não quis¹⁰⁹. Não se pode restringir, contudo, a ausência de

¹⁰³ Conde de São Mamede, *op. cit.*, pp. 70-72. Carlos IX reclamava a Monsieur de Fourquevaux que em Portugal «se mocquay de moy et gaigner temps». Carta de Blois, 28 de Setembro de 1571, vide León Bourdon, *op. cit.*, p. 24.

¹⁰⁴ Conde de São Mamede, *op. cit.*, p. 73.

¹⁰⁵ José de Castro, *op. cit.*, pp. 42-43. Numa carta ao núncio, a rainha Catarina de Médicis afirmava querer ver a filha «bem arrumada» num casamento. Vide Vaticano, ASV, *Nunziatura di Francia*, vol. 4, fl. 33, citado em Idem, *ibidem*, p. 43.

¹⁰⁶ Vide carta do cardeal-infante a Filipe II (s.l., 28 de Novembro de 1571), publicada em Visconde de Santarém, *Quadro Elementar[...]*, tomo III, p. 448. Mais tarde, a 24 de Janeiro de 1572, o próprio D. Sebastião participa ao duque de Bragança, D. João I, que estava determinado a casar em França. Vide Diogo Barbosa Machado, *Memorias [...]*, parte III, liv. II, cap. XI, p. 400.

¹⁰⁷ Edgar Prestage, “A Embaixada de João Gomes da Silva[...]”, pp. 13-14.

¹⁰⁸ Pedro Serralheiro Amorim, *op. cit.*, p. 154.

¹⁰⁹ Edgar Prestage, *op. cit.*, pp. 9-10.

matrimonialidade de um monarca à sua falta de vontade, por muito cabal que seja. Aqui reevoca-se o factor psicológico de D. Sebastião, assunto que tem vindo a ser mencionado desde que, há quatro décadas, o professor Joaquim Veríssimo Serrão salientou não ser possível construir uma história do seu reinado sem a respectiva análise mental do rei¹¹⁰.

Queria o monarca casar? Cartas dos contemporâneos chegam efectivamente a conceber a ideia de uma misoginia¹¹¹ do rei, que era «tão bom cristão e temente a Deus» que, assim, não casaria¹¹². D. Sebastião não demonstrava, pelo menos frente a D. Catarina, relutância em conceber filhos¹¹³, essa que era a principal finalidade de um casamento régio: garantir a continuidade dinástica. Chegou inclusive a participar a vontade de se casar o mais rápido possível de modo a «consolar os meus reynos»¹¹⁴. Deste modo, parece dispensável a afirmação de que o rei fugia de um casamento.

E, provavelmente como todos esperavam, D. Sebastião não retaliou nem se sentiu ofendido. Enviou para França, em Novembro de 1572, D. Dinis de Lencastre para dar os parabéns pelo casamento da princesa francesa¹¹⁵. Foi a penúltima embaixada com assunto dinástico, procedida pelos pêsames pela morte de Carlos IX, encabeçada por D. Nuno Manuel, em 1574¹¹⁶.

Anos antes, fora D. João de Mascarenhas como enviado a França, encabeçando o primeiro movimento da aceitação de D. Sebastião em casar com Margarida de Valois. O embaixador era sobrinho do padre Luís Gonçalves da Câmara (1518?-1575)¹¹⁷, o confessor de D. Sebastião e membro da Companhia de Jesus. O jesuíta foi uma figura determinante no círculo próximo do rei, não só como confessor (ofício que, pela

¹¹⁰ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, volume III – O Século de Ouro, Lisboa, Editorial Verbo, 1978, p. 68.

¹¹¹ De resto o termo consecutivamente aplicado à pessoa do *Desejado*: desde Barbosa Machado a Queiroz Velloso. Sales Loureiro e Lima Cruz explicam a ausência matrimonial de D. Sebastião pelo contexto internacional, onde «ao sabor de interesses múltiplos, se faziam e desfaziam alianças sobre um xadrez político movediço, onde diferentes jogadas se entrecruzavam e, muitas vezes, se concatenavam». Maria Augusta Lima Cruz, *op. cit.*, p. 108.

¹¹² Vide carta de Juan de Borja a Filipe II (Évora, 24 de Janeiro de 1570). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 387, fl. 43.

¹¹³ Vide «Copia de lo que el Rey trato con la Reyna acerca de su casamento» (Lisboa, 7 de Abril de 1571). Publicada em León Bourdon, *op. cit.*, pp. 52-54.

¹¹⁴ Vide carta de D. Sebastião a D. Joana de Áustria (Évora, 24 de Dezembro de 1572), in Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 390, fl. 126, citada em Joaquim Veríssimo Serrão, *Os Itinerários de El-Rei D. Sebastião [...]*, pp. 262-263.

¹¹⁵ Vide instrução de D. Sebastião a D. Dinis de Lencastre (Évora, 20 de Novembro de 1572). Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fls. 93-95v., publicada em Diogo Barbosa Machado, *Memórias [...]*, parte III, liv. II, cap. XVIII, p. 467.

¹¹⁶ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, pp. 351-352.

¹¹⁷ Vide carta de Mr. de Fourquevaux, embaixador francês em Madrid, a Catarina de Médicis (Madrid, 10 de Maio de 1570), citada em Alfonso Danvila y Burgueros, *op. cit.*, p. 154.

proximidade e privança, tinha como característica inerente a influência¹¹⁸) como pelo estatuto logrado por um *curriculum* ímpar¹¹⁹, juntamente com o irmão – também padre jesuíta – Martim Gonçalves da Câmara.

Durante séculos, na historiografia sebástica, foi apontada a culpa ao Mestre e Confessor do rei por este não se ter casado, sobretudo devido à intervenção de Filipe II e dos seus embaixadores, que despejavam as culpas do comportamento do monarca em cima dos validos de D. Sebastião¹²⁰. Todavia, as fontes apontam não só o contrário, como ainda revelam que o padre Luís Gonçalves da Câmara via com bons olhos um casamento em França ou Castela¹²¹. Tendo em conta a cronologia do seu ofício junto do Monarca, faz algum sentido que apoiasse a pretensão de Portugal em casar o seu rei, primeiro, com Margarida de Valois¹²² e, depois, com Isabel Clara Eugénia.

Considerado o último projecto político de D. Catarina de Áustria¹²³, a ideia de casar D. Sebastião com esta princesa surgiu pela primeira vez durante a audiência secreta de Luís de Torres com D. Sebastião, a 4 de Junho de 1570. Na carta enviada ao papa, o nuncio explicou «che essendosi poi tralasciata la pratica [o casamento em França], Sua Maestà [D. Sebastião] haveva trattata quella della secondogenita del Rè Cattolico»¹²⁴.

D. Sebastião chegou inclusivamente a pedir o apoio da avó para a concretização do matrimónio¹²⁵. Mas é necessário compreender que até chegar a este pedido, D. Catarina passou por um período de afastamento da corte do neto. Foi o culminar da tensão que se foi acumulando entre os dois regentes: a própria rainha e o cardeal-infante.

1.2. D. Catarina de Áustria: influência de «bastidor» nos negócios dinásticos

Já na menoridade de D. Sebastião se encontraram desavenças entre os cunhados. Mas houve um episódio bastante elucidativo do poder de D. Catarina. Em 1566, o cardeal

¹¹⁸ João Francisco Marques, “Os Jesuítas, confessores da Corte Portuguesa na Época Barroca (1550-1700)”. *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, 1995, pp. 232-270, consultado em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2028.pdf>, a 10 de Dezembro de 2015.

¹¹⁹ Mário Martins, “As tendências poéticas do mestre de D. Sebastião”. *Revista Brotéria*, Lisboa, vol. 40, fascículo 4, Abril de 1945, pp. 361-368.

¹²⁰ Visconde de Santarém, *Quadro Elementar [...]*, tomo III, pp. 405-407.

¹²¹ Francisco de Sales Loureiro, *op. cit.*, pp. 94-96. Idem, “Jesuítas na Crista da Onda da Política Sebástica”. *Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, vol. 4, 1982, pp. 76-77.

¹²² Visconde de Santarém, *op. cit.*, p. 406.

¹²³ Alfonso Danvila y Burgueros, *op. cit.*, pp. 211-212.

¹²⁴ Vide carta de Luis de Torres ao papa Pio V (Lisboa, 14 de Junho de 1570). Publicada em *Corpo Diplomatico Portuguez*, tomo X, p. 373.

¹²⁵ Idem, *ibidem*, pp. 217-218.

D. Henrique, motivado pelo mau ambiente que circulava na Corte, requereu o abandono da regência e a entrega antecipada do governo a D. Sebastião. Ao saber disso, a rainha reuniu-se em privado com o rei e com os principais do reino, sem a participação de D. Henrique, que viu a sua vontade toldada pela decisão da rainha – que devia a regência do cardeal-infante terminar ou por decisão do menino-rei ou pela maioria deste; como assim veio a suceder¹²⁶.

As duas facções políticas que pretendiam subjugar o favoritismo de D. Sebastião deram o retrato do ambiente que caracterizou a primeira metade do seu reinado: por um lado o cardeal-infante, Lourenço Pires de Távora (que regularmente correspondia com D. Joana de Áustria e se mostrou um forte opositor à rainha), e os irmãos Gonçalves da Câmara. Ou seja, o primeiro círculo era o que mantinha uma proximidade ao rei nos primeiros momentos do seu reinado; a outra facção era a de D. Catarina, continuadora da política joanina, em conjunto com os principais validos do antecessor de D. Sebastião: sobretudo Pêro de Alcáçova Carneiro, ministro do tempo de D. João III, da regência de D. Catarina e que ainda viria a ter a sua relevância no final do reinado de D. Sebastião, não só como vedor da Fazenda, mas também como embaixador.

Enredada nestes conflitos, e vendo degradar-se a sua relação com o neto, a rainha-viúva empreendeu um projecto para regressar a Castela e lá terminar os seus dias. D. Catarina nunca mais deixara Portugal desde o seu casamento com o rei D. João III, em 1525; contudo, esta não fora a primeira tentativa de regresso ao reino natal, pois já tentara fazê-lo em 1568, aquando da notícia da prisão do neto, Carlos Lourenço¹²⁷.

Parece que a sua tentativa de abandonar Portugal, em 1570, foi genuína, quer política quer sentimentalmente, dado o afastamento do rei da avó e da possibilidade de esta poder gozar de influência na pessoa real. Se, por um lado, avisou o neto, em carta, que a razão do seu comportamento se devia às poucas visitas que D. Sebastião lhe fazia e das suas constantes fugas de Lisboa, por outro alertava que a sua saída de Portugal devia servir como «um despertador»¹²⁸. Uma clara crítica à política de D. Sebastião, das suas influências e dos rumos que tomava.

¹²⁶ Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *op. cit.*, vol. II, pp. 203-204.

¹²⁷ Ana Isabel Buescu, *op. cit.*, p. 368.

¹²⁸ Vide carta de D. Catarina de Áustria a D. Jerónimo Osório (Lisboa, 22 de Fevereiro de 1571), publicada em José de Castro, *Portugal no Concílio de Trento*, volume VI, Lisboa, Tip. União Gráfica, 1946. Veja-se, ainda, Annemarie Jordan, *op. cit.*, pp. 207-208.

Muito embora tenham ocorrido alguns encontros entre o neto e a avó¹²⁹, não foram suficientes para controlar a fúria do monarca quando, nos finais de Maio de 1571, D. Catarina cometera uma inconfidência sobre a doença de D. Sebastião, ao divulgá-la como principal responsável do impedimento do neto ao matrimónio¹³⁰.

A rainha mantinha correspondência com o padre Francisco de Borja (1510-1572), seu amigo de longa data, e com quem muitas vezes desabafava. D. Catarina chegou a requerer ao padre jesuíta que intercedesse junto o papa, pedindo-lhe que chamasse à sua presença o confessor do rei. Este plano pedia a intervenção de Filipe II, que não acedeu¹³¹. A intenção era notória: afastar o padre Luís Gonçalves da Câmara, mantendo-o em Roma. O seu ascendente sobre o monarca era imenso e, de acordo com a rainha, deslocava o rei do caminho político correcto¹³².

Quando percebeu que nada havia a fazer em relação a isso, enviou um sem-número de cartas para Filipe II, queixando-se da atitude do neto, e pedindo apoio na sua intenção de se isolar em Castela.

Havia um itinerário preparado para o regresso de D. Catarina a Castela, primeiro rumando até Constância (à época, Santa Maria de Punhete), seguindo depois para Estremoz, onde aguardaria para entrar no seu reino natal¹³³. Aí seguiria em peregrinação ao mosteiro de Guadalupe¹³⁴, a meio caminho de Talavera, terra que, juntamente com Ocaña, fora disponibilizada por Filipe II para sustento, usufruto e residência da rainha-viúva portuguesa¹³⁵.

O monarca português, no entanto, não entendia com bons olhos a saída da avó do reino. Pediu «a intercessão e cõselho» de Filipe II que «pode por termo qual lhe comuem

¹²⁹ Nomeadamente no início de 1571, e em especial um ocorrido em Abril desse ano, onde se tratou extensivamente do casamento de D. Sebastião. Maria Augusta Lima Cruz, *op. cit.*, p. 195.

¹³⁰ Ana Isabel Buescu, *op. cit.*, p. 377.

¹³¹ Idem, *ibidem*, p. 379.

¹³² A discrepância entre ambos tem início aquando do momento da sua convocação para exercer o ofício de Mestre e Confessor de D. Sebastião. Inclusivamente se tem afirmado que o confessor perpetrara um abuso na criança de D. Sebastião, de cariz sexual, o que terá influenciado todo o seu comportamento sexual e, por arrasto, a sua posição face a um casamento. Harold B. Johnson, “A Pedophile in the Palace or the Sexual Abuse of King Sebastian of Portugal (1554-1578) and its Consequences”. *Sebastian King of Portugal: Four Essays*, Tucson, Arizona, Wheatmark, Ltd, 2013, pp. 58-59 [estudo publicado pela primeira vez em *Dois Estudos Polémicos*, Tucson, Arizona, Fenestra Books, 2004]. Todavia, esta é uma tese excluída pela historiografia portuguesa devido à sua sustentação em fontes apócrifas.

¹³³ Vide carta de D. Juan de Borja a Filipe II (Lisboa, 22 de Maio de 1571). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 389, fl. 164 apud Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários [...]*, pp. 198-199.

¹³⁴ Annemarie Jordan, *op. cit.*, p. 196.

¹³⁵ Vide carta de D. Juan de Borja a Filipe II (Lisboa, 26 de Novembro de 1570). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 387, fl. 2, citada em Alfonso Danvila y Burgueros, *op. cit.*, p. 163.

e a todos o qual eu de V.A. espero e lhe mereço me aiude V.A. com efeito a quietar a rainh^a minha senhora e a lhe pedir ã não cõvê de mais ã tal mudança»¹³⁶.

Este capítulo versa sobre os negócios dinásticos, ou sobre os negócios matrimoniais de D. Sebastião, em especial. Todavia, este excuro sobre o contexto cortesão e da realeza nos primeiros anos no reinado efectivo de D. Sebastião, bem como a tentativa infrutífera de D. Catarina de sair de Portugal não foi descrito em vão. Em primeiro lugar, porque a saída de D. Catarina de Áustria, viúva de D. João III, era motivo de preocupação para a imagem da monarquia portuguesa no contexto externo. Estranhando a posição secundária na governação, depois de anos à frente do poder¹³⁷, a rainha viu-se na necessidade de se recolher numa vida isolada, longe da Corte portuguesa, e no reino em que era infanta¹³⁸. Isto levou D. Sebastião a enviar D. Fernão Martins de Mascarenhas até Filipe II de modo a esclarecer as razões que o impediam de deixar a rainha-viúva abandonar Portugal. Houve, então, movimentação diplomática no sentido dinástico.

Em segundo lugar, é importante falar de D. Catarina de Áustria porque a rainha jamais deixou de estar no topo da orientação das diligências matrimoniais de D. Sebastião, especialmente a partir de 1572 como adiante se justificará. Algumas teses defenderam a «castelhanófilia» de D. Catarina de Áustria¹³⁹, mas a historiografia mais recente, desvinculada do nacionalismo pujante da História de meados do século XX português, pôs de parte a ideia de uma rainha homóloga às ideologias iberistas de Carlos V e Filipe II – efectivamente, nada mais interessaria à rainha-viúva que manter a imagem de um Portugal próspero, independente e seguro como era quando aí chegou, já rainha, em 1525¹⁴⁰. Foi já exposto neste texto que D. Catarina tinha uma grande vinculação ao sangue dos Habsburgo, daí que tenha sido intensa defensora de um casamento do neto em Castela.

¹³⁶ Vide carta de D. Sebastião a Filipe II, ou carta de creditação a Fernão Martins de Mascarenhas (Lisboa, 21 de Junho de 1571). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 389, fl. 117. No apêndice, documento n° 22.

¹³⁷ Desde meados da década de 1540. Ana Isabel Buescu, *D. João III 1502-1557*, Lisboa, Círculo de Leitores, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005, p. 283.

¹³⁸ Bem ao jeito do que fez o irmão, Carlos V, em Yuste, quinze anos antes, em modo de retirada da vida política, e suas irmãs que depois da viuvez regressaram a Castela: Leonor de Áustria em 1547 de Francisco I de França e Maria da Hungria em 1526 de Luís II da Hungria.

¹³⁹ Queiroz Velloso, principalmente em “A Política Castelhana de D. Catarina de Áustria”. *Estudos Históricos do Século XVI*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1950, pp. 37-133. Também Francisco de Sales Loureiro sustenta essa leitura, em *D. Sebastião e Alcácer-Quibir[...]*, p. 53.

¹⁴⁰ Ana Isabel Buescu e Annemarie Jordan, as principais biógrafas da rainha, reflectem-no nas respectivas biografias supracitadas.

Com a morte do padre Borja e do papa Pio V, ambos em 1572, a rainha viu que pouco mais havia que fazer, perdendo com o primeiro um dos seus principais aliados¹⁴¹. Para seu alívio, a influência dos irmãos jesuítas sobre a pessoa de D. Sebastião tinha os dias contados.

Contudo, D. Catarina de Áustria não foi a única que desejou afastar os Gonçalves da Câmara da privança de D. Sebastião. D. Hernando Carrillo de Mendonza chegou a comentar com Filipe II que achava ser obra da influência do confessor e escrivão da pureza a irresolução matrimonial do rei, e que o assunto necessitava de cautela e rapidez de decisão¹⁴². Em 1570, D. Sebastião e o seu séquito foram recebidos pelos alunos da Universidade de Coimbra com um pateado, enquanto pasquins eram distribuídos pela cidade, denunciando a política do «mancebo» D. Sebastião, mal orientada por «um velho [cardeal-infante] sem saber e dois irmãos sem consciência [que] deitam este reino a perder». Estas manifestações marcaram o começo do declínio dos três eclesiásticos no quotidiano régio¹⁴³. Não deixa de ser irónico o facto de a viagem ter sido idealizada pelos irmãos jesuítas¹⁴⁴. Em 1573, numa viagem realizada pelo rei, os cortesãos que iam contra os Gonçalves da Câmara, aproveitaram para mostrar o quão danosa fora a acção destes sobre o reino, marcando, irreversivelmente, a posição dos Gonçalves da Câmara junto de D. Sebastião¹⁴⁵.

Neste contexto, foram progressivamente afastados, e D. Catarina foi reintegrando o elenco governativo pelos bastidores. O cardeal foi manifestamente apartado não só pela reaproximação do neto à avó, como por ser contrário às políticas de intervenção militar contra o Turco, a partir de 1571, vindo a recolher-se ao mosteiro de Alcobaça. Muito embora o cardeal tivesse mandado erguer o seu túmulo em Évora, esperando morrer nos anos seguintes, viu-se constantemente chamado ao cerne do governo português, nomeadamente durante a primeira jornada a África de D. Sebastião, em 1574, e na sua curta estada no Algarve em 1576¹⁴⁶.

¹⁴¹ Maria Augusta Lima Cruz, *op. cit.*, p. 210.

¹⁴² Vide carta de D. Hernando de Carrillo de Mendonza a Filipe II (Évora, 6 de Dezembro de 1569) publicada em *CODOIN*, tomo XXVIII, p. 560.

¹⁴³ Maria Augusta Lima Cruz, *op. cit.*, pp. 187-188.

¹⁴⁴ Augusto Mendes Simões de Castro, “Notas acerca da vinda e estada de el-rei D. Sebastião em Coimbra”, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1922, p. 4.

¹⁴⁵ Francisco de Sales Loureiro, *op. cit.*, pp. 152-156. Muito embora os dois favoritos não tivessem comparecido na viagem, um outro irmão, João, integrava o séquito. Sobre a dita jornada, veja-se Idem, *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve*, Lisboa, Edições Horizonte, 1978.

¹⁴⁶ Amélia Polónia, *D. Henrique. O cardeal-rei*, Lisboa, Círculo de Leitores, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005, pp. 185-187.

Foi no seguimento destes conflitos internos e do casamento de Margarida de Valois com Henrique de Bourbon que se assistiu a uma grande viragem nas orientações matrimoniais de D. Sebastião.

1.3. Novos horizontes matrimoniais para D. Sebastião (1572-1578)

A partir de 1572, as manifestações políticas de D. Catarina foram essencialmente três: afastar Luís e Martim Gonçalves da Câmara de D. Sebastião¹⁴⁷, encontrar um casamento para o neto e dissuadi-lo de empreender a Jornada a África¹⁴⁸. Idealizando uma visita de D. Sebastião a Filipe II, em forma de romaria, D. Catarina buscava aproximar o neto da mãe e, principalmente, de Filipe II¹⁴⁹. O objectivo da rainha prendia-se com o facilitar o diálogo entre os dois monarcas e, assim, encaminhar mais rapidamente o casamento para o neto e para que recebesse conselho mais experiente do monarca castelhano, longe das palavras dos seus favoritos.

A jornada, mesmo assim, foi posta de parte. Muito embora D. Sebastião estivesse disposto a realizá-la, Filipe II considerou-a «de tanto embaraço para mi y de tan poco provecho para el [D. Sebastião]»¹⁵⁰.

Nesta fase, D. Catarina e D. Joana de Áustria lançavam para o plano matrimonial de D. Sebastião – a pedido de conselho deste¹⁵¹ – a filha do duque da Baviera, Maximiliana Maria (1552-1614). Não era uma proposta nova.

Em 1570, D. Juan de Zúñiga, embaixador castelhano em Roma, já dizia ao seu rei que o duque Alberto V pretendia casar uma das suas filhas com o duque de Anjou, Henrique de Valois, mas que o rei de França havia adiado o trato do negócio, talvez porque o plano era casar o duque de Anjou com Isabel I de Inglaterra ou pela vontade do próprio irmão de Carlos IX. Propôs o embaixador que se o duque da Baviera não quisesse casar as filhas na Alemanha, que se aguardasse o desfecho das diligências entre D.

¹⁴⁷ Vide carta de D. Juan de Borja a Filipe II (Lisboa, 24 de Dezembro de 1572). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 390, fl. 134.

¹⁴⁸ Vide carta de D. Juan de Borja a Filipe II (Lisboa, 8 de Setembro de 1572) citada em Visconde de Santarém, *Quadro Elementar* [...], tomo II, p. 117.

¹⁴⁹ Alfonso Danvila y Burgueros, *op. cit.*, pp. 187-191.

¹⁵⁰ Vide carta de Filipe II a D. Juan de Borja (Madrid, 7 de Fevereiro de 1573). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 388, fl. 154.

¹⁵¹ Queiroz Velloso, *D. Sebastião 1554-1578* [...], p. 179.

Sebastião e Margarida de Valois. Se acaso não se concluíssem, teriam no duque da Baviera um resguardo¹⁵².

Desejou-se para D. Sebastião um casamento de estatuto (filha de Imperador ou filha de rei), segundo consta nos tópicos justificativos a este declarados para que casasse com Margarida de Valois. Contudo, não era tempo de se procurarem posições. A urgência era casar D. Sebastião, que era rei há já quinze anos e estava no quinto ano de reinado efectivo. A falha diplomática em casar o monarca com duas princesas cristãs provocou alguma tensão e pressão na Corte portuguesa.

As tendências de levar para África um exército com fim de recuperar a força marroquina portuguesa, bem expressas nas últimas Cortes de Lisboa, em 1562¹⁵³, foram agravadas pelas consecutivas visitas dos enviados pontifícios, entre 1570 e 1572. O objectivo destas fora convencer D. Sebastião a participar na Santa Liga, projecto de Pio V e que seria brevemente continuado pelo sucessor, Gregório XIII. Face à hipótese de vir a ter um papel relevante na política internacional e na luta contra o Turco, D. Sebastião começou a delegar para segundo plano a ideia de casar¹⁵⁴.

O casamento do monarca com Maximiliana Maria da Baviera acolhia consenso entre todos. O rei pedia que D. Joana e D. Catarina de Áustria interviessem junto de Maria de Áustria, imperatriz do Sacro-Império, no sentido de esta persuadir o duque Alberto V a ceder a filha para Portugal¹⁵⁵.

O casamento na Baviera era uma excelente hipótese para Portugal, e duas razões a isso atestam: a primeira em termos geracionais, dado que a filha do duque era quase da mesma idade que D. Sebastião (tinham menos de dois anos de diferença, sendo ela mais velha, mais ou menos o mesmo caso que os pais do rei)¹⁵⁶; a segunda razão prende-se com a força da Cristandade, de acordo com a mentalidade religiosa da época. Alberto V foi um grande activista durante a Dieta de Speyer, em 1570. Nela se decretou a limitação das impressões às cidades imperiais livres, de residência e universitárias, como meio de controlar o crescente protestantismo¹⁵⁷.

¹⁵² Vide carta de D. Juan de Zúñiga a Filipe II (Roma, 14 de Março de 1570). Citada em José de Castro, *op. cit.*, pp. 31-32.

¹⁵³ Francisco de Sales Loureiro, *D. Sebastião e Alcácer-Quibir[...]*, pp. 135-137.

¹⁵⁴ Maria Augusta Lima Cruz, *op. cit.*, p. 219.

¹⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 221.

¹⁵⁶ Idem, *ibidem*, pp. 221-222.

¹⁵⁷ Dietmar Heil, *Die Reichspolitik Bayerns unter der Regierung Herzog Albrechts V.(1550-1579)*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1998, pp. 450-451. Consultado em <http://daten.digital-sammlungen.de/~db/0004/bsb00047284/images/index.html?id=00047284&groesser=&fip=193.174.98.30&no=&seite=1>, a 19 de Novembro de 2017.

D. Sebastião parecia empenhado em levar o projecto avante, tal como acontecera com Margarida de Valois. Filipe II tentava, à época, manter-se discretamente no assunto, dado que o sobrinho lhe negava o apoio diplomático. Porém, não foi razão suficiente para que o monarca castelhano deixasse de intervir. E porque não respeitou o rei católico a exigência do homólogo português?

Foi em 1570 que D. Sebastião participou ao delegado papal a intenção de, no futuro, poder vir a ser genro de Filipe II, pelo casamento com Isabel Clara Eugénia. Dois anos depois, a ideia era cada vez mais uma realidade palpável, pelo aproximar da idade nupcial da princesa. A verdade é que Filipe II não tinha intenção de casar a filha primogénita com o sobrinho, e muito provavelmente com ninguém, não lhe sendo conveniente ver Isabel Clara Eugénia casada ou comprometida com brevidade. Receava, provavelmente, que, à sua própria morte, o sobrinho viesse a reger toda a península¹⁵⁸. Deste modo, propunha Maximiliana a D. Sebastião, como forma de escapar a essa união.

Uma outra hipótese estava no plano internacional: a filha do duque Carlos III de Lorena (1543-1608)¹⁵⁹, Cristina de Lorena (1565-1637), uma Habsburgo por lado paterno. Mas há um pormenor a ressaltar e que foi determinante para levar Filipe II a eliminar esta hipótese da lista: a idade. Sendo Cristina de Lorena ainda criança, o tempo de espera para se poder unir a D. Sebastião em matrimónio era longo e passível de sofrer alterações entretanto, ao passo que Maximiliana tinha idade e estava perfeitamente apta para casar; se isso acontecesse, afastaria o pretendente à mão da filha, Isabel Clara Eugénia.

Ainda que, por agora (1572-4), o monarca tivesse dois filhos varões, e um herdeiro presuntivo depois de três anos de sobressalto (entre a morte de Carlos Lourenço, 1568, e o nascimento do príncipe D. Fernando, 1571), não é despiciendo imaginar Filipe II como bastante cauteloso quanto à sua descendência, tendo em conta o seu passado¹⁶⁰ e, inclusivamente, a sua idade avançada e saúde frágil.

Ao tempo de D. Sebastião, verificou-se a prudência de Filipe II em salvaguardar a sua primogénita do matrimónio, que em caso de morte de todos os varões, lhe sucederia no trono. Isso mesmo se denota no facto de Isabel Clara Eugénia só ter contraído

¹⁵⁸ Alfonso Danvila y Burgueros, *op. cit.*, p. 220.

¹⁵⁹ Filho de Francisco I de Lorena e de Cristina da Dinamarca (1521-1590), filha de Cristiano II da Dinamarca e Isabel de Áustria (1501-1526), irmã de D. Catarina.

¹⁶⁰ Filipe II ia no seu quarto casamento. O primeiro (1545) resultara num filho que se virara contra o próprio pai e acabara preso às mãos deste, morrendo pouco depois na prisão. O segundo (1554) nem sequer produzira descendência. No terceiro (1565) surgiram dois rebentos do sexo feminino.

matrimónio depois da morte do pai e da ascensão ao trono do irmão, Filipe III de Castela, em 1599¹⁶¹. Numa conjuntura dinástica europeia difícil como fora a década de 1580, Filipe II manteve reservas quanto ao casamento dos filhos, aguardando o melhor momento para actuar nesse sentido¹⁶². De notar que Carlos Lourenço de Áustria (1545-1568) não casou, e Filipe Hermenegildo de Áustria (depois Filipe III) (1578-1621) casou depois da morte do pai, também em 1599 como a irmã mais velha. Apenas Catarina Micaela (1567-1597), não representando entrave algum ao prosseguimento dinástico enquanto segundogénita do sexo feminino, contraiu matrimónio com o duque Carlos Manuel I de Sabóia, em 1585.

O simples facto de ter havido apoio ao casamento com Lorena podia originar mal-entendidos e conflitos, como foi o caso dos rumores que circularam na corte de Madrid sobre o favoritismo secreto de D. Joana de Áustria quanto a casar o filho com Cristina de Lorena, obrigando a princesa-viúva a enviar recado para o irmão a esclarecer o mal-entendido, afirmando que se tratava de uma mentira¹⁶³.

Apressado, então, Filipe delegou e formalizou o pedido ao duque da Baviera sem afirmação prévia do sobrinho¹⁶⁴. Isto causou a indignação de D. Sebastião que reclamou que «na parte da conclusão e recebimento cuydo que he hum grande desproposito meu responder a preposito, nem cuidar em como nunca foy, nem se vio, nem pode ser recebido e concluydo o meu casamento por criados doutrem, inda que sejam de ElRey meu tio»¹⁶⁵. Aqui se volta a verificar a vontade do rei em se separar dos intentos do tio.

Quanto ao duque da Baviera, agradava-lhe o facto de poder casar a filha mais nova com D. Sebastião de Portugal, sendo o projecto matrimonial favorito de Alberto V¹⁶⁶. A meio de Novembro, o monarca português avançava com a concepção de uma embaixada

¹⁶¹ Esta é a leitura de Fernando Bouza Álvarez para o tardio casamento dos filhos de Filipe II. Fernando Bouza, *D. Filipe I*, Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005, p. 20.

¹⁶² Fernanda Olival, *D. Filipe II, de cognome «O Pio»*, Lisboa: Rio de Mouros, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006, pp. 98-99.

¹⁶³ Vide bilhete de D. Joana de Áustria a Filipe II (São Lourenço do Escorial, 28 de Junho de 1573). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 391, fl. 17, publicado em Alfonso Danvila, *Felipe II y Don Sebastián [...]*, já anteriormente citada, p. 248.

¹⁶⁴ Maria Augusta Lima Cruz, *op. cit.*, p. 221.

¹⁶⁵ Vide instrução de D. Sebastião a D. Duarte de Castelo Branco (Belém, 28 de Agosto de 1573). Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fls. 198-199, publicada em Queiroz Velloso, pp. 180-181. Também no apêndice documental desta dissertação, documento nº 10.

¹⁶⁶ Dietmar Heil, *op. cit.*, pp. 452-453.

a Ratisbona, com o estribeiro-mor da Casa Real, D. Francisco de Portugal, a encabeçá-la¹⁶⁷.

Houve um denominador de veras interessante que se deve anexar a esta fórmula para que se entenda um pouco melhor o recuo de D. Sebastião: a já anunciada jornada ao Alentejo e ao Algarve, em 1573. Esta foi fundamental para reorganizar a estrutura governativa e a orientação estratégica do reinado: nomeadamente, a sublevação da temática bélica e o olhar preponderante para o Sul português, para Marrocos, para o Turco e o papel geopolítico do Magrebe¹⁶⁸. A partir daqui o projecto político-militar que se vai delineando no pensamento do monarca visando Marrocos, começa a interpelar as embaixadas sebásticas¹⁶⁹.

A embaixada do estribeiro-mor, que partiu em Maio de 1574 rumo à Baviera, parou em Madrid para tomar consciência das alterações filipinas e se algum avanço havia sido feito. O enviado interpelou o monarca castelhano com três tópicos, cada um deles relativos às possíveis pretendentes de D. Sebastião: Maximiliana da Baviera ou Cristina de Lorena. D. Francisco de Portugal destacou esta última como o melhor partido, devido à posição geográfica do ducado e à garantia mais riquezas¹⁷⁰.

A inconclusividade do negócio foi reveladora de que Isabel Clara Eugénia era já um partido considerável para, dissimuladamente, abordá-lo sobre um futuro apoio a uma empresa marroquina¹⁷¹. Concluídas as diligências, D. Sebastião resolveu-se «em não pasar dō francisco de portugual (sic) a alemanha»¹⁷².

Poderá ter sido um mal-entendido entre D. Catarina e Filipe II que originou o rompimento com a Baviera – a insistência do rei castelhano em casar D. Sebastião com Maximiliana levou a rainha portuguesa a desconfiar das intenções do sobrinho, que provavelmente atentava contra o casamento do neto, retomando o assunto da doença¹⁷³.

Contudo, não se descarte que a morte de D. Joana de Áustria, em 1573, levava a alterações no plano das diligências. A mãe do monarca português funcionou como um vértice no triângulo que ligava D. Sebastião e Filipe II. Durante os primeiros cinco anos

¹⁶⁷ Vide carta de D. Juan de Borja a Filipe II (Lisboa, 26 de Novembro de 1573). Simancas, AGS, *Estado, Portugal*, leg. 391, fl. 52 apud Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 302.

¹⁶⁸ Francisco de Sales Loureiro, *op. cit.*, pp. 152-156.

¹⁶⁹ Maria Augusta Lima Cruz, *op. cit.*, pp. 228-229.

¹⁷⁰ Vide «Relaçion de lo que se ha pasado con D. Francisco de Portugal desde XXI de Mayo hasta XI de Junio 1574». Simancas, AGS, *Estado, Portugal*, leg. 388, fl. 30.

¹⁷¹ Maria Augusta Lima Cruz, *op. cit.*, p. 229.

¹⁷² Vide carta de D. Sebastião a Filipe II (Belém, 16 de Julho de 1574). Simancas, AGS, *Estado, Portugal*, leg. 392, fl. 62, publicada em Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 328.

¹⁷³ Queiroz Velloso, *op. cit.*, p. 183.

do reinado efectivo de D. Sebastião, a perseverança da princesa foi essencial para sustentar a relação dos dois monarcas. A sua morte comprometeu essa ligação.

Quanto a isso, foi D. Catarina de Áustria quem mais sinais de preocupação revelou. Achou por bem considerar (agora mais fortemente que nunca) o casamento do neto com a primogénita de Filipe II de Castela. O argumento usado pela rainha foi o de «que auiedo de sperar forzosamente dos años», pela impossibilidade de se concluir o negócio até ao fim do ano seguinte (1575) para que se realizassem as necessárias diligências «para efectuar su casamiento con la hija del duque de Baviera, que seria mas razón sperar otros dos o tres mas por la hija de V. Mag^d. [Filipe II]»¹⁷⁴.

Em Portugal, mais uma vez, uma reversão. A rainha-viúva, o cardeal-infante e os mais altos oficiais do Conselho de Estado do reino eram a favor do casamento em Castela. A reacção de D. Sebastião foi de contentamento. A interpretação é ambivalente: autores defendem que a alegria se devia à nova dilacção ao casamento¹⁷⁵; ou poderia ser, no entanto, devida à possibilidade de concretização do casamento que almejava desde o início da década?

Filipe II, no entanto, recusou ceder a sua filha primogénita em casamento a D. Sebastião. Confrontado com uma série de acusações por parte de D. Catarina de Áustria, escreve que a D. Sebastião interessa ter descendência varonil o mais rapidamente possível¹⁷⁶.

A ideia que a rainha de Portugal elaborou em 1574 voltou dois anos depois, quando Filipe II, após as muitas insistências de D. Sebastião, aceita reunir-se com o sobrinho no Mosteiro de Guadalupe¹⁷⁷. O golpe da misericórdia fora dado com a embaixada de Pêro de Alcáçova Carneiro, cuja insistência junto do monarca castelhano obrigou-o a ceder.

¹⁷⁴ Vide carta de D. Juan de Borja a Filipe II (Lisboa, 18 de Maio de 1574). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 392, fl. 47, parcialmente transcrita em Alfonso Danvila y Burgueros, *op. cit.*, p. 213.

¹⁷⁵ Antonio Villacorta Baños-García faz jus à idade da princesa castelhana, que permitia ao rei «dilatar o casamento». *Op. cit.*, p. 177. Também Maria Augusta Lima Cruz afirma ser a dilacção do interesse do rei, *op. cit.*, p. 254. Francisco de Sales Loureiro confirma a aquiescência do monarca ao casamento, em *D. Sebastião e Alcácer-Quibir*, p. 196.

¹⁷⁶ Vide carta de Filipe II a D. Catarina de Áustria (Madrid, 16 de Julho de 1574). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 388, fl. 28.

¹⁷⁷ São diversas as fontes que narram este encontro entre D. Sebastião e Filipe II. Sobre a viagem, cfr. Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fls. 272-288v e Évora, BPE, cód. CIII/2-17, fls. 161-162v. Sobre a chegada e a recepção do rei português no Mosteiro, cfr. igualmente Lisboa, DGA/TT, «Relação da Entrada de D. Sebastião em Espanha em 1576, feita por D. Juan de San Clemente», *Manuscritos da Livraria*, nº 962 e Évora, cód. CV/1-3, fl. 112v. Sobre a reunião, vide Lisboa, BNP, *Fundo Geral*, cód. 887, fls. 266-271. Bibliograficamente, há uma obra exclusiva sobre o assunto, elaborada por Antonio Rodriguez Moñino, *Viaje a España del Rey Don Sebastián de Portugal (1576-1577)*, Valência, Editorial Castalia, 1956. Sobre o Mosteiro e o seu papel na relação entre Portugal e Castela, vide Arturo Alvarez, «Relaciones entre Portugal y el Real Monasterio de Guadalupe en la época del os grandes descubrimientos». *Congresso Internacional de História dos Descobrimientos. Actas*, vol. IV, Lisboa, 1961,

As “vistas” entre os monarcas deram-se em Dezembro de 1576, entre 22 desse mês e o segundo dia do ano seguinte. Um encontro de dois monarcas, nos finais do século XVI, tratava-se de um acontecimento em vias de extinção. As formalidades e a etiqueta que começavam a pautar o funcionamento das Cortes e da vida régia, e todo o quotidiano do monarca, impediam-no de se mover pouco para lá da Corte.

Os assuntos debatidos foram, sobretudo, o planeamento do casamento de D. Sebastião com Isabel Clara Eugénia, e a preparação da Jornada a África. O que podia ter sido um momento salutar culminou, no entanto, no asoberbar da personalidade irascível do jovem monarca português, que terminou bruscamente a reunião¹⁷⁸. Contudo, afirma a documentação, que o contrato de casamento fora afluído e oralmente acordado entre ambos. No caminho de regresso, D. Sebastião narrou a João Gomes da Silva que «também tratamos do meu casamen^{to}, como de cousa de q̃ tenho a lembrança q̃ he razão»¹⁷⁹.

O papado manteve-se no assunto. Pio V (1566-1572), durante a resolução do casamento em França, foi bastante «intervencionista». Sem contar com a acção dos núncios papais junto da Corte portuguesa, o papa escreveu directamente ao rei¹⁸⁰, à rainha¹⁸¹ e ao cardeal-infante¹⁸² num só dia, interpondo as suas opções. O sucessor, Gregório XIII (1572-1585), não foi tão interventivo (pelo menos directamente) na matéria matrimonial. D. Sebastião, obediente à Santa Sé, recebia e considerava a palavra do Pontífice sobre o assunto. Na carta a João Gomes da Silva, acima citada, completa «porq̃ as q̃ S. Santida^{de} me tẽ mandado fazer por vos [João Gomes da Silva] sobre elle [o casamento], me não obrigão menos, q̃ o q̃ a isto devo a meus Reynos e q̃ vendo quam dividido he dar razão destas cousas e de my a S.Santida^{de}, me pareceo mandarvos logo, q̃

pp. 1-29 e ainda Isabel Maria Ribeiro Mendes Drumond Braga, *O Mosteiro de Guadalupe e Portugal: séculos XIV-XVIII: contribuição para o estudo da religiosidade peninsular*, Lisboa, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

¹⁷⁸ Queiroz Velloso, *op. cit.* pp. 232-233.

¹⁷⁹ Vide carta de D. Sebastião a João Gomes da Silva (Guadalupe, 1 de Janeiro de 1577). Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fl. 156v.

¹⁸⁰ Vide breve “Non facile”, do papa Pio V a D. Sebastião (Roma, 6 de Agosto de 1570), publicado em *Corpo Diplomatico Portuguez*, tomo X, pp. 384-386. Ao rei voltaria a corresponder sobre o assunto no ano seguinte, a 1 de Maio de 1571, com o breve «Cum Dilectus», publicado em Idem, *ibidem*, pp. 402-404.

¹⁸¹ Vide breve “Accepimus litteras” do papa Pio V a D. Catarina de Áustria (Roma, 6 de Agosto de 1570), publicado em Idem, *ibidem*, pp. 383-384.

¹⁸² Vide breve “Quamuis nunquam”, do papa Pio V ao cardeal-infante (Roma, 6 de Agosto de 1570), publicado em Idem, *ibidem*, pp. 387-388. A D. Henrique voltaria a escrever (enquanto *legado a latere*) sobre o assunto e a sua importância, no breve “Posto Reformationem” (Roma, 23 de Agosto de 1570), publicado em Idem, *ibidem*, p. 390.

de minha parte deis conta a S. *Santida*^{de} disto, ã dellas lhe ateagora poso dizer, ficando cõ a obrigação de fazer saber a S. *Santida*^{de} a resolução de tudo»¹⁸³.

Queiroz Velloso confirmou que D. Sebastião desejava «que os desposórios se anunciassem antes do seu regresso a Portugal». Mas Filipe II adiou tal declaração, preferindo fazê-lo quando Isabel Clara Eugénia atingisse a idade nupcial. Não deixa de ser curioso reparar que foi D. Sebastião quem mais se empenhou em levar este negócio avante. E se se tratasse de uma inteligente fórmula de modo a persistir no controlo da sua independência face a Filipe II? De qualquer forma, havia um acordo oral entre os monarcas ibéricos.

No ano seguinte, em Lisboa, circulava o embaixador da Toscana¹⁸⁴, que em audiência com o rei português «se abriu em fallar sobre casamento da Filha do Grão Duque, abrindo-se inda mais no dote»¹⁸⁵. Então, o soberano português encarregou o embaixador em Roma, João Gomes da Silva, de diligenciar secretamente junto de Francisco I de Médicis, grão-duque da Toscana, o casamento com a sua filha, Leonor de Médicis (1566-1611), uma Áustria do lado materno¹⁸⁶. Notava-se o tom sussurrante no seu discurso: «e tentardes todos os pontos della [matéria do casamento] como de vós, sem parecer, que a vossa hida a Florença foy com este intento, rodeando todas as praticas della para poderdes alcançar o fim, que nella pertendo»¹⁸⁷. Requeria-se que as «cartas sobre esta materia virão na cifra, que com esta hirá, pelo grande segredo em que convem, que isto corra»¹⁸⁸, por estar «penhorado em Castela»¹⁸⁹, ou seja, com dívidas matrimoniais para com Filipe II.

Por outro lado, Filipe II mantinha contacto regular com o grão-duque. A mútua correspondência, abundante, era de conselho e apoio na gestão da política interna do grão-

¹⁸³ Vide carta de D. Sebastião a João Gomes da Silva (Guadalupe, 1 de Janeiro de 1577). Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fl. 156v.

¹⁸⁴ Ciro Alidosi, um senhor da Toscânia (c.1520-1589). Foi camareiro do Grão-Duque Cosme I de Médicis. À morte deste, em 1574, fora enviado a Génova, Madrid e Lisboa para a comunicar. Foi embaixador de Francisco I de Médicis em Ratisbona (Baviera), em Viena, e em 1577 foi Embaixador Residente em Madrid e Enviado em Lisboa. Gasparo di Caro, “ALIDOSI, Ciro”. *Dizionario Biografico degli Italiani*, vol. II, 1960, consultado em [http://www.treccani.it/enciclopedia/ciro-alidosi_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/ciro-alidosi_(Dizionario-Biografico)/), a 27 de Fevereiro de 2018.

¹⁸⁵ Vide carta de D. Sebastião a João Gomes da Silva (Lisboa, 28 de Agosto de 1577), publicada integralmente em Diogo Barbosa Machado, *Memorias[...]*, parte IV, liv. I, cap. XIII, pp. 116-119. Em Lisboa, BNP, *Fundo Geral*, cód. 887, fls. 161v.-162 encontra-se um excerto, apenas. É possível que o original tenha desaparecido no Terramoto de 1755.

¹⁸⁶ Filha da ultimogénita de Fernando I do Sacro-Império e de Ana Jagelão, Joana de Áustria (1547-1578).

¹⁸⁷ Vide carta supracitada, publicada em Diogo Barbosa Machado, *Memorias[...]*, parte IV, liv. I, cap. XIII, p. 117.

¹⁸⁸ Vide em Idem, *ibidem*, p. 119.

¹⁸⁹ Vide em Idem, *ibidem*, p. 117.

ducado (mantida desde o casamento de Joana de Áustria – a infiltração dos Habsburgo na casa dos Médicis), e o constante fornecimento de homens e armas a Castela evidenciam a estreita ligação entre Francisco I de Médicis e Filipe II¹⁹⁰. A possibilidade de D. Sebastião ter sabido desta estreita ligação era grande, daí ter recorrido a uma embaixada secreta, fugindo, mais uma vez, à influência do rei castelhano. Buscando apoio fiduciário a partir do «muy grande dote, que o Grão Duque me póde dar», e, com isso, «empregar em serviço de Nosso Senhor, beneficio de meus Reynos, e da Christandade, para que quero tudo». Esta tem sido a hipótese aventada¹⁹¹, a de um negócio puxado a ferros e impaciente, exigindo o orçamento que os planos belicosos de D. Sebastião não possuíam.

A presença de um retrato de D. Sebastião numa miniatura em cartão na Galeria dos Uffizi, em Florença explica a seriedade da decisão de um casamento¹⁹². No entanto, podem sugerir-se mais duas hipóteses: em primeiro lugar, D. Sebastião podia querer deixar Isabel Clara Eugénia numa espera interminável ou num casamento irresoluto, tal como Filipe II lhe fizera em 1568 com a troca dos casamentos. Não se descarta, em segundo lugar, que Filipe II tivesse mão nisso. Ciro Alidosi veio a Lisboa em busca do rei para o fazer saber da disponibilidade da mão da filha do Grão-duque. Uma informação peculiar e incongruente com a cronologia está patente na instrução a João Gomes da Silva, quando o monarca lusitano o informa da «soposta a idade, que já tem a Filha mais velha do Grão Duque, que responde à obrigação, que tenho de me apressar no que toca à minha sucessão, em que o Papa vos tem fallado pelos termos, de que me avizastes»¹⁹³. Contudo, Leonor de Médicis tinha a idade de Isabel Clara Eugénia! Relembre-se, inclusive, que não era a primeira vez que Filipe II se impunha a bloquear o casamento do sobrinho com a sua primogénita. Se a busca de D. Sebastião era meramente pecuniária, saiu diplomaticamente vitorioso com um câmbio de duzentos mil réis de Florença¹⁹⁴.

Os médicos aconselhavam D. Sebastião a casar somente depois dos vinte anos, e que, se assim se cumprisse, até aos vinte e cinco anos se regesse de acordo com uma

¹⁹⁰ Luis Fernández y Fernández de Retana, “Mirada a la Hacienda y la diplomacia”. *Historia General de España*, coordenação de Menendez Pidal e direcção de José María Jover Zamora, tomo XXII, *España en el Tiempo de Felipe II (1568-1598)*, por Luis Fernández y Fernández de Retana, vol. II, Madrid, Espasa-Calpe, S.A., 4ª edição, 1981, p. 740.

¹⁹¹ Maria Augusta Lima Cruz, *op. cit.*, p. 254.

¹⁹² Bernardo da Gama Lobo Xavier, *Retratos Ignorados de D. Sebastião – Contributo para a iconografia dos últimos príncipes de Avis e algumas variações sobre “O Desejado”*, Estoril, Príncípia, 2008, pp. 23-24.

¹⁹³ Vide carta de D. Sebastião a João Gomes da Silva supracitada, publicada em Diogo Barbosa Machado, *op. cit.*, p. 117.

¹⁹⁴ Vide carta de D. Sebastião a João Gomes da Silva (Salvaterra, 9 de Janeiro de 1578). Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fl. 164.

política de frugalidade nupcial¹⁹⁵. Contudo, quis o monarca intervir militarmente na política marroquina antes disso, aos vinte e quatro anos, e com essa idade morreu em Alcácer-Quibir, a 4 de Agosto de 1578.

Seguindo a justificação do rei-cavaleiro¹⁹⁶, recorde-se o exemplo de Carlos V, de quem D. Sebastião era neto (e cheio de orgulho de o ser¹⁹⁷). O imperador, embora regesse tanto o Sacro-Império como Castela, só casou aos 26 anos. D. Sebastião era um forte admirador do avô e das suas façanhas bélicas¹⁹⁸ – porque não, então, fazer o mesmo e casar só depois de se estrear na guerra?

Entretanto, Filipe II recusou liminarmente casar Isabel Clara Eugénia por questões dinásticas, e por mera (ou tudo menos mera) precaução face às fatalidades do tempo¹⁹⁹. Estaria a guardar a infanta, eventualmente, até para a resolução do problema da Flandres. Em 1574, surgia a ideia de que a infanta deveria ser feita governante dos Países Baixos e contrair matrimónio com um filho do imperador Maximiliano II²⁰⁰. Efectivamente, isso veio a concretizar-se. Quando o cardeal Alberto de Áustria assumiu as funções de governador, em 1596, houve a necessidade de este resignar aos votos cardinalícios para poder tomar por esposa Isabel Clara Eugénia, em 1599. Ambos governaram nos Países Baixos, em conjunto, até à morte de Alberto, em 1621. A princesa continuaria regente durante o reinado do sobrinho, Filipe IV, até à sua morte em 1633.

¹⁹⁵ Maria Augusta Lima Cruz, *op. cit.*, p. 171.

¹⁹⁶ Bernardo da Gama Lobo Xavier, *op. cit.*, p. 14.

¹⁹⁷ E que queria ser percussor: «A experiencia do passado nos Reys, e Principes, que por si fizeram jornadas, e muito cursarão a guerra, ainda em roins successos, se vio não morrerem nella os mais. O Emperador meu Avô perigos passou, muitos forão, e grandes; não menos continuação nelles em largo discurso de tempo, e finalmente quasi toda a vida, sem nelles a perder, mas ganhando o que nelles alcançou, que he muito mais, que muitas vidas.» Vide instrução de D. Sebastião a D. Luís da Silva (Salvaterra, 22 de Novembro de 1577), publicada em Diogo Barbosa Machado, parte IV, liv. I, cap. XII, pp. 103-107.

¹⁹⁸ José Pereira Baião, *op. cit.*, p. 247.

¹⁹⁹ Pedro Serralheiro Amorim, *op. cit.*, p. 162.

²⁰⁰ Vide carta de D. Luis de Requesens para D. Juan de Zúñiga (Bruxelas, 16 de Março de 1574), citada por Henry Kamen, *Filipe I – o Rei que uniu Portugal e Espanha*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2005 (original *Philip of Spain*, Yale University Press, 1998), p. 220.

Capítulo II

Segundo Espaço: do Atlântico ao Pacífico – Negócios Marítimos

«mas o seu fundamento [dos franceses e ingleses]
hé sayr ao már E fazerem todo o dano q̃ puderẽ»²⁰¹

O território português do século XVI estendia-se desde a sua área metropolitana até às diversas posições ultramarinas situadas entre os continentes americano, africano e asiático. Sendo um Império de grandes dimensões e absolutamente disperso, a sua gestão implicava dispendiosos custos e sacrifícios populacionais ao território metropolitano, por vezes acima das capacidades demográficas²⁰².

No contexto desta dissertação, é o espaço atlântico o que mais atenção requer. Saliente-se que nos outros territórios – Índico e Asiático –, não houve interacção tão intensa com outros reinos cristãos, exceptuando com Castela. Com esta manteve-se a última grande disputa diplomática do território ultramarino português no Oriente (que bem marcara os primeiros anos do reinado de D. João III até ao Tratado de Saragoça de 1529²⁰³): as ilhas Molucas. Para o extremo oriental, destacaram-se as diligências com a Santa Sé para a criação da diocese de Macau, que se abordará no capítulo seguinte, pela sua relevância no contexto da política externa portuguesa²⁰⁴.

²⁰¹ Vide cifra anónima (Paris, 26 de Junho de 1572). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-3, fl. 39. No apêndice, documento nº 31.

²⁰² João José Alves Dias, “A População”. *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e de A. H. de Oliveira Marques, vol. V, coordenação de João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Presença, 1999, p. 20.

²⁰³ Relembre-se que o duplo enlace matrimonial de 1525 e 1526 deveu-se, em parte, à conclusão de um acordo sobre as ilhas Molucas, que fez mover bastante tinta diplomática entre as Cortes de D. João III e Carlos V, vindo a desembocar no Tratado de Saragoça, em 1529. Artur Basílio de Sá, “Questão das Molucas”. Direcção de Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal*, volume IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, pp. 328-329. Também Isabel Drumond Braga, *Um Espaço, Duas Monarquias (Interrelações na Península Ibérica no tempo de Carlos V)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa/Hugin Editores, 2001, pp. 117-142. Inter alia, idem, “Molucas”. *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, direcção de A. H. de Oliveira Marques, vol. I, 2º tomo: De Macau à periferia, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, pp. 297-355.

²⁰⁴ Descartam-se, desde logo, as relações com as sociedades e os Estados autóctones das várias posições do Império português. Por não se enquadrar no tema desta dissertação, a diplomacia exercida *in loco* nas várias posições da Expansão portuguesa não será alvo de foco. Deve-se referir apenas que é um assunto a considerar pela História Diplomática e pela História Marítima e da Expansão, pois fraca é a sua presença no relevo historiográfico. Relembrando as palavras de Pedro Soares Martínez, *História Diplomática de Portugal* [...], pp. 101-102: «a análise crítica da expansão portuguesa revela que ela foi sobretudo obra de diplomatas. Embora, as mais das vezes, naturalmente, esses diplomatas nem tivessem consciência de que o eram». Uma recente dissertação de mestrado em Relações Internacionais aflorou esta matéria. Contudo que não se baseie em fontes históricas, acaba por ser um bom trabalho de teoria das relações internacionais para o século XVI português. Inês Pires Maciel, *A Diplomacia Portuguesa no Oriente (1498-1595). Uma perspectiva histórico-diplomática*, dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Sociais e

A realidade atlântica quinhentista fez com que o espaço marítimo português tivesse de lidar com um perigo novo: o corso e a pirataria²⁰⁵. Este fenómeno assolou constantemente a navegação lusa, tendo sido motivo de muitas embaixadas portuguesas. D. João III teve de lidar com estes ataques durante praticamente todo o seu reinado²⁰⁶ – de Marrocos por toda a costa africana, passando pelo Atlântico, das ilhas ao Brasil, perpetrados principalmente por franceses, ingleses e, inclusive, turcos, venezianos e castelhanos²⁰⁷.

A Expansão trouxe mudanças estruturais à política externa portuguesa na menoridade de D. Sebastião. Na regência de D. Catarina, o embaixador em Madrid, D. Francisco de Faro, sublinhou a passividade portuguesa perante os descalços provocados por franceses e ingleses na Costa da Mina. Pediu, escandalizado, que «por amor de deus que não peçamos sempre esmola porque des que qua estou numqua houtra cousa fiz senão pedir cartas de favor para ofensas Recebidas De que nōlas quer fazer se lhe mostrassemos hos dentes huñ dia a franceses e a ingleses por ventura que seriamos melhor livrados»²⁰⁸, mostrando uma aversão aos actos e propondo uma forma de defesa perante as ofensas. Esta forma de pensamento, fortemente robustecida durante a regência do cardeal-infante, favoreceu a política externa portuguesa no sentido autónomo, defensivo e arguto, tal

Humanas da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2013 (disponível online em <https://www.repository.utl.pt>, consultado a 15 de Novembro de 2015).

²⁰⁵ Joaquim Romero de Magalhães, «O enquadramento do espaço nacional». *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, volume V – *No alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, coordenação de Joaquim Romero de Magalhães, Casais de Mem Martins, Rio de Mouro, Lexicultural – Actividades Editoriais, Lda., 2002 por cortesia de Círculo de Leitores, Lda, ed. 1993, pp. 36-38. Assunto relativamente bem explorado na Historiografia Portuguesa, especialmente para o século XVI. *Inter alia*, Ana Maria Pereira Ferreira, *Problemas Marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Cascais, Patrimónia, 1995 e *O essencial sobre o corso e a pirataria*, [Lisboa], Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. Ainda Alexandra Maria Pinheiro Pelúcia, *Curso e pirataria: presas portuguesas no Golfo de Bengala (1516-1666)*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (séculos XV-XVIII) apresentada à Universidade Nova de Lisboa, 1998. Também bastante relevante para o estudo da organização diplomática, a par da bélica, Gonçalo Couceiro Feio, Jorge Guerreiro, Miguel Seixas, *Pirataria e Corso no litoral brasileiro no reinado de D. João III*, Lisboa, Direcção do Serviço Histórico-Militar, 1994. No tocante à matéria jurídica, é necessário consultar a tese de doutoramento de Ruy de Albuquerque, *As Represálias: estudo de história do direito português: sécs. XV e XVI*, 2 volumes, Lisboa, [s.n.], 1972. Para a definição dos conceitos, Luís Ramalhosa Guerreiro, “Curso e Pirataria nos Descobrimentos”. Direcção de Luís de Albuquerque, Coordenação de Francisco Contente Domingues, *Dicionário de História dos Descobrimentos portugueses*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 296-301. E Alexandra Pelúcia, “Curso e Pirataria”. *Dicionário da Expansão Portuguesa, 1415-1600*, coordenação de Francisco Contente Domingues, volume I – de A a H, Lisboa, Círculo de Leitores, 2016, pp. 309-313.

²⁰⁶ Ana Isabel Buescu, *D. João III 1502-1557*, Lisboa, 2005, pp. 232-234.

²⁰⁷ Vide «Carta em que hum Ministro dá o seu parecer a hum concelheiro de estado sobre hũ certo subcidio ecclesiastico». Évora, Biblioteca Pública de Évora (BPE), cód. CV/1-39 d, fl. 3.

²⁰⁸ Vide carta de D. Francisco de Faro a D. Catarina de Áustria (regente) (Madrid, 21 de Abril de 1559). Lisboa, DGA/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 103, doc. 62.

como sugeria D. Francisco de Faro, tanto face a França e Inglaterra e como à Castela imperialista²⁰⁹, como em seguida se constatará.

2.1. Problemas marítimos com França: o imenso Atlântico

Pouco depois do achamento do Brasil, uma fiscalização começou a ser feita na costa do território sul-americano, em 1516, pelo capitão Cristóvão Jacques. Tal acontecimento deveu-se à presença de naus francesas na costa brasileira²¹⁰, facto que expôs o projecto que Luís XII (r. 1498-1515) desenvolveu e Francisco I da França (r. 1515-1547) pôs em prática: a Expansão marítima francesa.

A posição continental do reino gálico concentrava-o no Mediterrâneo. Em rigor, o acentuar das hostilidades castelhanas no território italiano e dos conflitos com o papado não permitiram à França outras realidades. Só viria a conhecê-las depois de uma pacificação com Roma, durante o papado de Leão X²¹¹. Pelos anos seguintes, ver-se-iam grupos corsários organizados a navegar pelos mares portugueses, financiados pela nobreza francesa e, ao mesmo tempo, com a complacência da Coroa.

Quando Henrique II de Valois (r. 1547-1559) herdou o trono do pai²¹² contava com uma boa guarnição funcional, encontrando-se num dos momentos mais estáveis da relação luso-francesa. Foi um resultado da criação do tribunal de Bayonne (1537), no qual se reuniam juízes de ambos os reinos para remediar a questão das presas e indemnizações respectivas²¹³.

O território sul-americano foi uma tentação para três personalidades francesas, por razões distintas: política para Catarina de Médicis²¹⁴; religiosa para o almirante de Coligny, que visionava uma colónia para calvinistas no Brasil²¹⁵; e por motivos de prestígio pessoal o próprio Nicolau Durand de Villegaignon, cavaleiro da Ordem de

²⁰⁹ Jorge Borges de Macedo, “Portugal na Europa dos Habsburgos[...]”, p. 23.

²¹⁰ Joaquim Romero de Magalhães, “O Reconhecimento do Brasil”. Direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa*, volume I – A Formação do Império (1415-1570), Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 200-202.

²¹¹ Michel Mollat, “Chapitre II. La Reconstruction, 1440-1515”. *Histoire de La France*. Direcção de Georges Duby, vol. II – Dynasties et Révolutions de 1348 à 1852, Paris, Librairie Larousse, 1971, pp. 56-65.

²¹² Francisco I de França, que sempre combateu contra a divisão do Tratado de Tordesilhas, querendo também ele se incluir na divisão do Mundo. Jean Delumeau, “Chapitre III. Renaissance et discordes religieuses, 1515-1589”. Idem, *ibidem*, pp. 78-79.

²¹³ Ana Isabel Buescu, *op. cit.*, p. 232.

²¹⁴ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 135.

²¹⁵ Idem, *O Rio de Janeiro no Século XVI*, volume I – Estudo Histórico, Lisboa, Edição da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965, p. 58.

Malta, que idealizou o plano da «França Antártica»²¹⁶, projecto esse que se viu relegado para segundo plano quando Mem de Sá (governador-geral do Brasil entre 1556 e 1572) lançou um ataque com vista à expulsão total da presença francesa da Baía de Guanabara, em 1566, onde se fundou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro²¹⁷. Para além desta derrota, a conjuntura dinástica francesa, com as consecutivas mortes dos monarcas, também não favoreceu o sucesso do projecto²¹⁸.

Porém, a ideia de uma «França Antártica» continuava bem assente no imaginário francês. O seu enraizamento na política dos Valois pôde se observar na imagética da entrada régia de Henrique II e Catarina de Médicis em Ruão, em 1550, onde «d’authentiques brésiliens et des normands déguisés en “sauvages” donnèrent un spectacle»²¹⁹. Foi com este cenário que tanto D. Catarina de Áustria, como o cardeal-infante D. Henrique se depararam durante as suas regências, na menoridade de D. Sebastião. Contaram, para a intervenção diplomática, com João Pereira Dantas que, junto dos monarcas franceses²²⁰, entre 1557 e 1569, defendeu os direitos de Portugal à navegação e comércio no espaço atlântico.

Ao entrar no seu reinado efectivo, D. Sebastião tinha já garantido o domínio sobre a Baía de Guanabara (conquistada precisamente um ano antes, a 20 de Janeiro de 1567) e com ele a expulsão dos franceses do largo de São Sebastião do Rio de Janeiro²²¹, que se restabeleceram a leste da cidade, no Cabo Frio. Foi entre 1572 e 1577 que os franceses foram expulsos definitivamente do território brasileiro, muito devido, sobretudo à ausência de união religiosa entre si²²². A expulsão deu-se precisamente durante a fase de reorganização política que o monarca português apreendera sobre o Brasil²²³. A presença francesa voltaria a ser uma realidade na costa brasileira quando D. António, prior do Crato

²¹⁶ Idem, *ibidem*, pp. 57-88.

²¹⁷ Idem, *História de Portugal, volume III – O Século de Ouro (1495-1580)* [...], p. 136.

²¹⁸ Jorge Couto, *A Construção do Brasil*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995, p. 249.

²¹⁹ Vide «Spectacle nautique donné lors de l’entrée royale d’Henri II et de Catherine de Médicis à Rouen, le premier octobre 1550», em Paris, Bibliothèque National de France (BnF), département des Arts du spectacle, Ra-E-7. Descrição da respectiva estampa, em <http://multimedia.bnf.fr/visiterichelieu/grand/asp13.htm>, consultado a 13 de Março de 2018.

²²⁰ E, ao mesmo tempo, diligenciando nos assuntos ingleses. Visconde de Santarém, *Quadro Elementar...*, tomo XV, Paris, J.P. Aillaud, 1854, p. LXXXIX. Sobre esta figura, vide no capítulo IV desta dissertação.

²²¹ Joaquim Veríssimo Serrão, *O Rio de Janeiro no Século XVI* [...], pp. 117-123.

²²² Joaquim Romero Magalhães, “O Reconhecimento do Brasil”. *História da Expansão Portuguesa*. Direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, volume I – A Formação do Império (1415-1570), Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 211.

²²³ Filipe Nunes de Carvalho, “Parte I. Do Descobrimento à União Ibérica”. Direcção de Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques e Coordenação de Harold Johnson e Maria Beatriz Nizza da Silva, *Nova História da Expansão Portuguesa*, volume VI – O Império Luso Brasileiro, 1500-1620, Lisboa, Editorial Estampa, 1992, pp. 163-170.

(1531-1595), quis submeter o território à sua realeza com o apoio de Catarina de Médicis²²⁴.

Toda a extensão atlântica foi um campo para os franceses actuarem contra os portugueses. Em boa verdade, a pirataria francesa era o maior perigo enfrentado no alto-mar pelos navios lusos. Foram feitos dois assaltos por piratas franceses, em 1570 e 1571, quando D. Sebastião se encontrava envolvido nas negociações para o seu casamento com Margarida de Valois²²⁵.

Carlos IX ordenou a libertação das presas portuguesas assim que soube da primeira notícia²²⁶. Todavia, não se encontrou informações que o rei francês tenha resolvido o segundo aprisionamento da mesma forma. Em Outubro de 1571, D. Sebastião dera instrução a João Gomes da Silva, seu embaixador em Paris, para que, em audiência com Carlos IX, apresentasse queixas contra os piratas huguenotes²²⁷. As suas reclamações foram ouvidas. Todavia, a morosidade da resolução do processo foi tal que, até haver resposta, um outro navio vindo do Brasil, carregado de açúcar, fora aprisionado pelos corsários franceses²²⁸.

Em 1572, as suspeitas de investida de corso continuaram, na medida em que uma armada misteriosa era construída nos portos franceses. O seu propósito, desconhecido, inquietou a diplomacia portuguesa desde o momento em que dela tomaram conhecimento. Várias hipóteses foram lançadas; uma delas, por exemplo, foi o alcance do Brasil. Receando que fosse esse o destino, D. Duarte de Castelo Branco, embaixador em Castela, escreveu a Miguel de Moura, tendo «parecer ã tinha» o território sul-americano «de poder ser cobiçado dos franceses», como já o fora.

O secretário de Estado acalmou o embaixador, sugerindo que, na lógica, por nela levarem «tão poucos mantimêtos, não seria *pera* o brasil». Contudo, confessa «ã já se me offerceo o mesmo ã parecia a v.m.». Pensando na hipótese de a armada poder rumar a Portugal, Miguel de Moura descarta-a, comentando: «Verdade seJa ã eu sou de opinião que as guals não Jrão e ã não seruem mais que de arteficio *pera* cõ Elas tyrarmos o

²²⁴ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, pp. 151-153.

²²⁵ Já citados no capítulo anterior. Em 1669, quase cem anos depois do sucedido, o Padre António Vieira deslocou-se a Roma, levando como objectivo conseguir a beatificação dos “Quarenta Mártires do Brasil”. Cf. Ana Leal de Faria, *Arquitectos da Paz[...]*, p. 236.

²²⁶ Vide carta patente de Carlos IX a D. Sebastião (Saint-Germain-en-Laye, 21 de Julho de 1570). Lisboa, DGA/TT, gaveta XV, maço 15, doc. 35, publicado em *As Gavetas da Torre do Tombo*, volume IV, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964, pp. 541-543.

²²⁷ Vide carta de D. Sebastião a João Gomes da Silva (Almeirim, 30 de Outubro de 1571). Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, s.fl., publicada em Edgar Prestage, “Novas informações sobre a embaixada de João Gomes da Silva [...]”, pp. 353-354.

²²⁸ Idem, “A Embaixada de João Gomes da Silva[...]”, p. 10.

pensamento de parte onde Elas não podem Jr E onde eu creio q̃ as nao querem Jr sem Ellas»²²⁹.

No momento, decorriam em Paris as reuniões com o cardeal legado de Pio V, com vista a integrar a França na Santa Liga, na qual Carlos IX se escusou de entrar. João Gomes da Silva interpretou essa negação com dois pontos: o caos social do reino de França («inpossibilitado esta de o poder fazer com gente por a desunyam dos seus sobditos») e a sua desordem financeira («muito menos com dinheiro por suas dividas») ²³⁰. De facto, quando à armada acima citada «lhe falltou *dinheir*^o, [...] o tisoureiro das guales fogio cõ algũ se o tinha»²³¹.

Na opinião do informador, «fazem [dos armadores e da armada] hũa Copia tão Diferente da que per Uezes tenho achado, Como ey De Crer, o que me dizem de taõ longe, E se as la ha parece q̃ falltou o *dinheir*^o que ca não sobeJa E por jssou ou não virão como eu <veyo> [sic=vejo] ou viraõ muy tarde»²³². Ou seja, se planos havia por parte dos franceses para assediar o espaço marítimo português, não haveria motivos para preocupação porque aos franceses não sobrava margem financeira para suportar tais investidas.

Mesmo assim, dado que o fundamento dos piratas e corsários franceses «hé sayr ao már E fazerem todo o dano q̃ puderẽ»²³³ e toda a precaução era necessária²³⁴, em meados de Março de 1572 já o rei português tomara providência: pediu empréstimo ao Deão e Cabido de Évora para resistir aos corsários huguenotes²³⁵ e enviara para as costas francesas um espião, Tomé Lopes de Andrade, de modo a avisar sobre tudo o que de suspeito pudesse aparecer²³⁶.

²²⁹ Vide carta de Miguel de Moura a D. Duarte de Castelo Branco (Lisboa, 5 de Junho de 1572). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-5, fl. 47.

²³⁰ Vide carta de João Gomes da Silva a D. Sebastião (Blois, 23 de Fevereiro de 1572). Harvard, Houghton Library, *Ms. Port. 4554 F* (coleção F. Palha), fls. 9-11v., transcrita por León Bourdon, “L’ambassade de João Gomes da Silva [...]”, p. 85.

²³¹ Vide Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-3, fl. 37v.

²³² Vide cópia de carta dirigida a Miguel de Moura (Bordéus, 24 de Junho de 1572). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-3, fl. 38.

²³³ Vide cifra de Paris de 26 de Junho de 1572. Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-3, fls. 39. Em apêndice, documento nº 31.

²³⁴ Por serem tantos, João Gomes da Silva dizia que «só uma armada os podia metter em ordem». Vide carta de João Gomes da Silva a D. Sebastião (Blois, 4 de Março de 1572), Harvard, Houghton Library, *Ms. Port. 4554 F* (Colecção F. Palha), fl. 5, citada em Edgar Prestage, “A embaixada de João Gomes da Silva [...]”, p. 10.

²³⁵ Vide carta de D. Sebastião ao Deão e Cabido de Évora (Almeirim, 15 de Março de 1572). Lisboa, BNP, *Fundo Geral*, cód. 887, fls. 173-174.

²³⁶ Vide carta de Miguel de Moura a D. Duarte de Castelo Branco (Lisboa, 19 de Julho de 1572). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-5, fl. 55.

Em Abril, França e Inglaterra assinaram um pacto, formando uma Liga de apoio mútuo nas questões marítimas. Mais adiante se desenvolverá o assunto quando se falar dos problemas marítimos entre Portugal e Inglaterra. Convém, por ora, assinalar um aspecto fulcral que muito impressionou os espiões portugueses em França. Depois da assinatura da «liga q̃ EllRey [de França] fez cõ Jnglaterra e alemanha lhe parece q̃ não tem necessydade de mais amizades» – o que sugere que, embora cordial nas audiências ao embaixador português, o rei de França não ia além da etiqueta. João Gomes da Silva propôs a D. Sebastião que, sob estas condições, se encetassem negociações com os próprios criminosos para resolver a contenda²³⁷. Sobre ele se comentava que «antresy [os franceses] dizem q̃ tem *direi*^{to} ao porto de portugual por auer sido antiguamête pouoado De franceses E hũ dos desenhos praticados antre os desta armada sobçedendo confrome a sua tenção. He pojarem as guales em matosinhos e dahy camynharem por terra ao porto, E dahy verão se podẽ fazer algũa cousa em Lixboa E calix [sic=cadix?]; Se Isto são desuairos q̃ escreuo antre eles se praticão»²³⁸.

Por muito que aos olhos do espião o assédio costeiro por parte dos franceses parecesse absurdo, dois meses depois, D. Sebastião mandava vir 2000 homens de Tânger para guarnecer a defesa²³⁹. Nos anos seguintes, registaram-se algumas escaramuças. Em 13 de Novembro de 1574, junto ao Cabo Espichel, ao Sul do Tejo, o capitão Simão da Veiga aprisionou cinco naus francesas, as quais foram sujeitas a processo e sentença²⁴⁰.

No final de 1574, parece ter sido lançado um requerimento régio para que se soubesse quantas injúrias marítimas foram feitas pelos franceses nos últimos dezoito anos (portanto, desde o início do reinado de D. Sebastião, em 1557), perguntando-se pelos roubos aos mercadores do Porto, Vila do Conde, Póvoa do Varzim²⁴¹, os portos minhotos,

²³⁷ Vide carta de João Gomes da Silva a D. Sebastião (Paris, 24 de Setembro de 1572). Harvard, Houghton Library, Ms. Port. 4554 F (Colecção F. Palha), fl. 66, citada em Edgar Prestage, *op. cit.*, p. 11.

²³⁸ Vide cifra de Paris de 26 de Junho de 1572. Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-3, fls. 39-39v.

²³⁹ Vide carta de D. Juan de Borja a Gabriel de Zayas (Lisboa, 9 de Agosto de 1572). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 390, fl. 24.

²⁴⁰ Vide Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-2, fls. 19-24.

²⁴¹ Vide carta do Corregedor da Comarca do Porto a D. Sebastião (Porto, 30 de Dezembro de 1574). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-2, fl. 25.

Coimbra²⁴², e quantos navios haviam sido aprisionados nesse mesmo espaço de tempo²⁴³, entre outras Comarcas²⁴⁴.

Muito provavelmente as informações retiradas deste inquérito foram aproveitadas para a embaixada de D. Nuno Manuel em França (1575-76), alcaide-mor de Marvão. A instrução que o rei lhe passou, a 19 de Dezembro de 1574, mostrou o quanto os problemas marítimos com a França estavam patentes no política externa de D. Sebastião, com as cláusulas que ordenam ao embaixador que procure «q̃ se anulẽ as cartas de marca q̃ são passadas contra Portugueses» e «ter intelligencias nos portos de mar per^a saber das armadas»²⁴⁵. É provável que as respostas dos diversos pontos do país aos quais se fizeram o inquérito tenham pesado no adiamento da ida de D. Nuno Manuel para Paris, o que só ocorreu em Março do ano seguinte²⁴⁶.

Houve um projecto que o monarca português procurou levar avante e «em tempo de J^o Gomez da silua», o anterior embaixador em França (1571-1575), «ficou quasi concluido»: a formação de um tribunal entre ambos os reinos. A instrução demonstra que o objectivo do tribunal seria «a forma do Juizo seJa q̃ em frãça se Julgue os Roubos q̃ os Portugueses fizerẽ a franceses e em Portugal os q̃ os franceses fizerẽ a Portugueses»²⁴⁷.

A 16 de Junho de 1575, um mês depois de D. Nuno Manuel ter chegado à Corte francesa, em Santa Cruz do Cabo Gué, na costa africana, local bastante fustigado por corsários quer bretões quer gálicos, um novo ataque às mãos francesas foi perpetrado²⁴⁸.

Episódios como este marcariam o reinado de D. Sebastião e a sua relação com a França até 1578. Menos de dois anos antes de Alcácer-Quibir, Francisco Giraldes fora preparado para fazer embaixada em Paris. As palavras expressas na instrução que levou são explícitas, pois o «principal intento da embaxada he a anulação das cartas de marcas

²⁴² Vide carta do Corregedor da Comarca de Coimbra a D. Sebastião (Coimbra, 13 de Dezembro de 1574). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-2, fl. 25v-27.

²⁴³ Vide carta do Corregedor da Comarca de Viana Foz do Lima (hoje Viana do Castelo) a D. Sebastião (Ponte de Lima, 1 de Janeiro de 1575). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-2, fl. 26.

²⁴⁴ O assunto estende-se no segundo tomo da *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-2, da Biblioteca da Ajuda, até ao fólho 36v.

²⁴⁵ Vide instrução de D. Sebastião a D. Nuno Manuel (Xabregas, 19 de Dezembro de 1574). Lisboa, BNP, *Fundo Geral*, cód. 887, fl. 10v.

²⁴⁶ Joaquim Veríssimo Serrão, *Documentos Inéditos[...]*, pp. 92-94.

²⁴⁷ Vide instrução citada. Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fl. 10v. Seria o retomar do Tribunal de Bayonne?

²⁴⁸ Vide Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-2, fls. 197-197v.

passadas injustam^{te} e cõ informações falsas dadas pelas mesmas partes ã requerẽ as marcas cõ fauor e aJuda de outras pessoas ã são interessados nellas»²⁴⁹.

2.2. Problemas marítimos com Inglaterra: a costa africana

Da mesma forma que com França, as relações diplomáticas de Portugal com Inglaterra agravaram-se ao longo do século XVI, sobretudo devido a questões marítimas. A política inglesa ia contra a doutrina portuguesa de domínio marítimo absoluto no Atlântico, nomeadamente em África²⁵⁰. A tensão entre os reinos foi especialmente visível depois da interdição imposta por D. Sebastião à presença inglesa nos portos do seu Império, logo no primeiro ano do seu governo.

No início de Quinhentos, a potencialidade marítima de Inglaterra era fraca comparativamente com a portuguesa. O primeiro rei da Dinastia Tudor, Henrique VII (r. 1485-1509), mostrou interesse em expandir os domínios ingleses para o mar²⁵¹, à imagem de Portugal. Assim se expressou, pelo menos, ao contratar de pilotos e construtores navais portugueses²⁵². Henrique VIII Tudor (r. 1509-1547), no entanto, teve uma acção centralizadora do Poder – herdeira da necessidade de fortalecimento da nova dinastia que o pai lhe legou – que visava o incremento do poder régio em Inglaterra: de resto, um ritmo seguido em toda a Europa.

O impulso atlântico foi recuperado por Isabel I Tudor (r. 1558-1603), que se apoiou, sobretudo, na força corsária. Esses corsários atacavam sobretudo o Império castelhano, devido à rivalidade entre Filipe II e a rainha inglesa²⁵³, muito embora neste reinado aumentassem os ataques ingleses as possessões portuguesas em África. O curso inglês, para além do francês, foi uma realidade com que D. Sebastião teve de lidar no Atlântico.

²⁴⁹ Vide instrução de D. Sebastião para Francisco Giraldes (Lisboa, 12 de Agosto de 1576). Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fl. 9v.

²⁵⁰ João Costa Pereira, “Relações de Portugal com a Inglaterra”. *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses [...]*, vol. I, p. 534.

²⁵¹ Jean Aubin, “D. João II et Henry VII”. *Le Latin et L’Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, volume II, Lisboa-Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian – Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugais, 2000, pp. 83-92, especialmente p. 88 *passim*.

²⁵² A. B. Wallis Chapman, “Colonial Rivalry”. V.M. Shillington e A. B. Wallis Chapman, *The Commercial Relations of England and Portugal*, New York, Burt Franklin, 1970 [1ª edição de 1907], pp. 130-131.

²⁵³ João Paulo Oliveira e Costa, “Parte II – O Império Marítimo”. João Paulo Oliveira e Costa (coordenador), José Damião Rodrigues e Pedro Aires Oliveira *História da Expansão e do Império Português*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014, pp. 148-149.

Fique claro que não eram os portugueses os únicos lesados. Tanto piratas franceses como piratas ingleses se atacavam mutuamente²⁵⁴.

Quando D. Sebastião assumiu o governo, em Londres encontrava-se o Dr. Manuel Álvares. A sua missão, enquanto enviado, foi mostrar à Corte londrina o «profundo desgosto» por em Inglaterra não se castigarem aqueles que perpetravam contra as posições ultramarinas portuguesas – facto tão prejudicial à “antiga amizade” dos dois reinos. A declaração do enviado português foi representativa do que se seguiria na década seguinte: o constante movimento inglês pela costa africana, especialmente em São Jorge da Mina e Costas da Guiné²⁵⁵ e o total embargo aos mercadores ingleses e aos seus produtos.

A realidade comercial da Inglaterra quincentista não era prodigiosa. De facto, o reino era auto-subsistente. A condição geográfica impossibilitava-lhe uma produção em maior escala. Foi daqui que partiu a necessidade de dilatar a sua influência comercial, onde havia dois caminhos possíveis: a primeira solução a ser explorada foi a expansão para Oriente, em meados do século XVI, ambicionando as riquezas da Pérsia e do Mar Cáspio, a partir do tráfico com a Rússia. Esta saída foi bem aproveitada pela concomitante política expansionista do czar Ivan IV²⁵⁶, pelo que as intenções se concatenavam. Por outro lado, havia a saída Atlântica, que já fora aproveitada por três reinos cristãos: Portugal, Castela e França. O empenho inglês na exploração marítima e no trato mercantil seria de tal modo intensa que, progressivamente, se havia de afirmar como rival dos Impérios português e castelhano²⁵⁷.

Em África, os ingleses que comercializavam nas «zonas exclusivas» dos portugueses viam as suas embarcações apreendidas por estes. Deste modo, o sentimento de injustiça era recíproco, e ambos reclamavam sucessivamente por indemnizações, através, maioritariamente, da represália.

A presença inglesa, apontada por D. Sebastião como uma violação aos direitos da Coroa portuguesa de navegação e comércio exclusivo na costa africana, subjaz na demonstração de força naval que a «doutrina de Mare Clausum» assumida por Portugal

²⁵⁴ Vide carta cifrada de Londres (6 de Fevereiro de 1573). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-2, fl. 83-90v.

²⁵⁵ Visconde de Santarém, *Quadro Elementar [...]*, tomo XV, pp. 188-190.

²⁵⁶ O moscovita pretendia chegar ao comércio no Mar Báltico. José Milhazes, *Rússia e Europa: uma parte do todo*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013, pp. 25-26.

²⁵⁷ José Damião Rodrigues, “Off the Islands: os Açores no Contexto da Primeira Expansão Inglesa”, separata do IV Colóquio *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, 7 a 12 de Maio de 2006, Núcleo Cultural da Horta, 2007, pp. 89-90.

na sua navegação exigia²⁵⁸. Este princípio desagradou às potências marítimas emergentes como a França e, posteriormente, a Holanda (inclusivamente a Castela) e especialmente a Inglaterra que procurava alargar a sua economia a outros mercados²⁵⁹.

Inglaterra tinha antecedentes criminais na costa africana portuguesa, nomeadamente de tortura, homicídio e pilhagem, levados a cabo na Costa da Guiné entre 1566-1568, por John Hawkins; entre outros, como os irmãos Wynter, corsários, e o pirata Thomas Fleming. Portugal pressionava o reino inglês para que respondesse pelos crimes, daí que, em Março de 1569, se tenha reunido um conselho de Estado para que se sequestrassem todas as fazendas inglesas em Portugal²⁶⁰.

Os castigos contra os crimes de pirataria e corso, em Portugal, cumpriam-se com a pena capital. O assalto perpetrado por Gaspar Caldeira e de Antão Luís à ilha da Madeira, por ordens francesas em 1566, foi considerado um acto de traição. Era provável que estivesse ainda na memória colectiva, quer nacional quer estrangeira, o castigo que em Lisboa lhes fora aplicado e aos franceses que os acompanharam²⁶¹.

Mais tarde, os ingleses contrataram portugueses, assentando em fazer uma armada com vista à tomada da fortaleza de São Jorge da Mina. O irmão de Antão Luís, André Homem, estava preso em Milão em 1574 por essa situação. Em carta a D. Duarte de Castelo Branco, D. Henrique, enquanto regente pela segunda vez, encarregou o embaixador de negociar a vinda do prisioneiro para Portugal, para «versse nelle o exemplo da just^a que se faz em semelhantes delinquentes»²⁶².

Também se registaram assaltos ingleses na costa portuguesa, mas em grau muito reduzido comparativamente com os franceses – por exemplo, em Vila do Conde, há apenas um registo de pirataria em toda a década de 1560-70²⁶³. Aquilo que mais

²⁵⁸ Jorge Borges de Macedo, “O *Mare Clavsvm* na evolução da política externa portuguesa no século XVI”. *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, volume XXXIV, Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995, pp. 142-146.

²⁵⁹ A. B. Wallis Chapman, *op. cit.*, pp. 135-137.

²⁶⁰ Visconde de Santarém, *Quadro Elementar [...]*, tomo XV, p. 216.

²⁶¹ Vide *Memorial de Pero Roiz Soares*, ed. M. Lopes de Almeida, 1953, pp. 11-13. Recordando que o capitão português, acusado de traição, viu as suas mãos serem cortadas junto ao Pelourinho de Lisboa, foi enforcado «no cais de pedra onde o esquareiraõ» e a cabeça ficara na forca durante três dias, bem como a exposição dos seus membros às portas da cidade.

²⁶² Vide carta do cardeal-infante D. Henrique (regente) a D. Duarte de Castelo Branco (Lisboa, 22 de Setembro de 1574). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-1, fls. 174-174v.

²⁶³ Amélia Polónia, *A Expansão Ultramarina numa Perspectiva Local. O Porto de Vila do Conde no Século XVI*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007, p. 175.

preocupava a relação entre Portugal e Inglaterra era não só a violência nos ataques aos territórios, mas também as represálias.

Contudo, ambos os reinos procuravam uma boa relação diplomática – do lado inglês, havia consenso relativamente ao papel estratégico e fundamental do Império português, pelo menos para absorver um pouco da hegemonia castelhana. Da parte de Portugal, o estreitar de laços com a Inglaterra pressagiava a redução do curso, pensamento que acompanhava a diplomacia luso-inglesa desde Cateau-Cambresis²⁶⁴.

Logo no início de 1569, chegou às mãos do rei uma carta de Isabel I, manifestando o desejo de que a boa relação entre os dois reinos devia prevalecer («may sustain»), apesar dos incidentes marítimos²⁶⁵. É curioso referir que, na carta de Marca dada pela rainha aos irmãos Wynter, D. Sebastião fosse reconhecido como «Brother and cosin the king of Portugall»²⁶⁶.

A carta de Marca, de cerca de Junho de 1569, dava permissão régia aos Wynter para se refazerem das perdas, através de represálias²⁶⁷. Ao mesmo tempo, chegavam a Portugal avisos sobre o armamento que em Inglaterra se reunia, levando à pronta reacção de D. Sebastião, que publicou ordem de proibição de comércio com os ingleses.

Isto fez mexer com os privados. Não só porque, como se viu acima, à superfície das relações entre os dois reinos estavam interesses fiduciários. Não admira que tenha sido António Fogaça, um rico mercador, a ajustar as desinteligências entre Portugal e Inglaterra²⁶⁸.

Não era um problema recente, nem os intervenientes recém-chegados, pois mantinham-se desde a menoridade do rei. O cardeal-infante aproveitou a presença de António Fogaça, para solucionar os problemas levantados pela carta de Marca dos irmãos Wynter²⁶⁹.

Em Inglaterra, reunia-se conselho para avaliar as vantagens do comércio com Portugal, acabando por se entender ser de extrema importância a necessidade de o

²⁶⁴ Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *As Regências na Menoridade de D. Sebastião [...]*, vol. I, p. 235.

²⁶⁵ Vide carta de Isabel I Tudor a D. Sebastião (Hampton Court, 2 de Janeiro de 1569). Citada em *Calendar of State Papers – Foreign Series, of the reign of Elizabeth. 1569-71*, Londres, ed. Allan James Crosby, 1874, p. 3 apud Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião*, 1987, p. 84.

²⁶⁶ Ruy de Albuquerque, *As Represálias [...]*, vol. I, p. 174.

²⁶⁷ Diogo Barbosa Machado, *Memórias [...]*, parte II, liv. II, cap. XXXII, p. 735.

²⁶⁸ Visconde de Santarém, *Quadro Elementar [...]*, tomo XV, p. 223.

²⁶⁹ Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *op. cit.*, vol. II, pp. 180-186.

preservar. António Fogaça participou a D. Sebastião, enquanto este passava em Évora²⁷⁰, que Isabel I Tudor «e seu conselheiro se querião concordar cõ este Reyno».

A razão por tal resolução poderá ter tido que ver, como foi sublinhado, com o facto de o reino insular estar extremamente dependente dos mercados oferecidos pelos dois reinos ibéricos. Na ausência de Portugal, Inglaterra ficaria totalmente dependente de Castela. Por fim, em Março de 1570, requereu que o comércio com Portugal fosse livre²⁷¹.

Poderá ter-se tomado conhecimento em Inglaterra da vontade que os reinos da Polónia, Dinamarca e Suécia apresentavam em querer criar «amisade y comercio com ha Nação portuguesa»²⁷². A intenção de alargamento do mercado inglês ao Oriente europeu pode ser uma explicação para o desejo de concórdia de Isabel I – deste modo, poderia facilmente aceder àqueles mercados, *per viam portugalem*²⁷³.

De novo em Inglaterra, Fogaça reuniu-se com a rainha. Destas audiências pouco se conseguiu. O secretário de Estado português, Miguel de Moura, informara o embaixador em Castela que «escreueo o foguaça per allgũas vezes q̃ os Imglese deseJauão muyto a concordia e se trataua disso». Revelou-se aqui um pouco da impaciência de D. Sebastião²⁷⁴, porque vendo que «não se tem disto seguido outro Efeito», o mais que aconteceu foi «terlhe [a António Fogaça] s.A. mandado q̃ se venha E não falle mais neste negoçio pois se não conclluyo lloguo»²⁷⁵. Deste modo, encerrava o papel de António Fogaça na matéria.

Nesse início da década de 1570, as alterações no panorama dinástico europeu levaram a que a Corte francesa entrasse em diligências com a portuguesa com vista a casar D. Sebastião com Margarida de Valois. Este partido nunca foi, como se referiu no capítulo anterior, o favorito de Carlos IX e Catarina de Médicis, que apostavam no casamento com o do protestante Henrique de Bourbon.

²⁷⁰ Aí se reuniram, a 18 de Dezembro de 1569. Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião* [...], p. 128.

²⁷¹ Visconde de Santarém, *Quadro Elementar* [...], tomo XV, pp. 228-235.

²⁷² Cf. Memória de Frei Jerónimo, peregrino português no Nordeste europeu. Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-3, fls. 125-128.

²⁷³ Aproveitando a expressão que encabeça o artigo que trata de um outro projecto diplomático, idealizado por Maximiliano II do Sacro Império, que visava uma aproximação comercial à Pérsia através do reino lusitano, ainda na menoridade de D. Sebastião. Jean Aubin, “Per viam portugalem. Autour d’un projet diplomatique de Maximilien II”. *Op. cit.*, volume I, Lisboa-Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian – Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugais, 1996, pp.407-446.

²⁷⁴ A mesma “fregma” que «não teem S.A. (...) pera querer aguardar», posando para os retratos. Vide carta de D. Catarina de Áustria a D. João Telo de Meneses (Xabregas, 22 de Dezembro de 1571), publicada em Annemarie Jordan, *O Retrato de Corte em Portugal: o legado de Antonio Moro (1552-1572)*, Lisboa, Edições Quetzal, 1994, p. 184.

²⁷⁵ Vide carta de Miguel de Moura a D. Duarte de Castelo Branco (Lisboa, 16 de Fevereiro de 1571). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, tomo V, cód. 49-X-5, fl. 6v.

Ao mesmo tempo, os ingleses confessavam-se temerosos com o aprisionamento marítimo levado a cabo por Portugal e Castela²⁷⁶, sentimento expresso também pela França²⁷⁷ – o que garantiu uma aproximação entre ambos. O rei e a rainha-mãe de França, numa assumida política biconfessional, trataram de iniciar diligências visando o enlace da rainha de Inglaterra com o duque de Anjou, Henrique de Valois. A medíocre estabilidade em que a Inglaterra se encontrava, tanto na conjuntura interna (crise da Escócia) como europeia (a pressão de Portugal no sector ultramarino, o corte de relações com Castela e as hostilidades com o papado) captaram a atenção londrina para o reino gálico, que se apresentava como um aliado urgente para retirar a Inglaterra do isolamento²⁷⁸.

Vendo que um casamento e uma aliança deste calibre poderiam fazer danos na sua composição marítima, Portugal e Castela trabalharam em detrimento deste negócio²⁷⁹. Assim, entrou Francisco Giraldes no papel de embaixador junto da Corte inglesa. No seguimento do apoio marítimo, surgiu um tratado entre Carlos IX e Isabel I, assinado a 24 de Abril de 1572, que obrigava os dois reinos a dar assistência marítima um a outro «sẽ aver Respeito, nẽ a Jrmão, Parente, sobrinho, amiguos nẽ confederados de maneyra ã cõ nenhũa ocasião Jnda ã seja de parentesco não faltarão de cumprir cõ sua obrigação»²⁸⁰. Com esta alínea, selavam um «comũ conçemso» de se apoiarem contra a hegemonia de Castela²⁸¹.

Francisco Giraldes foi, entretanto, instruído por D. Sebastião para «se tomar uma boa resolução (...) que a concordia e ajuste se fizessem por tal forma e se concluísse de modo que pudesse durar, e conservar-se»²⁸². O que se pretendia, e ia de acordo com as intenções de Portugal e Inglaterra, era o restabelecimento do comércio e a restituição das fazendas e propriedades embargadas.

²⁷⁶ Assim se exprimiu o embaixador de França em Inglaterra, num bilhete de 29 de Dezembro de 1570. Cf. Visconde de Santarém, *Quadro Elementar [...]*, tomo XV, pp. 238-239.

²⁷⁷ João Paulo Oliveira e Costa, *op. cit.*, pp. 146-147.

²⁷⁸ J. B. Black, *The Reign of Elizabeth: 1558-1603*, 2ª edição, Oxford, At The Clarendon Press, 1976 [1ª edição, Oxford, University Press, 1959], pp. 147-148.

²⁷⁹ Vide carta do embaixador inglês em França ao duque de Leicester (Paris, 31 de Julho de 1571). Citado em Visconde de Santarém, *Quadro Elementar [...]*, tomo XV, p. 241.

²⁸⁰ Vide Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-3, fl. 30.

²⁸¹ «En Verse tambem ter ydo dõ françes dalua que na corte de França asistía por embayxador de castella a frandes en abocarsse com o duque de alua, Posto qe a uoz fosse pera dos ditos estados se yr por mar a castella na frota qe estes dias partio pera Viscaya en outras partes.». Vide Avisos de Inglaterra do Secretário do Sereníssimo Rei de Portugal [Francisco Giraldes], de 13 de Dezembro de 1571. Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 389, fl. 42.

²⁸² «Sobre o que continha a Instrução de D. Sebastião a Francisco Giraldes». Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, tomo XV, p. 243. De Almeirim, a 27 de Dezembro de 1571.

Ao longo destes anos de negociação, foram se delineando os artigos para a assinatura de um tratado entre os reinos. A rainha inglesa entrou em dilacções, afirmando a Francisco Giraldes que proibiria a penetração de qualquer navio de seus vassallos em território ultramarino português. Em Janeiro de 1572, estava preparado um esboço de tratado²⁸³, que foi assinado a 2 de Fevereiro²⁸⁴. Mas Isabel I, mais tarde, retrocederia.

Estava longe ainda de se conseguir chegar ao final de um tratado de paz; o próprio embaixador português recebera duas vezes da Corte portuguesa o pleno-poder para consertar o negócio: a primeira vez a 7 de Abril de 1572²⁸⁵ e a segunda a 10 de Junho de 1573²⁸⁶. Este último documento, gerado numa reunião do conselho de Estado, em Évora, no dia anterior, dava a Giraldes a denominação oficial de embaixador em Inglaterra²⁸⁷. Faça-se uma reflexão sobre esse assento.

Por ele se infere que não fora somente Inglaterra e a sua negação perante os artigos apresentados por Portugal que se demorava tanto na conclusão da concórdia. Aliás, tudo ia muito para além disso. Culminara numa prática de jogo duplo levada a cabo por D. Sebastião e por Filipe II – que quase terminara em desastre diplomático²⁸⁸.

O rei português tentava proceder nos negócios luso-ingleses sem que os agentes de Filipe II interferissem na matéria. É certo que D. Sebastião, no início do seu governo, em 1568, recorria ao tio para o fazer saber das coisas «que a Raynha de ynglaterra mandou dar»²⁸⁹. Notou-se uma tentativa de manter Filipe II restringido na manobra – e cinco anos depois expressou-se claramente a tentativa de distanciamento e autonomia de D. Sebastião.

Refere o assento «Que por q^{to} elRey de Castella fez saber a S.A. pelo seu embax^{or} que **nam concluirã nem haverã por confirmada a tregua que fez o duque de Alva com a R^a de Inglaterra sem S.A. entrar nella**, e ser disso contente, e tem S.A. por certo que elle avisará ao duq̃ de Alva»(...) Que podendo Fran^{co} Giraldes **effectuar esta concordia por sua via som^{te} sem intervirm outrem alguem**, o stimará S.A. se haverã nisso por m^{to} bem servido delle, porq̃ o que convẽ he concluirse a concordia com todas as condições sobreditas(...) **Que sem perjuizo desta concordia** entender q̃ he necessaria

²⁸³ A. B. Wallis Chapman, *op. cit.*, p. 143.

²⁸⁴ Visconde de Santarém, *Quadro Elementar [...]*, tomo XV, pp. 259-265.

²⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 266.

²⁸⁶ Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de el-rei Dom Sebastião [...]*, p. 290.

²⁸⁷ Vide Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fl. 7.

²⁸⁸ Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião [...]*, p. 220.

²⁸⁹ Vide carta de D. Sebastião a Filipe II (Sintra, 13 de Agosto de 1568). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 385, fl. 155. Publicada em Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 65.

sua ajuda ou favor aos ministros delRey de Castella, levará S.A. contentam^{to} de tudo o que nisso fizer, e o haverá por seu serviço.»²⁹⁰

O que se privilegiava era o asseguramento das condições propostas, em especial, a «proibição da Guiné» – se acorriam os ingleses ao comércio com Portugal, que o fizessem noutros pontos, evitando a costa africana²⁹¹. Era também uma defesa contra a intervenção de Castela na política externa portuguesa, portanto, uma autonomização diplomática de D. Sebastião, expressão abafada (de modo a não ser tão óbvia, a ponto de se tornar constrangedora) quando ordenou que Francisco Giraldes actuasse «por sua via», mas que «levará (...) contentam^{to}» se, no entanto, for necessária ajuda dos agentes castelhanos.

O duque de Alba, pouco antes da sua deposição no governo dos Países Baixos, encabeçava uma trégua com Inglaterra «para quietação dos estados de Frandes»²⁹², porque a aliança franco-inglesa de 1572 fora vista como uma maquinação para interceder sobre esse território²⁹³. O rei católico então, interpusera-se, e engendrou um tratado com Inglaterra, que fora confirmado e ratificado a 8 de Junho de 1573²⁹⁴.

Foi por aqui que se escutou o alarme da urgência em se chegar a acordo com Inglaterra, pois a segurança da navegação portuguesa dependia bastante desta conclusão. Chegava-se a um novo patamar das negociações. Foi requerido a Francisco Giraldes que fizesse a rainha aceitar um de três pontos:

- Que Portugal detivesse a exclusividade da navegação na Berberia. Este primeiro já vinha sido debatido, tanto que já havia sido aceite pela França e por Castela; se não:
- Que não haja presença inglesa na costa africana durante 20 ou 30 anos; ou:
- Que lhes seja concedido um tempo limitado para que, sem armas e sem fazendas protegidas, lá possam ir.

Também se requeria que as cartas de Marca, tanto de um lado como de outro, fossem passadas com autorização de ambas as chancelarias²⁹⁵.

²⁹⁰ Idem, *Documentos Inéditos [...]*, p. 67. Destaque a negrito do autor da dissertação.

²⁹¹ «(...) ã se contente cõ a Clausula geral da prohibião dos mares exceptuando som^{te} estes Rn^{os} de Portugal e do Algarve ilhas da madr^a e dos Açores que sam partes aonde os Ingreses costumaõ vir, e o podem fazer sem inconveniente». Publicado por Idem, *ibidem*, p. 66.

²⁹² Idem, *ibidem*, p. 65.

²⁹³ Philip Williams, *Empire and Holy War in the Mediterranean: The Galley and Maritime Conflict between the Habsburgs and Ottomans*, Londres, I. B. Tauris, 2014, p. 40.

²⁹⁴ Cf. *Calendar of State Papers, Foreign Series of the Reign of Elizabeth, 1572-74*, p. 357. Consultado em <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=msu.31293000619712;view=1up;seq=1081>, a 25 de Março de 2018.

²⁹⁵ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, pp. 68-70 e ainda Visconde de Santarém, *Quadro Elementar [...]*, tomo XV, pp. 277-278.

Muito embora a tensão fosse palpável entre ambas as Coroas, D. Sebastião não negou a visita do enviado de Isabel I para dar os pêsames pela morte da princesa D. Joana de Áustria, sua mãe. A Giraldes «pareçe q̃ lhe deve S.A. mandar q̃ aseite vir a vizetação e a não impida», o que certamente terá sido confirmado na instrução que o rei lhe passou, a 16 de Janeiro de 1574²⁹⁶.

Até 1576, o embaixador português batalhou pela concórdia, estando constantemente em audiência com Isabel I. Estes dois anos foram como um espelho dos anteriores: audiência inconclusivas, com ausências da rainha ou discordância desta perante as decisões, recusando-se a assinar um acordo em que proíbe os seus súbditos de navegarem até à Barbaria²⁹⁷ – decisão que contrariaria a política expansionista que assumia.

O aparente estado de paz que movia em conformidade os dois reinos à concórdia de 1576 não foi suficiente para evitar as presas marítimas²⁹⁸. Em Abril definiu-se aquilo que convinha exactamente a cada um dos reinos. Legou-se a possibilidade de permitir à Inglaterra o tráfico nos portos de Larache, Safim e Santa Cruz do Cabo de Gué, excepto em caso de tempestade, única justificação para aportar noutras praças circundantes²⁹⁹.

Depois de uma nova audiência com o embaixador em Setembro, Isabel I Tudor concede o pleno-poder a Sir Francis Walsingham «para fazer cessar o embargo (...) para o restabelecimento do mútuo comércio». Construída a concórdia, quatro dias depois era assinado pelos respectivos representantes régios, em Londres, o tratado de Comércio entre Portugal e Inglaterra, único Tratado do reinado de D. Sebastião³⁰⁰.

Resumido em 12 artigos, estes especificavam a cessação imediata dos embargos e sequestros de ambas as partes, bem como a restituição de todos os bens, mercadorias, fazendas, dinheiros e navios, como define o Artigo 4º, com uma revogação do tratado de 15 de Novembro (data da publicação do tratado, tanto em Portugal como em Inglaterra, de acordo com o Artigo 10º) a 3 anos, onde deveria prevalecer uma boa, sincera e perfeita amizade entre os dois soberanos e respectivos súbditos. Permitir-se-ia, nestas condições, um comércio livre, com toda a segurança, para os ingleses na Madeira e nos Açores, e para os portugueses em Inglaterra e na Irlanda (Artigo 7º). Nenhum deles deveria prestar auxílio aos rebeldes do outro (8º), ou a corsários e piratas (9º).

²⁹⁶ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 69.

²⁹⁷ Visconde de Santarém, *Quadro Elementar [...]*, tomo XV, pp. 278-279.

²⁹⁸ Ruy de Albuquerque, *As Represálias: estudo de história do direito português [...]*, vol. I, p. 172.

²⁹⁹ Visconde de Santarém, *Quadro Elementar [...]*, tomo XV, pp. 290-292.

³⁰⁰ Idem, *ibidem*, pp. 299-305.

Como o tratado só seria publicado mais de duas semanas depois, antecipou-se Francisco Giraldes a expedir cartas aos mercadores ingleses que rumassem a Portugal. Deste modo garantia-lhes maior segurança, e prometendo que em caso de aprisionamento lhes seriam restituídas as fazendas logo após a publicação do tratado (Artigo 11º).

O Artigo 5º especificava claramente que não havia desejo algum em iniciar um conflito bélico – sendo conforme à política de Isabel I Tudor, que procurava uma expansão pela via menos dispendiosa; e a D. Sebastião, cujas intenções militares se voltavam para o empreendimento marroquino, não sobrando dinheiro para outra experiência de guerra. Assim, se algum incidente ocorresse, não havia que retaliar com o princípio de uma guerra, apenas a restituição ou o valor total das perdas, ou seja, pela indemnização³⁰¹.

Estava selada a paz? Mesmo com o tratado, a relação entre os reinos manteve-se tensa. William e George Wynter capturaram um navio português carregado de laranjas ao largo da ilha de Wight, no Sul de Inglaterra³⁰². Era um facto assumido e consumado que havia prevalência dos interesses mercantis ingleses sobre os compromissos diplomáticos do reino³⁰³. Mas o caminho para o domínio marítimo inglês do século XVII (e, sobretudo, no século XVIII em diante) estava aberto. No final da década de 1570, os portos ingleses orgulhavam-se de ostentar um grande conjunto de tecnologia naval funcional, rápida e moderna³⁰⁴.

O perigo de uma guerra luso-inglesa poderá ter sido suprimido apenas devido à derrota em Alcácer-Quibir, em 1578, e à união de Portugal com Castela, dois anos mais tarde. Simplesmente se anexou uma discórdia a outra, sobre Inglaterra. A guerra entre as duas monarquias estalou na década de 1580 e só viria a terminar com as mortes de Filipe II (1598) e de Isabel I (1603).

³⁰¹ Idem, *ibidem*, pp. 301-302.

³⁰² A. B. Wallis Chapman, *op. cit.*, p. 145.

³⁰³ Vasco Resende, «Inglaterra». *Dicionário de História da Expansão Portuguesa[...]*, vol. II, pp. 566-567.

³⁰⁴ J. B. Black, *op. cit.*, p. 32.

2.3. Problemas marítimos com Castela: onde «el Sol nunca se pone»

A ocupação de territórios ultramarinos trouxe a Portugal problemas de índole alimentar. A colonização americana fizera despoletar uma procura muito grande de cereais, não só em Portugal como em Castela, o que levou a que, no início do século XVI, os Reis Católicos apostassem no desenvolvimento da cultura cerealífera na Andaluzia, com vista a sustentar a empresa marítima³⁰⁵.

A produção cerealífera, em Portugal, era um problema inerente à sua História, devido à insuficiência de resultados para uma economia de auto-subsistência e destinada que estava grande parte para o território da expansão³⁰⁶. O reino viu-se constantemente obrigado a recorrer a fontes externas (essencialmente da Galiza, da Flandres, da França e Inglaterra) para suprimir a escassez do seu território³⁰⁷.

Sendo o mais essencial dos bens de primeira necessidade numa sociedade de Antigo Regime, a sua escassez constante e gradualmente crescente ao longo dos meados de Quinhentos obrigou D. Sebastião a promulgar nas *Leis Extravagantes*, em 1569, a proibição da venda de pão a estrangeiros³⁰⁸.

Este fenómeno transpareceu na vida política do reino, sobretudo a nível dinástico, quando a visão sobre a escolha de uma noiva para D. Sebastião fora influenciada pela importação do trigo francês. A aliança entre os dois reinos, pelo casamento com Margarida de Valois, seria um dado positivo para o preenchimento dessa falha na subsistência do reino. Os dois principais validos do monarca – os irmãos Gonçalves da

³⁰⁵ Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. III, [Lisboa], Editorial Presença, 1986, 2ª edição, pp. 219-221.

³⁰⁶ Raul Rosado Fernandes afirmou que o empenho nos Descobrimentos atrasou o desenvolvimento da agricultura. Reforçou ainda a ideia de que a dependência que criou face ao trigo foi um erro para o reino, além de criticar o centralismo do Estado nos reinados de D. João III e D. Sebastião. “La Rupture entre le Portugal et l’Europe au XVI^e siècle”. *Arquivos do Centro Cultural Português*, volume XXXII, Lisboa-Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, pp. 59-63.

³⁰⁷ Em termos de vigilância sobre o produto, o poder central foi bastante incisivo na vigilância da distribuição do pão. Em momentos mais críticos, encerravam-se os celeiros para que não houvesse enriquecimento ilícito com a miséria alheia. As próprias padeiras foram acolhidas nas *Leis Extravagantes* de 1569 sendo que as de Lisboa eram postas sobre uma vigilância apertada para que não atravessassem o Tejo em busca de novos compradores. Joaquim Romero Magalhães, “A Estrutura de trocas”. *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, volume V – *No alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, coordenação de Joaquim Romero de Magalhães, Casais de Mem Martins, Rio de Mouro, Lexical Cultural – Actividades Editoriais, Lda., 2002 por cortesia de Círculo de Leitores, Lda, ed. 1993, pp. 343-344 e 358-360.

³⁰⁸ Vide Duarte Nunes de Leão, *Leis extravagantes / collegidas e relatadas pelo licenciado Duarte Nunes do Lião per mandado do muito alto & muito poderoso Rei Dom Sebastiam nosso Senhor*, Lisboa, Antonio Gonçalves, 1569, fl. 138-140v. Consultada em <http://purl.pt/12180>, a 24 de Abril de 2018.

Câmara – apoiavam fortemente essa corrente política de salvação de Portugal da carestia³⁰⁹.

Também D. Sebastião viria a justificar a intervenção marroquina de acordo com a perspectiva cerealífera. Neste caso, a presença turca em Marrocos podia afugentar os franceses, os ingleses e alemães da costa portuguesa, com receio de sofrerem ataques, o que impediria importantes trocas comerciais³¹⁰.

Em 1571, quando Francisco Giraldes iniciou as diligências que levariam à conclusão da concórdia com Inglaterra cinco anos mais tarde, Domingos Leitão assinava em Bristol, em nome do rei, um contrato com dois mercadores locais³¹¹. Com ele, garantia-se a entrega de uma quantidade de biscoito inglês que equivalia à de um dos maiores produtores portugueses.

A relevância inglesa no comércio português subsistia desde os alvares da segunda dinastia, no auge das relações luso-inglesas³¹². Isso não veio a impedir, contudo, o crescente número de corsários ingleses no oceano que incidiam os seus ataques em muitas embarcações portuguesas, e até à véspera da assinatura da concórdia, as embarcações inglesas estavam embargadas de aportar na costa portuguesa. Uma única exceção: seis navios que ancoraram em Lisboa, em 1576, para satisfazer a cidade da carestia «de trigo e çenteyo e outros mantimētos», desembargados por alvará régio³¹³.

De certo modo, a presença dos ingleses no Atlântico foi vista como uma necessidade. Com a participação de uma potência menos poderosa na corrida ultramarina, podia se fazer frente ao poderio castelhano, dando maior liberdade naval aos portugueses³¹⁴.

Poucas são as referências a presas ou represálias entre portugueses e castelhanos. Regista-se apenas um caso em que corsários castelhanos penetraram em território ultramarino português, possivelmente como reacção à entrada do cardeal-infante na regência portuguesa³¹⁵.

³⁰⁹ Cf. Padre Amador Rebelo, *Crónica de el-Rei Dom Sebastião, Único deste nome e dos Reis de Portugal o 16º*. Edição por António Ferreira de Serpa, Porto, Liv. E Imp. Civilização, 1925, capítulo 7. A mesma ideia em Vitorino Magalhães Godinho, *op. cit.*, pp. 226-227.

³¹⁰ Vitorino Magalhães Godinho, *op. cit.*, p. 229.

³¹¹ Vide carta de Domingos Leitão a D. Sebastião (Bordéus, 19 de Novembro de 1571). Lisboa, DGA/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 23, doc. 136.

³¹² Vitorino Magalhães Godinho, *op. cit.*, p. 227.

³¹³ Vide alvará Régio de 20 de Agosto de 1576 à Cidade de Lisboa, publicado em Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, vol. I, Lisboa, Tip. Universal, 1882, p. 601.

³¹⁴ Jorge Borges de Macedo, *op. cit.*, pp. 146-147.

³¹⁵ Vide cartas de D. Francisco Pereira ao cardeal-infante (regente) (Madrid, 5 de Abril e 5 de Julho de 1563). Lisboa, DGA/TT, *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, liv. 210, fls. 29v.-30 e fl. 120.

A rivalidade entre os reinos ibéricos estava patente. Durante os meados do século XVI, essa questão projectou-se sobre o extremo Oriente, e durante o reinado de D. Sebastião a questão agravara-se, localmente, a partir da constante presença dos castelhanos em Manila (nas Filipinas) que suscitou bastante concorrência³¹⁶.

Remontava esta competição marítima aos tempos da exploração das Canárias, no século XIV³¹⁷ – Portugal e Castela foram as duas maiores potências marítimas dos princípios da expansão europeia. Em 1494, D. João II de Portugal e os Reis Católicos assinaram o tratado de Tordesilhas sob a alçada do papa Alexandre VI, que propôs a divisão do Mundo, delineando uma linha que separava a área atribuída a Portugal e a Castela. Quando os portugueses se estabeleceram em Ternate, os castelhanos reclamavam estar as ilhas no seu espaço jurisdicional³¹⁸.

Mais tarde, em 1529, Castela reconhecia a soberania portuguesa sobre as ilhas Molucas, muito embora fosse uma discussão insistente e que permaneceu em cima da mesa à monarquia dual³¹⁹. Em 1569, D. Francisco Pereira, o embaixador permanente em Madrid, expôs sobre o contrato das Molucas³²⁰. A presença castelhana na região punha em causa a soberania portuguesa, o que bem interessava a Filipe II, não querendo que D. Sebastião fosse o único a fazer «prouecho de las islas»³²¹. D. Catarina terá insistido com o sobrinho para que cedesse das suas pretensões sobre as ilhas³²².

Acontecimentos importantes na primeira metade do reinado de D. Sebastião vieram a comprometer a presença portuguesa nas ilhas: em primeiro lugar a decisão de avançar sobre os Monomotapa (Moçambique), em 1569, de forma a chegar ao afamado ouro da região e, subjacente à consolidação desta, a reforma administrativa no governo na Índia,

³¹⁶ Jorge Manuel Flores, “Zonas de Influência e de Rejeição”. *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, direcção de A. H. de Oliveira Marques, vol. I, 1º tomo: Em torno de Macau, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, pp. 147-148. Os portugueses recebiam os comportamentos expansionistas dos castelhanos quando estes se estabeleceram em Manila (nas Filipinas). D. Sebastião chegou a ordenar, em 1575, que nenhum missionário castelhano fosse enviado para Leste de Malaca, onde os portugueses se mantinham. Ao que parece, a Corte madrilena abstinha-se de provocar conflitos com Portugal, contudo, no local, a realidade era outra e «um conflito latente» estava aberto. Cfr. João Paulo Oliveira e Costa, *O Cristianismo no Japão e o Episcopado de D. Luís Cerqueira*, tese de doutoramento em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Universidade Nova de Lisboa, vol. 1, 1998, pp. ____.

³¹⁷ Alice Lázaro, “Relações de Portugal com Castela”. *Dicionário de História dos Descobrimentos [...]*, vol. II, p. 221.

³¹⁸ Isabel Drumond Braga, *Um Espaço, Duas Monarquias [...]*, pp. 121-124.

³¹⁹ Idem, “Molucas” [...], p. 314.

³²⁰ Vide carta de D. Francisco Pereira a D. Sebastião (Madrid, 1 de Abril de 1569). Lisboa, BNP, *Reservados*, caixa 28, doc. 49.

³²¹ Vide carta de D. Juan de Borja a Filipe II (Lisboa, 19 de Fevereiro de 1571). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 388, fl. 79.

³²² Vide carta de Luís Torres ao cardeal Alexandrino (Lisboa, 14 de Junho de 1570). Lisboa, BA, cód. 46-IX-18, *Symmicta Lusitanica*, vol. XI, fls. 330-348, publicado em *Corpo Diplomatico Portuguez*, vol. X, pp. 372-380.

que foi tripartido. Infelizmente, o assassinato do sultão Hairun, das ilhas Molucas, perpetrado por um português, em 28 de Fevereiro de 1570, suscitou um movimento de rebelião na região que levou à rendição dos portugueses na fortaleza de Ternate, em 1575³²³, sendo o princípio do fim da presença portuguesa nas ilhas, senão mesmo o final da hegemonia portuguesa no comércio das Molucas³²⁴.

Foram, portanto, assuntos de carácter mercantil o que mais motivou desaires entre os dois reinos. Por exemplo, o embaixador castelhano em Lisboa, D. Juan de Borja, enviou ao duque de Faria uma lista de mercadorias que chegavam a Portugal [vide documento nº 32, no Apêndice Documental]³²⁵. Nela enumerou os produtos que em Lisboa se recebiam de todas as partes em que tem influência: Índia, Brasil, Madeira, Açores, S. Tomé, Cabo Verde, Costa da Malagueta e da Mina – inclusivamente o que é comprado nos territórios de Castela e da Flandres, de onde vem «mucho trigo y centeno», cereal listado também na Espanha e nas Canárias.

Tudo isto teria como propósito demonstrar quão exuberantes e ricas eram as virtualhas que chegavam ao reino de D. Sebastião: «vera v.s. de quan poca Inportançia son las que nos dan [aos castelhanos]», relatou D. Juan de Borja, mesmo reconhecendo que «aunque la mayor parte de ellas [mercadorias] esten ya vedadas por leyes y preceptos», denunciando haver «muy notable descuydo y asi se venden aqui y se vsa de Ellas como si se Hiziesen En la misma tierra». Portanto, Portugal visto como um porto onde afluíam riquezas de todas as partes e das quais se tirou muito pouco proveito, e dos muitos produtos «se podria poner Remedio y particularm^{te} de lo que [...] de vizcaya y galiçia viene que es de lo que mayor neçesidad tienen y en lo que menos Resguardo ay»³²⁶.

Se, no Atlântico, os franceses e os ingleses persistiam em interferir nos domínios portugueses, no espaço americano subsistiam os castelhanos que rivalizavam com Portugal. Castela havia estabelecido dois vice-reinos na Costa ocidental americana: o do

³²³ Maria Augusta Lima Cruz, *op. cit.*, pp. 193-194 e 220. Mais especificamente sobre o assunto, a mesma autora em “O assassinio do rei de Maluco. Reabertura de um processo”. *As Relações entre a Índia portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente*, Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, Macau-Lisboa, 1993, pp. 511-529. Ainda Manuel Lobato, “The Moluccan Archipelago and Eastern Indonesia in the Second Half of the 16th Century in the Light of Portuguese and Spanish Accounts”. *Proceedings of the International Colloquium on The Portuguese and the Pacific, University of California, Santa Barbara, October 1993*, edição de Francis A. Dutra e João Camilo, Santa Barbara, Center of Portuguese Studies, 1995, pp. 38-63.

³²⁴ Manuel Lobato, *op. cit.*, p. 42. Vitorino Magalhães Godinho, *op. cit.*, vol. III, p. 159.

³²⁵ «Memoria de las cosas que de los Reynos de su Mag^{de} entran en este y las que de este salen». Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 389, fl. 39.

³²⁶ Vide carta de D. Juan de Borja ao Duque de Faria (Lisboa, 12 de Junho de 1570). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 389, fl. 38.

Novo México e, mais a Sul, o do Peru; o que ressalva as prioridades ultramarinas de Castela na década de 1560-70: partir em expansão pelo Pacífico³²⁷.

Os ibéricos dividiam o espaço: portugueses no lado atlântico e castelhanos no lado ocidental da América do Sul. Partilhavam ambos um continente desde inícios do século, tendo conhecimento – intuitivo, talvez – de que havia ligação terrestre entre si (este território manteve-se ignoto até meados do século XVIII). Buscou-se, então, um ponto de definição no limite geográfico sul-americano entre o espaço português e castelhano: o Rio de Prata que fora primeiramente explorado no reinado de Carlos V, mas abandonado em menos de uma década por hostilidade dos autóctones. Somente nas décadas de 1560 e 1570 surgiram novas tentativas de reocupação³²⁸.

A importância comercial do Rio da Prata é fundamental para compreender em que assentaram os principais problemas diplomáticos entre Portugal e Castela sobre a América do Sul. Antes de 1580, D. Juan de Borja protestava contra o contrabando de metais preciosos da América castelhana, descarregados nas costas portuguesas, com a complacência das autoridades³²⁹.

Recorde-se que foi nos domínios ultramarinos que Portugal conheceu relativa autonomia durante o governo filipino³³⁰. Isso demonstrou-se aquando dos protestos de Lisboa face à regularidade com que os castelhanos começaram a frequentar os mercados de Malaca após a dualidade ibérica, e a acção proibitiva de Filipe II (então I de Portugal) sobre esse tráfico e a restituição da exclusividade do mercado para os portugueses³³¹. Ainda durante a monarquia dual, em 1632, os portugueses seriam responsabilizados por furto, acusados pelos castelhanos aquando do constante extravio de prata que se fazia por Buenos Aires³³².

A costa do vice-reino do Peru sofria também investidas por parte dos corsários ingleses. Em muitas das ocasiões, os índios peruanos eram postos no cenário bélico defensor do território contra os europeus invasores³³³. Curiosa distribuição do cenário: se

³²⁷ Manuel Fernández Álvarez, *Felipe II y su Tiempo*, Madrid, Espasa Calpe, S.A., 1998, p. 485.

³²⁸ Luís Ferrand de Almeida, *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil*, vol. I, dissertação para Licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1957, p. 67.

³²⁹ Maria Augusta Lima Cruz, *op. cit.*, p. 226.

³³⁰ Pedro Soares Martínez, *História Diplomática de Portugal [...]*, p. 122.

³³¹ Vitorino Magalhães Godinho, *op. cit.*, vol. III, p. 161.

³³² Luís Ferrand de Almeida, *op. cit.*, pp. 79-80.

³³³ Vide carta de D. Francisco de Toledo a Filipe II, sobre a entrada dos corsários ingleses (Los Reyes, 19 de Abril de 1579) e carta de Filipe II ao vice-rei D. Francisco de Toledo (Los Reyes, 11 de Outubro de 1579). As duas debruçam-se sobre o estado da terra antes da entrada dos corsários ingleses, danos que estes fizeram e o que poderia fazer-se para o seu remédio. Cartas publicadas em *Gobernantes del Perú: cartas y*

por um lado os franceses atacavam o Brasil português, os ingleses investiam nos territórios castelhanos. Ligar-se-ia este assunto com a liga anglo-francesa de 1572? Não havendo meios para esclarecer esta questão, apenas se encontrou menção à presença francesa no território peruano em 1568³³⁴.

Sendo que as potências ultramarinas ibéricas eram assombradas pelo corso e pela pirataria, o mútuo apoio não ficava por dar. Estando Filipe II desprovido de armadas que garantissem a defesa dos bens que vinham da América, recorreu à marinha portuguesa, a qual foi prontamente enviada por D. Sebastião até ao Cabo de S. Vicente para escoltar as embarcações castelhanas, por saber do «Risco q̃ poderião Correr se no camynho das Ilhas pera qua emcontrasem cõ Algũa Armada de Cossairos q̃ pudese fazer preza nelas»³³⁵.

Ainda dentro desta “cumplicidade ibérica”, durante a extensiva negociação entre D. Sebastião e Isabel I Tudor sobre a exclusividade marítima de Portugal na costa africana, Filipe II proibiu os seus vassallos de comercializarem na Barbaria, em favorecimento do comércio português, em 1575³³⁶. Que intentaria Filipe II com esta medida? Estender ao seu máximo todas as possibilidades de uma limpa saída diplomática através de múltiplas alianças, como era seu costume, actuando sempre em duas frentes mesmo que se contradissem?

Foi com um embaixador do rei católico que as primeiras queixas portuguesas sobre represálias chegaram a Londres, em 1558, durante a regência de D. Catarina de Áustria³³⁷. É certo que o contexto era de profunda influência castelhana na política externa portuguesa, mas não deixa de ser por demais evidente que o assunto convinha ao rei castelhano, condicionando, por censura, a navegação de Inglaterra. Mas, quinze anos depois, em 1573, estava a assinar um acordo com este reino.

A preocupação máxima de Filipe II fora manter a *pax christiana* acima de tudo, gerindo-a com uma máquina diplomática reforçada. Isabel I Tudor, no entanto, escapava

papeles, siglo XVI: documentos del Archivo de Indias, publicação dirigida por D. Roberto Levillier, vol. VI, Madrid, Sucesores de Rivadeneyra, 1924, pp. 109-153.

³³⁴ Vide Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 411, fl. 41v.

³³⁵ Vide carta de D. Sebastião a D. João de Mendonça (Lisboa, 4 de Setembro de 1571). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-2, fls. 75-76. Também em Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 389, fl. 53. Transcrita pelo pormenor com que se elaborou a escolta à armada filipina. No Apêndice Documental da presente dissertação, documento nº 24.

³³⁶ Vide carta para Lord Burghley, secretário da rainha inglesa, datada de Londres, em 20 de Abril de 1575, citada em Visconde de Santarém, *Quadro Elementar [...]*, tomo XV, p. 288.

³³⁷ Manuel Fernandez Alvarez, *op. cit.*, p. 578. Também, e sobretudo, em Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *As Regências na Menoridade [...]*, vol. I, pp. 225-228.

ao controlo da Cristandade com o seu lado protestante, e também quando adquire uma autonomia face às potências vigentes, através de uma nova força e expressão imperial³³⁸.

Não admira que, em 1575, apoiasse a posição de D. Sebastião, muito embora seja crível que estivesse a fazer jogo político, como era de seu carácter, pois enquanto Portugal assinava a concórdia, o papa Gregório XIII e D. João de Áustria, novo governador dos Países Baixos, chegaram a propor atacar a ínsula inglesa para dar o trono à católica Maria da Escócia. Filipe II não creditou ambos os planos. Invadir Inglaterra não era uma prioridade, pelo menos por enquanto³³⁹.

³³⁸ Foi precisamente nesta década que surgiu pela primeira vez o conceito de «British Empire». John Huxtable Elliott, *Spain, Europe & the wider world, 1500-1800*, New Haven, Yale University Press, 2009, p. 117.

³³⁹ Henry Kamen, *Filipe I – o Rei que uniu Portugal e Espanha [...]*, pp. 226-227.

Capítulo III

Terceiro Espaço: do Norte europeu ao Mediterrâneo – Negócios Religiosos

«não quero oreino senão
pera servir aigreja de deus»³⁴⁰

Tratadas as questões relacionadas com os negócios dinásticos e marítimos de Portugal, sobra um último campo: o religioso. O século XVI apresentou-se como um tempo de profundas alterações e revoluções nos domínios da religião, o que afectou grandemente o reinado de D. Sebastião. Essas vicissitudes político-religiosas coadunaram no campo bélico, em 4 de Agosto de 1578, quando o monarca perde a vida na batalha de Alcácer-Quibir. Foi o culminar de um projecto que se intitulara “Jornada de Larache”, praça marroquina, decidida a acometer pelos portugueses, pela posição e influência geográfica³⁴¹.

Convém salientar que dentro do quadro político-militar que caracterizou a década de 1570, a decisão de D. Sebastião não esteve isolada de influência externa. De destacar, primeiramente, a profusão das religiões protestantes vindas do Norte da Europa, que fizeram crescer o extremismo religioso entre os Estados católicos. O contrário também se observou, sendo frequentes os massacres a católicos no Norte europeu. Ao longo do século, acções como as do Santo Ofício e as resoluções socio-culturais que brotaram do Concílio de Trento³⁴² demonstram o carácter de “disciplinamento social”³⁴³ levado a cabo

³⁴⁰ Carta de D. Sebastião ao papa Pio V (Almeirim, 2 de Março de 1569). Vaticano, ASV, *Principi*, vol. 31, fl. 293, publicada em José de Castro, *Portugal no Concílio de Trento [...]*, vol. VI, p. 231.

³⁴¹ Não era, contudo, um projecto recente, tendo raízes na época da crise portuguesa no Norte de África, durante o reinado de D. João III. A possibilidade de uma tomada da praça foi sugerida e pensada entre Lourenço Pires de Távora e o infante D. Luís. Cf. Maria Leonor García da Cruz, *Lourenço Pires de Távora e a política portuguesa no Norte de África no século de quinhentos*, dissertação de mestrado em História Moderna, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1989, vol. I, pp. 300-303 e 325.

³⁴² Sobre este tema, veja-se José de Castro, *op. cit.*, os seis volumes. Mais objectivamente, Amélia Maria Polónia da Silva, “Recepção do Concílio de Trento em Portugal. As normas enviadas pelo cardeal D. Henrique aos bispos do reino, em 1553”. *Revista da Faculdade de Letras – História*, II série, vol. VII, Porto, pp. 133-143. O cardeal-infante foi, de resto, a personagem mais activa na recepção tridentina em Portugal. Da mesma autora isso é perceptível em *O cardeal-infante D. Henrique Arcebispo de Évora. Um Prelado no Limiar da Viragem Tridentina*, Porto, A. Polónia, 2005, e ainda na biografia de *D. Henrique [...]*, pp. 88-106. , José Pedro Paiva, “A recepção e aplicação do Concílio de Trento em Portugal: novos problemas, novas perspectivas”. António Camões Gouveia, David Sampaio Dias Barbosa, José Pedro Paiva (organização), *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas Conquistas: olhares novos*, Lisboa, Centro de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2014, pp. 13-40

³⁴³ Sobre a religião se revelar como um processo de imposição de disciplinamento social ao longo da Idade Moderna, cf. Federico Palomo, “«Disciplina christiana». Apuntes historiográficos en torno a la disciplina

pelas várias religiões (ou confissões) da Europa quinhentista, no chamado “tempo das confissões”³⁴⁴.

Outra ameaça bem patente foi o constante estado de alerta perante o crescimento otomano vindo do Oriente, que motivou várias ligas e alianças entre vários Estados católicos, nomeadamente Castela e Roma, precisamente as duas Cortes com que Portugal mantinha relações correntes. Esta última, enquanto requeria a ajuda de Portugal para bloquear o avanço turco, via-se obrigada a ceder às exigências do monarca português, como adiante se verá.

3.1. Protestantismo: a confissão do Norte da Europa

No seu *annus horribilis* – 1568 –, Filipe II, para além de ter visto falecer o seu herdeiro masculino, Carlos Lourenço, e a sua terceira esposa, Isabel de Valois, viu-se a braços com uma revolta mourisca no reino de Granada, no dia de Natal, que se arrastou por dois violentos anos até ser controlada³⁴⁵, em parte devido ao facto de a maioria do corpo militar castelhano se encontrar destacada nos Países Baixos para suprimir as revoltas protestantes³⁴⁶. A revolta fora longa e viria a servir de inspiração a Guilherme de Orange³⁴⁷. Contudo, não resultou senão num massacre aos mouriscos de Granada, que se renderam em Maio de 1570.

A questão dos Países Baixos teve origem num ponto de fraqueza da política de Filipe II. O poder régio sobre este território encontrava-se num impasse: o rei católico apercebeu-se que entre a Coroa e os nobres locais havia uma grande barreira composta por magnatas e burocratas de origem não-nobiliárquica que detinham mão na política local. Retirar esta ordem social do xadrez político apenas desequilibraria os poderes de centralização e o combate à heresia. Por isso, nomeou Guilherme de Orange (1533-1584)

y el disciplinamiento social como categorías de la historia religiosa de la alta edad moderna”. *Cuadernos de Historia Moderna*, nº 18, Universidad Complutense, Madrid, 1997, pp. 119-121.

³⁴⁴ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Entre Duas Maneiras de Adorar a Deus [...]*, p. 25. Sobre a expressão “confessionalismo” em substituição dos termos redutores “Reforma” e “Contra-reforma”, ideia formada a partir das «similitudes existentes entre los principales grupos religiosos de Europa occidental en las formas de organizarse institucionalmente y en los instrumentos utilizados para imponerse sobre la sociedad», cf. Federico Palomo, *op. cit.*, pp. 120-121 e Idem, *A Contra-Reforma em Portugal (1540-1700)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 9-13.

³⁴⁵ J. H. Elliott, *A Europa Dividida [...]*, pp. 136-138. Os mouros de Granada haviam requerido apoio aos turcos, embora estes nunca chegassem a aparecer. O autor fala em «perda de oportunidade» por parte do Império Otomano em aplicar um duro golpe na Monarquia Católica de Filipe II.

³⁴⁶ Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico [...]*, vol. II, p. 436.

³⁴⁷ J. H. Elliott, *op. cit.*, p. 137.

como regente. Esta escolha resultou bem, de início; contudo, Orange favorecia a causa protestante, e o seu segundo casamento com Ana da Saxónia, luterana, fez tremer as bases da confiança com Filipe II. Jogou, então, por um equilíbrio entre a irreversível força do protestantismo em expansão com o absoluto zelo católico do rei castelhano³⁴⁸.

Este choque entre o poder religioso e o poder político levou a que a autoridade régia diminuísse e a Inquisição fosse abafada nos Países Baixos, permitindo uma abertura maior para o protestantismo, principalmente a Norte dos territórios. Consequentemente, uma pressão social e política cada vez mais sufocante, levaram ao fenómeno do *beeldenstorm*, em 1566 – uma revolta que começou por ser popular e em menos de um mês assumiu o carácter organizado com a participação da nobreza e de cidadãos distintos no comando. Desta feita, Guilherme de Orange foi substituído pelo Duque de Alba, em 1567³⁴⁹, e um ano depois «se saio dos estados de frandes como fogindo *pera* a bamda da picardia»³⁵⁰.

Como se disse, os anos compreendidos entre 1567 e 1572 foram determinantes para o curso da História Religiosa da Europa. A repressão e a violência da regência do Duque de Alba (1567-1572) nos Países Baixos acabaram por soar aos ouvidos da Corte madrilena. O território tornara-se um palco de carnificina³⁵¹, e demais crueldades tomavam conta do quotidiano; contudo, a expansão do confessionalismo protestante manteve-se³⁵², até que em França, no ano de 1572, se deu um acontecimento deveras marcante na História Europeia.

Em Agosto de 1570, terminava a Terceira Guerra da Religião francesa. Indicou-se, no primeiro capítulo, que a rainha-viúva de França, Catarina de Médicis, fora adepta de uma política biconfessional. Muito embora a Guerra culminasse numa importante pacificação – Paz de Saint-Germain –, a penúria do tesouro real francês poderá explicar a busca por uma retoma na paz social do reino³⁵³. A habilidade política da rainha

³⁴⁸ Jonathan Israel, *The Dutch Republic: its rise, greatness, and fall: 1477-1806*, Oxford, Clarendon Press, 1995, pp. 138-140.

³⁴⁹ Idem, *ibidem*, pp. 146-149.

³⁵⁰ Vide carta do Dr. António Pinto a D. Sebastião (Roma, 10 de Janeiro de 1569). Lisboa, DGA/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 108, doc. 119.

³⁵¹ De relevar que ambos os confessionalismos (católico e protestante) se regiam por práticas de disciplinamento social, o que indica que em ambos os territórios se registaram pressões sobre as sociedades estrangeiras e de outra confissão religiosa. Cf. Federico Palomo, “«Disciplina Christiana»[...]”, pp. 120-121.

³⁵² Jonathan Israel, *op. cit.*, pp. 178-180.

³⁵³ «L’argent, ce nerf de la guerre, nous manque absolument». Expressão de Catarina de Médicis, exposta em B. Zeller, *Catherine de Médicis et les Protestants*, Paris, Librairie Hachette, 1887, pp. 176-177.

francesa³⁵⁴ transpareceu neste momento conturbado, valendo-se de uma aliança com os protestantes, aceitando de bom grado o casamento (já projectado desde a Paz de Cateau-Cambrésis, em 1559) da filha Margarida com o protestante príncipe de Navarra, Henrique de Bourbon. Esta aceitação por parte da Corte francesa foi maior depois da irresolução diplomática de Portugal, que tardou na entrega dos poderes a João Gomes da Silva, para firmar o matrimónio da princesa com D. Sebastião. Deste modo, Carlos IX de França decretou que a irmã seria desposada pelo príncipe Henrique de Navarra, cujos esposórios foram celebrados em Paris, a 18 de Agosto de 1572, concentrando na cidade um grande número de huguenotes que foram para assistir ao acontecimento.

A realidade política na Corte gaulesa objectou a continuidade da paz social. O almirante Coligny, huguenote, tornou-se num dos principais validos de Carlos IX, na consequência da paz de Saint-Germain (1570). Por outro lado, o Cardeal de Guise, da facção católica, e a rainha-mãe, haviam sido afastados na sequência do início da Terceira Guerra da Religião, em 1568, embora Catarina de Médicis fosse lentamente recuperando a sua antiga posição³⁵⁵.

O ressentimento religioso dos católicos perante os protestantes era evidente. Amostra disso foi a crença num castigo divino que se conectou à morte da mãe de Henrique de Bourbon, Jeanne d'Albrecht (1528-1572). Refere uma fonte que foi «cousa digna de se saber o que afirmão da Raynha de nauarra ã mandou Dia de Corpus Xp̄i. ã não passase o sanctissimo sacramento per sua porta E no mesmo dia adoeceo, E morreo dahi a quatro»³⁵⁶.

Ainda em Junho de 1572, uma importante revolta protestante rebentara em Mons. Os castelhanos acudiram a cidade, pondo em fuga grande parte dos rebeldes. Outra parte da «gente del s^{or} Duç de Alua hazia muy buena guardia en las fronteras de francia» para que as forças huguenotes não fossem em socorro da cidade³⁵⁷. D. Francisco Pereira

³⁵⁴ Sobre a actuação política e confessional da rainha perante a questão protestante, veja-se, *inter alia*, Denis Crouzet, *Le haut coeur de Catherine de Médicis: une raison politique aux temps de la Saint-Barthélemy*, Paris, Édition Albin Michel, 2005.

³⁵⁵ J. H. Elliott, *op. cit.*, p. 149. Esta viragem na política de favoritismo do rei francês deveu-se sobretudo ao caos social, político e cultural no território francês, devido aos confrontos religiosos.

³⁵⁶ Vide cifra de Paris (s.d.). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-3, fl. 39v. As datas correspondem, sendo que entre o Corpus Christi de 1572, que foi a 5 de Junho, contam-se quatro dias até 9 de Junho, dia da morte da rainha de Navarra. Cf. Monsieur de Saint-Allais, *L'art de Vérifier les Dates des Faits Historiques, des Chartes, des Chroniques, et Autres Anciens Monuments depuis la Naissance de Notre-Seigneur...*, tomo I, A Paris, Valade, Imprimeur du Roi, 1818, pp. 212-213, consultado em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k2206874/f3.image.texteImage>, a 27 de Julho de 2018. Cf., ainda, Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião [...]*, p. 242.

³⁵⁷ Vide «Avisos de Augusta», 5 de Julho de 1572. Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-3, fl. 45.

relatou, em 1568, que La Rochelle «era Aleuantada Pellos Uganotes» contra os católicos, «e nõ tão somente ella mas todas as cidades E villas ao redor procuraua seguirem esta má openião E tinha feita grande mortådade en clerigos e frades e destruião nas ygrjas»³⁵⁸.

Voltando ao casamento em Paris, uma grande pressão pairava sobre a capital francesa, e a concentração de huguenotes na cidade alarmou a Carlos IX e a família. O rei, receando um atentado à sua pessoa, de imediato validou um ataque sobre os protestantes, resultando num massacre que se desenrolou pela noite de 23 para 24 de Agosto de 1572. Cerca de cinco mil homens e mulheres foram mortos na noite de S. Bartolomeu³⁵⁹.

De acordo com rumores, Carlos IX «chegou a mandar da sua janella que até os gatos matassem»³⁶⁰, e juntamente com Catarina de Médicis e o duque de Anjou, seu irmão, controlavam as operações directamente do paço, procedendo pela madrugada fora enquanto o massacre decorria pelas ruas da capital francesa³⁶¹.

Para a monarquia francesa, o que à primeira vista pareceu uma vitória, resultou precisamente num reacendimento da causa huguenote. O acontecimento não só veio a pôr em causa os limites do poder monárquico como, inclusivamente, houve suspeitas de que Carlos IX viera a ser envenenado pelos huguenotes, que nunca «deixarão de o perseguir e armarlhe siladas pera o matar» depois «q̃ matou o almirante [Coligny] e aquela tam grande quantidade de luteros [luteranos/huguenotes]»³⁶².

O novo papa, Gregório XIII, justificou com o massacre parisiense a cunhagem de uma medalha comemorativa³⁶³. Em Madrid, Filipe II também celebrava. O imperador Maximiliano II mostrou o seu protesto junto do legado papal por «não ser a espada resposta para as diferenças religiosas». D. Sebastião, que em Portugal se manteve ao corrente das constantes escaramuças religiosas do reino francês e bem informado graças

³⁵⁸ Vide cópia de carta de D. Francisco Pereira a D. Sebastião (Madrid, 3 de Fevereiro de 1568). Lisboa, DGA/TT, *Tribunal do Santo Officio*, Conselho Geral, liv. 210, fl. 143. O embaixador obteve essa informação através do embaixador francês em Madrid.

³⁵⁹ Vide carta de João Gomes da Silva a D. Sebastião (Paris, 31 de Agosto de 1572). Harvard, Houghton Library, *Portuguese documents and autographs collected by Portuguese historian and public official Fernando Palha*, cód. 4554, fls. 55-57, publicado em Edgar Prestage, *op. cit.*, p. 20 (doc. II). O número total de vítimas nunca foi calculado com precisão. O facto de ao acontecimento parisiense se terem seguido réplicas por toda a França pelo mês seguinte, tornou o número avultado e impreciso.

³⁶⁰ Vide carta citada de João Gomes da Silva a D. Sebastião. Idem, *ibidem*, p. 21.

³⁶¹ Vide carta de João Gomes da Silva a D. Sebastião (Paris, 25 de Agosto de 1572). Harvard, Houghton Library, *Portuguese Documents and Autographs Collected by Portuguese Historian and Public Official Fernando Palha*, cód. 4554, fls. 58-59v, publicado em Idem, *ibidem*, pp. 19-20 (doc. I).

³⁶² Vide *Memorial de Pero Roiz Soares[...]*, pp. 79-80. O regicídio de Henrique III de França (r. 1574-1589), sucessor de Carlos IX, espelhou o impacto e as brutais consequências das revoluções sociais e religiosas da França do final do século XVI. Cf. J. H. Elliott, *op. cit.*, pp. 160-162 e 236-242.

³⁶³ Idem, *ibidem*, p. 160.

à válida prestação do seu embaixador em Paris, demonstrou-se de tal forma radiante ao saber da notícia (a 6 de Setembro) que fez galardoar o correio que trouxe a notícia³⁶⁴. Dois dias depois, houve procissão solene de acção de graças³⁶⁵.

Isabel I Tudor abraçou a causa protestante, apoiando os rebeldes flamengos de modo a minar o poder de Filipe II. Este, aproveitando as consequências de São Bartolomeu, procurou azedar as relações anglo-francesas³⁶⁶. Todavia, entre 1573 e 1576, selou-se um acordo comercial entre Castela e Inglaterra (como já havia sido feito em Portugal), sendo a Inquisição castelhana proibida de tocar nos mercadores ingleses, com a condição de estes não se manifestarem religiosamente³⁶⁷.

A presença protestante era quase inexistente em Portugal devendo sobretudo a sua expressão aos mercadores e artesãos que daí arrimavam em exercício de suas funções³⁶⁸. Desta maneira, os mercadores ingleses representavam uma ameaça ao catolicismo português³⁶⁹.

Quando, em 1576, D. Sebastião proveu a chegada de trigo e centeio inglês a Lisboa, desembargou os navios da provisão que anteriormente havia passado «pera que mercadoryas do dito Reino de Inglaterra não podesse vir a estes Reinos»³⁷⁰, o que salientou que o receio de um possível contágio religioso chegou mesmo a cortes na relação comercial com Inglaterra.

António Borges Coelho afirma peremptoriamente que no reinado de D. João III esteve em vista (e em prática) “a expopriação de bens do clero”³⁷¹

O crescimento do anglicanismo no reino de Isabel I Tudor no final da década de 1560, levou a frequentes perseguições aos católicos – chamados os “papistas”. As

³⁶⁴ António Galvão, copeiro de D. Sebastião. Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 253.

³⁶⁵ Maria Augusta Lima Cruz, *op. cit.*, p. 210.

³⁶⁶ Vide carta de D. Juan de Borja a Filipe II (Lisboa, 7 de Setembro de 1572). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 390, fl. 26.

³⁶⁷ Henry Kamen, *op. cit.*, pp. 203-204.

³⁶⁸ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal – O Século de Ouro (1495-1580)*, vol. III, 3ª edição – revista e aumentada, 1980 (1ª edição, 1978), pp. 335-336. Também A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal – Volume II. Do Renascimento às Revoluções Liberais*, Lisboa, Editorial Presença, 13ª edição – edição revista e actualizada, 1998 [1ª edição, Palas Editora, 1972], p. 128.

³⁶⁹ Joaquim Romero Magalhães, “A Estrutura das trocas[...]”, p. 361. De recordar o desacato de William Gardiner na Capela Real portuguesa, em 1552, durante a celebração das bodas de D. João Manuel e D. Joana de Áustria, cujo processo está publicado e analisado em Isaías da Rosa Pereira, *O Desacato na Capela Real em 1552 e o Processo do Calvinista Inglês perante o Ordinário de Lisboa*, separata dos «Anais», II série, vol 29, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1984, pp. 595-623. Sobre os delitos dos estrangeiros em Portugal, cf. Isabel Drumond Braga, “Os Estrangeiros e a Justiça Portuguesa durante o Século XVI (1521-1578)”. *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian – Homenagem a Maria de Lourdes Belchior*, vol. XXXVII, Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1998, pp. 333-365.

³⁷⁰ Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, p. 601.

³⁷¹ António Borges Coelho, *História de Portugal – Volume IV: Na Esfera do Mundo*, Lisboa, Editorial Caminho, 2013, p. 108.

celebrações eucarísticas viam-se cada vez mais obrigadas ao secretismo (em espaço doméstico, sobretudo), e sempre que disso havia suspeitas, uma visita domiciliária era feita, dando aso a perseguições e humilhações públicas³⁷². Esta repressão ao catolicismo levou a que Isabel I Tudor fosse a última figura reinante da História a ser excomungada, em 1570, por Pio V, numa atitude apelidada de anacrónica³⁷³.

Em 1576, na semana seguinte à assinatura da Concórdia entre Portugal e Inglaterra, a esposa de Francisco Giraldes, embaixador em Londres, mandou celebrar missa. A intolerância inglesa quase provocou um incidente diplomático, quando um grupo policial, liderado pelo juiz William Fleetwood, entrou na casa do embaixador. Devido, possivelmente, à brevidade da assinatura da Concórdia ou por pressões do embaixador junto da rainha inglesa, ou, quiçá, do próprio D. Sebastião, a verdade é que Fleetwood foi levado a Tribunal e condenado pela acção³⁷⁴.

3.2. Católicos: administração da Igreja em Portugal e a Santa Liga

D. Sebastião procurou sempre uma boa relação com os dois papas que conheceu durante o seu governo – Pio V (1566-1572) e Gregório XIII (1572-1585) –, de quem foi profundo admirador. Com esta cordialidade conseguiu ver satisfeitos os seus pedidos à Santa Sé. Seguiu uma prática diplomática já antiga, sem interrupção, desde o reinado de D. Manuel I³⁷⁵.

A Expansão portuguesa, devido à sua expressão ideológica de alargamento da Cristandade³⁷⁶ – ou “evangelização”³⁷⁷ –, foi fundamental no bom trato com Roma ao longo do século XVI. Por um contacto permanente, através dos seus embaixadores

³⁷² J. B. Black, *The Reign of Elizabeth: 1558-1603*[...], p. 166.

³⁷³ Cfr. Idem, *ibidem*, pp. 166-168 e J.N.D. Kelly, *The Oxford Dictionary of Popes*, Oxford, Oxford University Press, 1996, p. 268.

³⁷⁴ Visconde de Santarém, *Quadro Elementar* [...], vol. XV, pp. 305-308, e 310.

³⁷⁵ Sobre as relações de D. Manuel I com a Santa Sé, veja-se, enquanto texto generalizado, Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, nova edição, preparada e dirigida por Damião Peres, Porto, Livraria Civilização 1968 [1ª edição, 1910-1922], *maxime* pp. 314-317 e, numa historiografia mais recente e muito mais específica, Paulo Lopes, *Um Agente Português na Roma do Renascimento*, Lisboa, Temas e Debates – Círculos de Leitores, 2013.

³⁷⁶ Uma “causa formal” da Expansão, de acordo com Luís Filipe F. R. Thomaz, “Expansão Portuguesa e Expansão Europeia – reflexões em torno da génese dos descobrimentos”. *De Ceuta a Timor*, Lisboa, DIFEL – Difusão Editorial, S.A., 2ª edição, 1998 [1ª edição, 1994], pp. 10-12.

³⁷⁷ Sobre as várias formas de evangelização e uma definição do próprio conceito, cf. Idem, “Descobrimientos e Evangelização. Da Cruzada à missão pacífica”. *Congresso Internacional de História – Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas: Actas*, volume I – Cristandade Portuguesa até ao Século XV. Evangelização Interna, Ilhas Atlânticas e África Ocidental, Braga, Universidade Católica Portuguesa. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Fundação Evangelização e Culturas, 1993, pp. 81-129.

sediados em Roma, D. João III pressionou constantemente a Cúria romana, e nos seus 35 anos de reinado foram muitos os pedidos que fez aos pontífices: a criação de dioceses, a obtenção de graus eclesiásticos para os seus familiares (os irmãos D. Afonso e D. Henrique, feitos cardeais, e o filho natural, D. Duarte, que foi bispo), e o estabelecimento da Inquisição em Portugal.

Com a chegada do cardeal-infante D. Henrique à regência, em Dezembro de 1562, a via de negociação viu-se alargada e facilitada devido, não só, à posição eclesiástica de elevada hierarquia que ocupava, como também por ser Legado-a-late (ou seja, o representante legal do papa) em Portugal. Quando D. Sebastião assumiu o governo, o novo papa, Pio V, dominicano, fez pairar sobre a Corte pontifícia outro ambiente.

De origem humilde, de pensamento ainda muito vinculado à medievalidade, Pio V é considerado como o mais austero dos papas³⁷⁸. Foi eleito dois anos antes de D. Sebastião assumir o trono, durante a regência do cardeal-infante. Este enviara as credenciais do embaixador D. Fernando de Meneses aos cardeais, precisamente durante o Conclave de 1565³⁷⁹. Este mesmo embaixador estaria em funções até aos primeiros dias de 1568³⁸⁰, aquando da chegada do seu substituto, D. Álvaro de Castro³⁸¹. O papa fez bastantes mercês ao embaixador cessante, e estabeleceu correspondência com D. Sebastião precisamente nesse sentido.

D. Henrique terá procurado chegar a um consenso com a Santa Sé, de modo a obter para Portugal um subsídio eclesiástico. Por isso enviou D. Álvaro de Castro até Roma, nos finais de 1567, para dar ao papa «o grande sentimento com que fico de Vossa Sanctidade nam ther a minhas cousas o respecto que se lhes deve»³⁸². O papa voltaria a não ceder perante a Coroa portuguesa quando na carta em que fala ao papa de como recebeu o governo, D. Sebastião insiste na cedência do Padroado dos Mosteiros³⁸³.

Estes choques não significaram um problema nas relações entre Portugal e o Papado; aliás, era tudo uma questão de tempo, tal como fizera o avô do monarca, seu antecessor, pressionando continuamente o papado. O prestígio dos monarcas portugueses

³⁷⁸ John H. Elliott, *Spain, Europe & the wider world [...]*, pp. 238-239.

³⁷⁹ Vide carta do rei aos cardeais do conclave (1565). Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fl. 82, transcrita em *Corpo Diplomático Português*, tomo X, pp. 195-196.

³⁸⁰ Sobre a embaixada de D. Fernando de Meneses em Roma (1565-1567), Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *As Regências na Menoridade [...]*, vol. II, pp. 104-108.

³⁸¹ Vide carta do rei ao papa Pio V (Lisboa, 30 de Junho de 1567). Lisboa, BA, cód. 46-X-22, fl. 60, transcrita em *Corpo Diplomático Português*, tomo X, p. 250.

³⁸² Vide carta do cardeal-infante [regente, em nome do Rei] ao papa Pio V (Lisboa, 30 de Junho de 1567). Lisboa, BA, cód. 46-X-22, fl. 60, publicada em *ibidem*, p. 250.

³⁸³ Vide carta de D. Sebastião ao papa Pio V (1568). Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fl. 96.

foi sempre ressalvado pela corte romana, favorecido pela harmonia secular entre Portugal e a Santa Sé, e somado pelo movimento da Expansão e da conseqüente propagação da fé cristã³⁸⁴.

O papa destacava-o cada vez que correspondia com o rei português. A Corte portuguesa, aproveitando a cortesia do papa, procurou lograr o direito do padroado dos Mosteiros e o financiamento das Ordens. Logo em Junho de 1568, D. Sebastião viu os esforços diplomáticos compensados, com uma parcial aceitação do que pretendia: comendas concedidas apenas aos que tinham combatido contra os infiéis, e especialmente os que se destacaram em campo de batalha³⁸⁵; tendo abolido e revogado todos e quaisquer privilégios, dispensas e isenções concedidas às Ordens Militares do reino, o papa concedeu à Coroa a faculdade de moderar e acrescentar, totalizando o controlo do rei sobre as Ordens³⁸⁶. De referenciar que, durante o reinado de D. Sebastião, houve uma maior nomeação de cavaleiros de origem estrangeira admitidos na Ordem de Cristo. Em 1575, registou-se como exemplo um próximo do falecido papa Pio V³⁸⁷.

Como se indicou, a relação entre o rei português e o sumo pontífice fora cheia de compreensão, com algum sentimento de paternalismo e familiaridade entre ambos. No caso do casamento de D. Sebastião, o papa insistia que se fizesse amigo de França, casando com Margarida de Valois, como forma de instar à recuperação católica do reino. Contudo, em Roma fazia-se saber da resposta do rei português ao núncio, que «este [D. Sebastião] tinha recebido tantas ofensas e danos dos franceses que lhe não era possível de modo algum aliar-se com a casa de França», tendo-os como infiéis e sem religião³⁸⁸.

Na primeira fase do reinado de D. Sebastião, destacou-se uma grande aproximação a Roma, e que se espelhou na indulgência plenária concedida pelo papa. O monarca português teria feito uma reforma nos costumes (à imagem de Pio V) e reafirmou a

³⁸⁴ Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. II, p. 316. Veja-se, ainda o caso de D. Catarina de Áustria, em Isabel Maria Ribeiro Mendes, “A Casa da Rainha D. Catarina e as Dádivas ao Clero”, separata de *Itinerarium*, números 133-134, Braga, Editorial Franciscana, 1989, p. 21. Na múltipla correspondência autógrafa da rainha consultada no Arquivo Geral de Simancas, é notória a preocupação pela conservação e manutenção da Cristandade.

³⁸⁵ Vide breve “Circumpecta Romani” do papa Pio V a D. Sebastião (Roma, 5 de Junho de 1568). Lisboa, DGA/TT, *Colecção de Bulas*, maço 20, doc. 47, citado em Visconde de Santarém, *Quadro Elementar [...]*, tomo XIII, p. 500.

³⁸⁶ Vide bula “Ad Regis Majestatis” do papa Pio V a D. Sebastião (Roma, 18 de Agosto de 1570), publicada em *Corpo Diplomático Portuguez*, tomo XI, pp. 630-633.

³⁸⁷ Francis A. Dutra, “The Order of Christ in the Sixteenth Century: problems and perspectives”. *Military Orders in the Early Modern Portuguese World*, Aldershot, Hampshire, Ashgate Publishing Limited, 2006, pp. 235-236.

³⁸⁸ Visconde de Santarém, *Quadro Elementar [...]*, tomo III, Paris, J.P. Aillaud, 1843, p. 443.

aceitação das decisões tridentinas. Maria Augusta Lima Cruz propõe que essa é a prova da influência de Martim e Luís Gonçalves da Câmara e do cardeal-infante sobre o rei³⁸⁹.

As relações com Roma mexiam também com os assuntos da Casa Real portuguesa, nomeadamente a capela-real. Em 1570, D. Sebastião nomeou D. João de Castro para o ofício de capelão-mor³⁹⁰, apesar de este não ocupar nenhuma posição eclesiástica. O papa permitiu, no entanto, que viesse a gozar de todas as jurisdições previstas aos que ocupassem aquele cargo³⁹¹. Seria um favorecimento ilícito como forma de atingir o auxílio do rei português mais facilmente?

Em 1572, morto o papa Pio V, «Il di 14 di maggio et chiamator Gregorio xiiij», o novo pontífice. O conclave foi relativamente rápido, dada a influência do cardeal Ugo Buoncampagni na Cúria. Já no início muitos teriam por certo que o papa estaria seguramente escolhido no prazo de uma semana, pelos muitos amigos de muita autoridade que procuravam por Buoncampagni, e dos quais possuía a boa vontade³⁹².

Gregório XIII veio a salientar a sua preocupação com a saúde do rei, e com o facto de este não ter descendência³⁹³, ao mesmo tempo que lhe garantiu a concessão da terça parte das décimas e outros frutos eclesiásticos para o exercício da guerra de África³⁹⁴.

Este favorecimento do papa à intervenção portuguesa em Marrocos foi apoiado pelos progressos da cristianização portuguesa levada a cabo no extremo-orient, como já

³⁸⁹ Maria Augusta Lima Cruz, *op. cit.*, pp. 163-164.

³⁹⁰ Vide carta de ofício (Sintra, 14 de Agosto de 1570). Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 28, fl. 167v.

António Caetano de Sousa, na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo III, nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, Lda., 1947, p. 363, cita-a como estando na fl. 158; deste modo o repetiu Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários [...]*, p. 160.

³⁹¹ Vide breve “Exponi Nobis” do papa Pio V a D. Sebastião (Roma, 12 de Junho de 1571). Lisboa, DGA/TT, *Colecção de Bulas*, maço 28, doc. 65, publicado em *Corpo Diplomatico Portuguez*, vol. X, pp. 404-405.

³⁹² «Molti tengano per fermo, che n’usciva Papa al sicuro se il Conclauo andaua in lundo, sei, o’ otto giorni di più perche oltra, che haueua amici di molta hautorità che procurauano per lui, egli haueua la buona uoluntà di quasi tutti». Vide Lisboa, BA, *Conclaves nas Mortes dos Papas (1378-1644)*, cód. 49-IV-4, fls. 231v-232. Sobre a rapidez do conclave, também Aquiles Estaço o sublinhou na Oração ao Pontífice, exclamando a «tamanho celeridade dos Padres como nunca nos lembramos de ver, ouvir ou ler». Vide *Oração de Obediência ao Sumo Pontífice Gregório XIII dita por Aquiles Estaço em 1574*, edição fac-similada, com nota bibliográfica de Martim de Albuquerque e tradução portuguesa de Miguel Pinto de Meneses, Lisboa, Edições Inapa sob o patrocínio da Academia Portuguesa da História, 1988, p. 31.

³⁹³ Vide breve “Lectis litteris” do papa Gregório XIII para D. Sebastião (Roma, 28 de Setembro de 1574), publicado em *Corpo Diplomatico Portuguez*, vol. X, pp. 495-496.

³⁹⁴ Vide breve “Ad graves” do papa Gregório XIII para D. Sebastião (Roma, 13 de Dezembro de 1574). Lisboa, DGA/TT, *Colecção de Bulas*, maço 36, doc. 54, publicada em *Corpo Diplomatico Portuguez*, vol. X, pp. 496-497.

foi mencionado. A pedido de D. Sebastião, o sumo pontífice não hesitou em aceitar a criação de um novo bispado português em Macau³⁹⁵.

O papa revigorou a posição régia sobre as Ordens Militares, permitindo-lhe ceder hábito e preceptoría sobre as que combatessem contra os hereges, turcos e piratas³⁹⁶. Como reconhecimento, o monarca português recebeu do sumo pontífice uma das setas de S. Sebastião, entregue por mãos do enviado papal, camareiro de Gregório XIII, Pompeo Leone, em Almeirim, em Fevereiro de 1574, na sequência da celebração do capítulo da Ordem de Cristo³⁹⁷. No ano seguinte, assistindo ao vigésimo primeiro aniversário do monarca, chegava a Almeirim Giovanni Andrea Caligari para entregar uma espada e um chapéu benzidos pelo papa³⁹⁸.

As relações entre Portugal e Roma em termos eclesiásticos foram, *grosso modo*, orientadas em torno do Santo Ofício, das Ordens Militares e das novas dioceses, idealizadas por D. Sebastião no contexto da fundação de novas cidades ultramarinas ao longo do século XVI. Contudo, à ameaça que surgia do império Otomano, um capítulo muito específico das relações luso-romanas está vinculado na História da política externa sebástica; deve-se, sobretudo, dar atenção aos acontecimentos geopolíticos ao longo das últimas décadas, e aliar a isso a personalidade de cariz medieval de Pio V e a sua ferocidade no combate à heresia e aos infiéis. Reunidas estas condições, compreende-se a formação de uma aliança de carácter pró-cruzadístico – a Santa Liga.

A ideia não foi nova. Em 1537, havia se formado uma Liga para combater os Turcos, entre o papa Paulo III, o imperador Carlos V e o doge veneziano. Era um interesse tripartido de apoderamento do Oriente mediterrâneo: Veneza queria Chipre e Alexandria, Roma o Levante e o imperador o Norte de África³⁹⁹. Quando este perdeu para os Turcos em Argel, em 1541, a ideia foi completamente posta de lado até Pio V chegar ao trono pontifício, vinte e cinco anos mais tarde⁴⁰⁰.

No começo da década de 1570, soube-se da construção de uma forte armada por parte dos turcos. Não se sabia, contudo, precisar o propósito: se para conquistar o Chipre,

³⁹⁵ Vide bula “Super Speculas” do papa Gregório XIII a D. Sebastião (Roma 23 de Janeiro de 1575). Cfr. Visconde de Santarém, *Quadro Elementar [...]*, vol. XIII, p. 573 e *Corpo Diplomático Português*, vol. X, pp. 498 *passim*. Fortunato de Almeida data-a de 10 de Fevereiro, na *História Religiosa de Portugal*, vol. II, pp. 37-38.

³⁹⁶ Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *op. cit.*, vol. II, p. 229.

³⁹⁷ Maria Augusta de Lima Cruz, *op. cit.*, p. 223.

³⁹⁸ José de Castro, *D. Sebastião e D. Henrique [...]*, pp. 83-89.

³⁹⁹ Enrique García Hernán, “Pío V y el mesianismo profético”. *Hispania Sacra*, vol. 45, nº 91, Madrid, 1993, p. 91. Consultado em <http://digital.csic.es/handle/10261/14564>, a 16 de Junho de 2017.

⁴⁰⁰ Idem, *ibidem*, pp. 94-97.

ou La Goleta, ou Tunes, posições bastante aliciantes no contexto mediterrâneo. Pio V, receando pela sua posição geográfica no Mediterrâneo, preconizava para breve a chegada do turco ao Ocidente⁴⁰¹. O Norte de África castelhano estava em constante alarme perante as investidas turcas. Quanto a Veneza, sofria bastantes perdas e capturas com os sucessivos ataques de corsários turcos na sua costa⁴⁰², resultado de uma caducidade do sistema defensivo registada na república, na segunda metade do século⁴⁰³.

Em 1569, na Etiópia, recusaram-se a receber o Patriarca. Perante este incidente, Pio V viu-se na obrigação de recorrer ao apoio português⁴⁰⁴, o que veio ao encontro de um dos principais interesses da Corte portuguesa – África. Já antes, o rei tinha expressado o projecto de levar a cabo uma expedição no continente, sujeitando-o, «*pera eu poder m^{to} de pressa conquistar affrica*»⁴⁰⁵, referindo ainda que «*não quero oreino senão pera servir a igreja de deus*»⁴⁰⁶. O papa, alegrando-se, aconselhava o rei a levar avante o projecto.

Estas reacções advieram da educação que o monarca recebera, e que foi altamente influenciada pelo ambiente e sentimento que emanaram das Cortes de Lisboa de 1562, onde a “empresa marroquina” – recuperação e respectivo domínio sobre o território –, prevaleceu como saída, depois dos problemas que daí surgiram durante o reinado de D. João III. Assim, concluiu Sales Loureiro, o monarca foi «o produto de uma colectividade que assim o queria (...) como resposta a sucessivas crises»⁴⁰⁷.

Os episódios internacionais do reinado do *Desejado* não foram desfavoráveis a este seguimento, pois tornava-se um sentimento de reivindicação pelo antigo predomínio católico, que era cada vez mais periclitante. A presença protestante na Península Ibérica, como se viu, era escassa, mas nem assim pouco relevante. Da mesma maneira, o medo instalado quanto à circulação otomana na corte marroquina estava patente, e «se puede

⁴⁰¹ Vide breve “Certiores facti” do papa Pio V ao cardeal-infante D. Henrique (Roma, 14 de Março de 1570), publicado em *Corpo Diplomatico Portuguez*, vol. X, pp. 365-366. Ainda, José de Castro, *Concílio de Trento em Portugal [...]*, vol. VI, pp. 290-291.

⁴⁰² Vide avisos de Veneza (11 de Agosto de 1571). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-3, fls. 24-24v.

⁴⁰³ Fernand Braudel, *op. cit.*, pp. 454-455.

⁴⁰⁴ Vide breve “Cum ex venerabilis” do papa Pio V a D. Sebastião (Roma, 17 de Dezembro de 1569), citado em Visconde de Santarém, *Quadro Elementar [...]*, vol. XIII, pp. 515-516.

⁴⁰⁵ Vide carta de D. Sebastião ao papa Pio V (Montemor-o-Novo, 12 de Outubro de 1569). Vaticano, ASV, *Principi*, vol. 31, fl. 32, publicada em José de Castro, *op. cit.*, pp. 231-232.

⁴⁰⁶ Vide carta de D. Sebastião ao papa Pio V (Almeirim, 2 de Março de 1569). Vaticano, ASV, *Principi*, vol. 31, fl. 293, publicada em Idem, *ibidem*, p. 231.

⁴⁰⁷ Francisco de Sales Loureiro compõe uma resolução psicológica da figura do rei, que se funde nos desígnios e desenvolvimentos da História de Portugal, que justificam, marcaram e explicam o “desiderato final” da vida de D. Sebastião. *D. Sebastião e Alcácer-Quibir [...]*, p. 84 *passim*.

temer (lo que de Dios no permita) que estes reinos y toda la Cristandad reciban un grande revés»⁴⁰⁸.

Assim, o papa não hesitou em colocar Portugal na Santa Liga. Logo em 1570, envia a Portugal Luis de Torres (1533-1583), cuja Instrução papal requeria o pedido de uma armada portuguesa para a Santa Liga⁴⁰⁹. O breve “Certiores Facti”, supracitado, recebera o o cardeal-infante das mãos do núncio⁴¹⁰. Não só apelava a esse desígnio, que foi bem de acordo com as pretensões da Nobreza portuguesa, como do próprio rei que, contudo, não acedeu com igual entusiasmo ao pedido pontifício de levar avante o casamento com Margarida de Valois⁴¹¹. O monarca negava quaisquer ligações com França nesse sentido a propósito dos sucessivos e múltiplos ataques de huguenotes às armadas portuguesas, como se descreveu nos últimos dois capítulos, mesmo depois de duas visitas consecutivas por parte do camareiro do papa.

Obedecendo aos padrões e à expressividade do nepotismo e venalidade típicas do Antigo Regime, o papa Pio V, nos alvares do seu pontificado, em 1566, fez cardeal Michele Bonelli (1541-1598), filho de uma sobrinha, e que ficou conhecido na posteridade como o Cardeal Alexandrino devido à sua origem da região de Alessandria. Posteriormente, em 1571, nomeou-o como novo legado pontifício em Portugal⁴¹². Foi durante a estada do legado na Península Ibérica que ocorreu, em Lepanto, o mais estrondoso sucesso da Santa Liga, a 7 de Outubro de 1571.

A tentativa de saída de Portugal de D. Catarina foi outro assunto que o legado papal visou interferir, o que motivou alguma correspondência da rainha para o papa, cheia de emotividade, a par com a que enviava para o sobrinho Filipe II, explicando as razões pelas quais era movida. Ficou também acordada a construção de uma Armada portuguesa com

⁴⁰⁸ Vide carta de D. Juan de Silva a Filipe II (1576). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 393, fl. 76, citada em Francisco de Sales Loureiro, “Introdução – Mitogenia e História”. Miguel d’Antas, *Os Falsos D. Sebastião*, Introdução e Notas do Doutor Sales Loureiro, Lisboa, Europress, Editores e Distribuidores de Publicações, Lda, 2ª edição, 1988 [1ª edição, 1980], p. 28.

⁴⁰⁹ Vide breve “Quod Tuo” do papa Pio V a D. Sebastião (Roma, 14 de Março de 1570). Lisboa, DGA/TT, *Colecção de Bulas*, maço 28, doc. 22, publicado em *Corpo Diplomático Portuguez*, vol. X, p. 365.

⁴¹⁰ José de Castro, *op. cit.*, pp. 289-290.

⁴¹¹ Maria Augusta Lima Cruz, *op. cit.*, p. 178.

⁴¹² A viagem do Cardeal Alexandrino é um dos momentos mais bem documentados do reinado sebástico. No capítulo “Viagem do Cardeal Alexandrino a Portugal”, em José de Castro, *op. cit.*, pp. 307-361. Mais recentemente publicado, Arnaldo Pinto Cardoso, *Embaixada do Papa Pio V ao Rei D. Sebastião: missão do Cardeal Alexandrino em Lisboa (1571)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2012.

o intuito de apoiar a Santa Liga contra o Turco, a qual capitanearia o herdeiro presuntivo da Coroa portuguesa, o Senhor D. Duarte⁴¹³.

A questão mediterrânea está sobretudo muito presente logo após Lepanto. Uma rápida vista de olhos aos temas da embaixada de D. Duarte de Castelo Branco em Madrid (1571-1576) revela o crescente e absoluto domínio dos assuntos mediterrâneos em 1572. Recorde-se, ainda, a insistência do papa, que aproveitou os acontecimentos de Outubro de 1571 para dissuadir D. Sebastião a entrar definitivamente na Liga⁴¹⁴. As centenas de assaltos, presas e mortes em Veneza⁴¹⁵ e no Cáataro⁴¹⁶, no Verão que antecede a Batalha de Lepanto, resultado de pequenos confrontos entre cristãos e turcos⁴¹⁷, espelham bem essa agitação.

Todo o contexto que rodeia este espaço e a criação da Santa Liga nesse início de década de 1570 é contraditório. Todos os actores políticos aliados na guerra contra «el enemigo común», perante as negociações, demonstravam-se extremamente apreensivos, pelo que fizeram tardar qualquer tipo de resolução definitiva. Para uma aliança que deveria durar doze anos depois de assinada, não chegou senão a uma vitória que só foi estrondosa nas palavras que desencadeou pela Cristandade, tendo a (in)conclusão da aliança se arrastado durante meses, até 1573. Foi uma celebração passageira pois, no ano seguinte, uma nova frota otomana restabelecera-se, mais forte que nunca, derrotando as forças da Santa Liga em Túnis⁴¹⁸.

A juntar-se a esta reviravolta decepcionante para a Cristandade, sobreveio a morte do papa Pio V, no primeiro de Maio em 1572. Foi um golpe duro para uma negociação por si, só, tensa⁴¹⁹. O novo papa começou o seu pontificado como uma continuidade da

⁴¹³ Diogo Barbosa Machado, *Memorias [...]*, parte III, liv. II, cap. XIII, p. 415. Teria sido uma tentativa de o igualar ao papel do meio-irmão de Filipe II, D. Juan de Áustria, e ao seu desempenho na armada em Lepanto?

⁴¹⁴ Vide breve “Cum Placuerit” do papa Pio V a D. Sebastião (Roma, 26 de Outubro de 1571). Lisboa, DGA/TT, *Colecção de Bulas*, maço 28, doc. 4, publicado em *Corpo Diplomático Português*, tomo X, pp. 423-424.

⁴¹⁵ Vide avisos de Veneza (11 de Agosto de 1571). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-3, fls. 24-24v.

⁴¹⁶ Vide avisos do Cáataro (27 de Julho de 1571). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-3, fl. 25.

⁴¹⁷ Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-3, fls. 24-27v. O informador de D. Duarte de Castelo Branco é o mesmo, provavelmente um mercador de origem italiana.

⁴¹⁸ Donald Quataert, *O Império Otomano: das origens ao século XX*, Lisboa, Edições 70, D.L., 2ª edição, 2008, p. 46.

⁴¹⁹ Fernand Braudel, *op. cit.*, vol II, p. 495.

política do seu antecessor, pelo que se pode constatar quando requereu a D. Sebastião para participar na Santa Liga contra os turcos⁴²⁰.

O próprio monarca português instigava outros chefes de Estado cristãos a aderirem à causa. Quando o novo doge de Veneza foi eleito, D. Sebastião enviou-lhe congratulações e reforçou-lhe a necessidade de combater a ameaça turca, «nas cousas da Cristandade defensão e restauração della»⁴²¹. Quase imediatamente a seguir a Lepanto, mais alusões à Santa Liga e a necessidade de defesa da Cristandade contra o Turco estiveram patentes na carta do rei ao doge⁴²². Foi neste início de 1572 que se encontrou um maior número de cartas pulsadas de Portugal para Veneza, também possivelmente pela chegada do embaixador veneziano (Antonio Tiepolo) a Portugal⁴²³.

No Verão de 1572, no seguimento dos acontecimentos da noite de São Bartolomeu, D. Sebastião sugeriu enviar a Carlos IX de França uma armada de apoio, a mesma prometida para a Santa Liga, capitaneada pelo Senhor D. Duarte. Ao saber disso, Gregório XIII interpelou o rei português, não se abstendo de o questionar se não lhe aprouvera mais empregar as forças contra os Turcos por ser assunto mais urgente à Cristandade⁴²⁴.

Essa armada continuou ancorada no Tejo sem efeito e sem propósito evidente, muito embora o papa se empolgasse e manifestasse orgulho em D. Sebastião⁴²⁵. Com efeito, no Sábado, 13 de Setembro de 1572, uma tempestade abateu-se sobre Lisboa, e que além de estragos materiais e humanos sofridos na cidade, inclusive toda a armada fora reduzida a destroços⁴²⁶.

⁴²⁰ Vide breve do papa Gregório XIII ao cardeal-infante (Roma, 1 de Julho de 1572). Vaticano, ASV, *Arm.* 44, vol. 24, fl. 79 apud José de Castro, *Portugal no Concílio de Trento [...]*, vol. VI, pp. 360-361.

⁴²¹ Vide carta de D. Sebastião à cidade de Veneza (Almeirim, 29 de Novembro de 1570). Vaticano, A.S.V., *Collegio, Lettere Principi, Spagna*, maço 35, publicado em Julieta Teixeira Marques de Oliveira, *Veneza e Portugal no Século XVI. Subsídios para a sua História*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000, pp. 277-278 (doc. 134).

⁴²² Vide carta de D. Sebastião à cidade de Veneza (Almeirim, 24 de Janeiro de 1572). Vaticano, A.S.V., *Collegio, Lettere Principi, Spagna*, maço 35, publicado em Idem, *ibidem*, pp. 279-280 (doc. 137).

⁴²³ Vide carta de D. Catarina de Áustria à cidade de Veneza (Lisboa, 10 de Fevereiro de 1572). A.S.V., *Collegio, Lettere Principi, Spagna*, maço 35 publicado em Idem, *ibidem*, pp. 281-282 (doc. 139).

⁴²⁴ Vide breve “Summa cum voluptate” do papa Gregório XIII a D. Sebastião (Roma, 8 de Novembro de 1572). Lisboa, DGA/TT, *Colecção de Bulas*, maço 36, doc. 45, publicado em *Corpo Diplomatico Portuguez*, vol. X, pp. 466-467.

⁴²⁵ «[...] o que faz mais insigne, e mais realça a piedade de v. Magestade, he a terra, em que vive, e a situação do seu Reyno, muyto distante dos Othomanos; e quanto mais desviado do perigo, em que nòs vivemos, e do medo dos inimigos, tanto manifesta em a Caridade de Christo, que vos móve, a qual não busca a propria conveniencia». Vide breve “Quanquam in literis” do papa Gregório XIII a D. Sebastião (Roma, 17 de Setembro de 1572), publicado e traduzido por Frei Manuel dos Santos, *História Sebastica. Contem a vida do Augusto Principe o Senhor D. Sebastião Rey de Portugal, e os Successos Memoraveis do Reyno e Conquistas no seu Tempo*, Lisboa, Oficina de Antonio Pedrozo Galram, 1735, liv. II, cap. XVI, pp. 240-244.

⁴²⁶ Diogo Barbosa Machado, *Memorias[...]*, parte III, liv. II, cap. XIII, pp. 429-431.

Em Lisboa, em 9 de Novembro de 1572, celebravam-se as vitórias de Paris sobre os protestantes e de Lepanto sobre os Turcos⁴²⁷. O documento não atesta a presença de D. Sebastião nos festejos. Aliás, todo o mês de Novembro é nebuloso quanto à sua itinerância. É impossível determinar se o monarca esteve em Lisboa ou não – se por um lado o rei encontrava-se em convalescença em Évora, de acordo com o que têm demonstrado estudos anteriores⁴²⁸, por outro lado este tipo de festejos parecem demasiado relevantes para que o monarca não assistisse. Além do mais, a doença foi uma situação recorrente na vida de D. Sebastião, que padeceu de uma crise de saúde que o impossibilitou de sair da cama em 8 de Setembro, dias depois da notícia de Paris ter chegado a Lisboa⁴²⁹. Mas sabe-se que era adepto deste género de festejos porque anos antes, aquando da vitória de Jarnac, D. Sebastião participara pessoalmente numa procissão solene, mandada celebrar pela vitória francesa sobre os huguenotes⁴³⁰.

Em 1573, D. Sebastião recebia no seu paço o arcebispo Lanciano, que foi numa nova tentativa de recorrer do apoio do rei para integrar a Liga⁴³¹. O papa reinsistia, portanto. Mas foi nesse ano que Veneza, demasiado enfraquecida pelo desgaste bélico, assinou uma concórdia com o Império Otomano, num claro abandono da Santa Liga. De facto, esta saída deveu-se não só ao seu explícito enfraquecimento, mas também como um alerta perante a hegemonia castelhana na península italiana. A monarquia católica tinha poder sobre a maior parte dos ducados circundantes (como Milão e Toscana), o que fazia adivinhar o propósito de Filipe II em querer abraçar o enclave veneziano. Teria efectivamente interesse em assegurar essa posição, tão interessante geograficamente? O papa deixaria? No fim de contas, aguentaram a “fúria” contra a república veneziana⁴³².

A partir daqui a ideia de uma Santa Liga desvaneceu-se, e Filipe II tomaria partido da “causa de Deus”, assumindo-a como um propósito pessoal da sua dinastia. Este

⁴²⁷ Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 411, fl. 41.

⁴²⁸ Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião [...]*, p. 259, mostra este mês como sendo bastante árido de informação, situando o monarca em Évora, que foi para onde se deslocou por ordem dos médicos. Vide carta de D. Juan de Borja a Filipe II (Lisboa, 27 de Outubro de 1572). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 390, fl. 117, citado em Idem, *ibidem*, p. 255. Maria Augusta Lima Cruz sugere que esta ausência de informação se deveu ao agravamento de estado de saúde do rei, obrigando-o a retirar-se do horizonte da política por umas semanas. *D. Sebastião [...]*, p. 210.

⁴²⁹ Idem, *ibidem*, pp. 209-210.

⁴³⁰ “[...]E mandey pera ysso fazer procissam ã minha Corte (na qual eu fuy)[...]”. Vide carta de D. Sebastião a Carlos IX de França (Évora, 30 de Dezembro de 1569), publicada em Joaquim Veríssimo Serrão, *Documentos Inéditos para a História do Reinado de D. Sebastião [...]*, pp. 74-76.

⁴³¹ Visconde de Santarém, *Quadro Elementar [...]*, vol. XIII, pp. 566-567. Veja-se ainda uma maior descrição e documentação sobre o assunto em Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião [...]*, pp. 277-278.

⁴³² Fernand Braudel, *op. cit.*, vol. II, pp. 504-507.

conflito arrastou-se sobre condições contraditórias pelo século seguinte, começando a ser posta em causa, na historiografia recente, a sua viabilidade, dado que é vista como uma guerra desmedida e sem propósito claramente definido⁴³³.

Foi também neste ano de 1573, como se verificou, que se alteraram as linhas de força do reino, traçando a viragem de D. Sebastião para África, depois da Jornada ao Alentejo e Algarve⁴³⁴. As relações com Roma estreitaram-se, sendo que praticamente todos os anos um novo núncio papal era enviado à Corte portuguesa, numa movimentação diplomática raramente assistida e que se explica de acordo com a circunstância⁴³⁵. E a partir de agora, seria Portugal quem requereria apoio bélico a Roma, e um claro sinal dessa divergência esteve patente na mudança do mapa diplomático português em 1574, quando D. Sebastião enviou João Gomes da Silva, o embaixador presente em Paris na noite de São Bartolomeu, para Roma⁴³⁶.

3.3. Islâmicos: a ameaça turca e Alcácer-Quibir

O Império Otomano cresceu de forma exponencial e contínua desde a segunda metade do século XV até aos finais do século XVII. Provocou, desde logo, grande tensão sobre a Cristandade. Foi durante o sultanato de Solimão, o Magnífico (1520-1566) que esse crescimento conheceu a fase principal. O sultão procurou travar a supremacia dos Habsburgo pelo apoio aos protestantes dos Países Baixos castelhanos, bem como no apoio marítimo aos Estados do Malabar e do Coromandel, na Índia, com o intuito de minar a influência portuguesa naquela região⁴³⁷.

O sacro-imperador susteve a explosão turca que se fazia prever. À morte de Fernando I (1564), o novo Sultão viu a oportunidade de reiniciar o conflito com os Habsburgo a partir da Hungria. Entre múltiplas manobras diplomáticas com o próprio rei católico, os seus planos viram-se interrompidos com a sua morte, em 1566.

⁴³³A recente publicação da tese de doutoramento de Philip Williams, *Empire and Holy War in the Mediterranean [...]*, já citada, legou à historiografia mediterrânea uma profunda reflexão sobre o conflito naval entre as forças de Castela e do Império Otomano.

⁴³⁴ Francisco de Sales Loureiro, “O Tempo de D. Sebastião. Um hiato na historiografia do séc. XVI: a jornada régia de 1573”. Separata dos *Anais*, II série, vol. 28, Lisboa, 1982, p. 266, que chega, mesmo, a cognominar a viagem como «o trampolim que haveria de lançá-lo na aventura de Marrocos».

⁴³⁵ Carlos José Margaça Veiga, *Poder e Poderes na Crise Sucessória Portuguesa [...]*, vol. I, pp. 155-158.

⁴³⁶ Vide carta credencial de João Gomes da Silva para o papa (Évora, 22 de Julho de 1573). Vaticano, ASV, *Nunziatura di Portogallo*, volume 4, fl. 31 apud José de Castro, *D. Sebastião e D. Henrique [...]*, pp. 72-73. Publicada em Augustinus Theiner, *Annales Ecclesiastici*, tomo I, Roma, 1856, pp. 397-398, de acordo com Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 294.

⁴³⁷ Donald Quataert, *op. cit.*, p. 46.

Com a chegada de Selim II (r. 1566-1574) ao sultanato, assistiu-se a um recuo na ofensiva turca. Estaria preparada uma investida na Hungria – que motivou um pedido de ajuda do Imperador Maximiliano a toda a Cristandade, inclusive a D. Sebastião – que, todavia, nunca chegou a ocorrer, tendo os Turcos convertido «suas forças, e poder em armada de Mar para Malta, ou Goleta»⁴³⁸. Efectivamente, o Império Otomano voltava-se agora para uma actuação maioritariamente marítima.

Cabe agora aqui alicerçar este contexto com aquilo que inclui D. Sebastião no tema, levando a pior das derrotas em campo de batalha às páginas da História de Portugal e a aclamação de ter sido a “última cruzada” em toda a História⁴³⁹.

Não se poderia elaborar uma dissertação no âmbito sebástico sem deixar de falar da Batalha de Alcácer-Quibir⁴⁴⁰ e tudo o que a abarcou, desde já porque no título deste texto ela está bem patente enquanto limite cronológico. O que importa sublinhar, no contexto do trabalho aqui desenvolvido, são as linhas de condução diplomática que D. Sebastião

⁴³⁸ Vide Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 886, fls. 956-957.

⁴³⁹ Fernand Braudel, *op. cit.*, vol. II, p. 558.

⁴⁴⁰ Este é, sem sombra de dúvida, o assunto mais explorado pela historiografia portuguesa. Largas páginas foram escritas na tentativa de descortinar quaisquer sentidos obscuros, quaisquer significados simbólicos; de referir que o fenómeno sociológico do Sebastianismo providenciara o ambiente necessário a que isso ocorresse. A batalha de Alcácer-Quibir, ou a Batalha dos Três Reis, como é reconhecida fora de Portugal, foi o acontecimento mais falado e discutido em toda a Europa até ao final do século XVI. Não querendo aqui esmiuçar a bibliografia relativa a Alcácer-Quibir, efeito que sem dúvida resultaria num empreendimento odisséico, como as teses de doutoramento de Vítor Amaral de Oliveira, defendida na Universidade Paul-Valéry, Montpellier III, em 1988, editada sobre o título *Sebástica – Bibliografia Geral sobre D. Sebastião*, LVIII, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2002 e de Ana Maria Pinhão Ramalheira, defendida na Universidade de Aveiro em 1999, editada sobre o título *Alcácer-Quibir e D. Sebastião na Alemanha: Representações Historiográficas e Literárias (1578-ca.1800)*, Coimbra, Minerva Coimbra – Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos – Universidade de Aveiro, 2002, sobre as representações de Alcácer-Quibir na Alemanha desde 1578 até ao início do século XIX, por isso se deixam as páginas que encerram em si material suficiente para se ter ideia nivelada sobre o desenvolvimento da batalha. Vide José Maria Queiroz Velloso, *D. Sebastião 1554-1578*, Lisboa, 3ª edição revista e aumentada, Empresa Nacional de Publicidade, 1945 [1ª edição, 1935], essencialmente, pp. 337-369, tem, talvez, a melhor das descrições e material sobre o assunto. Francisco de Sales Loureiro, *D. Sebastião – Antes e Depois de Alcácer-Quibir*, Lisboa, Editorial Veja, 1978, onde analisa a personalidade do rei e a problemática de Portugal face aos problemas do Norte de África, bem como o fenómeno de carácter messiânico que surgiu envolta do monarca. Desta mesma forma Jacqueline Hermann descreveu o reinado de D. Sebastião e contextualizou-o no seu tempo, dentro das tendências políticas da época, e de que maneira o Sebastianismo veio a progredir na sua tese de doutoramento, em *No Reino do Desejado: A construção do Sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998. Antonio Villacorta Baños-García, tendo formação em Psicologia, embarca na relação de D. Sebastião com a sua própria personalidade e com todos os personagens que com ele coexistiram, perto ou longe, em *D. Sebastião – Rei de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008, tradução, revisão científica e prefácio de Vítor Amaral de Oliveira (original Madrid, Editorial Ariel, S.A., 2004). Também Maria Augusta Lima Cruz, em *D. Sebastião*, da importante colecção da editora Círculo de Leitores trazida a lume na década passada, explora um D. Sebastião vítima de um contexto internacional, 2006. Mais recentemente, Luís Costa e Sousa, *Alcácer-Quibir. 1578 – Visão ou Delírio de um Rei?*, 2009, onde faz uma grande análise ao carácter militar entre as duas frentes e o ambiente internacional. Sobre as principais fontes, ainda o artigo de Jacqueline Hermann, “El Ksar El-Kebir. Narrativas e História Sebástica na Batalha dos Três Reis. Marrocos, 1578”. *História: Questões & Debates*, nº 45, Curitiba, 2006, p. 11-28, consultada em <https://revistas.ufpr.br/historia>, a 26 de Maio de 2017.

utilizou para levar a cabo tal empreendimento, e em que sentido elas se encaixaram nos preâmbulos intra e internacionais – as Cortes de 1562 e o regresso a Marrocos, Lepanto em 1571 e, no ano seguinte, o Massacre de São Bartolomeu⁴⁴¹.

O Norte de África foi sempre visto como uma continuidade do território português, especialmente da região do Algarve, naturalmente “vocacionada para Marrocos”. Francisco Sales Loureiro justificou toda a acção dos anos finais do reinado de D. Sebastião como uma consequência dessa influência, uma “opção” tornada nacional, no ponto de vista da *longue durée* histórica – dadas as perdas territoriais em Marrocos ao tempo de D. João III⁴⁴².

Efectivamente, entre Setembro e Outubro de 1573, uma segunda viagem ao Algarve foi realizada pelo monarca⁴⁴³. Na primeira, entre Janeiro e Fevereiro, houve uma clara intenção de avaliar militarmente as regiões alentejana e algarvia, e de controlar a aplicação a medidas impostas anteriormente, como o recrutamento obrigatório (1568) e as Ordenanças (1571) – foi, ao fim e ao cabo, a primeira revista de tropas a nível nacional⁴⁴⁴. Desde cedo que o jovem rei pretendia reformar o exército português na Metrópole, o que resultou numa reorganização legislativa militar inédita⁴⁴⁵.

Em 1574, rumou para África pela primeira vez, onde se manteve durante um mês, avaliando o espaço. O rei dera ordens para que se lançassem armas sobre os mouros caso estes ameaçassem com algum movimento guerreiro. Serviu isto para justificar o afastamento de D. António, prior do Crato, da posição de governador de Tânger, nos meses prévios à chegada de D. Sebastião à praça marroquina, pelo simples facto de não ter obedecido a essas ordens⁴⁴⁶.

⁴⁴¹ Francisco Contento Domingues, “Guerra em Marrocos”. Coordenação de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. II, 2003, p. 228.

⁴⁴² Francisco de Sales Loureiro, *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve – a alteração das linhas de força da política nacional*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, pp. 37-44.

⁴⁴³ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, pp. 298-300.

⁴⁴⁴ Luís Costa e Sousa, *op. cit.*, pp. 30-32.

⁴⁴⁵ Porque, efectivamente, os feitos no Oriente eram celebradíssimos; contudo, na Metrópole observava-se uma milícia decrepita, muito à imagem de Veneza, como foi visto anteriormente. Sobre as resoluções militares de D. Sebastião ao longo do seu reinado, e o seu evidente interesse na criação de um exército português eficaz e moderno, veja-se a recente publicação da tese de doutoramento de Luís Costa e Sousa, *Construir e Desconstruir a Guerra em Portugal (1568-1598)*, Lisboa, Instituto de Estudos Superior e Militares – Centro de Investigação de Segurança e Defesa, (ed. revista) 2016, especialmente pp. 167-182. Um agradecimento a Hélder Carvalho pela indicação deste texto.

⁴⁴⁶ José de Castro, *O Prior do Crato*, Lisboa, Tip. União Gráfica, 1942, p. 30. A nomeação de D. António foi vista como uma vinculação de Portugal na política do Mediterrâneo Central, igualando-se à política de Castela, Roma e Veneza. Cf. Maria do Rosário Themudo Barata, “D. Sebastião”. Coordenação de João Medina, *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, volume VI – Judaísmo, Inquisição e Sebastianismo, Alfragide, Clube Internacional do Livro, 1995, p. 220.

A expressão usada por D. Sebastião para justificar uma intervenção militar em Marrocos foi «por ser contra mouros e tam perto destes Rei^{nos}»⁴⁴⁷. A nobreza portuguesa às vésperas de Alcácer-Quibir, mentalmente rota, piamente crente na desgraça em que o império e o reino se deslocavam, sedentos de honras e de vitórias militares que lhes concedessem um vulto de maior relevância no panorama político e militar, copiavam-lhe o mote. Tendo em conta a mentalidade de Quinhentos, Marrocos, ali tão perto da costa algarvia, era o ponto perfeito para levar a cabo essa tarefa, como 160 anos antes tinham feito os primeiros Avis em Ceuta.

Em 1574, morrera o xarife sádida Mulei Abdalá (r. 1557-1574), deixando o trono ao filho Mulei Mahamet (Muhammad al-Mutawakkil). Esta sucessão deu início a uma crise dinástica que viria a afectar Marrocos nos próximos anos. O tio do novo xarife regressara do império otomano, iniciando uma onda de confrontos não apenas campais, mas também cortesãos, com vista a ter maior influência junto dos grandes senhores, afirmando-se como legítimo sucessor.

Mulei Abdalmaleque (ou ‘Abd al-Malik, r. 1576-1578) viveu na maior parte da sua vida sob a égide do Grão-Turco, para quem chegou a combater. Desta sorte, pôde beneficiar do apoio otomano aquando da sua iniciativa de regressar e reclamar o trono Marrocos. O seu regresso representa um salto que se verificou na longa revolução militar marroquina do século XVI⁴⁴⁸.

De um ponto de vista externo, D. Sebastião tivera conhecimento da instabilidade que crescia em Marrocos e compreendeu bem a situação, o que o levou a considerar ser o momento ideal para agir. Assim, entre 1574 e 1576, foi se estabelecendo a ideia do retorno português a Marrocos; até que, em 1576, quando Abdalmaleque conquistou Fez e consecutivamente usurpou o trono ao sobrinho, Mulei Mahamet, o alarme disparou.

O dia 11 de Abril de 1576 foi de suma importância no governo de D. Sebastião. Da secretária do rei saíram missivas para o embaixador de Roma e de Madrid, e ainda para Filipe II onde mencionou a possibilidade de conquistar Larache pela primeira vez⁴⁴⁹. Este foi o marco que deu arranque à jornada que culminaria dois anos depois na morte do rei, dado que Larache tinha, como característica predominante, ser zona de abrigo e de

⁴⁴⁷ Vide carta de D. Sebastião a D. Nuno Manuel (Sintra, 11 de Outubro de 1575). Paris, BNF, *Manuscripts Portugais*, ms. 8, fls. 128v-129v apud Joaquim Veríssimo Serrão, *Documentos Inéditos [...]*, p. 95.

⁴⁴⁸ Luís Costa e Sousa, *op. cit.*, pp. 37-38.

⁴⁴⁹ Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários [...]*, pp. 382-383.

abastecimento de corsários, quer cristãos quer turcos⁴⁵⁰, aos quais se temia que fosse entregue na totalidade⁴⁵¹.

Como se viu, uma ligação com Castela era do máximo interesse para D. Sebastião, não só pela proximidade favorável, mas por esta ser também a maior potência cristã à época. D. Sebastião já havia requerido ao duque de Alba permissão para recolher munições em Castela⁴⁵². Avizinhava-se, entretanto, um acontecimento único, quando D. Sebastião propusera falar pessoalmente com o tio, o monarca castelhano: o que acontecera no Mosteiro de Guadalupe, entre Dezembro de 1576 e Janeiro de 1577.

Não foi uma ideia nova, como atrás se referiu. D. Catarina de Áustria intentara diligenciar um encontro entre ambos antes de 1576. Desta vez, o rei português conseguira fazê-lo, levando o seu favorito, Pêro de Alcáçova Carneiro, em embaixada secreta até Madrid, não tendo este revelado o seu propósito até à audiência com Filipe II⁴⁵³.

A rainha foi, inclusivamente, uma activa defensora da República Cristã e do combate contra o Turco que avançava ferozmente em direcção ao ocidente. Durante a Segunda Guerra da Religião em França, a rainha-viúva portuguesa enviou uma carta a Catarina de Médicis, congratulando-a pela vitória frente aos huguenotes em Montcontour, que se dera a 3 de Outubro de 1570⁴⁵⁴. Em 1572, quando lutava por afastar os Gonçalves da Câmara de D. Sebastião, idealizou um encontro entre Filipe II e o neto como meio de o encaminhar para longe dos jesuítas. Conseguiu convencer D. Sebastião de que os príncipes cristãos necessitavam de se «unir y confederarse para tratar de los remedios de la cristiandad (...) para lo cual no existia médio mejor que verse, si se había de acordar algo de provecho, particularmente en llevar adelante la empresa contra el Turco»⁴⁵⁵.

⁴⁵⁰ Carlos José Margaça Veiga, *op. cit.*, pp. 146-147.

⁴⁵¹ Vide *Crónica do Xarife Mulei Mahamet d'El-Rei D. Sebastião (1573-1578)*, introdução e notas de Sales Loureiro, Odivelas, Europress – Editores e Distribuidores de Publicações, Lda., 1987, pp. 64-65.

⁴⁵² Vide carta de D. Sebastião ao Duque de Alba (Évora, 1 de Dezembro de 1572). Citada em Alfonso Danvila y Burgueros, *op. cit.*, p. 228.

⁴⁵³ Alfonso Danvila, *Felipe II y el Rey Don Sebastián de Portugal [...]*, p. 316.

⁴⁵⁴ Carta de D. Catarina de Áustria a Catarina de Médicis (Vila Franca de Xira, 30 de Janeiro de 1571), publicada, aparentemente, em Elena M. Wolf e I.I. Tchelicheva, *Prosa Documental Portuguesa e alguns problemas para a sua investigação*, Moscovo, Nauka, 1983, segundo as próprias autoras, que o apontam em “Documentos portugueses do século XVI nos arquivos da URSS (textos)”, *Revista de História*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 8, 1988, p. 370 e 374. Todavia, não houve possibilidade de consultar nenhum exemplar da obra, onde a carta se encontra transcrita. Essa preocupação com o avanço dos protestantes está exposta no estudo já citado de Isabel Maria Ribeiro Mendes, *A Casa da Rainha D. Catarina e as Dádivas ao Clero [...]*, p. 21.

⁴⁵⁵ Alfonso Danvila y Burgueros, *op. cit.*, p. 187.

Em 1575, Castela entrou em bancarrota⁴⁵⁶, condição propícia aos Estados que se envolviam na guerra. Os custos levados a cabo por D. Sebastião para financiar a expedição marroquina, mesmo não tendo levado o reino à bancarrota, iniciaram uma grave crise económica e humana no reino⁴⁵⁷ que foram fundamentais para o processo da perda da Independência. Facto é que o monarca fez constantes pedidos de dinheiro, não só para sustentar a guerra, como para a aquisição de mantimentos, munições e contratação de soldados por «várias partes da Europa»⁴⁵⁸. Acreditava-se que Larache render-se-ia sem problemas, o que seria proveitoso, pois o objectivo era voltar depressa por falta de verbas⁴⁵⁹.

Convém sublinhar a relevância do acontecimento de Guadalupe em termos político-diplomáticos⁴⁶⁰, numa época em que o encontro directo entre monarcas rareava. O próprio rei português foi um embaixador na procura de «socorro de Berberia»⁴⁶¹. Podem resumir-se as «vistas» entre duas discussões: arranjar o casamento de D. Sebastião com a infanta castelhana Isabel Clara Eugénia (como já se referiu), e o apoio de Filipe II à jornada marroquina.

De facto, não fora a única diligência nesse sentido, pois uma negociação secreta decorria entre João Gomes da Silva, o embaixador em Roma, e o Grão-Duque da Toscana, com o qual se negociou o casamento com a filha a troco de um dote avultado para suportar os custos da Jornada⁴⁶² – Francisco I de Médicis prometeu enviar reforços a troco de facilidades no mercado da pimenta. A burocracia e as «exorbitâncias florentinas» levaram a que se suspendessem quaisquer negócios⁴⁶³.

⁴⁵⁶ Os anos seguintes seriam de rápida recuperação económica devido a um massivo afluxo de prata vinda das Índias Ocidentais, o que deu alento e tornou bastante feroz a política filipina. Cf. Fernand Braudel, *op. cit.*, p. 556.

⁴⁵⁷ «[...]Mais arreceavam os homens a guerra que se lhes fazia na rua-nova, que a que se esperava em África». Exclamação de um fidalgo português, a propósito da avultada inflação nos produtos vendidos na Rua Nova nas vésperas da Jornada de Larache. “Aspecto de Lisboa ao Ajuntar-se e Partir a Armada para a Jornada de Alcácer-Quibir”, transcrita por Alexandre Herculano, *Opúsculos*, Tomo IV, edição crítica - organização, introdução e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Lisboa, Editorial Presença, 1983, p. 362.

⁴⁵⁸ Diogo Barbosa Machado, *Memórias [...]*, parte IV, liv. I, cap. XIV, p. 119.

⁴⁵⁹ Vide carta de D. Juan de Silva a Filipe II (Lisboa, 5 de Junho de 1578). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 396, fl. 59, publicada em *CODOIN*, tomo XL, pp. 34-35.

⁴⁶⁰ Em questões governativas, é notória a mudança no conselho do Rei, visível nos seus acompanhantes reduzidos na jornada de Guadalupe. Cf. Isabel M. R. Mendes, *O Mosteiro de Guadalupe [...]*, p. 75 e vide, ainda, Évora, BPE, cód. CIII/2-17, fl. 161-161v.

⁴⁶¹ Expressão exposta na carta de D. Juan de Silva a Filipe II (Lisboa, 27 de Outubro de 1576). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 393, fl. 157.

⁴⁶² Pedro Serralheiro Amorim, *op. cit.*, pp. 163-164.

⁴⁶³ Carlos José Margaça Veiga, *op. cit.*, vol. I, p. 182.

Veneza poderia vir a lucrar com o aumento do poderio turco. O seu estado mercantil via-se limitado pela hegemonia dos reinos ibéricos, cuja força naval se encontrava sob ameaça turca, o que beneficiaria a expansão de Veneza no mercado⁴⁶⁴. Dever-se-ia a isto a ausência de apoio da Vecchia Signora para a Jornada de Larache? Ou, na verdade, D. Sebastião, tendo conhecimento da “traição” da Sereníssima à Santa Liga, não enviara quaisquer pedidos de ajuda ao doge veneziano⁴⁶⁵?

As mútuas e intensas enviaturas que se realizaram no último trimestre de 1576 entre Portugal e Castela revelam um intenso labor na actividade diplomática⁴⁶⁶. Crê-se que um desentendimento entre sobrinho e tio levou à suspensão das «vistas» de Guadalupe, mais cedo que o previsto⁴⁶⁷. Mesmo assim, Filipe II garantiu o seu apoio com cinquenta galés e 5000 soldados castelhanos para a Jornada africana que, contudo, deviam ser pagas pelo monarca português⁴⁶⁸. Em Junho de 1578, no momento em que D. Sebastião embarcava em Lisboa para Marrocos, assinavam-se as tréguas entre Murad III (o novo sultão turco) e Filipe II⁴⁶⁹.

A ambivalência da diplomacia castelhana é fulminante, pois durante todo o tempo em que o rei português diligenciou o apoio do tio à sua Jornada, este vendia armas aos mouros do Magrebe⁴⁷⁰; dizia ser contra a ida de D. Sebastião para África, mas que reuniu-se com ele. Jacqueline Hermann acusa haver uma relação entre um pacto de 1576 com Abdalmaleque e a hesitação de Filipe II em apoiar o sobrinho⁴⁷¹.

⁴⁶⁴ Andrew C. Hess, “La Batalla de Lepanto y su lugar en la historia del Mediterráneo”. Edição de J. H. Elliott, *Poder y Sociedad en la España de los Austrias*, Barcelona, Editorial Crítica, 1982, p. 105.

⁴⁶⁵ Na sua tese de doutoramento, Julieta Teixeira Marques de Oliveira apenas notifica que «durante o ano de 1577, até à partida em 1578, o rei português enviou, com regularidade, emissários à corte espanhola e outras estrangeiras para recolher as boas vontades», não especificando, em mais nenhum ponto, se houve ou não pedido a Veneza. O que sobressai, no entanto, são as notícias enviadas pelo embaixador veneziano sediado em Madrid para a república sobre as movimentações e preparações de D. Sebastião. Cf. *Veneza e Portugal no século XVI: Subsídios para a sua História*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000, pp. 89-94.

⁴⁶⁶ José Pereira Baião, *Portugal Cuidadoso e Lastimado[...]*, pp. 395-398.

⁴⁶⁷ Antonio Villacorta Baños-García, *op. cit.*, pp. 215-216.

⁴⁶⁸ Antonio Rodrigues Moñino, *Viaje a España del Rey Don Sebastián de Portugal (1576-1577)*, Valência, Editorial Castalia, 1956, pp. 59-68. Também Henry Kamen, *op. cit.*, p. 239.

⁴⁶⁹ José M. Floristán, “Los Prolegómenos de la Tregua Hispano-Turca de 1578. Historia de una Negociación”. *Südost-Forschungen*, 57, München, 1998, pp. 37-72, consultado em https://www.academia.edu/9781823/Los_proleg%C3%B3menos_de_la_tregua_hispano-turca_de_1578._Historia_de_una_negociaci%C3%B3n, a 14 de Janeiro de 2018.

⁴⁷⁰ Note-se que inclusivamente dentro do núcleo privado com o rei se encontravam casos em que o comércio se sobrepunha à política, como Lucas Giraldez que foi acusado de fazer comércio com os mouros no norte de África. O processo, lançado no Santo Ofício, foi mantido no sigilo. Isafas da Rosa Pereira, *Lucas Giraldez, mercador florentino na Inquisição de Lisboa*, separata dos “Anais” da Academia Portuguesa da História, nº 28, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1982, pp. 290-291. O processo é analisado na p. 291 *passim*.

⁴⁷¹ Jacqueline Hermann, “El Ksar El-Kebir. [...]”, p. 19.

O rei português, no entanto, não ficara alheio a essas negociações. Quando soube das movimentações diplomáticas do rei castelhano em direcção ao Império Otomano, em Fevereiro de 1578, interpôs-se, requerendo que o embaixador castelhano pedisse a palavra do sultão Murad III de que não enviaria apoio militar a Abdalmaleque. De facto, o sultão chegou a preparar um pequeno conjunto militar nas fronteiras do Império, pronto a partir em direcção a Marrocos. Todavia, a sua partida registou-se já depois da batalha de Alcácer-Quibir ter ocorrido⁴⁷².

A verdade é que o novo xarife assentou a sua política externa na procura de paz entre os seus vizinhos. Conhecia os meandros da política cristã, e intuía correctamente que as Cortes cristãs reagiriam ao facto de um apoiante do grão-turco assumir o xarifado numa posição atlântica tão importante como Marrocos. Em seu nome, um capitão de navio mercante, Louis Cabrette, fora a Lisboa com intuito de oferecer paz e aliança a D. Sebastião⁴⁷³ que deu imediata resposta de não compactuar com aliados dos Turcos. Cedo Abdalmaleque entendeu que o rei de Portugal «enjeitaria» quaisquer «meios de paz», daí que «sabendo por suas inteligências que não havia dúvida (...) voltou de todo seu ânimo a preparar-se para resistir»⁴⁷⁴.

Se, entre 1576 e 1577, D. Sebastião teve oportunidade de levar até ao Norte de África a contenda esperada, esta não se concretizou. Em 1578, todavia, parecia cada vez mais uma certeza, pois a dar crédito àquilo que apontam alguns autores, aquela que foi das mais firmes causas ao impedimento da sua partida desapareceu: a avó.

D. Catarina de Áustria completara os 71 anos no início do ano, já bastante debilitada. Levava os últimos anos da sua vida a enfrentar a vontade do neto em querer investir na política interna de Marrocos. D. Sebastião foi avante. A 31 de Janeiro de 1578, o papa Gregório XIII lançara a Bula de Cruzada, uma confirmação para o avanço, com prazo de dois anos⁴⁷⁵. Meses depois de ver morrer a personalidade de Corte que sempre lhe fora mais próxima, a cunhada e sobrinha infanta D. Maria de Portugal, falece também

⁴⁷² Andrew C. Hess, *op. cit.*, pp. 105-107.

⁴⁷³ Queiroz Velloso, *op. cit.*, p. 253.

⁴⁷⁴ Vide *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d'El-Rei D. Sebastião (1573-1578) [...]*, p. 71.

⁴⁷⁵ Vide bula “Christianus filius noster Sebastianus” (Roma, 31 de Janeiro de 1578). O manuscrito original está desaparecido. Sobre o assunto, cf. P^o. Avelino de Jesus da Costa, “Cruzada, Bula da”. *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, vol. I, 1971, pp. 755-757.

a rainha, a 6 de Fevereiro de 1578, no convento de Xabregas, rodeada pelo neto e pelo cardeal-infante⁴⁷⁶, precisamente no dia seguinte ao anúncio oficial da Jornada⁴⁷⁷.

Seguiram com o exército sebástico 3000 alemães, negociados junto do príncipe de Orange, protestante, na embaixada de Nuno Álvares Pereira⁴⁷⁸; 2000 mercenários castelhanos, situação incomum na História Militar portuguesa, cujas negociações ocorreram no limiar do clandestino. Estas tropas foram capitaneadas por militares experientes, sobretudo enviados por Castela, como Francisco de Aldana⁴⁷⁹, tido como o capitão que levou à perdição de Alcácer-Quibir⁴⁸⁰, que todavia gozou de grande fama na Europa do seu tempo, e que numa entrevista que tivera com D. Sebastião, reconheceu-o como tendo «tanto entendimiento y destreza en las preguntas que me ha hecho», valorizando o conhecimento, a sensibilidade e a perspicácia militares do monarca português⁴⁸¹.

Por fim, e por casualidade, «chegarão a Lisboa 600 soldados italianos em hũa nao leuantisca», que tinha sido enviada pelo papa para se deslocar à Irlanda⁴⁸², que se revoltava contra a rainha de Inglaterra. A comandar a armada ia Thomas Stukeley, nobre irlandês, católico rebelde que recusava o anglicanismo isabelino, e que fora recrutado por Gregório XIII, numa aliança conjunta entre o papa, franceses e castelhanos que fizeram frente à protestante rainha inglesa. Ficara acordado que Filipe II teria de entrar com a maior parte do financiamento – de novo, as várias frentes em que Castela actuava só revelam a duplicidade e ambivalência dos interesses da monarquia católica.

Por uma tempestade no Atlântico, a armada de Stukeley foi obrigada a aportar em Lisboa; num estado material lastimável, inviabilizou o capitão de prosseguir a jornada.

⁴⁷⁶ Annemarie Jordan, *A Rainha Colecionadora [...]*, pp. 214-215. Esta data foi proposta pela autora de acordo com o que está registado numa carta do núncio ao papa. Antes, afirmava-se que a rainha falecera a 12 de Fevereiro, segundo data apontada pelo embaixador castelhano, e pelo testamento de D. Catarina. Ana Isabel Buescu, *Catarina de Austria [...]*, p. 433; vide carta de D. Juan de Silva a Filipe II (Lisboa, 12 de Fevereiro de 1578). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 396, fl. 20; e ainda, no auto de abertura do testamento pelos testamenteiros, da rainha D. Catarina, vide Lisboa, DGA/TT, *gaveta XVI*, maço 1, docs. 11, 12, 12a, publicados em *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VI (GAV. XVI-XVII, maços 1-3), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1967, pp. 22-23.

⁴⁷⁷ Vide Ana Isabel Buescu, *op. cit.*, p. 432. Daí que a questão da data do falecimento da rainha se torne complicada; embora não seja possível afirmar com total certeza, pode haver uma relação directa entre este anúncio e a morte de D. Catarina, o que justificaria a morte da rainha no dia imediato. O porquê de haver discrepância entre as datas fica por responder.

⁴⁷⁸ Vide carta de D. Sebastião a D. Nuno Álvares Pereira (Lisboa, 20 de Setembro de 1577). Lisboa, DGA/TT, *Corpo Cronológico*, parte 1, maço 111, doc. 26. No apêndice, doc. 14.

⁴⁷⁹ Queiroz Velloso, *op. cit.*, pp. 241-245.

⁴⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 362.

⁴⁸¹ Vide carta do Capitão Francisco de Aldana a Gabriel de Zayas (Lisboa, 10 de Junho de 1577), publicada em Alfonso Danvila y Burgueros, *op. cit.*, pp. 858-859.

⁴⁸² Vide carta de D. Sebastião a Francisco Giraldes (Lisboa, 29 de Abril de 1578). Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fl. 8v.

Na capital portuguesa, o inglês encontrou D. Sebastião a preparar o seu exército para Marrocos. Não hesitou em alistar-se nessa contenda e, juntamente com Aldana, D. Sebastião, Mulei Mahamet, Mulei Abdalmaleque e a maior parte da nobreza portuguesa, encontrou o fim da sua vida em Alcácer-Quibir⁴⁸³.

Compreende-se assim o porquê de o século XVI ter sido tão determinante no cisma que atingiu o seio da Cristandade, que a levou a uma secessão entre um Norte protestante e um Sul Católico. Depois de Lepanto, a recuperação turca fez disparar o receio da sua penetração no Magrebe, ameaçando a Cristandade com uma possível entrada pelos reinos ibéricos, como o haviam feito vários séculos antes, o que agitou a coroa portuguesa.

Os otomanos, entretanto, apostavam numa viragem para Oriente e deixavam o Ocidente para aproveitar uma crise dinástica no Império Persa⁴⁸⁴. Os acontecimentos franceses decorrentes das guerras da religião foram um prelúdio para o século XVII – o século de ferro -, onde as guerras religiosas prevaleceriam. Quanto a D. Sebastião, não seria o último rei de um Estado Moderno a perecer em batalha. Durante a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), Gustavo II da Suécia morreria a comandar uma carga de cavalaria sobre o exército do Sacro Império, a 16 de Novembro de 1632, na batalha de Lützen⁴⁸⁵.

Mas a integração de D. Sebastião e a acção com que projectou o seu plano e o concretizou foi consistente tendo em conta o panorama político-religioso internacional. Fora isso, não logrou mais que a interrupção de um projecto político e diplomático em crescimento. Valeu-lhe a fama, pois a batalha de Alcácer-Quibir foi, até ao fim do século XVI, um dos acontecimentos que internacionalmente mais interesse suscitou⁴⁸⁶.

⁴⁸³ J. B. Black, *op. cit.*, pp. 175-177.

⁴⁸⁴ Andrew C. Hess, *op. cit.*, pp. 105-106.

⁴⁸⁵ Luís Costa e Sousa, *op. cit.*, p. 23.

⁴⁸⁶ Jacqueline Hermann, *op. cit.*, p. 21.

PARTE II

CONSTRUÇÃO DE UMA REDE DIPLOMÁTICA

(1568-1578)

Capítulo IV

Os Embaixadores de D. Sebastião – um retrato de grupo

«il se plaint d’être laissé sans nouvelles et sans instructions.
C’est là un peu le refrain de tous
les nonces et de tous les ambassadeurs du temps»⁴⁸⁷

«L’historien admet, ou paraît admettre,
que l’évolution des rapports entre les États dépend surtout
des vues personnelles de ces hommes, de leur caractère,
de leur savoir-faire ou de leurs erreurs»⁴⁸⁸

Na História das Relações Internacionais, tem lugar de destaque o problema da decisão política e a participação dos embaixadores nesse processo. A um grupo social ou político, impõe-se a análise e o reconhecimento do carácter autónomo das individualidades (ou personalidades) que o compõem, destrinchando-as, mas sem as desconectar da sombra do poder – personificado, durante a centúria quinhentista, na figura do rei.

No caso em estudo, as figuras enviadas da Corte portuguesa para as demais estrangeiras foram os principais protagonistas no teatro das relações externas. Autênticos peões do xadrez político e instrumentos de actuação diplomática nos espaços negociais de Portugal, enquanto representantes do monarca. Resulta, então, que se deva entender quem foram estes elementos, onde e em que contexto social estavam inseridos, para que se encontrem definições de um carácter humano da política externa portuguesa⁴⁸⁹. Torna-se oportuno analisar, sucintamente, a biografia dos embaixadores que participaram na

⁴⁸⁷ Charles-Martial de Witte, *La Correspondance des Premiers Nonces Permanents au Portugal 1532-1553*, vol. I – Introdução, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1986, p. 340.

⁴⁸⁸ Pierre Renouvin, “Introduction Générale”. *Histoire des Relations Internationales*, François L. Ganshof, vol. I – Le Moyen Âge, direcção de Pierre Renouvin, Paris, Librairie Hachette, 1953, p. X.

⁴⁸⁹ O reconhecimento das personalidades e das individualidades dentro de cada grupo humano, aparte da máquina do Poder estatal (ou uma figura que se impunha perante tudo e todos) é matéria assente desde meados do século XX. Cf. J. Vicens Vives, “A estrutura administrativa estadual nos séculos XVI e XVII”. António Manuel Hespanha (ed.), *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime – Colectânea de Textos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 203-205. Teve-se como exemplo metodológico os principais estudos sobre o ambiente cortesão e sobre as casas reais de Portugal e da Europa. Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995; Maria Paula Marçal Lourenço, *Casa, Corte e Património das Rainhas de Portugal (1640-1754): poderes, instituições e relações sociais*, tese de doutoramento em História Moderna apresentada à Universidade de Lisboa, 4 vols., 1999; Norbert Elias, *A Sociedade de Corte*, 2ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1995 e Félix Labrador Arroyo, *La Casa Real en Portugal (1581-1621)*, Madrid, Polifemo, 2009.

construção da política externa de D. Sebastião de Portugal, através do apoio em duas ferramentas de trabalho preciosas: a prosopografia e a genealogia.

Importa salvaguardar que a maioria destes homens faziam parte da Casa Real portuguesa. No tempo do neto de D. João III, a Corte, enquanto centro do governo⁴⁹⁰, tornou-se ambígua. A sua essência permanecia. Mas, ao longo do século XVI, assistiu-se a uma reforma na “nobreza de corte” portuguesa⁴⁹¹. As constantes evasões do monarca desse espaço centralizador levaram a que se assumisse que D. Sebastião não possuía uma Corte⁴⁹², o que surpreende se se constatar a realidade cortesã que rodeava o soberano: um universo social sobretudo masculino, que dispunha os homens em posições definidas por uma estratigrafia hierárquica, mais ou menos próximos à figura real, que o acompanhavam nas suas constantes deslocações.

Alguns destes homens não descendiam de famílias influentes perante a realeza. Faziam parte de outros grupos sociais que ascenderam, tendo em conta a mobilidade que definiu a sociedade dos alvares da Idade Moderna⁴⁹³. Este fenómeno originou um choque na nobreza; uma convivência constante no ambiente cortesão levou a conflitos internos. Isto forçou a intervenção do monarca, cuja tentativa de equilíbrio das decisões políticas e jurídicas⁴⁹⁴ enfraqueceu o seu poder. Tudo isto para se explicar que os factores que levaram o *Desejado* a escolher os seus embaixadores não se baseou somente na privança e no favoritismo.

O que se procurava num embaixador, no declinar do século XVI?

⁴⁹⁰ Ruy d’Abreu Torres, “Conselho Real”. *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, vol. V, Lisboa, Iniciativas Editoriais, p. 237.

⁴⁹¹ Pedro Cardim, “A corte régia e o alargamento da esfera privada”. *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Moderna*, coordenação de Nuno Gonçalo Monteiro e direcção de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, p. 162. De acordo com documentação coeva, a Corte de D. Manuel I e de D. João III era pobre em cerimonial, destacando-se pela simplicidade dos comportamentos e pela informalidade que nela subsistia. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 163.

Sobre o Paço da Ribeira e a sua influência na imagética real da segunda dinastia, cf. Nuno Senos, *O Paço da Ribeira : 1501-1581*, tese de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa [2000] editada em Lisboa, Notícias, 2002, pp. 206-211.

⁴⁹² Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião [...]*, p. 168. De facto, o alheamento de Lisboa foi requerido em Cortes, em 1562, evitando-se ao monarca a constância dos jogos de poder e de influência, o que explica esta teoria. Cf. Francisco de Sales Loureiro, “D. Sebastião e Alcácer-Quibir”. *História de Portugal*, direcção de José Hermano Saraiva, Lisboa, Publicações Alfa, S.A.R.L., vol. II, 1983, p. 537.

⁴⁹³ Ivo Carneiro de Sousa, *História de Portugal Moderno – economia e sociedade*, Lisboa, Universidade Aberta, 1996, pp. 183-186 e 216-229. Também João Cordeiro Pereira, “A Estrutura Social e o seu Devir”. *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e de A. H. de Oliveira Marques, vol. V, coordenação de João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Presença, 1999, pp. 286-288.

⁴⁹⁴ J. Vicens Vives, *op. cit.*, pp. 208-209. Sobre a matéria jurídica do pensamento político em transformação no reinado de D. Sebastião, veja-se, *inter alia*, Carlos José Margaça Veiga, *op. cit.*, vol. I, pp. 56-63.

Dado que, à época, uma embaixada não se definia como uma actividade contínua, mas antes como uma missão específica, o papel de um embaixador exercia-se na qualidade de «ministro público», porque actuava ao serviço do Estado, representando o monarca⁴⁹⁵. Assim se depreende por uma definição italiana do cargo, escrita meio século depois do reinado de D. Sebastião: «Ministro público de suficiente cortesia, doutrina e experiência em questões de Estado, mandado para fora com o título honorável de um príncipe, ou República, até outro assente com plenos poderes de mandato para tratar de negócios amigavelmente para o bem comum, ou para passar cumprimentos de recíproca amizade»⁴⁹⁶.

O embaixador devia ser experiente. Devia apresentar um currículo de cargos importantes que desempenhara ao longo da vida, especialmente em matérias de Estado. Este ponto ficara já assente nas “Ordenações” manuelinas ao se definir que nenhum oficial de Estado com menos de 25 anos podia exercer sem autorização devidamente justificada⁴⁹⁷.

Para a apresentação dos ministros externos, optou-se pela seguinte ordem: em primeira instância os nobres e fidalgos da Casa Real, pela proximidade em que conviviam com o rei e pelo valor que a aristocracia assumia no século XVI. Em segundo lugar, os aristocratas sem ofício na Casa Real. Em terceiro, consideraram-se os mercadores que serviram por embaixadores, seguidos pelos graduados que assumiram funções nas embaixadas de D. Sebastião, precedidos pela nomenclatura “Dr.”. Por último, guardam-se os oficiais de carácter eclesiástico.

⁴⁹⁵ Daniela Frigo, “Ambassadeurs et diplomatie à l’époque moderne: modèles et pratiques entre l’Italie et l’Europe”. *Diplomatas e Diplomacia. Retratos, Cerimónia e Práticas*, coordenação de Zília Osório de Castro, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 32-33. Também em Ana Leal de Faria, *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna da História, 2008, pp. 52-53.

⁴⁹⁶ Citada em Daniela Frigo, *op. cit.*, p. 36, nota 21. «Ministro pubblico di sufficiente bontà. Dottrina, & esperienza di cose di Stato, mandato fuori com titolo onorevole da un Principe, ò Republica da uno altro assente com piena potenza di mandati per trattare negotji amichevolmente per lo bem comune, overo per passare complimenti di reciproca amistà». Tradução do autor.

⁴⁹⁷ Vide *Ordenações Manuelinas*, nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, fac-simile da edição de Coimbra, Na Real Imprensa da Universidade, 1797, L.º 1, tit. LXXIII, pp. 552-553. O aspecto da experiência valorizado perante a nobreza do sangue, cf. Ana Leal de Faria, *op. cit.*, p. 53.

Quadro 1 – Oficiais que assumiram o carácter de Embaixador no governo de D. Sebastião (1568-1578)

D. Francisco Pereira	C	Pêro de Alcáçova Carneiro	C	D. Pedro Henriques	F	D. Nuno Álvares Pereira	PB
Francisco de Sá	C	Luís da Silva	C	Dr. Manuel Álvares	I	Dr. António Pinto	R
D. Luís de Lencastre	C	Fernão da Silva	C	António Fogaça	I	Aquiles Estaço	R
D. Duarte de Castelo Branco	C	João de Mascarenhas	F	Francisco Giraldes	I	D. Gonçalo de Castelo Branco	X
D. Francisco de Portugal	C	João Gomes da Silva	F R	D. Álvaro de Castro	R	João Gomes da Silva, o moço	S
Fernão Martins de Mascarenhas	C	D. Dinis de Lencastre	F	D. João Telo de Meneses	R	Francisco de Távora	V
Cristóvão de Távora	C	D. Nuno Manuel	F	P ^e . Leão Henriques	R		

Legenda: C – Castela; F – França; I – Inglaterra; R – Roma; PB – Países Baixos; S – Sabóia; V – Veneza; X – Embaixada especial a D. Juan de Áustria.

D. Francisco Pereira, escrivão da Fazenda, permaneceu em Castela desde 1558, tendo acompanhado a comitiva de Filipe II à Flandres, em 1559, no contexto da assinatura do tratado de Cateau-Cambresis⁴⁹⁸. A sua enviatura a Castela coincidiu com a morte do infante D. Luís (†1555), de cuja fazenda foi vedor⁴⁹⁹.

Era filho de D. Filipa Henriques, filha do alcaide-mor de Vila Viçosa, e de D. João Pereira, 1º conde da Feira. O seu primogénito herdou o nome do avô e foi um dos mais activos agentes diplomáticos nas regências da menoridade de D. Sebastião⁵⁰⁰. Todos foram comendadores do Pinheiro.

Regressou a Portugal em 1570, sendo substituído por **D. Duarte de Castelo Branco** (c.1540-1618), filho do meirinho-mor de D. João III, D. Afonso de Castelo Branco⁵⁰¹ e

⁴⁹⁸ Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *As Regências na Menoridade de D. Sebastião[...]*, vol. I, pp. 233-236.

⁴⁹⁹ António Caetano de Sousa, *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa[...]*, tomo XI, p. 438.

⁵⁰⁰ Sobre esta figura, veja-se Maria Emília Madeira Santos, “João Pereira Dantas”. *Dicionário da Expansão Portuguesa [...]*, pp. 335-339 e ainda da mesma autora *João Pereira Dantas – um homem da expansão europeia: a experiência na carreira da Índia, a notícia na corte de Paris*. Separata de “Memórias da Academia de Marinha”, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1990. Uma maior profundidade no estudo da acção diplomática do embaixador encontra-se ao longo da já citada tese de doutoramento de Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *op. cit.*, ressaltando-se os capítulos dedicados às relações diplomáticas de Portugal com França, vol. I, pp. 221-243 e vol. II, pp. 157-175. Permanece a dúvida quanto à morte de João Pereira Dantas. Diogo Barbosa Machado refere 1569, em *Memorias[...]*, tomo III, liv. I, cap. XI, p. 92. António Caetano de Sousa, por outro lado, di-lo morto na batalha de Alcácer-Quibir, em 1578, em *Historia Genealogica[...]*, tomo XI, p. 439.

⁵⁰¹ Idem, *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, tomo III, p. 297. Por sua vez, este era filho de D. Martinho de Castelo Branco, vedor da Fazenda de D. João II e D. Manuel I, bem como camareiro-mor de D. João III. Cf. *Livro de Linhagens de Portugal de Damião de Góis*, introdução e

neto materno de D. Duarte de Meneses, capitão de Tânger e governador da Índia. Durante o reinado de D. João III, D. Duarte de Castelo Branco foi «pagem da companhia del Rey»⁵⁰², e pouco antes da morte do monarca falecera também o seu pai, de quem herdou o ofício, tendo sido nomeado em 1558⁵⁰³. Numa das listas dos nobres presentes nas Cortes de 1562, vem indicado como sendo também mordomo-mor⁵⁰⁴.

A sua presença na área militar foi notória na regência de D. Catarina de Áustria, especialmente na defesa do Algarve⁵⁰⁵ e durante o cerco de Mazagão⁵⁰⁶. Foi embaixador na Corte castelhana, onde residiu entre 1570 e 1576. O irmão, **D. Gonçalo de Castelo Branco**, foi nomeado para ir visitar D. Juan de Áustria, celebrando-o pela vitória de Lepanto⁵⁰⁷. Em 1574, D. Gonçalo seria perseguido em Castela por contrabandear cavalos para Portugal, tendo sido homiziado e posteriormente perdoado⁵⁰⁸.

D. Duarte foi dirigente das primeiras diligências em Castela para a jornada de Larache. Chegou mesmo a tecer-se uma especulação em torno do embaixador, que teria influenciado Filipe II a não concordar com a ideia de D. Sebastião⁵⁰⁹.

Com a saída de D. Duarte de Castelo Branco⁵¹⁰, três das figuras mais próximas do rei fariam entrada em Madrid: Cristóvão de Távora, Pêro de Alcáçova Carneiro e Luís da

transcrição paleográfica de António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 2014, pp. 128-129.

⁵⁰² Vide *ibidem*, p. 129.

⁵⁰³ Este ofício foi passado hereditariamente do pai, D. Afonso de Castelo Branco, que faleceu pouco tempo antes de D. João III, pois de acordo com a carta de ofício «lhe fez merce do dito officio de Meirinho mor, que vagou por falecimento do dito D. Affonso, do qual ao tempo, e falecimento delRey meu Senhor, e avô, lhe não havia ainda passado Carta». Carta de Ofício (Lisboa, 20 de Fevereiro de 1558). Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 1, fl. 64, publicada em António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo III, p. 297. Alguns detalhes do património herdado do pai vêm enunciados em Hugo Miguel Crespo, “Global interiors on the Rua Nova in Renaissance Lisbon”. *The Global City – On the Streets of Renaissance Lisbon*, edited by Annemarie Jordan Gschwend and K.J.P. Lowe, Londres, Paul Holberton Publishing, 2015, p. 255, apêndice 6.

⁵⁰⁴ Vide Lisboa, BA, cód. 44-XIII-42, fls. 21v-35v. apud Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *op. cit.*, vol. I, p. 325.

⁵⁰⁵ Vide carta de D. Catarina de Áustria a D. Duarte de Castelo Branco (Lisboa, 31 de Agosto de 1559). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-1, fl. 1.

⁵⁰⁶ Vide carta de D. Catarina de Áustria a D. Duarte de Castelo Branco (Lisboa, 16 de Maio de 1561). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-1, fl. 2.

⁵⁰⁷ D. Gonçalo, irmão de D. Duarte de Castelo Branco. Cf. *Livro de Linhagens de Portugal de Damião de Góis* [...], p. 129, nota 252. Sobre a enviatura de D. Gonçalo, vide carta de D. Juan de Borja a Filipe II (Lisboa, 19 de Janeiro de 1572). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 390, fl. 106.

⁵⁰⁸ Vide carta de D. Catarina de Áustria a D. Duarte de Castelo Branco (Xabregas, 24 de Novembro de 1574). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-1, fl. 199.

⁵⁰⁹ José Pereira Baião, *Portugal Cuidadoso, e lastimado* [...], pp. 387-388.

⁵¹⁰ Durante o reinado de D. Henrique (1578-1580), D. Duarte de Castelo Branco chegou a ser indicado para fazer embaixada ao papa, nunca realizada. Foi grande apoiante da casa de Bragança, intercedendo em benefício desta junto do rei. Mesmo durante o reinado de Filipe I de Portugal continuaria a exercer a função de meirinho-mor da casa real portuguesa. Cf. Antonio Caetano de Sousa, *Historia Genealogica* [...], tomo VI, p. 112.

Silva; privados de D. Sebastião, interagiram e acumularam influência na Corte portuguesa depois da remodelação governativa de 1576⁵¹¹.

Tal como o irmão de D. Duarte de Castelo Branco, também **D. Francisco de Távora**, foi enviado a Veneza para felicitar o doge pela vitória na batalha de Lepanto. Era filho de Bernardim de Távora, reposteiro-mor da casa real de D. João III e de D. Sebastião, e de D. Luísa de Alcáçova Carneiro, irmã do secretário de Estado de quem adiante se falará. Era comendador de Olivença (Ordem de Avis) e em 1575 sucedeu ao pai no cargo de reposteiro-mor, após a morte deste⁵¹². Viria a morrer juntamente com D. Sebastião, em Alcácer-Quibir.

O primo direito de Francisco de Távora⁵¹³ – **Cristóvão de Távora** –, além de ter sido nomeado estribeiro-mor da casa real⁵¹⁴, foi um dos mais relevantes privados de D. Sebastião, assumindo com o rei uma relação de «companheirismo afectuoso», como definiu Carlos Margaça Veiga⁵¹⁵. Juntamente com o rei, perderia a vida na batalha de Alcácer-Quibir. Provinha de uma linhagem prestigiada, sendo filho do exímio político e embaixador Lourenço Pires de Távora⁵¹⁶ e de D. Catarina de Távora, filha de Rui Lourenço de Távora, que também fora embaixador e nomeado para vice-rei da Índia⁵¹⁷.

Luís da Silva e **Fernão da Silva**, ambos filhos de Diogo da Silva, 5º senhor de Vagos, levaram as últimas representações diplomáticas de D. Sebastião a Castela, o primeiro em 1576 e o segundo dois anos depois. O último herdou o património do pai, como 6º senhor de Vagos, também alcaide-mor de Silves, comendador da Ordem de Cristo e, ainda, regedor da Casa da Suplicação⁵¹⁸.

⁵¹¹ Carlos José Margaça Veiga, *op. cit.*, vol. I, p. 111.

⁵¹² Vide carta de ofício (Lisboa, 13 de Julho de 1575). Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 37, fl. 119, citada em António Caetano de Sousa, *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa [...]*, tomo III, p. 365.

⁵¹³ Cf. *Livro de Linhagens de Portugal de Damião de Góis [...]*, p. 520.

⁵¹⁴ Vide carta de ofício (Lisboa, 6 de Dezembro de 1575). Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 35, fl. 170, publicada em Carlos José Margaça Veiga, *op. cit.*, vol. II, pp. 4-5.

⁵¹⁵ *Idem, ibidem*, vol. I, p. 121.

⁵¹⁶ Sobre esta figura destacam-se os ofícios de governador e capitão em Marrocos, estudados por Maria Leonor García da Cruz, *Lourenço Pires de Távora e a Política Portuguesa no Norte de África no Século de Quinhentos*, dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1988, pp. 404-460. Quanto à sua função de diplomata em Castela e em Roma, veja-se, *inter alia*, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *op. cit.*, vol. I, pp. 243-260 e vol. II, pp. 60-102.

⁵¹⁷ Diogo Barbosa Machado, *Memorias [...]*, tomo IV, liv. I, cap. X, pp. 91-92.

⁵¹⁸ Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 411, fl. 25v. O mesmo se encontra exposto na carta de tença a «fernão da silua do meu cõselho deputado da mesa da consciencia» de cem mil réis (Lisboa, 9 de Fevereiro de 1578). Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 40, fl. 302v.

O seu irmão, Luís, foi sumilher de D. Sebastião⁵¹⁹. Casara com uma irmã de Cristóvão de Távora, D. Joana de Távora, que fora dama da princesa homónima. Reconhecido como «honrado caballero y de sana intención»⁵²⁰, foi nomeado vedor da Fazenda meses antes da partida para África⁵²¹. Juntamente com Pêro de Alcáçova Carneiro, foi culpabilizado politicamente pelo desastre de Alcácer-Quibir, por decisão do cardeal-rei D. Henrique. Preso e julgado, Luís da Silva foi condenado a viver preso em sua casa, onde morreria «de desgosto», a 25 de Setembro de 1580⁵²².

Nas mesmas condições viveu **Pêro de Alcáçova Carneiro**⁵²³ durante o reinado do cardeal D. Henrique. Filho mais novo de António Carneiro, secretário de Estado de D. Manuel I e D. João III, seguiu o ofício do pai desde a adolescência, tendo-lhe sucedido no cargo. Dedicado, pontuado por uma audaz perspicácia e protagonista da governação portuguesa desde a década de 1530, teve uma excelente prestação no tempo da regência de D. Catarina⁵²⁴. A sua determinação levou D. Juan de Silva a comentar que contra a vontade forte «deste Per^o», os outros poucos conseguiriam⁵²⁵.

⁵¹⁹ Queiroz Velloso, *D. Sebastião[...]*, p. 215. No testamento do monarca foi referido apenas como «camareiro». Cf. António Caetano de Sousa, *Provas[...]*, tomo III, parte I, p. 257.

⁵²⁰ Vide carta de D. Juan de Silva a Gabriel de Zayas (Lisboa, 6 de Janeiro de 1578). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 396, fl. 1, publicada em *CODOIN*, tomo XXXIX, pp. 469-470.

⁵²¹ Vide carta de Ofício (Lisboa, 18 de Março de 1578). Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 39, fl. 229.

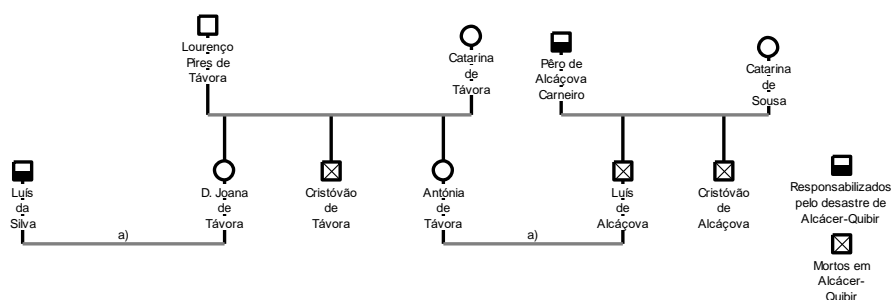
⁵²² António Caetano de Sousa, *Historia Genealogica[...]*, tomo XII, parte I, p. 49.

⁵²³ O conselheiro deixou múltiplas memórias para a posteridade. Encontra-se publicada como *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro, conde da Idanha do tempo que êle e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários: 1515 a 1568*, revisão e anotações por Ernesto de Campos de Andrada, Lisboa, Imprensa Nacional, 1937. Sobrevive ainda um texto semelhante em Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 886, de mais de 900 fólios. Sobre Pêro de Alcáçova Carneiro, foi já elaborado um trabalho académico que reuniu as suas múltiplas ocupações ao longo do século XVI. Maria Cecília Costa Veiga de Albuquerque Ramos, *O Secretário dos despachos e coisas da Índia – Pero d’Alcaçova Carneiro*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão, Lisboa, 2009, consultado em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3387/1/ulfi080844_tm.pdf a 2 de Novembro de 2017. Um pequeno resumo biográfico encontra-se em Lisboa, BA, cód. 54-IV-33, nº. 47.

⁵²⁴ Diogo Barbosa Machado, *Memórias[...]*, tomo IV, liv. I, cap. I, pp. 11-13.

⁵²⁵ Vide carta de Juan de Silva a Filipe II (Lisboa, 5 de Junho de 1578). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 396, fl. 60, publicada em *CODOIN*, tomo XL, p. 29. De resto, um papel muito semelhante ao que Ruy Gomes da Silva exerceu junto do rei católico. Natural de Portugal, foi para Castela no séquito de D. Isabel de Portugal, em 1526, de quem o avô, Rui Teles de Meneses, era mordomo-mor. Mais tarde tornar-se-ia camareiro-mor do príncipe, de quem seria o principal privado até à sua morte em 1573. Sobre a influência de Ruy Gomes da Silva sobre a política de Filipe II, veja-se James M. Boyden, *The Courtier and the King: Ruy Gómez de Silva, Phillip II, and the Court of Spain*, Berkeley, University of California Press, 1995.

Árvore Genealógica 1 - Relação familiar entre os Alcáçova, os Távora e os Silva



Assinalados com a) estão os casamentos celebrados no contexto das ‘guerras’ cortesãs contra Martim Gonçalves da Câmara.

A conflitualidade entre Pêro de Alcáçova e D. Henrique era evidente. Quando este assumiu a regência, em 1562, afastou o secretário do círculo político. Só dez anos mais tarde recuperaria a sua posição na Corte, pela aproximação entre D. Sebastião e a avó⁵²⁶.

Muito embora a sua actividade principal se estabelecesse no mundo dos gabinetes, Pêro de Alcáçova Carneiro foi o nomeado para actuar junto de Filipe II, a fim de negociar e combinar os termos para o encontro entre o rei católico e D. Sebastião. Precisamente no mesmo período, seria convidado e oficializado para a vedoria da Fazenda⁵²⁷.

Um primo de Ruy Gomes da Silva, o camareiro-mor e principal valido de Filipe II, destacou-se no exercício da política externa no reinado de D. Sebastião: **João Gomes da Silva**. Filho de D. Catarina de Brito e de Brás Teles de Meneses, alcaide-mor de Moura, guarda-mor e camareiro-mor do infante D. Luís. O filho também seria alcaide-mor, e comendador (da Ordem de Avis) da vila de Seia.

Desempenhou cargos militares: nomeado capitão-mor da Armada Real⁵²⁸, participou em contendas militares na Índia portuguesa⁵²⁹. Terá, inclusive, mandado reforçar a costa portuguesa entre Cascais e Caminha⁵³⁰.

Em 1570, João Gomes da Silva recebera instrução para se dirigir a Paris, onde permaneceu durante dois anos. Um sobrinho homónimo de João Gomes da Silva⁵³¹ foi por duas vezes escolhido para ir à Polónia e Saboia, em 1573. Nesse ano, o tio preparava-

⁵²⁶ Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião[...]*, p. 204.

⁵²⁷ Vide carta de ofício para vedor da Fazenda (Salvaterra, 7 de Maio de 1576). Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 40, fl. 16v.

⁵²⁸ Vide mercê de Lisboa, 31 de Janeiro de 1567. Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 18, fl. 354.

⁵²⁹ Diogo Barbosa Machado, *Memorias[...]*, tomo I, liv. I, cap. XIX, p. 244.

⁵³⁰ Maria Augusta Lima Cruz, *op. cit.*, p. 166 e vide o «Livro de assentos do secretário Miguel de Moura», transcrito e publicado por Joaquim Veríssimo Serrão, *Documentos Inéditos[...]*, pp. 199-200.

⁵³¹ Filho de Rui Teles de Meneses (primogénito de Brás Teles de Meneses) e de D. Clara de Almada (filha de Rui Fernandes de Almada). Vide Manuel José da Costa Felgueiras Gayo, *Nobiliário das Famílias de Portugal [...]*, vol. IX, p. 393.

se para se tornar embaixador em Roma⁵³², onde se estabeleceria até à morte de D. Henrique, em 1580. Depois do seu regresso ao reino, seria feito vedor da Fazenda pelos governadores⁵³³.

Viria a substituir por **D. João Teles de Meneses**, fidalgo da Casa Real, de muita confiança régia⁵³⁴, na embaixada portuguesa na Santa Sé. Filho de D. Telo de Meneses e D. Maria de Sousa, terá casado com D. Francisca Fogaça. Foi senhor de Oliveira do Bairro e senhor de Aveiras, e enquanto embaixador em Roma (1569-1572) foi muito apreciado por Pio V, «por sua nobreza, prudência e capacidade»⁵³⁵. Quando regressou a Portugal, em 1574, foi integrado no conselho régio⁵³⁶.

Em 1568, era **D. Álvaro de Castro** (†1576) – um veterano no percurso – quem representava Portugal em Roma. Aí entrara como embaixador em 1562, substituindo Lourenço Pires de Távora, tendo vindo a ceder o lugar a D. Fernando de Meneses, em 1565, para dois anos depois regressar ao posto. A sua prestação política enquanto ministro externo garantiu-lhe estatuto e reconhecimento na Casa Real portuguesa. D. Henrique sublinhou a «Alvarum Castrensem cuius et virtus in bellis et fides in negotiis semper enituit», numa carta ao papa⁵³⁷.

Ao tomar posse da Coroa, D. Sebastião requisitou a presença do enviado para ajudar no princípio dos trabalhos do governo⁵³⁸. De facto, a sua enviatura revelou-se como uma manobra dissuasória do cardeal-infante sobre o papa, de modo a captar a atenção deste para os interesses portugueses⁵³⁹.

⁵³² Vide carta de D. Sebastião a Gregório XIII ou carta credencial de João Gomes da Silva (Lisboa, 22 de Julho de 1573). ASV, *Nunziatura di Portogallo*, volume 4, fl. 31 apud José de Castro, *D. Sebastião e D. Henrique [...]*, pp. 72-73.

⁵³³ Vide carta de ofício (Almeirim, 28 de Maio de 1580). Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 45, fl. 75.

⁵³⁴ Vide carta de D. Sebastião a Gregório XIII (Lisboa, Janeiro-Fevereiro de 1568). Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fl. 97, publicada em CDP, tomo X, pp. 295-296. Na instrução a D. João Telo de Meneses, D. Sebastião declara confiar «do seu grande talento» que por certo «desempenharia com igual fidelidade, e prudencia, as matérias de que constava, pois todas resultavam em decoro deste Reyno». Vide instrução de D. Sebastião a D. João Telo de Meneses (Almeirim, 23 de Março de 1569?). Diogo Barbosa Machado, *Memorias [...]*, tomo III, liv. I, cap. XIV, pp. 131-134.

⁵³⁵ Vide breve “Officium quo magestas tuo” do papa Pio V para D. Sebastião (Roma, 27 de Junho de 1569). Lisboa, DGA/TT, *Colecção de Bulas*, maço 28, doc. 38. Também em Joaquim dos Santos Abranches, *Fontes do Direito Ecclesiastico Portuguez*, Coimbra, F. França Amado – Editor, 1895, vol. I – Summa do Bullario Portuguez, p. 158.

⁵³⁶ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 73.

⁵³⁷ Vide carta do cardeal-infante ao papa Pio V (Sintra, 5 de Julho de 1567). Lisboa, BA, *Sym.*, tomo XXXIX, fl. 38, transcrito em *Corpo Diplomatico Portuguez*, tomo X, p. 251.

⁵³⁸ Visconde de Santarém, *Quadro Elemental [...]*, tomo XIII, p. 495.

⁵³⁹ Dando ao papa «o grande sentimento com que fico de Vossa Sanctidade nam ther a minhas cousas o respecto, que se lhes deve». Vide carta de D. Henrique (regente) ao papa Pio V (Lisboa, 30 de Junho de 1567), publicada em *Corpo Diplomatico Portuguez*, tomo X, p. 250.

O papel de D. Álvaro de Castro na História marítima portuguesa é de relevar. Em 1543, barrara a passagem do estreito de Gibraltar aos turcos de Barba-Roxa, comandando uma nau da armada de seu pai, D. João de Castro, vice-rei da Índia. Desbaratara, também, sete naus corsárias junto ao cabo de São Vicente e apareceu em socorro da guerrilha portuguesa, no segundo cerco de Diú⁵⁴⁰. Em 1548, por ordem do pai, viajou até Hadramaute, no sul da península arábica, tendo logrado um acordo com o rei de Adém para o apoio ao rei de Portugal e a construção de uma fortaleza para adensar o comércio português na zona⁵⁴¹.

Para além de embaixador em Roma, D. Álvaro de Castro esteve nas cortes de França e Saboia durante as regências. Em 1570, D. Sebastião deu-lhe instrução para que, em Castela, se inteirasse do desenvolvimento das diligências para o seu matrimónio com Margarida de Valois. Aquando da batalha de Lepanto, foi o escolhido para se deslocar até Pio V para, desta vez, o saudar pela vitória⁵⁴². No seu regresso, foi recrutado para vedor da Fazenda⁵⁴³ e fez parte do conselho régio.

Chegou a acompanhar D. Sebastião na primeira jornada a África (1574). Apresentando uma linha de pensamento de acordo com a do monarca, venceu a sua influência junto deste⁵⁴⁴. Morreria no final de Agosto de 1575, em pleno momento de luta cortesã com Martim Gonçalves da Câmara, de quem se revelou um dos principais opositores⁵⁴⁵.

D. Luís de Lencastre (c.1505-1574) representava, em conjunto com D. Álvaro de Castro, uma geração que cresceu no fim do reinado de D. Manuel I e que contribuiu positivamente para a Coroa portuguesa durante os governos posteriores. Era filho de D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra, bastardo de D. João II, e de D. Brites de Vilhena, neta paterna de D. Fernando I de Bragança⁵⁴⁶.

⁵⁴⁰ Fernando Cordeiro, “D. Álvaro de Castro”. *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, direcção de Luís de Albuquerque, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, vol. I, p. 222.

⁵⁴¹ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal [...]*, vol. III, pp. 128-129.

⁵⁴² Vide carta de D. Juan de Borja a Filipe II (Lisboa, 19 de Janeiro de 1572). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 390, fl. 106.

⁵⁴³ Vide carta de ofício (Évora, 23 de Outubro de 1573). Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 32, fl. 225.

⁵⁴⁴ Foi o ponto que ditou o golpe que derrubaria definitivamente Martim Gonçalves de Câmara da influência real. Francisco de Sales Loureiro, *D. Sebastião e Alcácer-Quibir*, Lisboa, Publicações Alfa, S.A., 1989, pp. 185-189.

⁵⁴⁵ Joaquim Veríssimo Serrão, *Os Itinerários de el-Rei Dom Sebastião [...]*, pp. 363-364. Maria Augusta Lima Cruz, *op. cit.*, p. 243.

⁵⁴⁶ António Caetano de Sousa, *Historia Genealogica [...]*, tomo XI, p. 19.

Foi comendador-mor da Ordem de Avis, e usufruía das comendas de Veiros, Coruche, Seda, Alcanede, Alandroal, Fronteira e Estremoz. Para além disso, foi alcaide-mor de Veiros, Alandroal, Avis, Alcanede, Benavente, Cabeção e Benavila. Casara com D. Madalena de Granada, dama de companhia de D. Catarina de Áustria⁵⁴⁷. Em 1552, fez parte do séquito de recepção da princesa D. Joana de Áustria para o seu matrimónio com o príncipe de Portugal, D. João Manuel⁵⁴⁸.

Durante a regência de D. Catarina, esteve envolvido num dos episódios mais marcantes da luta da rainha de Portugal pelo poder centralizador da Coroa. A sua filha, D. Beatriz (sobrinha do duque de Aveiro e neta do duque de Coimbra – D. João e D. Jorge⁵⁴⁹) e D. Teodósio I de Bragança (este em segundas núpcias), contraíam matrimónio contra a decisão de D. Catarina. Esta união não beneficiava a Coroa, na medida em que as duas casas aristocráticas, antes tão dissidentes, podiam agora crescer em conjunto. Neste sentido, D. Catarina afastou os duques e D. Luís de Lencastre, expulsando-os da corte por desobediência⁵⁵⁰.

Factos semelhantes atingiam a aristocracia europeia em meados do século XVI – as monarquias, procurando centralizar o poder na Coroa, viam a nobreza que a rodeava como um perigo à sua legitimidade e estabilidade⁵⁵¹. D. Luís de Lencastre voltaria aos meandros políticos durante as Cortes de 1562⁵⁵², e D. Sebastião recorreria ao comendador-mor para apresentar os pêsames a Filipe II pela morte do seu primogénito e herdeiro, o príncipe Carlos Lourenço de Áustria, em 1568⁵⁵³.

Quando o herdeiro ao trono de Castela foi preso, em Janeiro desse ano, D. Sebastião e o seu conselho régio determinaram enviar **Francisco de Sá de Meneses** (c. 1510-c.1583) para lamentar e esclarecer o assunto junto de Filipe II.

O nobre era filho de D. João Rodrigues de Sá, poeta, que fora embaixador de D. João III junto de Carlos V – na altura do casamento do então príncipe Filipe de Áustria

⁵⁴⁷ Uma das damas que vieram com D. Catarina para Portugal em 1525. Ana Isabel Buescu, *Catarina de Áustria*[...], p. 159 e 223. Era sobrinha do último rei de Granada que, caindo em 1492, viu toda a família chegada (irmãos e sobrinhos) baptizada e integrada na nobreza e na corte castelhana.

⁵⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 117.

⁵⁴⁹ Diogo Barbosa Machado, *Memorias*[...], parte I, liv. I, cap. XVII, pp. 226-231.

⁵⁵⁰ Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *op. cit.*, vol. I, pp. 87 e 244-245. O episódio vem descrito de forma sucinta tanto em Maria Augusta Lima Cruz, *op. cit.*, p. 72 como em Amélia Polónia, *D. Henrique* [...], pp. 143-144.

⁵⁵¹ J. H. Elliott, *A Europa Dividida* [...], p. 56.

⁵⁵² Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *op. cit.*, vol. I, p. 325, nota 97.

⁵⁵³ Vide carta de D. Sebastião a Filipe II ou carta de crença de D. Luís de Lencastre (Sintra, 10 de Agosto de 1568), publicada em Diogo Barbosa Machado, *Memorias*[...], parte III, liv. I, cap. IV, pp. 45-46.

com D. Maria Manuela de Portugal⁵⁵⁴ – e de D. Camila, filha de D. Martinho de Castelo Branco. Tal como o pai, era detentor de erudição poética⁵⁵⁵.

Francisco de Sá fora pajem de campainha de D. João III⁵⁵⁶ e foi integrado na casa do príncipe D. João Manuel, como seu guarda-roupa. Mais tarde, foi proposto para camareiro-mor de D. Sebastião. Contudo, a sua posição foi preterida em favorecimento de quatro camaristas⁵⁵⁷. Seria vedor da Fazenda do Porto, onde se retirou até ser reintegrado na casa real como capitão da guarda de D. Sebastião⁵⁵⁸ e ter encabeçado a enviatura a Castela, em 1568.

Entre 1569 e 1571, foi responsável por manter um diálogo entre o rei e a avó, para que esta não abandonasse o reino⁵⁵⁹. Assinava as actas das reuniões de conselho de Estado juntamente com D. Álvaro de Castro e João Telo de Meneses entre 1573 e 1575⁵⁶⁰. Na última passagem de D. Sebastião a África, Francisco de Sá foi nomeado governador do reino.

Outro ramo dos Lencastre colaborou com sucesso na política externa sebástica. **D. Dinis de Lencastre** (1540-1598), fidalgo da Casa Real e escrivão da Fazenda⁵⁶¹, alcaide-mor de Óbidos e Soure, era filho de D. Afonso de Lencastre, comendador-mor da Ordem de Santiago e neto do duque Fernando II de Bragança e de D. Jerónima de Noronha, bisneta do duque Fernando I de Bragança.

Foi escolhido pelo rei para encabeçar uma importante missão a França, mostrando a satisfação de Portugal perante o massacre que nas ruas de Paris, em 1572, vitimou centenas de huguenotes que acompanharam o casamento de Henrique de Bourbon, rei de Navarra, com Margarida de Valois⁵⁶². O pai, D. Afonso, fora embaixador em Roma no

⁵⁵⁴ Assim se estabelece em Manuel José da Costa Felgueiras Gayo, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, edição fac-similada da 1ª edição, vol. IX, Braga, Edição de Carvalhos de Basto, 1992, p. 118.

⁵⁵⁵ Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana Historica, Critica e Cronologica*, tomo II, Lisboa Occidental: na Officina de Ignacio Rodrigues, 1747, pp. 247-249.

⁵⁵⁶ Vide *Ditos Portugueses Dignos de Memória – História íntima do século XVI*, anotada e comentada por José Hermano Saraiva, Lisboa, Publicações Europa-América, Lda, 3ª edição, 1997 [1ª edição, 1980], p. 343.

⁵⁵⁷ Maria Augusta Lima Cruz, *op. cit.*, pp. 73-74.

⁵⁵⁸ António Caetano de Sousa, *Historia Genealogica [...]*, tomo XII, parte I, p. 33.

⁵⁵⁹ Maria Augusta Lima Cruz, *op. cit.*, p. 189. Vide, ainda, a carta de D. Juan de Borja a Filipe II (Xabregas, 13 de Fevereiro de 1571). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 388, fl. 77, onde referiu que «embíó elrey a francisco de Saa de su Consejo a hablar a la reyna». Carta parcialmente publicada em Joaquim Veríssimo Serrão, *Os Itinerários de El-Rei D. Sebastião [...]*, pp. 180-184.

⁵⁶⁰ Idem, *Documentos Inéditos [...]*, pp. 70-71.

⁵⁶¹ Vide carta de padrão de tença (Lisboa, 26 de Julho de 1559). Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 1, fl. 419.

⁵⁶² Vide instrução de D. Sebastião a D. Dinis de Lencastre (Évora, 29 de Novembro de 1572), publicada em Diogo Barbosa Machado, *Memórias [...]*, parte III, liv. II, cap. XVIII, pp. 467-479. No apêndice documental, doc. nº 9.

final do reinado de D. João III e no princípio da regência de D. Catarina, e pode ter acompanhado o filho até França, dado que aí morreu, precisamente em 1572⁵⁶³.

Depois da morte do pai, o papa aconselhou D. Sebastião a nomear D. Dinis como seu sucessor na comenda, a par das boas prestações que fizera nas ligações contra os huguenotes em França, e para o nomear seu protector pessoal, como guarda-mor⁵⁶⁴.

Ainda com ligações a Roma, surgiu **Fernão Martins de Mascarenhas**, senhor de Lavre e Estepe, alcaide-mor de Montemor-o-Novo e Alcácer do Sal⁵⁶⁵. Era filho de D. João de Mascarenhas, de quem herdou os senhorios e o cargo de capitão-mor dos Ginetes⁵⁶⁶, e de D. Margarida Coutinho, filha dos condes de Borba⁵⁶⁷.

Entre 1561 e 1563, foi o relator oficial da Coroa sobre os assuntos procedentes das sessões do concílio de Trento. Ali, as reuniões avançavam com choques e assimetrias entre o papado e França. Fernão Martins de Mascarenhas, mediando os desentendimentos, aconselhou o papa a não se deixar persuadir pelos franceses⁵⁶⁸. Pelos serviços prestados, foi integrado no conselho régio em 1564⁵⁶⁹.

Em 1571, D. Sebastião enviou-o a Castela, numa missão relacionada com França, tratando dos avanços negociais para casar o monarca português com Margarida de Valois⁵⁷⁰. Seria promovido a capitão dos cavaleiros-escudeiros e criados do rei três anos depois⁵⁷¹.

⁵⁶³ António Caetano de Sousa, *Historia Genealogica[...]*, tomo IX, pp. 59-61. De Janeiro de 1572 data também um rol em que se listaram todas as mercês feitas por D. João III ao comendador-mor. Vide Lisboa, DGA/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 248, doc. 43.

⁵⁶⁴ Vide breve “Dilessimus Paterno” do papa Pio V a D. Sebastião (Roma, 24 de Maio de 1570). Lisboa, DGA/TT, *Colecção de Bulas*, maço 28, doc. 44.

⁵⁶⁵ Vide carta de doação (Lisboa, 4 de Novembro de 1557). Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 1, fl. 141v, citada em Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *op. cit.*, vol. I, p. 210, nota 94.

⁵⁶⁶ Vide carta de confirmação da vila de Lavre (Lisboa, 8 de Fevereiro de 1557). Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 65, fls. 281-282v, citada em Idem, *ibidem*. Vide carta de ofício de capitão dos ginetes (Évora, 10 de Maio de 1573). Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 29, fls. 194-194v. Na carta atesta-se a presença do ofício na família, sendo hereditário, que se inaugurou com o seu avô, homónimo. Cf. *Livro de Linhagens de Portugal de Damião de Góis[...]*, pp. 542-543.

⁵⁶⁷ O irmão de D. Margarida, D. Bernardo Coutinho, sucedeu no título de conde de Borba. A sua filha, D. Catarina Meneses, casou com D. Duarte de Castelo Branco, meirinho-mor e embaixador residente de D. Sebastião em Castela. Cf. *Livro de Linhagens de Portugal de Damião de Góis[...]*, pp. 440-441 e 444.

⁵⁶⁸ Vide Lisboa, DGA/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 107, doc. 45, e mesmo os documentos publicados em *Corpo Diplomático Português*, tomo X, pp. 98, 106, 120 e 139.

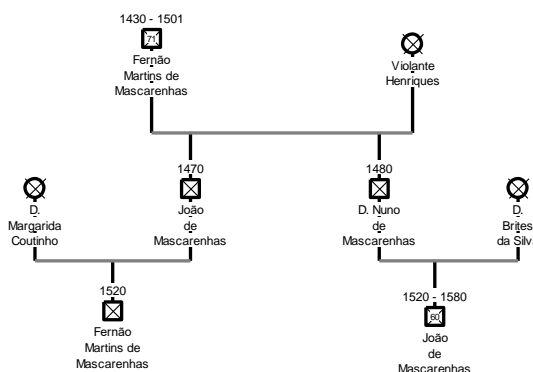
⁵⁶⁹ Vide carta de ofício (Almeirim, 2 de Abril de 1564). Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 32, fl. 316v.

⁵⁷⁰ Vide carta de D. Sebastião a Filipe II ou carta de creditação de Fernão Martins de Mascarenhas como enviado (Lisboa, 21 de Junho de 1571). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 389, fl. 117.

⁵⁷¹ Vide carta de ofício (Almeirim, 2 de Abril de 1574). Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 32, fl. 316, pulicada em António Caetano de Sousa, *Provas[...]*, tomo III, parte I, pp. 517-518.

Um primo direito de Fernão Martins de Mascarenhas também serviu nos meandros diplomáticos de Portugal. Era filho de D. Nuno de Mascarenhas e D. Brites da Silva: João de Mascarenhas.

Árvore Genealógica 2 - Ancestralidade comum de Fernão Martins e João de Mascarenhas



João de Mascarenhas (c. 1520-1580) foi capitão na defesa da fortaleza de Diu, em 1546. Como recompensa, D. João III proveu-o da alcaidaria de Castelo de Vide, da qual era também comendador⁵⁷². Em 1563, foi incumbido de viajar até Viena para visitar o imperador Fernando I e o filho sucessor, Maximiliano. A sua envidatura seria orientada pelo primo que actuava mais a Sul, junto da reunião tridentina e junto do papa⁵⁷³.

D. Sebastião empenhou-se na realização de um processo de reforma militar desde o começo do seu governo, e fê-lo a partir da instituição de corpos de infantaria civil e com a criação de companhias de Ordenanças pelo reino, como já o haviam tentado os seus antecessores D. Manuel I e D. João III, sem sucesso⁵⁷⁴. Nesta circunstância, D. Sebastião nomeou João de Mascarenhas para capitão-mor das Ordenanças de Lisboa⁵⁷⁵. Contudo, o surto de peste que assolou Lisboa nesse ano interrompeu momentaneamente o projecto⁵⁷⁶.

⁵⁷² Vide carta de doação (Lisboa, 28 de Janeiro de 1550). Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 66, fls. 13v-14 apud Maria Paula Marçal Lourenço, “O papel da «Fronteira» na política matrimonial da Casa Real Portuguesa nos séculos XVI e XVII: o caso de Castelo de Vide”. *Rainhas no Portugal Moderno: Casa, Corte e Património*, Lisboa, Edições Colibri, 2012, p. 36.

⁵⁷³ Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *op. cit.*, vol. II, p. 102.

⁵⁷⁴ Gonçalo Maria Duarte Couceiro Feio, *A Problemática Militar no Reinado de D. Sebastião: instituição e reforma*, dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003. Sucinta e objectivamente explicado em Luís Costa e Sousa, *Alcácer-Quibir – 1578 [...]*, pp. 29-32.

⁵⁷⁵ Vide carta de nomeação (Lisboa, 16 de Maio de 1569). Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 22, fl. 297, publicada em António Caetano de Sousa, *Provas[...]*, tomo III, pp. 518-519, citada em Joaquim Veríssimo Serrão, *Os Itinerários de El-Rei D. Sebastião[...]*, p. 105.

⁵⁷⁶ Maria Augusta Lima Cruz, *op. cit.*, p. 155.

A partir daí, João de Mascarenhas integrou o corpo do conselho régio⁵⁷⁷ e em 1570 foi encarregue de congratular a corte francesa pela vitória de Jarnac⁵⁷⁸.

Sendo «hombre recto y entero»⁵⁷⁹, foi também governador de Portugal juntamente com D. Jorge de Almeida, arcebispo de Lisboa, Pêro de Alcáçova Carneiro e Francisco de Sá⁵⁸⁰, como se mencionou, na partida de D. Sebastião para a jornada de Larache.

D. Francisco de Portugal (c. 1535-1579) identificou-se como uma personagem de relevo durante o governo de D. Sebastião. Foi comendador de Fronteira, na Ordem de Avis. Filho de D. Guiomar de Vilhena e de D. Francisco da Gama, 2º conde da Vidigueira, filho de D. Vasco da Gama, 1º conde da Vidigueira, estribeiro-mor da Casa Real de D. João III⁵⁸¹, veio a suceder no cargo do pai em 1561, já no reinado de D. Sebastião⁵⁸². Teve alvará de capitão de viagem em 1571⁵⁸³, havendo regressado de Malaca onde recebera mercê da capitania por três anos, em 1565⁵⁸⁴.

Casou com D. Luísa Giraldes, filha de Lucas Giraldi e irmã de Francisco Giraldes, que a seu tempo se fará referência. Em 1574, D. Sebastião enviou D. Francisco de Portugal para uma missão um tanto singular – notificou-o e instruiu-o para seguir até à

⁵⁷⁷ Joaquim Veríssimo Serrão, *Documentos Inéditos*[...], pp. 71-73.

⁵⁷⁸ Diogo Barbosa Machado, *Memórias*[...], parte III, liv. I, cap. XVII, pp. 167-168. A batalha desenrolara-se a 13 de Março de 1569. O embaixador castelhano informou Filipe II de que Fernão Martins de Mascarenhas era o escolhido para ser enviado a Madrid. Encontrava-se preparado a 21 de Março de 1570 para partir (vide carta de D. Juan de Borja a Filipe II (Évora, 21 de Março de 1570). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 387, fl. 45). A 10 de Maio do mesmo ano, Mr. de Fourquevaux anunciou a chegada de João de Mascarenhas a Madrid (que viajava até Paris) à rainha-viúva de França (carta de Mr. de Fourquevaux a Catarina de Médicis (Madrid, 10 de Maio de 1570), citada em Alfonso Danvila y Burgueros, *op. cit.*, p. 154). Pela concomitância das missões, surgiu uma confusão entre os embaixadores e os respectivos destinos. Joaquim Veríssimo Serrão interpôs, nos *Itinerários de El-Rei D. Sebastião*[...], p. 134, que na verdade o encarregado de levar os parabéns por Jarnac a Carlos IX seria Fernão Martins de Mascarenhas, contrariando aquilo que tanto o Visconde de Santarém (*Quadro Elementar*[...], tomo III, pp. 423-424) como Danvila y Burgueros (*op. cit.*) haviam dito. O próprio Joaquim Veríssimo Serrão havia proposto (*Documentos Inéditos* [...], p. 78) que o embaixador era de facto João de Mascarenhas, que havia sido instruído para tal e que, à época, Fernão Martins de Mascarenhas se encontrava em Madrid para resolver a questão da saída de D. Catarina de Portugal. Mas foi de acordo com o que D. Sebastião indicou à mãe sobre a visitação do enviado ao seu Paço que se corrobora a hipótese de D. João Mascarenhas ter ido de facto até Paris e não Fernão Martins de Mascarenhas (vide cópia da carta de D. Sebastião a D. Joana de Áustria (Évora, 25 de Fevereiro de 1570). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 389, fl. 150).

⁵⁷⁹ Vide cópia de carta de D. Juan de Silva a Filipe II (Lisboa, 5 de Junho de 1578). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 396, fl. 67, publicada em *CODOIN*, tomo XL, p. 31.

⁵⁸⁰ Francisco de Sales Loureiro, *op. cit.*, p. 223.

⁵⁸¹ Desde 1534 que D. Francisco assumia o cargo com D. João III. Cf. António Caetano de Sousa, *Historia Genealogica* [...], tomo III, p. 294.

⁵⁸² Vide mercê de ofício (Lisboa, 13 de Janeiro de 1561). Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 7, fl. 133, publicada em António Caetano de Sousa, *Provas*[...], tomo III, parte I, pp. 512-513.

⁵⁸³ Vide alvará de capitão de viagem (Lisboa, 12 de Maio de 1571). Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 26, fl. 177v-178.

⁵⁸⁴ Vide carta de capitania (Lisboa, 26 de Setembro de 1565). Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 15, fl. 220.

Baviera, no sentido de negociar o seu casamento com a filha do duque Alberto V, Maximiliana. Todavia, o estribeiro-mor estanciaria em Madrid, durante a viagem, onde se deixaria ficar, sem mais avançar.

Merece destaque a recompensa que D. Sebastião lhe concedeu, dando-lhe a posição de camareiro na Casa Real⁵⁸⁵. No início desse mês, havia renunciado à posição de estribeiro-mor, como se indica em adenda na mercê de ofício de 1561⁵⁸⁶, cedendo-a a Cristóvão de Távora, como já se expôs acima. Viria ainda a ser nomeado vedor da Fazenda real no ano seguinte, na revolução governativa que D. Sebastião promoveu⁵⁸⁷. Morreria cativo em Fez.

D. Nuno Manuel (†1578), também faleceu juntamente com o seu primogénito durante a batalha⁵⁸⁸. D. Sebastião escolhera-o para fazer embaixada a França, em 1574, depois da saída de João Gomes da Silva, congratulando Henrique III de França pela sua subida ao trono⁵⁸⁹.

Este nobre foi alcaide-mor de Marvão, 3º senhor de Salvaterra, das Águias e da Erra, 2º senhor de Tancos, Atalaia e Cimeira. Casou com D. Joana de Ataíde, filha do conde da Castanheira, principal valido e conselheiro de D. João III⁵⁹⁰. O seu pai, D. Fradique Manuel, também fora conselheiro do monarca *piadoso*⁵⁹¹.

Durante o reinado do mesmo rei (1521-1557), Lucas Giraldi, um mercador florentino, encaminhou-se para Portugal. Detinha negócios sobretudo no comércio do açúcar, dos escravos, das especiarias, e também na armação e abastecimento das armadas. A sua relevância junto da Coroa portuguesa desde cedo se destacou, pois durante as suas viagens, recolhia informações quanto às vicissitudes e flutuações comerciais e internas, com o intuito de as passar à Coroa portuguesa⁵⁹².

⁵⁸⁵ Vide mercê de ofício (Almeirim, 20 de Dezembro de 1575). Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 35, fl. 247.

⁵⁸⁶ Vide mercê de ofício (Lisboa, 13 de Janeiro de 1561). Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 7, fl. 133, publicada em António Caetano de Sousa, *Provas[...]*, tomo III, parte I, p. 513.

⁵⁸⁷ Vide carta de nomeação de vedor de Fazenda (Lisboa, 7 de Maio de 1576). Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 34, fl. 229v. Citada por Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião [...]*, p. 385.

⁵⁸⁸ António Caetano de Sousa, *Historia Genealogica[...]*, tomo XI, pp. 311-312.

⁵⁸⁹ Diogo Barbosa Machado, *Memórias [...]*, tomo III, liv. II, cap. XXX, p. 624.

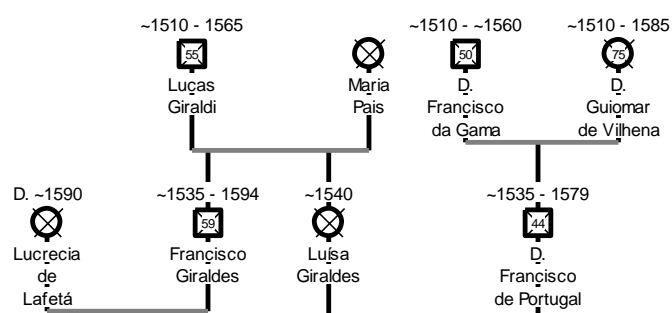
⁵⁹⁰ António Caetano de Sousa, *Historia Genealogica [...]*, tomo XI, p. 311.

⁵⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 292.

⁵⁹² Sobre o processo de ligação entre os Giraldi (especialmente Lucas e Francisco) e a Coroa portuguesa, veja-se Prospero Peragallo, *Cenni Intorno alla Colonia Italiana in Portogallo nei secoli XV e XVI*, nuova ed. notevolmente aumentata, Genova, Stabilimento Tip. Ved. Papini e Figli, 1907, pp. 82-86. Também Isaías da Rosa Pereira, *Lucas Giraldi, mercador florentino na Inquisição de Lisboa [...]*, e ainda Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *op. cit.*, vol. II, p. 80, nota 52.

Em Portugal, numa relação com Maria Pais, teve dois filhos naturais: Luísa (já atrás citada como esposa de D. Francisco de Portugal) e Francisco (c. 1535-1594). Pelos serviços prestados à Coroa, D. João III garantiu a legitimidade paternal de Lucas sobre os filhos⁵⁹³. O reconhecimento da família no núcleo nobiliárquico português deu-se a 21 de Junho de 1557. Um estatuto naturalmente adquirido, numa época em que se assistia a uma «mercantilização da nobreza e enobrecimento dos mercadores»⁵⁹⁴.

Árvore Genealógica 3 - Ligação entre D. Francisco de Portugal e Francisco Giraldes



Lucas compraria a capitania de S. Jorge dos Ilhéus em 1561. O rei faria doação da mesma a **Francisco Giraldes** após a morte do pai⁵⁹⁵. O caminho foi-lhes aberto facilmente numa recompensação por participarem na colonização do Brasil⁵⁹⁶.

Seguindo as pisadas do pai, enquanto rico mercador, possuía negócios no Norte da Europa. Quando D. Sebastião o nomeou para actuar como embaixador em Inglaterra, em 1570, assistia na Flandres com muito boa fama⁵⁹⁷. Foi comendador da Ordem de Cristo⁵⁹⁸.

Bastante considerado enquanto embaixador, permaneceu no ofício já depois da morte de D. Sebastião. O rei havia-o instruído para fazer embaixada em França, tendo vindo a fazê-lo só no reinado de D. Henrique. Com a morte deste, e entrando uma nova fase governativa em vigor, foi escolhido por Filipe II (I de Portugal) para governador do Brasil, nunca tendo, de resto, recebido qualquer vencimento pelos serviços enquanto embaixador⁵⁹⁹.

⁵⁹³ Vide Carta de legitimação dos filhos de Lucas (Lisboa, 10 de Setembro de 1550). DGA/TT, *Chancelaria de D. João III, Perdões e legitimações*, liv. 17, fls. 91v-92 apud Isaías da Rosa Pereira, *op. cit.*, p. 314.

⁵⁹⁴ Carlos José Margaça Veiga, *op. cit.*, vol. I, p. 25.

⁵⁹⁵ Vide carta de doação da capitania de S. Jorge dos Ilhéus (Lisboa, 23 de Fevereiro de 1566). Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 17, fl. 81.

⁵⁹⁶ Virgínia Rau, "Um grande mercador-banqueiro italiano em Portugal: Lucas Giraldi". Separata de *Estudos Italianos em Portugal*, nº 24, 1965, pp. 12-13.

⁵⁹⁷ Visconde de Santarém, *Quadro Elementar [...]*, tomo XV, p. CXLIII.

⁵⁹⁸ António Caetano de Sousa, *Historia Genealogica [...]*, tomo XII, parte II, p. 250.

⁵⁹⁹ Virgínia Rau, *op. cit.*, pp. 18-19, nota 58.

Os embaixadores em Inglaterra detinham um carácter especial. Os escolhidos no conselho de Estado eram normalmente mercadores que actuavam na região. Foi o caso de **António Fogaça**, precedente de Francisco Giraldes. Bastante estimado em Inglaterra⁶⁰⁰, tratava de negócios privados – enquanto mercador rico, detentor de grande fortuna⁶⁰¹ – e do reino português, com a intenção de levar a termo a concórdia entre Portugal e Inglaterra.

Homens de ofício mais sedentário também participaram na política externa de D. Sebastião. **Nuno Álvares Pereira**⁶⁰², guarda-mor das alfândegas dos portos secos da comarca de Trás-os-Montes⁶⁰³ e, posteriormente, escrivão da Fazenda⁶⁰⁴, foi chamado por D. Sebastião em 1577 para actuar nos Países Baixos, junto de Guilherme de Orange, no contexto dos remates diplomáticos para a Jornada de Larache, a fim de recolher apoio humano e material para a empresa marroquina.

Nuno Álvares Pereira estava em Castela no momento da batalha de Alcácer-Quibir, dado que a última vez que estivera junto de Mateo Vázquez, o secretário de Filipe II, fora a 18 de Agosto de 1578⁶⁰⁵. Viria a acompanhar Filipe II quando este rumou a Portugal no final de 1580 para se deslocar até às Cortes de Tomar, no ano seguinte. Nuno Álvares Pereira assentou enquanto secretário do rei, redigindo e assinando as minutas oficiais «por mandado de sua Magesta^{de}», monarca de Portugal⁶⁰⁶.

Aquiles Estaço (1524-1581) era filho de Paulo César Estaço, um cavaleiro da Índia portuguesa do tempo de D. João III que, recompensando-o dos seus serviços, lhe atribuíra o hábito de Cristo, o qual envergou em reclusão no final dos seus dias, em Alcobaça⁶⁰⁷.

⁶⁰⁰ Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *op. cit.*, vol. II, p.185.

⁶⁰¹ Visconde de Santarém, *Quadro Elementar[...]*, tomo XV, p. CXXXIX.

⁶⁰² Surge, de facto, como um nome bastante comum. Não se conseguiu apurar exactamente quem seria. No entanto, duas opções parecem possíveis: D. Diogo Pereira, como pai, que foi capitão da Índia casado com D. Maria de Noronha (Manuel José da Costa Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. VIII, 3ª edição, Braga, Edição de Carvalhos de Basto, 1992, p. 173). Ou poderia ser o sobrinho do anterior, filho de D. Manuel Pereira, que serviu também na Índia, e que casou com D. Maria de Sousa (Idem, *ibidem*, p. 199).

⁶⁰³ Vide alvará de lembrança de ofício (Lisboa, 9 de Janeiro de 1572). Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 34, fl. 24.

⁶⁰⁴ Vide carta de Escrivão da Fazenda Real (Lisboa, 27 de Fevereiro de 1579). Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 43, fl. 133v.

⁶⁰⁵ Antonio Villacorta Baños-García, *D. Sebastião[...]*, p. 317.

⁶⁰⁶ Vide as cartas de Filipe I de Portugal a D. Duarte de Castelo Branco, assinadas por Nuno Álvares Pereira, de 7 de Outubro de 1580 (Badajoz) até ao primeiro de Abril de 1581 (Tomar), presentes em Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-1, fls. 252-379.

⁶⁰⁷ Gaspar Estaço, “Apêndice: Tratado da Linhagem dos Estaços, naturaes da cidade de Évora”. *Várias Antiguidades de Portugal*, Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1625, p. 508.

Teve sólidas bases educativas em letras, em Universidades como Lovaina e Paris⁶⁰⁸, formando-se como teólogo, orador e poeta⁶⁰⁹.

Foi integrante da embaixada de Fernão Martins de Mascarenhas em Trento como escrivão⁶¹⁰. Em 1574, permanecendo em Roma, pronunciou a Oração de Obediência ao papa Gregório XIII⁶¹¹. Durante séculos, a historiografia desconheceu o seu autor, tendo o padre José de Castro aventado que seria o Doutor Diogo de Paiva de Andrade⁶¹² (1528-1575), figura portuguesa proeminente na Roma quinhentista⁶¹³.

António Pinto⁶¹⁴, doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, integrara todas as embaixadas portuguesas de Roma desde 1562. Na cidade pontifícia, para além de D. Álvaro de Castro, serviu D. Fernando de Meneses, o embaixador presente durante o Conclave 1565-66, que resultou na eleição de Pio V, a quem Dr. António Pinto proferiu a Oração de Obediência⁶¹⁵. Esteve pelo menos até 1572 a servir na embaixada de D. João Telo de Meneses⁶¹⁶.

Os próprios pontífices beneficiaram dos seus serviços como camareiro e secretário. Pelos seus serviços, o cardeal-infante nomeara-o arcediogo da Catedral portuguesa⁶¹⁷. Durante o seu regresso a Portugal (1572-1575), foram-lhe atribuídos alguns cargos

⁶⁰⁸ Américo da Costa Ramalho, *Estudos sobre o Século XVI*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980, p. 299.

⁶⁰⁹ Gaspar Estaço, *op. cit.*, p. 510.

⁶¹⁰ Vide Lisboa, DGA/TT, *Colecção de São Vicente*, tomo III, fl. 100.

⁶¹¹ Vide *Oração de Obediência ao Sumo Pontífice Gregório XIII dita por Aquiles Estaço em 1574*, edição fac-similada, com nota bibliográfica de Martim de Albuquerque e tradução portuguesa de Miguel Pinto de Meneses, Lisboa, Edições Inapa sob o patrocínio da Academia Portuguesa da História, 1988.

⁶¹² José de Castro, *Dom Sebastião e Dom Henrique[...]*, p. 80.

⁶¹³ Deste religioso encontra-se uma representação artística, estampada num brasão presente no Museu Nacional de Arte Antiga, estando, actualmente, na sala 10 do piso 3, entre os retratos de D. João III e D. Catarina de Áustria, em frente ao de D. Sebastião.

⁶¹⁴ Personagem controversa, que chegou ao século XX embrenhado na definição que Diogo Barbosa Machado lhe atribuiu em *Bibliotheca Lusitana Historica, Critica e Cronologica*, tomo I, Lisboa Occidental: na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741, p. 357. Encontra-se, felizmente, descortinada esta confusão, laborada por António Pinto, “Oração em Louvor de Todas as Ciências e das Grandes Artes – 1 de Outubro de 1555”, introdução, fixação do texto latino, tradução e notas de António Guimarães Pinto. Arnaldo Fabrício, *Orações de Sapiência, 1548-1555*, estabelecimento do texto latino, introdução, tradução e notas Maria José Pacheco, et al., prefácio e organização Sebastião Tavares de Pinho, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2011, pp. 327-348.

⁶¹⁵ Publicada em *Oração de Obediência ao Sumo Pontífice Pio V dita por António Pinto em 1566*, edição fac-similada, com nota bibliográfica de Martim de Albuquerque e tradução portuguesa de Miguel Pinto de Meneses, Lisboa, Edições Inapa sob o patrocínio da Academia Portuguesa da História, 1988.

⁶¹⁶ Um manuscrito citado por Diogo Barbosa Machado fazia parte da Biblioteca do Marquês de Abrantes, sob o título “Cartas Originaes sendo Residente em Roma desde o anno 1562 até 1572 para Lourenço Pirez de Távora”. Este maço seria extraordinário para o estudo do exercício diplomático com Roma no reinado de D. Sebastião.

⁶¹⁷ José de Castro, *op. cit.*, pp. 81-82.

importantes tais como desembargador da Casa da Suplicação⁶¹⁸ e do Paço⁶¹⁹, mas prontamente voltou a Roma a fim de prosseguir com o trabalho diplomático que tinha vindo a exercer e que tanto agradou à Coroa portuguesa⁶²⁰.

Recolhe-se a informação de que, dois dias antes da tomada de posse de D. Sebastião no governo, partia para Inglaterra o doutor **Manuel Álvares**⁶²¹. Prepararia terreno para a concórdia. Sendo fidalgo da Casa Real⁶²², no entanto, não se conseguiu apurar a sua ascendência e o seu percurso⁶²³.

O confessor do cardeal-infante D. Henrique, o padre jesuíta **Leão Henriques** (c. 1520-1589), partiu em 1573 em direcção a Roma para tratar de assuntos relacionados com a Inquisição, os cristãos-novos e a Companhia de Jesus, «por ser a sua acção muito necessária e útil às coisas da Inquisição [e] conhecer muito bem as coisas da Companhia»⁶²⁴. Era da família dos Gonçalves da Câmara, natural da ilha da Madeira, e foi muito próximo do primo direito, Luís Gonçalves da Câmara, confessor de D. Sebastião, e um homem bastante regrado e austero, que nunca visou obter privilégios a título pessoal⁶²⁵.

Em jeito de síntese, o corpo diplomático de que D. Sebastião se serviu para a concretização dos seus objectivos externos compôs-se maioritariamente por homens da nobreza. Na época medieval, a maioria dos *legatus* (i.e., embaixadores) eram homens de

⁶¹⁸ Vide Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 13, fl. 383v.

⁶¹⁹ Vide alvará de desembargador do Paço (Almeirim, 21 de Novembro de 1575). Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 36, fl. 186.

⁶²⁰ José de Castro, *op. cit.*, p. 82.

⁶²¹ Vide Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 385, fl. 155.

⁶²² Cf. Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *op. cit.*, vol. II, p. 185.

⁶²³ Um alvará de advogado passado em Lisboa, a 13 de Março de 1571, a um Licenciado Manuel Álvares parecia uma hipótese (Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 27, fl. 223v). Contudo, esta carta não fornece garante algum porque não menciona a missão diplomática de Manuel Álvares, nem sequer a origem fidalga, o que obriga a concluir que não se trata do enviado. Nem sequer se consegue afirmar se algum dos três Manuel Álvares com bacharel em Leis é, de facto, o embaixador português em Inglaterra – sendo um natural de Azambuja, graduado em 1544; os outros de Vila Viçosa e Braga, que terminaram o curso no mesmo ano de 1561 – registados no Arquivo da Universidade de Coimbra.

A primeira opção parece ser a mais lógica. Sendo o mais velho das três opções, encaixava-se perfeitamente nas escolhas de D. Henrique enquanto enviado para diligenciar um tratado em Inglaterra, como mais experiente. O facto de ter sido (crê-se, por já ser licenciado em 1544) ordenado cavaleiro da Ordem de Santiago em 1548 facilita bastante esta tese. Vide Lisboa, DGA/TT, *Ordem de Santiago*, liv. 22, fl. 67v-68. Esta informação foi pescada de Francis A. Dutra, “New Knights in the Portuguese Order of Santiago during the Mastership of Dom Jorge, 1492-1550”. *Military Orders in the Early Modern Portuguese World* [...], III, pp 156.

⁶²⁴ Vide Vaticano, ASV, *Nunziatura di Portogallo*, volume 4, fl. 30 apud José de Castro, *op. cit.*, pp. 68-69.

⁶²⁵ Amélia Polónia, *D. Henrique* [...], pp. 33-34.

vocação eclesiástica que faziam o seu juramento de fidelidade à missão por um voto pleno de reflexos religiosos⁶²⁶. Na transição para a Idade Moderna, a legacia voltava-se para o círculo cortesão⁶²⁷, não sendo exclusiva, portanto, aos homens da igreja, cuja presença no reinado de D. Sebastião se concentrava em cerca de 8%.

Os homens de leis (ou letrados) estavam dispostos para as embaixadas de negociação⁶²⁸, como foi o caso do Dr. Manuel Álvares (no entanto, sendo fidalgo da Casa Real e contado como tal), o Dr. António Pinto e o Dr. Aquiles Estaço, que representaram cerca de 8%, a mesma percentagem que os mercadores ao serviço da política externa portuguesa, a mesma percentagem com que a política externa portuguesa se serviu de mercadores, cuja presença noutros locais era relevante.

À nobreza, tão presente na Corte régia – e também nos domínios do Império e da organização judicial –, reservava-se quase exclusivamente a representação e condução da política externa em meados de quinhentos⁶²⁹. A sua influência e colaboração nos assuntos de Estado incrementavam a necessidade de conservação deste apoio à Coroa, levando D. Sebastião a publicar, em 1572, o «Regimento dos Filhamentos»⁶³⁰.

Quadro 2- *Relação entre os embaixadores e as suas posições sociais*

	<i>Nobreza</i>	<i>Clero</i>	<i>Mercadores</i>	<i>Graduados</i>	<i>Total</i>
Número de Oficiais	21 ⁽⁶³¹⁾	2	2	2	27
Percentagem	77,77%	7,41%	7,41%	7,41%	100%

Contam-se apenas os que receberam o título de embaixador; ou que receberam instrução ou levaram carta de crença.

⁶²⁶ Pedro Cardim, Nuno Gonçalo F. Monteiro, David Felismino, “A diplomacia portuguesa no Antigo Regime [...]”, p. 284.

⁶²⁷ Os teóricos das relações externas colocaram em causa o papel ambíguo dos clérigos no assumir do papel de embaixador. Cf. Ana Leal de Faria, *op. cit.*, pp. 71-72.

⁶²⁸ Isabel Cluny, “Os Diplomatas de Negociação e de Representação em Portugal no Século XVIII”. *Diplomatas e Diplomacia. Retratos, Cerimónia e Práticas*, coordenação de Zília Osório de Castro, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 55-56.

⁶²⁹ Veja-se o caso exemplificativo da «máquina administrativa» de Filipe II, que direccionava os “grandes” de Castela para os comandos militar e naval, para a vice-realeza e para o campo diplomático. Carlos Margaça Veiga, *D. Filipe I, o Prudente: Dinastia Filipina 1581-1598*, Matosinhos, QuidNovi, 2009, p. 16.

⁶³⁰ Jorge Borges de Macedo, “Nobreza – na Época Moderna”. *Dicionário da História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, 1984, p. 390.

⁶³¹ Pêro de Alcáçova Carneiro, apesar de actuar directamente nos meandros da política portuguesa, não teve título nobiliárquico até ao reinado de Filipe I (Jean Aubin, *op. cit.*, p. 383.). Contudo, pelo seu trajecto político e futura integração na nobreza portuguesa, optou-se por integrá-lo neste campo. O padre Leão Henriques, apesar de ser filho de um senhor nobre, contou-se na linha clerical.

No caso de D. Sebastião, contam-se quase 78% de nobres entre os seus embaixadores, um número elevado comparado com o caso de Henrique VIII de Inglaterra, que nomeou 46%⁶³².

A geração que integrou a primeira fase do reinado de D. Sebastião – de maturação (1568-1573), entre o assumir do governo por parte do rei e a jornada que empreendeu pelo Alentejo e Algarve – era composta por homens velhos e experientes como D. Francisco Pereira, D. Dinis de Lencastre, João de Mascarenhas, Fernão Martins de Mascarenhas, D. Álvaro de Castro, Luís Gonçalves da Câmara e Lourenço Pires de Távora, que trabalhavam de acordo com o que foi chamada de «visão correcta do interesse de uma política cristã na Europa do século XVI»⁶³³.

A influência de homens como João Gomes da Silva, D. Duarte de Castelo Branco, D. Álvaro de Castro, Luís da Silva, Cristóvão de Távora e a entrada de Pêro de Alcáçova Carneiro fizeram com que uma fase de transição (1573-1576) se desenvolvesse com a perda de influência dos principais validos do monarca. Este, entretanto, via as suas ideias expansionistas ganharem forma e a tomarem uma fase de acção – a última, até 1578 – rodeada pelos últimos três fidalgos.

Deste modo se constata a importância dos nobiliárquicos na condução política e diplomática de um reino, fazendo jogar a seu favor os intentos do seu monarca. Do conselho de Estado foram enviados oito nobres do Conselho (c. 36%) como embaixadores, enquanto que os servidores directos de D. Sebastião representaram cerca de 32%.

Quadro 3 - *Relação entre os embaixadores nobres e as suas posições sociais*

	<i>Casa Real</i>	<i>Outras Casas</i>	<i>Conselho</i>	<i>Senhores</i>	<i>Total</i>
Número de Nobres	7	1	8	6	22
Percentagem	31,82%	4,55%	36,36%	27,27%	100%

Aqui integrou-se o Padre Leão Henriques, pois embora eclesiástico, era filho de uma casa nobre, para mais de confessor do cardeal-infante, depois rei.

⁶³² Tracy Sowerby, “The Role of the Ambassador and the use of Ciphers”. *State Papers Online, 1509-1714, Part II: Essays (16th century)*, Cengage Learning EMEA Ltd, 2009 [p.1], consultado em <http://gale.cengage.co.uk/images/Sowerby%20Ambassadors%20and%20the%20Use%20of%20Cipher1.pdf>, a 15 de Junho de 2017.

⁶³³ Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *op. cit.*, vol. I, p. 77.

Quadro 4 - *Embaixadores que, antes, serviram no Império*

<i>Participantes Total</i>		
Número de Nobres	6	22
Percentagem	27,27%	100%

Um padrão se destacou em quase 30% dos percursos analisados: o serviço no Império português. Não era facto inédito – Rui Fernandes de Almada, embaixador de D. João III em França na década de 1530, servira como feitor em várias praças ultramarinas⁶³⁴. Seria um parâmetro somatório na experiência do embaixador.

De ressaltar, ainda, a importância das ligações familiares, das linhagens e da genealogia. Quase metade dos embaixadores eram filhos de homens que anteriormente exerceram no serviço diplomático português.

Quadro 5 - *Historial diplomático na família*

<i>Filhos de Total Embaixadores</i>		
Número	13	27
Percentagem	48,15%	100%

NOTA: Apenas se teve em conta o progenitor nesta mostragem quantitativa. Por extravasar o período cronológico da dissertação, os números são resultados de leituras directamente ligadas com os próprios embaixadores. Acredita-se, contudo, que o número seja muito maior.

No caso a seguir demonstrado, D. Duarte e D. Gonçalo de Castelo Branco eram primos diretos de Francisco de Sá, partilhando o mesmo avô, D. Martinho de Castelo Branco.

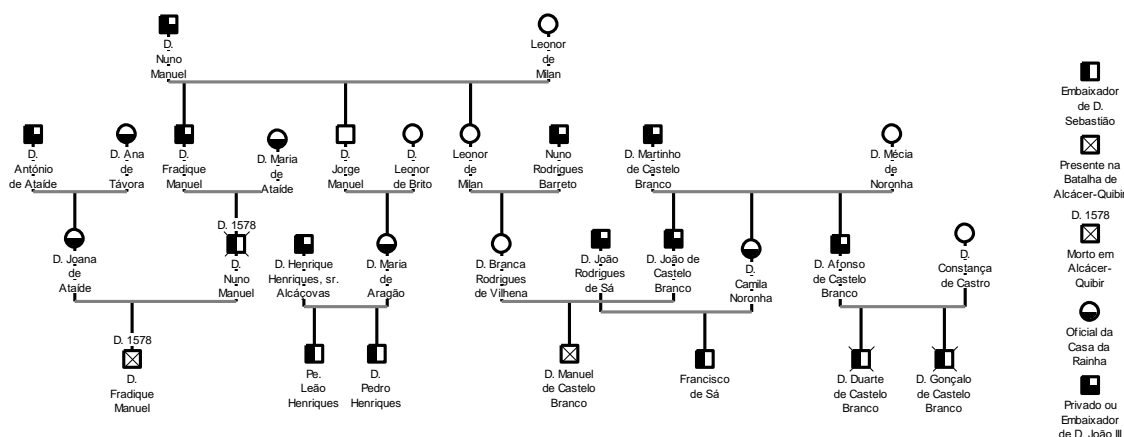
O tio de ambos, D. João de Castelo Branco, casou com D. Branca Rodrigues de Vilhena, neta de D. Nuno Manuel, senhor de Salvaterra, que fora irmão colação de D. Manuel I⁶³⁵. Um dos primos de D. Branca, o herdeiro e homónimo do avô, D. Nuno Manuel, foi o alcaide-mor de Marvão, embaixador de D. Sebastião.

⁶³⁴ Idem, *Rui Fernandes de Almada – Diplomata Português do século XVI*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura do Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971, p. 4.

⁶³⁵ Anselmo Braamcamp Freire, *Sala dos Brasões de Sintra*, vol. III, pp. 26-30 apud Ana Isabel Buescu, *D. João III[...]*, p. 99.

Nos bisnetos do primeiro D. Nuno Manuel, destacam-se o padre Leão Henriques, que foi o confessor do cardeal-infante D. Henrique, e D. Pedro Henriques. Ainda de referir que nas ramagens femininas se evidenciam integrantes da Casa da rainha D. Catarina de Áustria. Os casamentos entre servidores da Casa do rei e da Casa da rainha era uma tendência estrutural da sociedade de Corte em Portugal⁶³⁶.

Árvore Genealógica 4 - *Relações Genealógicas entre os Castelo Branco, os Manuel, os Henriques e os Sá de Meneses*



Verifica-se um constante cruzamento nas genealogias da nobreza portuguesa, o que sugere haver uma influência familiar nos acessos à privança régia⁶³⁷. Ao passo que, com D. João III, os homens que o serviram na sua Casa enquanto príncipe, viriam a ocupar altos cargos quando assumiu o trono, numa continuidade estável mantida na confiança dos homens pelos seus serviços⁶³⁸.

D. João III iniciou um fenómeno de «fermeture» do intitlamento da nobreza portuguesa, criando apenas 19 títulos. D. Sebastião viria a criar apenas um (conde de

⁶³⁶ Maria Paula Marçal Lourenço, “O Séquito e a Casa de D. Catarina de Áustria: a Família Real, a Índia e os grupos de poder”. *Rainhas no Portugal Moderno – Casa, Corte e Património*, Lisboa, Edições Colibri, 2012, pp. 43-45.

⁶³⁷ Idem, *ibidem*. Da mesma autora, “Mulheres e homens ao serviço da Casa de D. Catarina de Áustria: estatuto, prestígio e poder (1525-1578)”. *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVI, vol. 1, Coimbra, 2002-2003, pp. 367-390. Também Pedro Cardim, “A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade de Seiscentos”. *Tempo*, Nº 13, Rio de Janeiro – Niterói, 2002, pp. 23-27 descreve a dimensão pessoal e familiar da Casa Real. Este fenómeno foi recentemente exposto por Hélder Carvalho, tendo por alvo de estudo a influência da família do embaixador João Teles de Meneses nas cortes ibéricas, em “Lineage, Marriage, and Social Mobility: the Teles de Meneses Family in the Iberian Courts (Fifteenth and Sixteenth Centuries)”. *E-Journal of Portuguese History*, vol. 14, n. 1, Junho 2016. Consultado em https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue27/pdf/v14n1a01.pdf, a 30 de Abril de 2018).

⁶³⁸ Maria Leonor García da Cruz, *A Governação de D. João III: a Fazenda Real e os seus Vedores*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2001, p. 182.

Calheta, em Agosto de 1576, a Simão Gonçalves de Câmara, irmão de Martim e Luís, depois a morte do segundo e o afastamento do primeiro), e restituiu 3 (2º conde de Sortelha, 3º conde de Atoguia, e 4º visconde de Vila Nova da Cerveira)⁶³⁹. Este “fecho” resultou numa ostensiva redução de oficiais na casa de D. Sebastião, em comparação à de D. João III⁶⁴⁰.

Foi através do contacto directo com o rei que D. Álvaro de Castro, Pêro de Alcáçova Carneiro, Luís da Silva e Cristóvão de Távora conseguiriam o intento de afastar D. Sebastião da influência dos Gonçalves da Câmara, especialmente com as constantes jornadas que o monarca apreendera.

Em 1573, na jornada ao Alentejo e Algarve, todos o acompanharam⁶⁴¹, excepto Pêro de Alcáçova Carneiro que se encontrava ainda afastado da Corte. D. Álvaro de Castro marcaria presença habitual com o rei na montaria e nos serões em que se reuniam para jogar⁶⁴². No ano seguinte, na viagem a África, Pêro de Alcáçova Carneiro viu a sua oportunidade surgir com o apelo a D. Sebastião que regressasse de África e, ao mesmo tempo, aplaudir pelo seu empenho na empresa marroquina, mas também, sobretudo, devido à intervenção do vedor da Fazenda, D. Álvaro de Castro⁶⁴³.

No ano seguinte à morte do confessor de D. Sebastião, o conselheiro viria também a falecer, em 1576, época em que a sua influência sobre o rei era já evidente. Durante a jornada a Guadalupe, os três validos sobreviventes teriam um papel de mais alta relevância junto de Filipe II para a concretização do projecto marroquino, tendo depois acompanhado o monarca nas vistas. Nesse mesmo ano, o escrivão da puridade, Martim Gonçalves da Câmara, era sumariamente afastado da Corte, e D. Sebastião faria a remodelação mais profunda no seu governo.

De facto, a privança com o monarca fazia crescer entre D. Sebastião e os nobres um sentimento de confiança fundamental para o desempenho dos mais altos cargos no reino ou das mais importantes missões no estrangeiro, como se constata na nomeação de Luís da Silva para a vedoria da Fazenda: «Dom sebastião etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que avendo Respej^{to} aos muitos e *com*tinuados seruiços q̃ tenho Recebjdo e ao diamte espero Reçeber de luis da silua do meu conselho de estado e meu

⁶³⁹ Jean Aubin, “La noblesse titrée sous D. João III. Inflation ou fermeture?”. *Le Latin et L’astrolabe [...]*, p. 383.

⁶⁴⁰ Assim o expôs Felix Labrador-Arroyo, *La Casa Real en Portugal [...]*, pp. 78-84.

⁶⁴¹ Francisco de Sales Loureiro, *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve [...]*, pp. 79-80.

⁶⁴² Idem, *ibidem*, pp. 86, 91-93, 96-97, 111 e 115.

⁶⁴³ Idem, *D. Sebastião e Alcácer-Quibir [...]*, pp. 173-178. Maria Augusta Lima Cruz, *op. cit.*, pp. 241-244. Antonio Villacorta Baños-García, *op. cit.*, pp. 171-173.

camarej^{to} e aos merecimen^{tos} de sua peSoa^a pe^{los} quaes com muj^{ta} Rezaõ comfio que ã todos os cargos e cousas de que o emcaregar me seruiraa com aquella fieldade deligẽçia e bom cuidado que cõvem ao meu seruiço e por muj^{to} folgar de lhe fazer mer^{ce} ey por bem e me pra^z de lha fazer do offiço de vedor de minha fazen^{da} com os poderes mando e jurdição [sic] q̃ per meus Regjmen^{tos} E prouisoes he dado aos vedores de minha fazen^{da}»⁶⁴⁴.

Quadro 6 - Justificações de D. Sebastião para a nomeação dos seus embaixadores, expressas nas Instruções

Embaixador	Justificação da nomeação
Francisco de Sá (Castela, 1568)	«[...] po ^{la} muita comffiança q̃ de vos tenho [...]»
João Telo de Meneses (Roma, 1569)	«[...] confiando do seu grande talento desempenharia com igual fidelidade, e prudencia, as matérias de que constava, pois todas resultavam em decoro deste Reyno [...]»
D. Álvaro de Castro (Castela, 1570)	«[...] aSentey de enviar a elle [Filipe II] hũa pessoa de grande confiança e das qualidades que em vos há assy pera o visitar de minha parte como pera lhe dizer e aportar as boas razões pello que vos escolhy pera ambos estes effeitos[...]»
D. Dinis de Lencastre (França, 1572)	«[...] confiando de vos, que por vossas qualidades , e experiencia , que tendes em semelhantes cousas, fareis muy bem este officio, e me servireis nelle a todo meu contentamento, hey por bem de vos enviar a El-Rey Christianissimo para o visitardes de minha parte nesta ocasião[...]»
Cristóvão de Távora (Castela, 1576)	«[...] e por pessoa tão chegada a meu serviço, e de taes calidades , e em que tanto confio como vos porque assim convem, e se requer, mayormente concorrendo nesta conjunção as vistas [...], pelo que houve por meu serviço enviavos logo [...]»; «[...] que dependência dellas fareis, e vos havereis nellas conforme aquillo, que tendes entendido, que eu quero, que nellas vós façais, de que tenho tanta, e tão particular confiança, que hey esta instrucção por muito mais larga, do que para vós he necessária»
Nuno Álvares Pereira (Países Baixos, 1577)	[...]E folguej de saber quam bem tendes procedjdo sobre a Embarcação das Cousas q̃ tendes a cargo, E o modo de q̃ esparauéis valleruos [...]

NOTA: As instruções estão expostas, na íntegra, no apêndice da dissertação. Sobre elas se desenvolverá no capítulo seguinte. Destaques a negrito pelo autor.

Através das instruções que o rei emitia aos seus embaixadores, o critério da confiança está sempre presente em superlativo às qualidades de oficial, cujas dinâmicas de acção se revelarão no capítulo seguinte.

⁶⁴⁴ Vide carta nomeação de ofício de vedor da Fazenda (Lisboa, 18 de Março de 1578). Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 39, fl. 229.

Capítulo V

Da Corte portuguesa às Cortes europeias – as dinâmicas das embaixadas de D. Sebastião

«naõ sey que receyo possais vós ter nesta parte, se naõ de ainda naõ serdes mais particular nestas cousas, que eu tanto dezejo entender largamente sem ficar alguma, por pequena que seja.»⁶⁴⁵

O exercício diplomático no final da segunda dinastia portuguesa não conhecia a maturidade e o desenvolvimento como nos finais dos séculos XVII e XVIII, quando uma série de regras comuns, linguagem e precedências se consolidaram⁶⁴⁶. Foi um processo em constante evolução, contudo sem percepção da sua existência enquanto actividade autónoma dos assuntos internos do Estado. Prova disso foi a ausência de um conceito próprio que a definisse (que depois veio a ser “diplomacia”) atribuindo-se a designação de «arte de negociar» até ao século XVIII⁶⁴⁷.

Só a partir dessa época, a diplomacia conheceria um estado mais elevado de institucionalização. Em Portugal, esse processo progrediu visivelmente entre as reformas administrativas de D. João IV em 1640-41 (quando uma nova dinastia procurou lançar e desenvolver um corpo diplomático inserido num quadro europeu cada vez mais complexo e competitivo), até à criação da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, em 1736, no reinado de D. João V⁶⁴⁸.

No entanto, até então, a gestão da política externa não se tomou por um vazio burocrático. Pelo contrário, a sua manifestação estava plena de exemplos documentais que atestam a complexidade do processo. Propõe-se, então, que entre os finais da Idade Média e a progressiva sistematização da diplomacia nos séculos XVII e XVIII, as relações

⁶⁴⁵ Vide carta de D. Sebastião a Pêro de Alcáçova Carneiro (Lisboa, 28 de Julho de 1576), publicada em José Pereira Baião, *Portugal Cuidadoso e Lastimado [...]*, p. 395.

⁶⁴⁶ Ana Leal de Faria, *Arquitectos da Paz [...]*, pp. 57 e 61-68. Eduardo Brasão justificou que a História Diplomática portuguesa começou «na Restauração, pois na verdade é aí que principia a nossa acção externa disciplinada e efectiva». “Introdução”, *Relance da História Diplomática de Portugal*, Porto, Civilização, 1940, s.p.

⁶⁴⁷ Daniela Frigo, “Ambassadeurs et diplomatie à l’époque moderne: modèles et pratiques entre l’Italie et l’Europe”. *Diplomatas e Diplomacia. Retratos, Cerimónia e Práticas*, coordenação de Zília Osório de Castro, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 30-36.

⁶⁴⁸ Evolução e contexto expostos em Ana Leal de Faria, *op. cit.*, pp. 111-144. Também Pedro Cardim, Nuno Gonçalo F. Monteiro, David Felismino, “A diplomacia portuguesa no Antigo Regime. Perfil sociológico e trajetórias” [...], pp. 283-286. E ainda em Luís Teixeira de Sampaio, *O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Subsídios para o Estudo da História da Diplomacia Portuguesa)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, pp. 9-26.

externas representassem um estado primordial do que depois veio a ser a diplomacia: dir-se-ia, então, “proto-diplomacia”? É neste contexto que importa falar no decénio do reinado de D. Sebastião. Uma questão se impõe: quem orientava a política externa em Portugal? Uma resposta monossilábica – “rei” – não condiz com a realidade histórica. Em 1978, Sales Loureiro reclamava a falta de estudos em volta das personalidades que circundavam D. Sebastião. Hoje, no findar da década de 2010, são já consideráveis os estudos em torno de algumas delas, especialmente as da realeza.

O carácter destes protagonistas foi um agudo enclave nas relações entre si. Sublinhe-se que eram personalidades muito fortes, cada uma delas convicta dos seus próprios interesses e perspectivas, o que provocou «constância de fenómenos de instabilidade e de conflitualidade do reinado sebástico»⁶⁴⁹.

D. Catarina de Áustria intervinha nos negócios de Estado como figura régia que era. Não dispensava do seu papel de rainha-viúva. Como um segundo corpo da monarquia, servia de continuidade a um primeiro (o rei) e uma extensão natural do poder legado ao seu filho (no caso de D. Catarina, o neto), o herdeiro, entretanto aclamado rei, embora menor. Este princípio assegurava a legitimidade das rainhas em procederem à regência dos tronos, numa realidade extensível a todo o Antigo Regime⁶⁵⁰.

O facto de ter querido abandonar Portugal por ver a sua influência dispensada pelo neto, entre 1570 e 1572, foi verdadeira figuração da sua personalidade de Poder. Foi, inclusivamente, grande responsável pela orientação diplomática no contexto dinástico – era, no fim de contas, um «forte poder de bastidor»⁶⁵¹.

A rainha manteve-se activamente ligada aos negócios dinásticos da casa real portuguesa. Destaque-se que D. Catarina usufruía dos serviços dos embaixadores portugueses – e castelhanos sendo, pois, infanta de Castela – nos seus assuntos pessoais⁶⁵².

⁶⁴⁹ A mesma opinião partilhada por Carlos José Margaça Veiga, de quem se tomam as palavras citadas de *Poder e Poderes na Crise Sucessória Portuguesa [...]*, vol. I, pp. 91-92.

⁶⁵⁰ Theresa Earenfight, “Preface: Partners in Politics”. Edição de Idem, *Queenship and Political Power in Medieval and Early Modern Spain*, Burlington, Ashgate Publishing, 2005, p. XIX apud Monique Vallance, *A rainha restauradora – Luísa de Gusmão*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012, pp. 120-121.

⁶⁵¹ Carlos José Margaça Veiga, *op. cit.*, pp. 91-95. Veja-se o subcapítulo da presente dissertação: «1.2. D. Catarina de Áustria e a sua influência de “bastidor” nos negócios dinásticos de Portugal», onde se desenvolveu o tema.

⁶⁵² A rainha enviara instrução ao embaixador castelhano em Roma, D. Juan de Zúñiga, para que tratasse com o sumo pontífice da remoção da posição de provençal de frei Francisco de Bobadilla, que D. Catarina planeava fazer seu confessor. Juntamente com a carta, datada de Xabregas, 28 de Fevereiro de 1573, cujo paradeiro se desconhece, anexavam-se outras duas, destinadas ao Mestre-Geral da Ordem de São Domingos e ao papa. A questão, embora fosse contra os desígnios de D. Sebastião e D. Henrique, acabaria por ter resolução junto do mestre-geral, escusando-se o embaixador de participar o assunto ao papa. Vide carta de D. Juan de Zúñiga a D. Catarina de Áustria (Roma, 12 de Abril de 1573), publicada em *CODOIN*, tomo CII, pp. 94-95.

Estabelecia uma «diplomacia própria»⁶⁵³, paralela à do Estado. O conceito de «Diplomacia Paralela» implica que se observem relações externas de carácter pessoal, não estritamente ligada à política externa do reino (não públicas, portanto, privadas). Já no tempo de D. João III, o infante D. Luís (1506-1555) beneficiava de uma representatividade externa bastante densa e independente do rei⁶⁵⁴.

O cardeal-infante D. Henrique (1512-1580), ao assumir a posição de legado *a latere* do papa em Portugal, mantinha-se perfeitamente ligado aos negócios com Roma. Era, ele próprio, uma imagem de política externa, como representante papal.

Quando o seu sobrinho-neto regressou da primeira jornada a África (1574), assistiu-se a um afastamento entre ambos. Discordando em todos os sentidos do projecto político-militar do rei, o cardeal-infante recusou o convite para assumir a regência em 1578, enquanto D. Sebastião marchava para Larache⁶⁵⁵.

A relação entre D. Catarina e D. Henrique, sem dúvida, correspondeu à mais directa disputa por influência régia da segunda metade do século XVI português. Iniciou-se logo após a morte de D. João III e acentuou-se ao longo das regências na menoridade de D. Sebastião. Embora D. Henrique fosse um conselheiro permanente junto da rainha, por requerimento da própria, o pensamento político de ambos sempre se demonstrou contrário. Em 1560, a rainha havia tentado abandonar o cargo que lhe era confiado⁶⁵⁶, mas sob conselho de D. Henrique, acabaria por fazê-lo dois anos depois⁶⁵⁷. Mais tarde, quando, em 1566, o cardeal-infante tentou colocar o governo nas mãos do rei antes de tempo, D. Catarina expressou a sua posição ao se impor num conselho em que participavam o rei e os seus conselheiros (à excepção do regente), exigindo a permanência do cardeal⁶⁵⁸.

No princípio do seu governo, em 1568, D. Sebastião aceitou a colaboração de ambos. Contudo, uma forte crispação entre os três eclodiu como reacção à forma como D. Catarina apelou à intervenção de Filipe II na política portuguesa⁶⁵⁹. Procurou o rei

⁶⁵³ Carlos José Margaça Veiga, *op. cit.*, vol. I, p. 92.

⁶⁵⁴ Hélder Carvalho, “Casar para reinar: a política europeia quincentista e as propostas matrimoniais do infante D. Luís”. *Casamentos da Família Real Portuguesa – Diplomacia e Cerimonial*, coordenação de Ana Maria S.A. Rodrigues, Manuela Santos Silva e Ana Leal de Faria, Lisboa, Círculo de Leitores, 2017, vol. I, pp. 351-385, sobre a ‘independência’ diplomática do infante, especificamente entre as páginas 351 e 357.

⁶⁵⁵ Amélia Polónia, *D. Henrique [...]*, pp. 183-190.

⁶⁵⁶ Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *As Regências na Menoridade [...]*, vol. I, pp. 189-219.

⁶⁵⁷ Idem, *ibidem*, pp. 263-264.

⁶⁵⁸ Idem, *ibidem*, vol. II, pp. 203-204.

⁶⁵⁹ Carlos José Margaça Veiga, *op. cit.*, vol. I, pp. 86-89.

católico executar a característica «política de intervenção familiar» dos Habsburgo. Não se olvide que também D. Joana de Áustria se manteve em constante contacto com a política portuguesa, se bem que indirecto⁶⁶⁰.

Por fim, as questões surgem: de que modo interferiam estes actores na política externa portuguesa? De que modo interagiam o rei e os embaixadores? Qual foi o papel de D. Sebastião perante a família real? Sobre estas condições, como trabalhavam os embaixadores? E, de que modo, isso influenciou a actividade diplomática?

À falta de um organismo institucional especializado em relações externas⁶⁶¹, ao rei assistiam-lhe os secretários mais próximos: Miguel de Moura, secretário de Estado, e o escrivão da puridade Martim Gonçalves da Câmara, que mantinham correspondência assídua com os embaixadores⁶⁶². Na carta de ofício de Miguel de Moura, fora-lhe incumbido servir «nos negocios e cousas da repartição do Rejno e Afriqua embaixadas e nas mais cousas a yssso andam juntas»⁶⁶³.

Conquanto que as missivas hoje conhecidas e remetidas aos embaixadores fossem emitidas pelos dois políticos de D. Sebastião, há que ter em conta que as cartas dos agentes externos eram lidas no conselho de Estado, não só entre o rei e os seus principais validos, mas perante homens que já haviam exercido o estatuto de embaixador, como

⁶⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 88. Maria Augusta Lima Cruz propôs a expressão «rede de ligações quase conspirativa», em *D. Sebastião [...]*, p. 144. A correspondência trocada entre a princesa e Lourenço Pires de Távora mostram bem o carácter Habsburgo de D. Joana de Áustria, pois durante a menoridade do filho nunca deixou de tecer opiniões e emitir juízos sobre a educação de D. Sebastião e a orientação política de Portugal, a ponto de advogar o seu direito (e obrigação?), enquanto mãe, de assistir o filho no governo. Cf. Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *op. cit.*, vol. I, pp. 243-260, *maxime* 248. Esta linha de raciocínio acompanha os estudos relativos ao poder das rainhas, como os supracitados de Theresa Earenfight e Monique Vallance. De sublinhar que a princesa deveu muito da sua aprendizagem a D. Catarina, especialmente durante a sua estadia em Lisboa, enquanto esposa do príncipe D. João Manuel, o que reforça a posição e força de poder que a princesa tentou assumir. As duas mantiveram, ao longo das duas décadas seguintes, uma correspondência assídua sobre ideias conceptuais artísticas e sobre os principais artistas da época. Cf. Annemarie Jordan, *The Development of Catherine of Austria's Collection in the Queen Household: its character and cost*, tese de doutoramento em História de Arte apresentada à Brown University, Providence, Rhode Island, 1994, vol. I, pp. 426-431.

⁶⁶¹ Que concomitantemente se ia desenvolvendo, *paripassu*, em Castela e na França. Cf. Pedro Cardim, Nuno Gonçalo F. Monteiro, David Felismino, “A diplomacia portuguesa no Antigo Regime[...]”, p. 283.

⁶⁶² Repare-se nos dois últimos tomos da colectânea da *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, em que o penúltimo alberga cartas do escrivão da puridade ao embaixador e o último corresponde às missivas do secretário de Estado. Vide Lisboa, BA, cód. 49-X-4 e cód. 49-X-5.

⁶⁶³ Vide Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 25, fl. 205v., publicada em Francisco de Sales de Mascarenhas Loureiro, *Miguel de Moura (1538-1599): secretário de Estado e governador do Reino*, Lourenço Marques, Universidade de Lourenço Marques, 1974, pp. 527-528 (doc. 9).

Lourenço Pires de Távora, D. João de Mascarenhas, D. Álvaro de Castro, Francisco de Sá e D. João Teles de Meneses⁶⁶⁴.

De notar, também, que durante os dez anos de governo sebástico se foram verificando reviravoltas internas, e muitas delas encaixando nas alterações da relação do rei com os seus dois tutores principais: a rainha e o cardeal-infante. Entre 1568 e 1572, sensivelmente, D. Sebastião afasta-se da influência da avó; depois, faz o contrário, aproximando-se dela (sem nunca, no entanto, a deixar interferir directamente com os planos políticos), retraindo-se nas ligações com D. Henrique⁶⁶⁵.

Nestas condições, é possível verificar-se que a condução da política externa de D. Sebastião se tenha feito sobre a influência de todos os intervenientes, embora com um profundo cunho pessoal e político do rei.

5.1. O suporte documental de uma embaixada quinhentista

No século XIII, na república veneziana, surgem os primeiros documentos que conectam um oficial a uma tarefa específica noutra corte estrangeira – *i istruzioni*⁶⁶⁶. «As instruções» eram exactamente o seu significado intrínseco: «Ordens particulares, que dão a Embaixadores, Enviados, ministros de Princepes, Procuradores, Comissarios, &c., para que saibão o modo com que se hão de haver nas negoceaçoens, que se lhe encomendão»⁶⁶⁷.

De Veneza, rapidamente chegou a Roma. Não servindo apenas de mapa, mas também para mostrar a validade da missão requerida pelo soberano, o modelo estende-se ao resto da Cristandade ainda antes de 1400⁶⁶⁸. O aparecimento da «instrução» na política externa deu-se como um momento nevrálgico, separando as idades média e moderna, no tocante à prática das relações entre os Estados.

Aliás, a prática diplomática está fortemente associada à construção do Estado Moderno, à afirmação da Soberania (enquanto fórmula de poder político) e da cultura

⁶⁶⁴ Joaquim Veríssimo Serrão sintetizou as assinaturas dos antigos embaixadores nos conselhos de Estado reunidos entre 1569 e 1574, em *Documentos Inéditos [...]*, p. 73.

⁶⁶⁵ Sobre as discórdias entre os três, ver mais largamente em Francisco Rodrigues, S.J., *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, tomo II, vol. II, Porto, Liv. Apostolado da Imprensa, 1938, pp. 285-311.

⁶⁶⁶ Julieta Teixeira Marques de Oliveira, *Veneza e Portugal no Século XVI: Subsídios para a sua História [...]*, p. 29, nota 59.

⁶⁶⁷ Raphael Bluteau, *Vocabulário Portuguez e Latino*, consultado em <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>), vol. IV, pp. 153-154.

⁶⁶⁸ Garrett Mattingly, *Renaissance Diplomacy*, Baltimore, Maryland, Penguin Books, 1955, p. 33.

política moderna⁶⁶⁹. Assim, não é descabido formular a hipótese de que a «instrução» viera a separar o antigo do moderno das relações externas, além de ter tornado a função de embaixador mais nítida⁶⁷⁰.

Para além da «instrução», as embaixadas regulavam-se por outros suportes documentais que garantiam a funcionalidade da missão: a «carta credencial» e os «poderes», que a seu tempo se explicarão. Contudo, há que sublinhar, para já, a relevância da «carta missiva», que possui o mais elevado valor no que corresponde ao trato e interpretação da História Diplomática e das Relações Internacionais⁶⁷¹. A própria etimologia do termo «diplomacia» remete para «diploma», termo que se associa a outros vocábulos como despacho, carta, patente ou bula⁶⁷².

Saliente-se que, neste documento, se reflectem as funções do embaixador como representante (do seu soberano), negociador e informador⁶⁷³. Através das cartas, discernem-se as personalidades, as preocupações, os interesses, bem como factos de carácter histórico e ocorrências do quotidiano e do domínio comum⁶⁷⁴.

O carácter exclusivamente informativo do embaixador (e, conseqüentemente, da embaixada) significou o corte entre a prática da política externa medieval e a moderna⁶⁷⁵, dado que cada vez mais havia uma preocupação com os desígnios dinásticos e as visões políticas, com os movimentos cortesãos, militares, ou de cariz social e económico do Estado para onde se enviava um embaixador⁶⁷⁶. Estes interesses expunham-se e desenvolviam-se através da troca de correspondência entre o agente e a sua corte, o que obrigava a uma constante redacção e permanência⁶⁷⁷.

⁶⁶⁹ Daniela Frigo, *op. cit.*, pp. 47-48.

⁶⁷⁰ Ana Leal de Faria, *op. cit.*, p. 48. Também em Pedro Cardim, Nuno Gonçalo F. Monteiro, David Felismino, *op. cit.*, p. 284.

⁶⁷¹ Antonio Mestre Sanchis, “La carta, fuente de conocimiento histórico”. *Revista de Historia Moderna. Anales de la Universidad de Alicante*, nº 18, 1999-2000, p. 14, consultado em https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/4743/1/RHM_18_01.pdf, a 11 de Maio de 2017. Sobre o papel da correspondência nos séculos XVI e XVII, veja-se Fernando Bouza, *Corre manuscrito. Una historia cultural del Siglo de Oro*, Madrid, Marcial Pons, Ediciones de Historia, S.A., 2001, pp. 137-177. Sobre a velocidade e necessidade de troca de informação em ambiente cortesão, pp. 144-170, em especial pp. 153-163.

⁶⁷² Ana Leal de Faria, *op. cit.*, p. 218.

⁶⁷³ Todos os historiadores que incidem na história diplomática indicam estas três funcionalidades como as que fundamentam o exercício da diplomacia. Cf., *inter alia*, Ana Leal de Faria, *op. cit.*, pp. 47-60. Veja-se, ainda, Isabel Cluny, “Os Diplomatas de Negociação e de Representação em Portugal no Século XVIII” [...], pp. 55-56 e Garrett Mattingly, *op. cit.*, p. 30.

⁶⁷⁴ Aude Viaud, “La correspondance diplomatique au XVI^e siècle”. *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XLI, Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2001, pp. 57-59.

⁶⁷⁵ Charles-Martial de Witte apelidou-a mesmo de «le code de la diplomatie nouvelle». *La correspondance des premiers nonces permanents au Portugal [...]*, vol. I, p. 18.

⁶⁷⁶ Daniela Frigo, *op. cit.*, pp. 38-39.

⁶⁷⁷ Aude Viaud, *op. cit.*, pp. 60-62.

Um dos casos mais flagrantes foi a embaixada de João Gomes da Silva, a França, que presenciou o massacre de São Bartolomeu. A correspondência emitida pelo embaixador evidencia uma exaustividade informativa, detalhando cada pormenor da vida parisiense nos dias subsequentes ao acontecimento, quer a nível cortesão, político ou social⁶⁷⁸.

Voltando às «instruções», estas assumem um papel fundamental para a caracterização de uma política externa, porque representam o retrato fiel das linhas em que assenta a decisão régia. De um modo geral, eram o conteúdo oficial e público daquilo que se pretendia assegurar com o envio de uma embaixada.

Podiam ser de duas categorias – pública ou privada. A D. António, prior do Crato (1531-1595), aquando da sua nomeação para o cargo de capitão de Tânger, em 1574, foram lhe entregues duas instruções de conteúdo semelhante, embora uma se expusesse como «instrução geral», com o propósito de se tornar pública, e outra como «instrução particular»⁶⁷⁹.

O embaixador levava consigo uma instrução pública para dar a conhecer os propósitos do monarca, apresentando-a de forma total, por cópia, ou parcialmente⁶⁸⁰. Outra seria de carácter mais secreto, normalmente transmitida por via oral ao embaixador. Foi esse o caso de D. Francisco de Portugal, na viagem que tinha prevista para Ratisbona, em 1573, embora se tivesse mantido por Madrid⁶⁸¹.

Às embaixadas que atravessassem Castela, estava implícito que parassem para saudar a corte madrilena. D. Dinis de Lencastre, a caminho de França, fora instruído para visitar a mãe de D. Sebastião, o rei e a rainha de Castela, Ana de Áustria, para lhe dar as alvíssaras pelo nascimento da sua sobrinha francesa, filha de Isabel de Áustria⁶⁸². Assim justificou D. Sebastião a «paragem» de D. Francisco de Portugal, que seguia para a Baviera, em Madrid. Aí se deteve em diálogo com Filipe II sobre um possível acordo para

⁶⁷⁸ As cartas (que são quatro) relativas a este momento, encontram-se do outro lado do Atlântico, na Universidade de Harvard, e foram proveitosamente publicadas e analisadas por Edgar Prestage, em “A embaixada de João Gomes da Silva ao Rei Carlos IX da França e a matança de S. Bartholomeu” [...].

⁶⁷⁹ Instrução Particular e Instrução Pública de D. Sebastião a D. António para o cargo de Capitão de Tânger (Lisboa, 14 de Julho de 1574). Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fls. 210-211. Cf. Francisco de Sales Loureiro, *D. Sebastião e Alcácer-Quibir [...]*, pp. 159-160.

⁶⁸⁰ Garrett Mattingly, *op. cit.*, p. 36.

⁶⁸¹ Vide carta de D. Juan de Borja a Filipe II (Belém, 15 de Novembro de 1573). Simancas, AGS, *Secretaria de Estado*, legajo 391, fl. 52, parcialmente publicada em Joaquim Veríssimo Serrão, *Os Itinerários de El-Rei D. Sebastião [...]*, p. 302.

⁶⁸² Vide instrução de D. Sebastião a D. Dinis de Lencastre (Évora, 29 de Novembro de 1572). Apêndice documental, doc. n.º. 9. Em Diogo Barbosa Machado, *Memórias [...]*, parte III, liv. II, cap. XVIII, pp. 468-469.

um projecto militar no Norte de África. Crê-se que se tratou de jogo duplo por parte de D. Sebastião, e que dera instrução secreta ao estribeiro-mor para assim o fazer, determinando, em Julho de 1574, que não passasse para lá de Madrid.

No domínio da espionagem, as cartas cifradas representam um paradigma⁶⁸³. A cifra, diria um embaixador inglês, em 1539, deveria ser usada se «things be eyther very good or very bad»⁶⁸⁴. Os correios, deficitários e morosos no século de quinhentos⁶⁸⁵, não asseguravam a sobrevivência total da correspondência, obrigando à emissão e lançamento da correspondência por mais do que uma via. Naturalmente, as missivas evoluíram para a carta cifrada, protegendo o conteúdo da informação⁶⁸⁶.

Ao tempo da subida ao trono de D. Sebastião (1557), surgiu toda uma série de questões relativas à periclitante sucessão do reino de Portugal⁶⁸⁷. Carlos V, que desde 1556 se encontrava retirado no mosteiro de Yuste, atento à política castelhana (especialmente às relações entre Portugal e Castela), orientava um projecto em torno da união ibérica⁶⁸⁸. A delicadeza e a especificidade da matéria obrigavam a um secretismo que convinha manter, pelo que se criou uma cifra específica para a comunicação entre o imperador e os embaixadores⁶⁸⁹.

Miguel de Moura protestou que as cartas de Francisco Giraldez vindas de Inglaterra, em cifra, apenas atrasavam e dificultavam a leitura e, conseqüentemente, o despacho delas e o cumprimento dos negócios: «As cartas de *francis*^{co} giraldez não Vy Ajnda delas mays ã serem em cifra E por serẽ mujtas ha bem ã fazer nisso E mujto mais auerá se Ele tem mudada a Cifra Como sospeito E sayba v.m. que o ã Voltorio grande são tudo Cadenas de

⁶⁸³ Sobre o uso destas, de que maneira eram compostas, para que fim e com que inspiração se faziam, veja-se o pequeno mas relevante artigo online de Tracy Sowerby, “The Role of the Ambassador and the use of Ciphers”[...] [p.4].

⁶⁸⁴ Citado em Idem, *ibidem*.

⁶⁸⁵ Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, “Contribuição para o estudo dos correios entre Portugal e Roma no século XVI”. *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. I, Lisboa-Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969, pp. 463-464. Para uma visão conjunta sobre o funcionamento dos correios no período moderno português, veja-se *As Comunicações na Idade Moderna*. Coordenação de Margarida Neto Sobral, [Lisboa], Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005.

⁶⁸⁶ Maria Augusta Lima Cruz e António Manuel Lázaro, “A linguagem criptográfica na correspondência diplomática portuguesa de D. Miguel da Silva e de Pêro Correia: origens e significado”. *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento (Lisboa e Tomar, 4 a 8 de Junho de 2002)*, coordenação de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, Lisboa, Centro de História de Além-Mar – CHAM, 2004, pp. 603-605.

⁶⁸⁷ Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião [...]*, pp. 42-57.

⁶⁸⁸ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Um Espaço, Duas Monarquias (Interrelações na Península Ibérica ao tempo de Carlos V) [...]*, pp. 245-254.

⁶⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 252.

nouas Cifras cõ ã me pesou muy¹⁰ porã estauamos Ja concêtes [sic=conciêtes] na outra E começar aguora de nouo Será trabalho»⁶⁹⁰.

O estudo do processo de negociação para organizar um exército para a jornada de Larache, permite identificar na correspondência do rei com os seus embaixadores um clima de alto secretismo; por exemplo, mostrando «ã he dada a S. S^{de} nesta materia [rumores de que o cardeal-infante ia contra os interesses do rei] a falsa informação, o ã não cree S.S^{de} de my, o ã he razaõ ã eu de S.S^{de} espere, como se pode cuydar nẽ de my nẽ da virtude do Cardeal, que o posso eu nunca apartar de minha companhia e seruiço»⁶⁹¹. Isto é, dizendo a Gregório XIII que a sua relação com D. Henrique se mantinha em excelentes condições, quando na realidade o cardeal se retirava do paço de D. Sebastião como modo de protesto⁶⁹².

Que conclusão se retira destes exemplos? Os monarcas não estavam impedidos de jogarem sub-repticiamente da forma que mais lhes convinha⁶⁹³. Apesar disso, deveriam ser discretos, de forma a manter a aparência de soberano honesto, comedido, claro e diligente⁶⁹⁴.

As instruções, como se disse, eram a faceta da política externa assumida pelo monarca, sendo notória a relevância desta fonte⁶⁹⁵. Para o reinado de D. Sebastião (1568-1578) foi possível recolher dezasseis instruções⁶⁹⁶, das quais duas foram passadas por D.

⁶⁹⁰ Vide carta de Miguel de Moura a D. Duarte de Castelo Branco (Almeirim, 10 de Fevereiro de 1575). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-5, fl. 82v.

⁶⁹¹ Vide cópia da carta de D. Sebastião a João Gomes da Silva (Elvas, 9 de Janeiro de 1577). Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fl. 157.

⁶⁹² Francisco de Sales Loureiro, *op. cit.*, pp. 215-216.

⁶⁹³ Quando João Gomes da Silva se dirigia para França, em 1571, Filipe II enviou uma carta ao seu representante em Paris, Francés de Alava, na qual indicou que «siendo criado y ministro de mi sobrino, es justo que vos hagais con el la demostracion de cortesia y cumplimiento que se requiere [...] como todos ay entiendan que el amor que yo tengo a mi sobrino es como de padre», anotando, à margem: «Pero por esto no sera menester que le ospedeis». Esta passagem é bastante elucidativa quanto à dinâmica da duplicidade de Filipe II que, no fundo, personificava o que a diplomacia representa. Vide carta de Filipe II a Francés de Alava (Aranjuez, 5 de Maio de 1571). Simancas, AGS, *Estado*, Francia, leg. K 1523, fl. 71, publicada em León Bourdon, *L'ambassade de João Gomes da Silva en France [...]*, pp. 55-56, doc. 6.

⁶⁹⁴ Joaquim Romero de Magalhães, “As estruturas políticas de unificação”. *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, volume IV – *No alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, coordenação de Joaquim Romero de Magalhães, Casais de Mem Martins, Rio de Mouro, Lexicultural – Actividades Editoriais, Lda., 2002 por cortesia de Círculo de Leitores, Lda, ed. 1993, pp. 61-62.

⁶⁹⁵ Ana Leal de Faria, *op. cit.*, pp. 38-39. Há cerca de um século, apelava-se na Academia para que se seguisse o exemplo francês de se publicarem as instruções, a correspondência oficial e as memórias dos embaixadores em toda a História de Portugal.

⁶⁹⁶ Os originais inéditos, foram resgatados entre a Biblioteca Nacional de Portugal, a Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda e a Torre do Tombo. Alguns dos textos são cópias de resumos encontrados no *Quadro Elementar [...]* do Visconde de Santarém e nos dois últimos tomos das *Memórias para a História de Portugal que Compreendem o governo de el-Rei Dom Sebastião*, de Diogo Barbosa Machado, onde estão publicadas na íntegra algumas instruções. Nestas condições, também se encontram em *D. Sebastião 1554-*

Catarina. Isto reflecte, uma vez mais, o papel da influência da rainha na política externa, fazendo-se representar diplomaticamente de forma autónoma, através do governo do neto⁶⁹⁷.

Dentro deste pequeno conjunto, é possível verificar alguma discrepância entre o governo de D. Sebastião e o do seu avô⁶⁹⁸. A prática diplomática (de D. Manuel I e D. João III) desenvolveu-se de igual forma com o resto da Europa⁶⁹⁹. Desta forma, não custa aceitar a possibilidade de que a evolução se tenha mantido e até adensado no reinado sebástico.

Embora muita documentação se encontre possivelmente perdida, especialmente no que se refere aos reinados de D. Sebastião e D. Henrique⁷⁰⁰, o que interessa reter, fundamentalmente, é que mesmo assim é possível reunir a informação necessária para se reconstituir o historial das relações entre as monarquias, através dos objectivos das missões diplomáticas, da justificação da nomeação do embaixador e dos procedimentos a se tomarem, bem como das atitudes aconselhadas e das visitas recomendadas.

1578, obra clássica e sempre máxima para a história do reinado de D. Sebastião, de Queiroz Velloso, e dentro das publicações d'*As Gavetas da Torre do Tombo*.

Contudo, dois exemplares resumidos estão expostos no fundamental códice 887 do *Fundo Geral de Manuscritos* da Biblioteca Nacional de Portugal, que ainda se encontravam inéditos. Veja-se o apêndice documental da dissertação para uma maior amplitude da questão.

⁶⁹⁷ «Item Ao Cardeal de Siguença e Duque de Feria e Príncipe Deboli Visitareis de minha parte na maneira com que aveis de fazer da do señor Rey meu neto e agradecendo [[hy]] a cada hum delles a vontade que nelles tenho conhecida *per*^a as cousas de meu contentamento.

Item Encomendouos muito que todas as vezes que escreuerdes ao Señor Rey meu neto me escreuais nouas das desposições do señor Rey meu filho e da sñora Rainha sua molher minha sobrinha e Príncipes de Boemia e da sñora Princesa minha f^a e das Iffantes, e de Dom João Daustria meu sobrinho porque reçeberey nisso de vos muito contentamen^{to}[...]. Instrução de D. Catarina de Áustria a D. Duarte de Castelo Branco (Xabregas, 16 de Novembro de 1570). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-1, fl. 5.

⁶⁹⁸ Basta consultar os índices de algumas colecções documentais da Torre do Tombo, como a *Colecção de São Lourenço*, catalogada por Elaine Sanceau, em Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, em 3 volumes, entre 1973 e 1983. Também os primeiros volumes da *Colecção de São Vicente*, os primeiros maços da parte I do *Corpo Cronológico* ou ainda *As Gavetas da Torre do Tombo*, que reúnem grande quantidade de documentação diplomática do longo reinado de D. João III, cuja caracterização está longe de ser totalizada, apesar de excelentes achegas terem sido dadas nos últimos anos e que pontualmente se têm citado ao longo da dissertação.

⁶⁹⁹ Pedro Cardim demonstra que essa evolução se fez a braços com o desenvolvimento do império português, em “A diplomacia portuguesa no tempo de D. João III” [...], pp. 627-641.

⁷⁰⁰ Este hiato documental exige alguma reflexão; por enquanto, sabe-se que D. Henrique terá ordenado a Miguel de Moura que fizesse desaparecer alguns dos documentos. Francisco de Sales de Mascarenhas Loureiro, *Miguel de Moura (1538-1599)* [...], pp. 139-144. Também Queiroz Velloso, *O Reinado do Cardeal D. Henrique* [...], p. 403. Sabe-se, inclusivamente, que Filipe II, depois de vir a Portugal, tratou de levar a «recamara de el Rey». José Pereira Baião, “Prólogo ao Leitor”. *Portugal Cuidadoso e Lastimado* [...] p. [4]. Isto significa, pelo menos, uma coisa: que grande parte da documentação do reinado de D. Sebastião se encontra em Castela, caso não tenha sido deliberadamente mandada destruir pelo monarca castelhano!

Sabendo-se que o Estado e o Rei se mantinham muito próximos enquanto definições, os assuntos diplomáticos estavam muitas vezes ligados directamente ao rei e *vice versa*⁷⁰¹. Um flagrante exemplo foi a prisão do príncipe Carlos Lourenço, em 1568, de quem D. Sebastião disse receber «tamanho semtymêto como a grandeza da materia E o *mui*^{to} amor q̃ a ele E ao prymcipe meu prymo tenho Rezão cujas coussas ouue em sempre por próprias minhas»⁷⁰².

Noutro caso, o rei instruiu D. João Teles de Meneses para que primeiro «significasse a Sua Santidade o ardente affecto, com que desejava a duração da sua vida, pois com ella se animava o corpo mystico da Igreja, e lhe oferecia com filial reverencia não somente a sua Pessoa, mas a toda a Monarchia Portugueza, sempre reverente à Sé Apostolica».

Nessa mesma instrução, discriminaria, ainda, os desentendimentos e irresoluções diplomáticas com o papa anterior (Pio IV), sobre o negócio do padroado dos mosteiros e o episódio do embaixador da Polónia. «No tempo que residira em Roma por seu Embaixador D. Fernando de Menezes, viera àquella Corte hum Embaixador delRey de Polonia para não escandalizar a hum Principe, cujos vassallos erão pouco firmes na Fé, tomou por expediente não assistir na Capella em aquelles dias, em que costumão ter lugar nella os Embaixadores, e que sendo possível, que outra vez succedesse excitarse esta controvérsia, lhe ordenava, que nunca cedesse no lugar ao Embaixador de Polonia, por ser gravemente injuriosa esta precedência a huma Coroa taõ obediente aos Successores de S. Pedro.»⁷⁰³ Este incidente, a par das decisões relativas à política externa emitidas nas Cortes de 1562, pode ter sido justificação acrescida para a ausência de relações com a Polónia⁷⁰⁴.

⁷⁰¹ Uma das principais características do Antigo Regime, onde o domínio público e o privado do monarca se mesclam constantemente. José Subtil, “Os poderes de centro – governo e administração”. *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, *volume VII – O Antigo Regime*, coordenação de António Manuel Hespanha, Casais de Mem Martins, Rio de Mouro, Lexicultural – Actividades Editoriais, Lda, 2002, por cortesia de Círculo de Leitores, Lda, ed. 1993, pp. 200-201 ou Pedro Cardim, “A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal[...]”, pp. 27-28.

⁷⁰² Instrução para Francisco de Sá (Lisboa, Fevereiro de 1568). Lisboa, DGA/TT, *Colecção de São Vicente*, tomo III, fl. 187. Vide Apêndice Documental, doc. n.º 1.

⁷⁰³ Sobre o que continham as instruções a João Teles de Meneses (Almeirim, 23 de Março de 1569), Diogo Barbosa Machado, *Memorias [...]*, parte III, liv. I, cap. XIV, pp. 131-134, presente no Apêndice Documental, doc. n.º 3.

⁷⁰⁴ A aproximação tentada em 1573, com a eleição do duque de Anjou, Henrique de Valois, irmão do rei da França para rei da Polónia, teve directamente que ver com a estreita relação entre Portugal e a França. D. Sebastião, avaliando que a Polónia era um reino «cujos vassallos erão pouco firmes na Fé», poderá ter visto neste contacto uma oportunidade para pôr em prática a reconhecida ideia de cristianização que defendia, tal como fez em França quando fazia pressão junto de Carlos IX para que este levasse a Inquisição para o seu reino.

Um dos grandes cuidados revelou-se nas relações com Inglaterra. Com este reino se celebrava uma paz, reconhecida como uma das mais antigas. D. Sebastião, por isso, sublinhava que «os Reys deste Reyno meus antecessores tiveraõ sempre paz, e boa amisade com os Reys de Inglaterra, folgarey eu muito de a conservar, e perpetuar»⁷⁰⁵.

A justificação do empreendimento estava sempre presente na instrução para nela dar conta da missão do embaixador e com que propósito o enviava para outra corte. Os assuntos dinásticos relacionavam-se, naturalmente, com as questões familiares: «ouue por meu *Serui*^{co} enuiaruos ao *Seenissi*^{mo} Rey de castela meu tyo pera de minha *par*^{te} o visytardes e lhe falardes [[No negocyo]] na materia do principe seu *filh*^o», ou seja, a prisão do príncipe.

D. Catarina pedia constantes justificações a Filipe II sobre o assunto, provavelmente mais que todos os outros líderes da Cristandade, por ser assunto público. A sua conhecida preocupação com a imagem da dinastia e da família Habsburgo e, principalmente, porque o assunto comprometia a vida e o estado do seu neto mais velho deram-lhe razão para tais acções.

O envio de um embaixador podia ser para oferecer apoio perante uma guerra, «vendo eu o trabalho e inquietação que a guerra de Grada [sic=Granada] pode dar a el Rey de Castella meu tio»⁷⁰⁶. Ou, então, para requerer apoio para outra: «vos escrevo sobre o que de minha parte aveis de fazer, e dizer na declaração de por mi fazer a jornada de Larache, com ElRey, e o Duque, e Prior, me pareceo escrevervos»⁷⁰⁷.

Outra justificação seria a celebração, entre muitas ocasiões, de uma vitória da Cristandade: «visitardes de minha parte, e me alegrar com elle pela grande, e maravilhosa merce, que Nosso Senhor quis fazer a seus Reynos, e a toda a Christandade em beneficio comum della na cousa mais principal de todas, que he a conservação da nossa Santa Fé por meyo delle Christianissimo Rey [...]» – o massacre de S. Bartolomeu, em 1572, aproveitando para «no fim desta practica lhe dareis da minha parte os emboras pela filha», Maria Isabel, nascida a 27 de Outubro⁷⁰⁸.

⁷⁰⁵ Instrução a António Fogaça (Évora, 16 de Dezembro de 1569). Apêndice Documental, doc. nº 4. Também na instrução a Francisco Giraldes afirmou querer tratar «em boa paz e amisade com a Rainha d’Inglaterra, como o havião praticado os seus predecessores com os da mesma Rainha». (Almeirim, 27 de Dezembro de 1571). Apêndice Documental, doc. nº 7.

⁷⁰⁶ Instrução a D. Álvaro de Castro (Évora, 21 de Março de 1570). Apêndice Documental, doc. nº 5.

⁷⁰⁷ Instrução a Luís da Silva (Salvaterra de Magos, 22 de Novembro de 1577). Apêndice Documental, doc. nº 15.

⁷⁰⁸ Instrução a D. Dinis de Lencastre (Évora, 29 de Novembro de 1572). Apêndice Documental, doc. nº 9.

Na embaixada de pêsames a Castela, pela morte do imperador Maximiliano II, em 1576, D. Sebastião requeria a Cristóvão de Távora que visitasse da sua parte a «Serenissima Rainha minha Tia, [...] dizendolhe quão particularmente senti o falecimento do Emperador [...]. Visitareis o Príncipe, e as Infantas suas Irmãs [Isabel Clara Eugénia e Catarina Micaela] meus Primos; e assim visitareis os Príncipes filhos do Emperador⁷⁰⁹], e lhe direis quanto me pezou deste nojo o sentimento, que todos temos».

Logo surge uma passagem que demonstra uma sensibilidade no discurso familiar de D. Sebastião. O rei seria bastante susceptível a estes assuntos, ao mesmo tempo que demonstra prudência e sagacidade: «mas que se perderão Pay, tem outro em ElRey, o qual sempre mostrou, que o era por obras, e por palavras como seus Irmãos»⁷¹⁰. Ao mesmo tempo que consolou os filhos do imperador, fez-se, discreta e indirectamente, passar como se visse em Filipe II uma imagem paterna (recorde-se que D. Sebastião era filho póstumo de D. João Manuel, príncipe de Portugal). Esta ligação era importante de demonstrar neste momento pois, em breve, se encontrariam em Guadalupe.

Em 1573, surgindo a oportunidade de casar com Maximiliana da Baviera, D. Sebastião propôs a D. Duarte de Castelo Branco procurar saber qual a opinião de D. Joana de Áustria «sem se entender que he da minha parte, se o que a princesa minha senhora fez he o que por este modo pretendo».

Havendo duas opções possíveis, a princesa podia afirmar que havia procedido em favor do negócio, e nisto o embaixador lhe diria que «mo escrevereys logo, por que sabeys que ey de levar muito contentamento de se ganhar este tempo, e depoy hum dia lhe dareys a minha carta, e a elRey mostrando que então vierão, por que, posto que não sirva para o que quero, por ser feito, serve sobre entenderdes ysto particularmente». No caso de a resposta ser negativa, «lhe dareys logo as cartas, falandolhes nisto largamente, e

⁷⁰⁹ O imperador Maximiliano II e a imperatriz Maria de Áustria enviavam os filhos para Castela, a fim de receberem uma educação esmerada e católica, à imagem daquela que eles próprios tiveram. Na instrução de D. Catarina a D. Duarte de Castelo Branco, encontra-se a prova da presença de cinco filhos (quatro varões e a, agora, rainha de Castela) na corte filipina: «*item* Dareis minha Carta ao Príncipe Rodolpho meu sobrinho e Visitaloeis a elle e ao Príncipe Arnesto seu hirmão significandolhes a magoa com que fico de os não ter visto átes de se hiren de Espanha e que reçeberey merçe donde quer que estiuere mandarme muito boas nouas de si. *item* Visitareis os Príncipes Alberto e Vinçislao seus hirmãos de sua boa Vinda com a Rainha sua hirmaã mostrandolhes o gosto que sempre terey de saber delles tam boas nouas». Instrução de D. Catarina a D. Duarte de Castelo Branco (Xabregas, 16 de Novembro de 1570). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-1, fl. 4.

⁷¹⁰ Instrução a Cristóvão de Távora (Lisboa, 28 de Novembro de 1576). Apêndice documental, doc. nº 13.

mostrareys de minha parte o contentamento que tenho de ysto correr»⁷¹¹. Esta passagem revela bastante a perspicácia de D. Sebastião em se precaver⁷¹².

Mais tarde faria o mesmo ao requerer saber se o desembargo das cargas de especiarias fora feito por uma acção de Guilherme de Orange «como me diseraõ ã o fizera, mas pyme^{ro} ã lha dejs [uma carta de agradecimento] saberejs se o ã fez basta per^a o meu agardeçimen^{to}, E o Elle nam poder Julguar doutra maney^{ra}, E de todo me aujsarejs.[...]

Quando enviou D. Nuno Manuel para França, em 1574, orientou-o de deitar «mão de toda occasião ã se offerecer, de ã se possa seguir tratarse cõ elles ã quer elRey de frança ter embaxad^{or} em Portugal como se tratou cõ João Gomez da Silua quan^{do} lá estaua, e quando lhe não derẽ occasião ã o busque cõ o resguardo deuido»⁷¹⁴.

A presença de um embaixador de França⁷¹⁵ em Lisboa facilitaria as relações (especialmente marítimas), daí D. Sebastião ter procurado preencher essa lacuna junto do novo monarca francês, Henrique III. O objectivo desta embaixada era «vesitar a elRey Henrique .3. pola <sua> succescão aos Rey^{nos} de frança pollo fallecimen^{to} delRey Carlos .9. seu jrmão e da sua boa vinda e chegada a frança», ao mesmo tempo que fazia visitas a todos os níveis dentro da Corte francesa, entre a família real e os cortesãos, como o duque de Lorena, o duque de Guise e o cardeal de Lorena, principais actores políticos da política francesa, mas «que despois de feitas as vesitas e cobradas as respostas dellas se deixe ficar em frança buscando per^a isso algũa boa occasião; porã se se entender delle ã foy a frança a mais ã as vesitações», a fim de se estabelecer uma embaixada em Paris (enquanto não chegava Francisco Giraldes), útil para a anulação das cartas de marca passadas por Carlos IX e Catarina de Médicis.

⁷¹¹ Carta de D. Sebastião a D. Duarte de Castelo Branco (Belém, 28 de Agosto de 1573). Apêndice documental, doc. n.º 10.

⁷¹² Queiroz Velloso já fizera um exame detalhado deste documento, em *D. Sebastião [...]*, pp. 180-181, sem fazer, no entanto, alusão ao carácter estratégico e perspicaz do rei.

⁷¹³ Instrução a D. Nuno Álvares Pereira (Lisboa, 20 de Setembro de 1577). Apêndice documental, doc. n.º 14.

⁷¹⁴ Instrução a D. Nuno Manuel (Almeirim, 19 de Dezembro de 1574). Apêndice documental, doc. n.º 11.

⁷¹⁵ De facto, não havia nenhum representante do monarca gálico em Portugal, ao contrário do que se encontra exposto na monumental obra dos embaixadores franceses do século XVI, de Fleury Vindry, *Les Ambassadeurs Français au XVI^e Siècles*, Paris, H. Champion, 1903, p. 19, consultado em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k92325g/f25.item.r=%22fran%C3%A7A7ois+rougier%22.langFR.zo om>, a 1 de Outubro de 2018. Pièrre de Segusson, monsieur de Longlée, foi o que mais se aproximou disso, sendo enviado à corte de D. Sebastião, com quem privou nos finais de Setembro ou princípios de Outubro de 1576, levando protestos de Henrique III pelas tomadas dos navios franceses. Vide carta de D. Juan de Silva a Gabriel de Zayas (Lisboa, 4 de Outubro de 1576). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 393, fl. 129. Esta carta é citada e o acontecimento sublinhado por Joaquim Veríssimo Serrão, *Os Itinerários de El-Rei D. Sebastião [...]*, p. 397.

Foi requerido a Francisco Giraldes, que diligenciava um tratado com Isabel I Tudor, em Inglaterra, para continuar, em França, «cõ os officios q̃ [o rei] tinha mandado a D. Nuno», ou seja, «a anulação das cartas de marca passadas injustamen^{te} e cõ informações falsas». Para isso exigia-se alguma precaução, pelo que na instrução lhe pedia «Que vesite elRey, a Raynh^a may, e a Rainha mulher delRey e estando cõ ellas a irmãa d'el Rey, e em lugar q̃ pareça q̃ espera q̃ a vesite; e q̃ pode ser trabalho[?] não o fazer e lhe diga q̃ tamto lhe mandou q̃ a vesitasse da sua parte sê se alargar em mais palauras».

Dois anos depois, às vésperas da partida da armada para África, o mesmo embaixador foi instruído por D. Sebastião para avisar tanto a Isabel I Tudor como a Henrique III de França do empreendimento: «tanto q̃ nella fordes, e se virdes q̃ conuẽ entender a *embaxad^{or}* de frança, q̃ nessa corte reside q̃ tendes esta ordem minha lho significareis e quando tratardes destas pessoas do gouerno, assi nessa corte como na de frança, declarareis às *muy^{tas}* qualidades, partes, e experiencia q̃ em todos concorrẽ *per^a* eu delles cõ razaõ confiar tanto e como he o gouerno de meus Reynos, nesta minha breue ausencia»⁷¹⁶.

Assim, como procedera João Pereira Dantas durante a regência de D. Henrique⁷¹⁷, Francisco Giraldes actuava entre França e Inglaterra. Pousava no último reino quando se deu a batalha de Alcácer-Quibir. Não se sabe se, antes, a presença do embaixador se manifestara em França. As notícias da derrota foram enviadas para Inglaterra⁷¹⁸ e em Dezembro o cardeal-rei requeria que Giraldes passasse a informação à rainha⁷¹⁹, e só se tem conhecimento da presença do embaixador em Bolonha, no final de Maio de 1579⁷²⁰.

Na instrução a D. Dinis de Lencastre encontra-se bem patente o pensamento político do soberano. O estado de euforia expresso por D. Sebastião pôs em evidência o seu acordo com o massacre ocorrido em Paris, em Agosto, destacando «o quanto importa ao bem da Fé Catholica, e de sua Coroa, proseguir o que tem feito, como vay fazendo, e seguir a

⁷¹⁶ Vide carta de D. Sebastião a Francisco Giraldes (Lisboa, 12 de Junho de 1578). Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fl. 9v.

⁷¹⁷ Visconde de Santarém, *Quadro Elementar [...]*, tomo XV, p. 102.

⁷¹⁸ Vide carta de D. Henrique a Francisco Giraldes (Lisboa, 8 de Outubro de 1578). Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fl. 10.

⁷¹⁹ Vide carta de D. Henrique a Francisco Giraldes (Lisboa, 11 de Dezembro de 1578). Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fl. 10v-11, parcialmente publicada em Joaquim Veríssimo Serrão, “Contribuição para o Epistolário do Cardeal-Rei”, separata de *Dois Centenários*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1962, p. 137.

⁷²⁰ Vide carta de D. Henrique a Francisco Giraldes (Lisboa, 31 de Maio de 1579). Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fl. 11, parcialmente publicada em Idem, *ibidem*, pp. 144-145. À época, o antigo condado de Bolonha estava integrado no património de Catarina de Médicis, pelo que fazia parte de França.

victoria com grande pressa, e arrancar de todo as raízes aos Hereges, por quão prejudicial seria de dilação neste caso», apoiando uma «reformação da Christandade» nesse sentido.

O próprio monarca português aconselhava Carlos IX de França «que não deve consentir nunca mais andarem a par de si taes pessoas, inda que seja com taõ boa tenção, e respeito, como he de crer [...] senão os que forem Catholicos aprovados, e de cuja christandade se tiver longa experiencia [...]». Uma referência directa ao almirante de Coligny, que fora o principal valido de Carlos IX. Ao mesmo tempo, D. Dinis de Lencastre devia convencer Carlos IX a instaurar o Santo Ofício no seu reino, pois tomando como empresa principal a restauração da cristandade, «deve querer ir nella mais avante, como pelos procedimentos, e circunstancias da mesma obra se vay entendendo, que a encaminha para a acabar de todo, e lhe dar perfeito remate, e que a este propósito não posso deixar de tambem lhe fazer lembrança, que deve ordenar como haja em seus Reynos o Santo Officio da Inquisição».

Entre as visitas pedidas para «o Duque de Alençon, irmão del Rey Christianissimo, e Madama Margarida, e», destaca, «o Principe seu marido, estando elle já em estado [i.e., recém-convertido ao catolicismo], que não devais ter duvida alguma em o fazer, e sabendo primeiro, que o visitou o Marquez de Ayamonte^[721] por mandado do Serenissimo Rey de Castella».

Destaca-se que não avançaria sem antes saber da precedência diplomática de Filipe II. Ao ter disso conhecimento, o embaixador dirigir-se-ia a Henrique de Bourbon, dando-lhe «os emboras da profissão da Fé, que fez, significando-lhe quanta alegria com isto tem dado a toda a Christandade, e a mi particularmente». Cada embaixador levava, como se verificou, uma instrução pautada à imagem da missão, atendendo ao carácter contextual e específico.

A acompanhar a instrução seguia a «carta credencial», mormente assinada pela mão de um monarca para outro. O legado apresentaria a carta na primeira audiência com o receptor. Eram as cartas «que se dão, para que se dê credito ao que disser o portador dellas»⁷²². Nelas estaria impressa a legitimidade do embaixador para a missão, numa simbiose com a «instrução», garantindo que o embaixador ficaria ao abrigo do direito das gentes (*jus gentium*)⁷²³.

⁷²¹ Antonio de Zúñiga y Sotomayor (1524-1583). Enviado de Filipe II a Carlos IX, com o mesmo propósito da embaixada de D. Dinis de Lencastre.

⁷²² Raphael Bluteau, *op. cit.*, vol. IX, p. 270.

⁷²³ Pedro Cardim, Nuno Gonçalo Monteiro e David Felismino, *op. cit.*, p. 282. Não querendo entrar pela matéria jurídica da lei internacional, deixa-se nota da *magnum opus* sobre o nascimento da Lei das Nações,

Dão-se como exemplo as cartas em que D. Sebastião escreve a Filipe II sobre o perigo marítimo dos huguenotes, «como lhe dirà de minha parte mais largamente duarte de castel branco meirinho mór de meus Reinos do meu consselho meu embaxador, a que me Remeto, pedindolhe afetuosamente lhe dé credito em tudo o que lhe nisto disser de minha parte»⁷²⁴ ou sobre a enviatura, quase imediata à anterior, para dar os parabéns do nascimento do príncipe Fernando e para falar sobre a tentativa de saída de D. Catarina «o ã a este negocio toca falara mais largamen^{te} dô fernão martís a elle me remeto pode lhe V.A. dar inteiro credito como a mim mesmo»⁷²⁵.

D. João Teles de Meneses, por exemplo, «para facilitar a concessão destes negócios», levou uma carta de D. Catarina ao papa, em 1569, «explicando-lhe com o mais profundo rendimento a sua obediência, e pedindo-lhe com fervorosas instancias quizesse benevolmente ouvir ao Embaixador, que seu neto lhe mandava»⁷²⁶.

Caso se tratasse de uma embaixada de negociação, que visasse a conclusão de um tratado ou a assinatura de um acordo, ao embaixador eram enviados «poderes», no sentido de «Dar a alguém todos os poderes no manejo de algum negócio (*Totum negotium alicui permittere*)»⁷²⁷, dando-lhe jurisdição, autoridade e crédito para actuar em nome do rei.

A «Concórdia da Inglaterra», de 1576, foi um óptimo exemplo para se delinear de que modo um embaixador usufruía da condição de representante máximo do rei noutra Corte. O pleno-poder foi dado a Francisco Giraldes para «que assignasse o dito Tratado na qualidade e com o nome d'Embaixador delle Rei de Portugal»⁷²⁸. A total confiança era depositada sobre Giraldes, afirmando o rei validar tudo quanto aquele concluísse.

da autoria de James Brown Scott. Esta lei fora desenvolvida através da «Spanish School of International Law», cujas raízes remontam à descoberta da América, em 1492, e das sociedades autóctones e indígenas. A filosofia da Lei fora teorizada por Francisco de Vitória e posteriormente desenvolvida por Francisco Suárez, que procuraram sobretudo «the stablishment of a single and universal standard of right and wrong in the relations of individuals within a state, in a relations of states with one another and in the relations of the international community composed of these individuals and of these states», resultando, então, na *jus gentium*, ou seja, a faculdade moral que cada homem tem sobre um gentio/estrangeiro. James Brown Scott, *The Catholic Conception of International Law*, with a new introduction by William E. Buttler, Clark, New Jersey, The Lawbook Exchange, Ltd., 2014, p. 130. O assunto desenvolve-se pelas páginas 134 a 239.

⁷²⁴ Vide carta de D. Sebastião a Filipe II (carta credencial de D. Duarte de Castelo Branco, Lisboa, 18 de Junho de 1571). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 389, fl. 119. No apêndice documental, doc. nº 21.

⁷²⁵ Vide carta de D. Sebastião a Filipe II (carta credencial de Fernão Martins de Mascarenhas, Lisboa, 21 de Junho de 1571). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 389, fl. 117. No apêndice documental, doc. nº 22.

⁷²⁶ Diogo Barbosa Machado, *Memorias [...]*, parte III, liv. I, cap. XIV, p. 135.

⁷²⁷ Raphael Bluteau, *op. cit.*, vol. VI, p. 564.

⁷²⁸ Almeirim, 7 de Abril de 1572. Cf. Visconde de Santarém, *Quadro Elementar [...]*, tomo XV, pp. 266-267.

Foi por este documento que D. Francisco Pereira esperou, em 1569, para poder firmar o casamento de D. Sebastião com Isabel de Áustria, o qual o rei afirmou «não auer necessidade por agora de mandar meus poderes cõmo se pedẽ»⁷²⁹.

5.2. Os passos das embaixadas de D. Sebastião através dos seus oficiais

Durante o reinado de D. Sebastião, as embaixadas permanentes foram reduzidas. As Cortes de 1562 assim o pediram – o capítulo 15 dos Povos requeria que os embaixadores «que manda aos Reynos Estrangeiros não estem perpétuos, e se venhão tanto, que acabarem suas Embaixadas, por encurtar despezas»⁷³⁰. Apenas na cúria romana se encontrava um embaixador português em total permanência oficial. Em Castela, as embaixadas portuguesas conheceram esse carácter até à saída do meirinho-mor, em 1576.

Em França, também se mantinha uma embaixada, se bem que com algumas intermitências. Até 1569, era liderada por João Pereira Dantas. Só no ano seguinte iria para o seu lugar João Gomes da Silva, que em 1574 foi enviado para Roma e “substituído” por D. Nuno Manuel, encaminhado para França em embaixada de pêsames pela morte de Carlos IX⁷³¹.

Em Inglaterra, a situação era semelhante. António Fogaça e, depois, Francisco Giraldes, partilharam a posição de embaixador no reino de Isabel I Tudor, com vista a assinar um acordo jurídico-comercial. Esta presença angustiava o papa, que criticou a política externa de D. Sebastião por manter contactos diplomáticos com o reino isabelino⁷³².

⁷²⁹ Vide carta de D. Sebastião para Filipe II (Alcobaça, 19 de Agosto de 1569). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 386, fl. 31. Esta matéria foi desenvolvida ao longo do primeiro capítulo da presente dissertação, relativo aos negócios dinásticos.

⁷³⁰ José Pereira Baião, *Portugal Cuidadoso, e lastimado [...]*, p. 35.

⁷³¹ A decisão desta nomeação vem anunciada na carta de D. Juan de Borja a Filipe II (Lisboa, 11 de Julho de 1574). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 392, fls. 14-18. Citada em Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião [...]*, p. 327.

⁷³² Vide carta de D. Henrique a Francisco Giraldes (Lisboa, 11 de Dezembro de 1578). Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fl. 11, parcialmente publicada em Idem, “Contribuição para o Epistolário do Cardeal-Rei [...]”, p. 137.

Quadro 7 – *Relação entre embaixadores residentes e enviados de D. Sebastião*

	<i>Residente</i>	<i>Enviado</i>	<i>Total</i>
Número de Missões	5	20	25
Percentagem	20%	80%	100%

NOTA: Excluíram-se o Dr. António Pinto e Aquiles Estação da contagem por não terem sido, efectivamente, enviados ou embaixadores.

Quadro 8 – *Embaixadas Permanentes de D. Sebastião*

<i>Local</i>	<i>Embaixador</i>	<i>Anos</i>
Castela	D. Francisco Pereira	[1558] – 1570
	D. Duarte de Castelo Branco	1570 – 1576
Roma	D. João Teles de Meneses	1569 – 1573
	João Gomes da Silva	1574 – [1580]
Inglaterra	Francisco Giraldes*	1571-[1579]

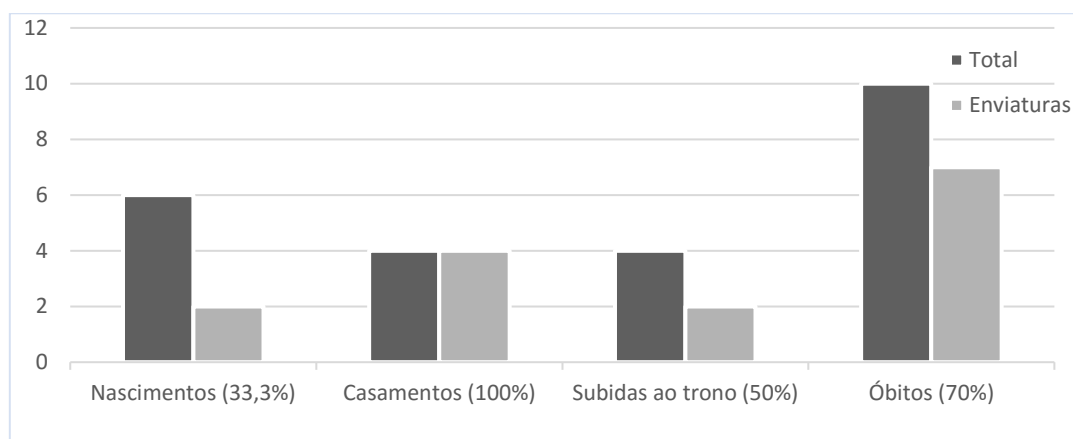
NOTA: Assinaladas entre parêntesis rectos, as datas que ultrapassam o período em estudo.

As enviaturas encaixavam no género de embaixada de representação – mormente associada a cerimónias dinásticas. Uma ocasião especial, como um nascimento, um casamento ou um falecimento, motivavam uma embaixada desse carácter⁷³³.

As embaixadas de pêsames revelam uma importância singular. O impacto da morte é superior, excepto quando o nascimento é o primogénito sucessor doutro reino, o que se verifica pelo envio maioritário de embaixadas de pêsames em relação às de nascimentos. Quando falece um infante menor, ou nasce um segundo-filho dos monarcas, não é comum encontrarem-se enviaturas para essa congratulação especificamente. Recrutava-se, nessa circunstância o embaixador residente para comunicar o sentimento junto da Corte.

⁷³³ Alguns Estados mais pequenos serviam-se dos embaixadores residentes para estas missões extraordinárias. Cf. Daniela Frigo, *op. cit.*, p. 38.

Gráfico 1 - Relação das embaixadas com ocasiões dinásticas (1568-1578)



Quadro 9 – *Embaixadas de Negociação de D. Sebastião*⁷³⁴

<i>Local</i>	<i>Enviado</i>	<i>Ano(s)</i>	<i>Negócio</i>
Castela	D. Álvaro de Castro	1570	Casamento de D. Sebastião com Margarida de Valois.
	D. Fernão Martins de Mascarenhas	1571	Saída de D. Catarina de Áustria de Portugal.
	D. Francisco de Portugal	1574	Casamento de D. Sebastião com Maximiliana da Baviera. Apoio militar de Filipe II.
	Pêro de Alcáçova Carneiro	1576	Arranjar os detalhes para as Vistas de Guadalupe .
	Luís da Silva	1576	Apoio militar de Filipe II.
França	D. Pedro Henriques	1568?	Represálias do corso francês.
	João Gomes da Silva*	1571 – 1574	Casamento de D. Sebastião com Margarida de Valois
	D. Nuno Manuel*	1574 – 1576	Represálias do corso francês.
	Francisco Giraldes	[1579]	Nomeado em 1576, para continuar o trabalho de D. Nuno Manuel.
Inglaterra	António Fogaça	1568 – 1571	Reembolso pelas presas do corso e pirataria. Arranjar o Tratado de paz e comércio.
	Francisco Giraldes*	1571 – [1579]	Tratado de paz e comércio.
Países Baixos	Nuno Álvares Pereira	1577	Recrutamento de soldados.
	Sebastião da Costa	1578	Embarque dos soldados.

⁷³⁴ Neste gráfico e na tabela foram integradas as Cortes às quais Portugal se encontrava mais próximo, tanto geográfica como dinasticamente. São, de resto, os reinos em que se focou toda a incidência da dissertação. Incluem-se Castela e França. Excluem-se Inglaterra por Isabel I Tudor não ter casado nem tido filhos, bem como o Sacro-Império Romano Germânico, que muito embora fosse abundante nestes aspectos, as relações com Portugal estavam desligadas desde 1569, como se aponta no capítulo seguinte.

Quadro 10 - *Embaixadas de representação de D. Sebastião*

<i>Enviado</i>	<i>Ano</i>	<i>Ocasião</i>
D. Álvaro de Castro	[1567]	Manutenção da embaixada em Roma.
Francisco de Sá	1568	Prisão de Carlos Lourenço de Áustria
D. Luís de Lencastre		Morte de Carlos Lourenço de Áustria. Morte de Isabel de Valois, rainha de Castela.
D. Duarte de Castelo Branco**	1570	Casamento de Filipe II de Castela e Ana de Áustria.
João Gomes da Silva**	1571	Casamento de Carlos IX e Isabel de Áustria.
Fernão da Silva	1571	Nascimento de Fernando de Áustria, a Castela.
João Teles de Meneses*	1572	Morte de Pio V, a Roma ao Cardinalato.
		Eleição de Gregório XIII para o pontificado.
D. Dinis de Lencastre	1572	Casamento de Henrique III de Navarra e Margarida de Valois e Nascimento de Maria Isabel de França.
(João Gomes da Silva, o moço)	1573	Eleição de Henrique de Valois para o trono da Polónia.
D. Nuno Manuel*	1574	Morte de Carlos IX de França.
	1575	Coroação de Henrique III no trono de França. Casamento de Henrique III de França e Luísa de Lorena-Vandémout.
Cristóvão de Távora	1576	Morte de Maximiliano II, a Castela, à rainha Ana de Áustria.
João Gomes da Silva, o moço	1577	Morte de D. Isabel de Bragança e do Senhor D. Duarte, aos príncipes de Parma, Alexandre Farnésio e D. Maria de Portugal.

Nota: os nomes assinalados com * evoluíram para embaixadas permanentes. Entre parêntesis destacam-se embaixadas não concluídas.
** Embaixada definida que aproveitou a deslocação do agente.

Cerca de 33,3% dos nascimentos nas casas reais cristãs receberam «os emboras» da Corte portuguesa por via de uma enviatura. Durante o reinado efectivo de D. Sebastião, nasceram quatro príncipes em Castela⁷³⁵ e a ultimogénita do imperador Maximiliano II⁷³⁶. Em França nasceu a única filha de Carlos IX e Isabel de Áustria – Maria Isabel de França (1572-1578), única geração nascida da casa real francesa entre as gémeas Joana e Vitória (1556), filhas de Henrique II de França e Catarina de Médicis, e o delfim Luís (depois Luís XIII de França), filho de Henrique IV de França e Maria de Médicis, em 1601.

Foi apenas com os primogénitos – Fernando de Castela (1571) e Maria Isabel de França (1572) – que os ditos reinos receberam embaixadores extraordinários portugueses

⁷³⁵ Filhos de Filipe II e de Ana de Áustria: Fernando (1571-1578), Carlos Lourenço (1573-1575), Diego (1575-1583) e Filipe Hermenegildo, futuro Filipe III de Castela (1578-1621).

⁷³⁶ Vide carta de Maximiliano II a Filipe II (Viena, 6 de Novembro de 1568). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 639, fl. 27, publicada em *CODOIN*, tomo CIII, p. 26.

para celebrarem a ocasião. Para o primeiro, Fernão da Silva foi destacado exclusivamente para o efeito⁷³⁷.

Note-se que, para o segundo caso, D. Dinis de Lencastre foi enviado em circunstâncias *sui generis*, não só para celebrar o massacre «em dia tão sinalado como foy o de S. Bartholomeu», como para que «no fim desta practica lhe dareis [à família real francesa] da minha parte os emboras pela filha»⁷³⁸.

Para os restantes infantes do ramo castelhano da casa de Áustria, D. Sebastião e D. Catarina serviram-se de D. Duarte de Castelo Branco para transmitir a Filipe II os parabéns e os pêsames consecutivos, em audiência, sem a exclusividade de uma enviatura⁷³⁹.

Pode se ter dado o caso de uma coincidência quando D. Sebastião enviou Fernão da Silva para Castela, em Maio de 1578⁷⁴⁰. O cortesão fora instruído para felicitar Filipe II pelo nascimento de mais um príncipe, Filipe Hermenegildo (futuro Filipe III de Castela, II de Portugal), nascido a 14 de Abril, tendo a notícia chegado ao embaixador castelhano uma semana depois⁷⁴¹.

Metade dos óbitos registados receberam uma embaixada de pêsames portuguesa. Alguns casos foram notórios como a morte de Carlos Lourenço na prisão, em Julho de 1568. D. Luís de Lencastre, o embaixador proposto por D. Sebastião⁷⁴², viajou para Madrid em Setembro⁷⁴³. Falecendo a rainha, Isabel de Valois, em Outubro, «lhe foy encarregado a visitar a ElRey [Filipe II] por aquelle motivo»⁷⁴⁴.

⁷³⁷ Vide carta de D. Sebastião a Filipe II, ou Carta Credencial de Fernão da Silva (Lisboa, 20 de Dezembro de 1571). Simancas, AGS, *Secretaria de Estado*, legajo 389, fl. 9.

⁷³⁸ Vide instrução de D. Sebastião a D. Dinis de Lencastre, já citada.

⁷³⁹ Vide carta de D. Catarina de Áustria a D. Duarte de Castelo Branco (Xabregas, 24 de Julho de 1575). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-1, fl. 221, encarregando o embaixador de fazer visitação ao rei católico em seu nome, dando os pêsames pela morte do infante Carlos Lourenço e pelo nascimento do infante Diego.

⁷⁴⁰ Vide carta de D. Juan de Silva a Gabriel de Zayas (Lisboa, 14 de Maio de 1578). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 396, fl. 53, dando a notícia da nomeação do embaixador. Apesar disso, não se descarta que o monarca português se tenha aproveitado da situação para enviar o embaixador.

⁷⁴¹ Vide carta de D. Juan de Silva a Gabriel de Zayas (Lisboa, 22 de Abril de 1578). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 396, fl. 43, publicado em *CODOIN*, tomo XXXIX, p. 565.

⁷⁴² Vide carta de D. Sebastião a Filipe II (carta credencial de D. Luís de Lencastre, Sintra, 10 de Agosto de 1568), publicada em Diogo Barbosa Machado, *Memorias [...]*, parte III, liv. I, cap. IV, pp. 45-46.

⁷⁴³ Idem, *ibidem*, p. 47. Foi uma enviatura bastante rápida. Carlos Lourenço morreu a 23 de Julho. D. Sebastião recebe a notícia a 26, responde ao tio a 4 de Agosto com os pêsames, assumindo que enviava um embaixador para apresentar condolências. E, entretanto, a 10 de Agosto, fazia o mesmo, escrevendo a carta de crença, dizendo que D. Luís de Lencastre partiria em breve. O embaixador só partiria em 1 de Setembro. O maior tempo de espera deu-se nos 9 dias, possivelmente um tempo com vista à nomeação, em conselho, de um representante de D. Sebastião em Madrid. Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião [...]*, pp. 63-64 e 68.

⁷⁴⁴ António Caetano de Sousa, *Historia Genealogica [...]*, tomo XI, p. 118.

Em 1576, o rei português deu os sentimentos à então rainha de Castela, Ana de Áustria, filha do imperador Maximiliano II, pelo falecimento deste através de Cristóvão de Távora⁷⁴⁵. No ano seguinte, enviou João Gomes da Silva, o moço, aos príncipes de Parma pela morte de D. Isabel de Bragança e do senhor D. Duarte⁷⁴⁶.

Noutra embaixada, D. João Teles de Meneses entregou as condolências ao cardinalato pela morte de Pio V, vindo mais tarde a felicitar Gregório XIII pela sua eleição⁷⁴⁷. Também a enviatura de D. Nuno Manuel a França levava ordens para mostrar pêsames pela morte de Carlos IX e para cumprimentar o novo monarca francês e felicitá-lo pelo casamento⁷⁴⁸. Neste sentido, assistiu-se a uma maior proporcionalidade com as enviaturas.

Para quatro inícios de reinado, já foram referidas as abordagens de D. João Teles de Meneses (Gregório XIII, 1572) e D. Nuno Manuel (Henrique III, 1574). Entretanto, Henrique de Valois, duque de Anjou, fora eleito rei de Polónia em 1573. Conhecem-se alguns pormenores do percurso da embaixada que D. Sebastião lhe planeava enviar. Antes disso, convém salientar que o rei português requeria aos embaixadores que demonstrassem ao duque de Anjou, ainda na corte francesa, «o quão affeiçoado lhe sou, e fuy sempre por suas obras serem de quem elle he, nas quaes se tem bem visto com quão grande valor da sua muita christandade, prudencia, e esforço tem procedido nellas»⁷⁴⁹. É de notar que o rei português nutria uma admiração sincera pelo príncipe francês, e que sempre o demonstrou ao longo do seu reinado.

Planeou enviar Martim Correia da Silva que, por se sentir indisposto, não prosseguiu com o ofício em direcção à Polónia⁷⁵⁰. João Gomes da Silva, o moço, sobrinho do embaixador homónimo, foi o escolhido⁷⁵¹. A delonga do seu envio culminou com a morte de Carlos IX e na ascensão de Henrique III à coroa francesa, daí que o embaixador o tenha encontrado «Ja em italia de volta per^a frãça»⁷⁵².

⁷⁴⁵ Vide a instrução a Cristóvão de Távora, já citada, presente no Apêndice documental, doc. nº 13.

⁷⁴⁶ Vide carta de D. Sebastião a João Gomes da Silva (Madrigalejo, 3 de Janeiro de 1577). Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fl. 156v.

⁷⁴⁷ Vide carta de D. Sebastião ao Cardeal Alexandrino (Lisboa, 29 de Maio de 1572), publicada em *Corpo Diplomático Portuguez [...]*, tomo X, pp. 447-448

⁷⁴⁸ Vide a Instrução ao embaixador, já citada, presente no Apêndice documental, doc. nº 11.

⁷⁴⁹ Vide instrução de D. Sebastião a D. Dinis de Lencastre. Apêndice documental, doc. nº 9.

⁷⁵⁰ Vide instrução de D. Sebastião a D. Nuno Manuel. Apêndice documental, doc. nº 11.

⁷⁵¹ Vide carta de D. Sebastião a João Gomes da Silva (Lisboa, 21 de Maio de 1574). Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fl. 150. Joaquim Veríssimo Serrão indicou-a como planeamento de uma embaixada ao «rei da Bolonha», confusão gerada por erro de leitura paleográfica. Cf. *Os Itinerários de El-Rei D. Sebastião [...]*, p. 332. A carta encontra-se transcrita no Apêndice documental, doc. nº 25.

⁷⁵² Vide instrução a D. Nuno Manuel, já citada.

Estranha-se que, em plena delineação de um plano para conquistar Larache, D. Sebastião não tenha interposto uma enviatura especial para felicitar Rodolfo de Áustria pela subida ao trono imperial, em 1576. Deste modo, captaria a atenção do novo imperador para o apoiar.

Quanto aos matrimónios, D. Duarte de Castelo Branco foi congratular Filipe II e Ana de Áustria, em 1570; João Gomes da Silva deu os parabéns a Carlos IX e Isabel de Áustria no ano seguinte. D. Dinis de Lencastre felicitou Henrique III de Navarra e Margarida de Valois em 1572 e em 1575 D. Nuno Manuel apresentou os cumprimentos de D. Sebastião a Henrique III de França pelo seu casamento com Luísa de Lorena-Vandémout (1553-1601). Das quatro enviaturas, três acabariam por se tornar embaixadas permanentes (as de 1570, 1571 e 1575), pedidos especiais feitos por D. Sebastião, enquanto aguardavam a chegada do novo agente.

5.3. Procedimentos protocolares

Para sair do reino, em primeiro lugar, o embaixador necessitava de um passaporte autenticado pela chancelaria do destino. António Fogaça aguardou em Calais, França, pela aprovação régia de Isabel I para com o documento atravessar o canal da Mancha⁷⁵³.

Os embaixadores que seguiam para França necessitavam de autorização para transitar por Castela. D. Nuno Manuel recebeu um primeiro passaporte, provavelmente aquando da sua nomeação, em 1574. Mas, com a delonga da partida, foi necessária reformação do seu passaporte «*per ser o tempo passado*»⁷⁵⁴. Já antes, Miguel de Moura prevenia D. Duarte de Castelo Branco de que «*he neçessario q̃ V.M. aja passaporte pera joam guomez e pera os cõ Elle forem E cousas q̃ leuarẽ*»⁷⁵⁵.

O atraso de um ano no arranque da embaixada a Roma, entre 1573 e 1574, deveu-se à doença de João Gomes da Silva. D. Henrique, regente no Verão de 1574, requisitou

⁷⁵³ Vide carta de Hernando Carrillo de Mendonza a Filipe II (Évora, 30 de Novembro de 1569). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 386, fl. 77, parcialmente publicada em Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 128.

⁷⁵⁴ Vide carta de Miguel de Moura a D. Duarte de Castelo Branco (Almeirim, 10 de Fevereiro de 1575). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-5, fl. 84v. De facto, partiu a 18 de Março.

⁷⁵⁵ Vide carta de Miguel de Moura a D. Duarte de Castelo Branco (Lisboa, 16 de Fevereiro de 1571). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-5, fl. 7v.

ao sumo pontífice que lhe desse consolo, sentindo-se o embaixador «desconsolado por tardar tanto a sua ida», por ser «honrado de sangue e de bons costumes»⁷⁵⁶.

Na execução da missão propriamente dita, os embaixadores realizavam a sua entrada pública – um dos mais antigos fenómenos das relações diplomáticas na Cristandade⁷⁵⁷. Contudo, não se encontrou registo algum deste género, relativo ao período em estudo.

Competia ao agente apresentar à Corte as credenciais e os cumprimentos por parte do seu soberano, em audiência. Caso se tratasse de uma missão extraordinária, o enviado mostrar-se-ia à Corte acompanhado pelo embaixador residente (se o houvesse)⁷⁵⁸.

Sobrevive um relato de como Filipe II recebia os embaixadores de D. Sebastião. De acordo com D. Francisco Pereira, «ElRey os espera em pee Arrimado A hũ buffete ã tem em todolas Casas de ã se serue tiralhes o barete toda A largura do braço e Com a mão direi^{ta} Cobreram a esquerda me toma A mao e mo faz Cubrir Juntamente as delle e desta maneira, tratou dom aluar^o de Castro e don Jerony^{mo} de atayde»⁷⁵⁹.

Recebido com honras de Estado, o agente estrangeiro era reconhecido com um presente por parte do rei. O duque de Buendía, enviado de Filipe II para congratular D. Sebastião pela sua tomada de posse, em Fevereiro de 1568, recebeu «hum firmal que valia 2 mil cruzad^{os}»⁷⁶⁰. D. João Teles de Meneses foi extremamente bem recebido pelo papa Pio V, em 1569, com «paternal affecto»⁷⁶¹, que elogiou e gratificou a oratória do embaixador⁷⁶².

⁷⁵⁶ Vide carta do cardeal-infante (2^a regência) a Gregório XIII (Lisboa, Julho de 1574). Vaticano, ASV, *Nunziatura di Portogallo*, vol. 4, fl. 34 apud José de Castro, *D. Sebastião e D. Henrique[...]*, pp. 73-74.

⁷⁵⁷ Garrett Mattingly, *Renaissance Diplomacy [...]*, p. 33.

⁷⁵⁸ «[...] o dia que tiverdes licença [...] para ir ao Paço, o fareis, e perante Joaõ Gomes da Sylva (que será presente a todos os officios, que fizerdes)». A presença permanente, dada a posição já estabelecida na Corte estrangeira, conferia-lhes uma maior relevância e avultava o impacto da enviatura. Vide Instrução de D. Sebastião a D. Dinis de Lencastre, já citada.

⁷⁵⁹ Vide cópia de carta de D. Francisco Pereira a D. Sebastião (Madrid, 22 de Fevereiro de 1568). Lisboa DGA/TT, *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, liv. 210, fl. 151v.

⁷⁶⁰ Vide Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 886, fl.960. Deixa-se aqui um pequeno apontamento face à personalidade do rei, importante para o contexto em análise. Ao receber os embaixadores de outros Estados, saudava-os, tirando-lhes o barrete. Todavia, abstinha-se de lhes dar a mão. Isso mesmo consta em todos os recebimentos de embaixadores que se fizeram em Lisboa, a partir, pelo menos, de 1560. Vide o códice da Biblioteca Nacional de Portugal infracitado, entres os fólhos 950-960. Este gesto poderia ser visto como sinal de desagrado ou, muito mais credível para este caso, reconhecimento de uma situação de paridade com o monarca castelhano. Cf. Ana Maria Alves, *Iconologia do Poder Real no Período Manuelino – À procura de uma linguagem perdida*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, p. 68.

⁷⁶¹ Diogo Barbosa Machado, *Memorias [...]*, parte III, liv. I, cap. XIV, pp. 136-137.

⁷⁶² Vide breve do papa Pio V a D. Sebastião (Roma, 27 de Junho de 1569), publicado em Idem, *ibidem*, pp. 138-139.

Se os reinos se encontrassem em vias de negociação, o número de audiências seria maior. A título de exemplo, os representantes de D. Sebastião em Inglaterra estiveram em constante movimento na Corte londrina. Até à assinatura do tratado em 1576, foram frequentes as visitas dos embaixadores a Isabel I. A maioria das vezes procuravam-se justificações aos consecutivos ataques do corso inglês ao comércio português⁷⁶³.

Francisco Giraldes foi o que mais audiências teve na Corte isabelina. Entre 1571 e 1576, encontrou-se na posição de diligenciar directamente com a rainha que não lhe facilitava a missão – ou por não concordar com os artigos propostos, ou por questões de saúde que obrigavam a rainha a apartar-se dos assuntos de Estado⁷⁶⁴. É um caso bastante elucidativo do processo das reuniões negociais entre embaixadores e regentes.

O contacto com os elementos do governo de outros Estados pressupunha uma série de fórmulas protocolares, a par da etiqueta da época. Ressalve-se que D. Sebastião se referia a Isabel I Tudor e aos reinantes de França como «irmãos» e «primos». A rainha de Inglaterra empregava os termos «much beloved Brother» para o monarca português. Igualavam-se, assim, na intrincada teia de relações e dinâmicas intermonárquicas quinhentista.

Alguns casos revelavam-se complexos pela raridade que representavam – como quando Giacomo Buoncampagni (filho de Gregório XIII) se correspondeu com D. Sebastião. Não havia historial de alguma vez se haver correspondido com um filho de um papa. Nisto, o conselho em Lisboa decretou que só lhe responderiam se Filipe II o tivesse feito, porque não se conhecia outro procedimento igual. Recorreu-se, então, ao

⁷⁶³ Visconde de Santarém, *Quadro Elementar [...]*, tomo XV, p. 193. Foi o caso da audiência que o Dr. Manuel Álvares teve com Isabel I Tudor, a 24 de Abril de 1568, exigindo que o reino inglês pagasse seiscentos mil ducados pelo prejuízo.

⁷⁶⁴ Em 1571, o embaixador depara-se com uma situação favorável, e procura ajustar o restabelecimento do comércio entre os reinos, bem como restituir as fazendas e propriedades embargadas; a rainha inglesa aceita as condições e proíbe o ataque aos territórios ultramarinos portugueses. Daí que em 1572 já se encontrem formuladas uma série de alíneas para um tratado. Há um desentendimento em alguns aspectos, o que virá a prolongar a assinatura por mais quatro anos, entre os quais Giraldes se dedica a procurar ser recebido por Isabel I com vista a negociar um tratado que favoreça e proteja as possessões ultramarinas portuguesas. Cf. Visconde de Santarém, *Quadro Elementar [...]*, tomo XV, pp. 241-299. Vejam-se as páginas em que o autor desdobra a matéria numa objectiva análise da embaixada de Francisco Giraldes em Inglaterra. Idem, *ibidem*, pp. CXLIII-CLXIV.

embaixador em Castela⁷⁶⁵, como de resto se voltou a fazer quando precisaram de conhecer os estilos para o duque de Sabóia ou para o rei da Hungria⁷⁶⁶.

Para o filho do sumo pontífice, a informação viria a ser proveitosa aquando do seu casamento, em 1577. O monarca português ordenou a João Gomes da Silva que fosse congratular os nubentes ofertando uma jóia «para sua mulher» e «que lhos va dar a sua casa [...] e que saiba o Papa como ElRey manda a joya a sua nora»⁷⁶⁷.

Um erro na fórmula de tratamento poderia levar a mal-entendidos. O cardeal-infante expôs a D. Duarte de Castelo Branco que recebera uma carta de resposta do seu homólogo (enquanto inquisidor-geral) de Castela, onde este se queixava do «stylo da minha carata [sic=carta], assy do principio, e sobrescripto, como do contexto d'ella». Deste modo, requereu ao embaixador português que lhe enviasse os estilos que se utilizavam na Corte castelhana de modo a evitar mais constrangimentos⁷⁶⁸.

5.4. A residência do embaixador

A permanência dos embaixadores obrigava a que possuíssem uma residência própria. No caso das embaixadas extraordinárias, os enviados pernoitariam na casa dos oficiais residentes⁷⁶⁹.

Apenas se conhece uma casa – a Charterhouse⁷⁷⁰. Foi nela que desde 1573 habitou Francisco Giraldes juntamente com a esposa e o respectivo séquito até à sua saída de

⁷⁶⁵ Vide carta de Miguel de Moura a D. Duarte de Castelo Branco (Cascais, 9 de Março de 1574). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-5, fls. 70-70v. Em Fevereiro já se havia debatido o assunto em conselho de Estado. Ficava decidido que se remetessem duas cartas com «q̃ S.A. lhe devia escrever, por m.^{to} ill.^{re} e mandar fazer outra carta em q̃ lhe chame Ill.^{mo}». Ao cargo de João Gomes da Silva, embaixador em Roma, ficaria a decisão de qual das duas entregar. Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *Documento Inéditos [...]*, p. 71.

⁷⁶⁶ Vide carta de Miguel de Moura a D. Duarte de Castelo Branco (Almeirim, 10 de Fevereiro de 1575). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-5, fls. 91-92. Precizou, também, a necessidade de saber quais os estilos que o rei de França, os irmãos do imperador e o duque de Guise usavam para corresponder com o duque de Sabóia. Este momento corresponde com os inícios dos consecutivos pedidos externos de D. Sebastião para o apoiarem na jornada de Larache.

⁷⁶⁷ Vide carta de D. Sebastião a João Gomes da Silva (Lisboa, 30 de Março de 1577). Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fl. 157, publicada em Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião [...]*, p. 416.

⁷⁶⁸ Vide carta do cardeal-infante D. Henrique a D. Duarte de Castelo Branco (Évora, 19 de Julho de 1576). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-1, fl. 242.

⁷⁶⁹ O que se verifica pelas instruções de D. Sebastião a Francisco de Sá («[...] tamto q̃ fordes em madryd E Pousareys em casa de dom francisc^{co} pereir^a do meu cõselho E meu ẽbaxad^{or} [...]»). Vide doc. n.º 1) e a D. Dinis de Lencastre («[...] Tanto que embora chegardes à Corte de França, e falardes com Joaõ Gomes da Sylva, do meu Conselho, que nella reside, com quem pouzareis [...]»). No apêndice, doc. n.º 9).

⁷⁷⁰ Antigo mosteiro da Ordem dos Cartuxos, fundado no século XIV. Pela dissolução da Ordem, em 1537, tornou-se privada, tendo passado de dono em dono consecutivamente. Em 1573, depois da execução do seu proprietário, Thomas Howard, 4.º duque de Norfolk, acusado de traição por planear o quarto casamento com

Inglaterra, em 1579. Foi aí também que a embaixatriz, Lucrecia Lafetá, mandou celebrar missa em Novembro de 1576, duas semanas depois da assinatura da concórdia. A cerimónia foi interrompida pela invasão do recorder William Fleetwood (declarado antipapista) à Charterhouse, como já indicado. Foi um escândalo para a Corte inglesa, que contra ele se instaurou um processo e levou o governo isabelino a abrir investigações sobre caso.

5.5. Fontes de informação e redes de informadores

Ao embaixador requeria-se que se mantivesse o mais informado possível quanto ao panorama externo. Se não tanto, ao que estivesse directamente relacionado com o seu local de actividade e o reino que servia. D. Juan de Silva, o último embaixador castelhano em Portugal no reinado de D. Sebastião, agradeceu «por las nuevas que v.m. me envía del mundo le beso las manos: que de eso viven los embajadores»⁷⁷¹.

Os embaixadores de D. Sebastião estavam conectados com fontes de informação e redes de informadores bem estruturadas e organizadas. É nos maços de correspondência da embaixada de D. Duarte de Castelo Branco (que estão extraordinariamente bem conservados na Biblioteca da Ajuda) que se constrói uma noção da rede de informadores à disposição, normalmente espiões⁷⁷².

Maria da Escócia, «the house was let to the portuguese ambassador for some years». Em 1601 voltaria para as mãos do filho homónimo do duque executado. A Charterhouse encontra-se aberta e visitável ao público desde Janeiro de 2017. Cf. Christopher Hibbert, Ben Weinreb, John Keay e Julia Keay, *The London Encyclopaedia*, Londres, Macmillan Publishers Limited, 3ª edição, 2008 [1ª edição de 1983], pp. 151-153, consultada em <https://books.google.pt/books?id=xa0D0PqiwfEC&printsec=frontcover&dq=the+london+encyclopedia&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjPgeGb3MbaAhVGORQKHU2xAFIQ6AEIKDAA#v=onepage&q&f=false>, a 18 de Abril de 2018).

⁷⁷¹ Vide carta de D. Juan de Silva a Gabriel de Zayas (Lisboa, 15 de Maio de 1578). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 396, fl. 51, publicada em *CODOIN*, tomo XL, p. 12.

⁷⁷² É considerável o número de trabalhos historiográficos relativos à espionagem e diplomacia nas últimas décadas. *Inter alia*, o interessante trabalho de Léa Benichou, «Informadores y confidentes de los embajadores de Felipe III en Roma», *Tiempos Modernos*, volume 8, nº 35, 2017 (disponível online em <http://www.tiemposmodernos.org/tm3/index.php/tm/article/view/2364>, consultado a 30 de Abril de 2018), que expõe de forma clara a rede de informadores extremamente complexa de que os embaixadores de Filipe III de Castela dispunham em Roma, a qual estudou minuciosamente em «*La más dificultosa y trabajosa de todas las demás*»: *L'ambassade d'Espagne à Rome sous Philippe III (1598-1621)*, tese de doutoramento em Études Romanes, spécialité Études Hispaniques et Hispano-américaines apresentada à Universidade de Montpellier, Montpellier, 2016, consultado em <http://www.biu-montpellier.fr/florabium/jsp/nnt.jsp?nnt=2016MON30024>, a 30 de Abril de 2018. Mais recentemente, saiu à estampa outra obra de conjunto, coordenada por Gennaro Varriale, um precioso contributo da história recente italiana que tem vindo a revelar-se um dos maiores vultos no que toca à história de bastidores, como a História Diplomática e, sobretudo, da espionagem, em *¿Si fuera cierto? Espías y agentes en la frontera (siglos XVI-XVII)*, edição de Gennaro Varriale, Madrid, Universidad de Alcalá, 2018. Há, ainda, um

A máquina informativa que satisfazia o conhecimento do rei, a um ritmo de grande qualidade para a época, compunha-se pelos mais diversos espiões e informadores que se dividiam entre mercadores, artífices e artistas. Alguns, inclusivamente, estariam já ao serviço de outros elementos da realeza. Destaca-se o caso de Domingos Leitão, «hombre honrrado el qual fue críado de la Reyna de françia doña Leonor y estuu en su seruiçio el tiempo que alla estuu La Reyna y despues Residio alla mucho tiempo en seruiçio de la señora infante doña maria»⁷⁷³. Foi o principal mentor do conselho que a infanta enviou a França⁷⁷⁴ para proceder à gestão do património, dado que recebera da mãe, em testamento, fartas propriedades do Sul do reino gálico⁷⁷⁵.

Domingos Leitão mantinha relação directa com o rei, actuando como informador⁷⁷⁶. A sua experiência no mundo da política externa fora acrescida pelo contacto estreito e a relação de confiança que mantivera com o embaixador Rui Fernandes de Almada⁷⁷⁷. Muito do que levou João Gomes da Silva a França foi, sobretudo, a manutenção do património da Infanta. Num momento fulcral, entre 24 de Setembro de 1575 e a morte da infanta D. Maria, ao mesmo tempo que D. Sebastião avançava com as suas diligências pró-Larache, os franceses do Languedoc puseram em causa os direitos da infanta portuguesa sobre as suas terras, o que suscitou um enorme movimento diplomático entre o paço de D. Maria e o Parlamento de Toulouse, envolvendo, por arrasto, a Corte dos Valois e de D. Sebastião⁷⁷⁸.

trabalho interessante, embora antigo, versando a imensa espionagem castelhana do fim do século XVI, de Charles Howard Carter, *The Secret Diplomacy of the Habsburgs: 1598-1625*, New York, Columbia University, 1964, que originalmente foi tese de doutoramento apresentada à Columbia University, NYC, orientada por Garrett Mattingley da importante escola de História da Diplomacia europeia que desenvolveu naquela universidade, e que Carter continuou na Tulane University, New Orleans, Louisiana.

⁷⁷³ Vide carta de D. Juan de Borja a Filipe II (Lisboa, 28 de Maio de 1572). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 390, fl. 53.

⁷⁷⁴ A infanta D. Maria (1521-1577) emergia no plano político como «figura pública de primeira linha e largos horizontes (...)». Enquanto «grande senhora da corte e figura de direito próprio» mantinha-se independente da Coroa e beneficiava de uma diplomacia paralela, como forma de resolução dos seus próprios negócios. Um exemplo concreto foram as diligências para selar o seu matrimónio com Fernando I do Sacro-Império. Cf. Carla Alferes Pinto, *A Infanta Dona Maria de Portugal (1521-1577): o mecenato de uma princesa renascentista*, Lisboa, Fundação Oriente, 1998, pp. 62-63.

⁷⁷⁵ Outro exemplo concreto em que D. Maria usufruía de um corpo diplomático próprio, autónoma da Coroa. Veja-se, *maxime*, Joaquim Veríssimo Serrão, *A Infanta D. Maria e a sua Fortuna no Sul da França: 1521-1577*, tese de doutoramento em Letras, apresentada à Universidade de Toulouse em 1953, editada em Lisboa, Álvaro Pinto, 1955.

⁷⁷⁶ Vide «Auisos de domingos leyton» (Julho de 1572). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 390, fl. 17.

⁷⁷⁷ Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata, *Rui Fernandes de Almada [...]*, pp. 48-49.

⁷⁷⁸ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, pp. 143-167.

Se urgia comunicar, os criados dos embaixadores serviam como correio⁷⁷⁹. D. Duarte de Castelo Branco serviu-se de Domingos Lopes, seu criado⁷⁸⁰. Numa das vezes, não cumprindo com a urgência da matéria, Miguel de Moura teria reclamado que a Domingos Lopes «sera Justo mãdar castigar [...] cõ não ser mais despachado pera ca ou ao menos tão depressa, por ã soube ã vinha aguora despachado de lixboa pelo embaxad^{or} enguanou o mestre de postas ã mõtemor dizẽdolhe ã vinha po^r euora E acolheose por arrayolos E gabouse dysso no Caminho»⁷⁸¹.

Um embaixador devia recorrer de todas as fontes necessárias para obter informação. Assim, quando lhe faltavam avisos da sua própria Corte, devia procurar informações noutras partes. Esta questão provocou algumas confusões, como quando Miguel de Moura se queixou de D. Duarte de Castelo Branco ter sabido, através de outrem, de um acidente sofrido por sua mulher, em Lisboa, o que lhe desgostou imenso⁷⁸². D. Francisco Pereira, embaixador em Madrid, por exemplo, obteve informação pelo embaixador francês (ao tempo Raymond de Rouer⁷⁸³) do levantamento de 1568, em La Rochelle⁷⁸⁴.

À responsabilidade dos embaixadores estava a distribuição de recompensas e remunerações aos servidores da política externa portuguesa. O Dr. António Pinto destacou ter satisfeito Matias Bicudo, informador do Cairo, os judeus de Alepo que correspondiam regularmente com a embaixada portuguesa em Roma, Tomás de Carnoca, que informava de Veneza e ao Dr. Diogo de Paiva de Andrade, que se mantinha em Roma, com o numerário enviado da Corte lisboense e que lhe tinha chegado⁷⁸⁵. D. Duarte de Castelo Branco remunerou Pero Fernandez Çedillo⁷⁸⁶, um informador e tradutor a quem

⁷⁷⁹ Por vezes até pessoas mais comuns ou, inclusivamente, mercadores, transportariam correspondência entre o emissor e o destinatário. Cf. Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, “Contribuição para o estudo dos correios[...]”, p. 466.

⁷⁸⁰ Esta informação encontra-se ao longo de quase toda a correspondência trocada entre o secretário de Estado português e o embaixador. Vide, como exemplo, a carta de Miguel de Moura a D. Duarte de Castelo Branco (Lisboa, 5 de Junho de 1572). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-5, fl. 43.

⁷⁸¹ Vide carta de Miguel de Moura a D. Duarte de Castelo Branco, (Évora, 18 de Maio de 1573). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-5, fl. 62.

⁷⁸² Vide carta de Miguel de Moura a D. Duarte de Castelo Branco (Lisboa, 25 de Fevereiro de 1575). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-5, fls. 93-94.

⁷⁸³ Fleury Vindry, *Les Ambassadeurs Français Permanents au XVI^e Siècle[...]*, p. 18, edição digital em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k92325g/f24.item.r=%22fran%C3%A7ois+rougier%22.langFR.zoom>, consultado a 1 de Outubro de 2018.

⁷⁸⁴ Vide cópia de Carta de D. Francisco Pereira a D. Sebastião (Madrid, 3 de Fevereiro de 1568). Lisboa, DGA/TT, *Tribunal do Santo Officio*, Conselho Geral, liv. 210, fl. 143.

⁷⁸⁵ Vide carta do Dr. António Pinto a D. Sebastião (Roma, 10 de Janeiro de 1569). Lisboa, DGA/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 108, doc. 119.

⁷⁸⁶ O pagamento foi feito em nome do embaixador. Vide Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-5, fl. 39v.

recorria regularmente. Um recibo mostra que se lhe deviam 87 reais pelos serviços praticados⁷⁸⁷.

D. João da Cunha recebera da Coroa portuguesa, remetidos por D. Francisco Pereira, a recompensa de «un collar y joyel» para a sua filha, D. Ana. O informador prometeu avisar sobre tudo o que acontecesse em França «que se tratare en perjuicio de la corona real» portuguesa, «esto estoy obligado de acer como portugues»⁷⁸⁸.

Não tratando apenas de endereçar informações em bruto, os informadores enviavam conselhos e estratégias para o procedimento diplomático, de acordo com a experiência. De Londres, um informador avisou D. Sebastião que devia ter «preposito por duuidar muito de certos mercadores ã do dito lugar [La Rochelle e Montgomery] erão vindos a esta cidade de ã o seu embaxa^{dor} lhe dera daquy notiçia»⁷⁸⁹, e ainda sobre os franceses, que «hé esta gente tão acatadolada em seus negoçios que não tem o entendimêto lugar pera escolher o certo deles»⁷⁹⁰.

5.6. Grandes despesas e pequenos ordenados

Uma realidade extensível a todos os embaixadores da época (e que se estenderia pelos séculos seguintes) foi a falta de pagamento. Um empreendimento diplomático era bastante dispendioso, e grande parte das vezes era pago pelo embaixador⁷⁹¹. D. Juan de Borja deu a conhecer a Gabriel de Zayas que o valor que recebia anualmente (2900 ducados) era inferior aos gastos reais anuais «sin hazer excesso ninguno». Tendo em conta «tierra tan cara como esta» (Portugal), e que Filipe dava o triplo do valor aos embaixadores oficiados em França⁷⁹².

⁷⁸⁷ Vide recibo de Pero Fernandez Çedillo (Madrid, 31 de Maio de 1575). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-2, fl. 37.

⁷⁸⁸ Vide carta de D. João da Cunha a D. Sebastião (Fuenterrabía, 4 de Julho de 1568). Lisboa, DGA/TT, *Gavetas*, gaveta 20, maço 5, número 46, publicada em *As Gavetas da Torre do Tombo*, volume X, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974, pp.456-457.

⁷⁸⁹ Vide cifra de Londres, 13 de Dezembro de 1572. Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-3, fl. 60.

⁷⁹⁰ Vide «Carta que se escreueo de bordeos a miguel de moura a xxiiijº de Junho de 72. He pessoa de cõfiança ã aly está per mandado de Sua Alz^a». Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-3, fl. 37. Propõe-se que essa pessoa de confiança fosse Domingos Leitão ou D. João da Cunha.

⁷⁹¹ Isabel Cluny, *op. cit.*, p. 61. Isto levava a frequentes pedidos de retorno à origem, por não ser compatível com o interesse dos nobres a distância e a falta de influência na corte de onde eram originários, além do constante dispêndio monetário que a função exigia.

⁷⁹² «Y darne a mi mas de la mitad menos hauiendo nascido con la mitad mas de obligaciones». Vide capítulos de carta de D. Juan de Borja a Gabriel de Zayas (Lisboa, 22 de Julho de 1572). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 390, fl. 11.

D. Francisco Pereira, embaixador em Castela, apelou a D. Sebastião que «Ho paguamento de meu ordenado me vem no fim deste mês», que inclusivamente pediu ao filho, que estava em Portugal depois de ter regressado de França, que lembrasse o monarca de lhe pagar «com breuidade por que me sera de muito trabalho A dilação se A nyssou ouer pella necessidade en que estou»⁷⁹³, notando-se algum desespero por parte do embaixador.

Dada a inflação a que Portugal (especialmente Lisboa⁷⁹⁴) estava sujeito em 1578, nas vésperas da partida para África, D. Juan de Silva clamava a Filipe II que necessitava de «ayuda de costa que pareciere será necesaria para ir com alguna decência, porque certifico a v.Md como cristiano, que no me queda cosa por vender de mi património»⁷⁹⁵. Em Junho, prestes a embarcar, o embaixador castelhano não tem armas nem bens que possa aportar consigo, e reclama que se soubesse o que iria passar, teria vendido propriedades em Toledo para concluir o serviço. Isto porque, segundo ele, em qualquer outra «nación» ter-se-ia deixado ficar em terra, mas como se trata de Portugal, resolve-se, a custo, a ir em jornada, porque «aquí no se puede rehusar [sic] la guerra»⁷⁹⁶.

Mesmo com o tesouro do reino enfraquecido, constava que a embaixada de Luís da Silva, em 1576, terá custado a Portugal cerca de 29 ducados⁷⁹⁷.

⁷⁹³ «escreuo A dom João [Pereira Dantas] meu filho peço a vossa Alteza seja seruido de mo mandar Pagar beijarey as mãos A vossa Alteza mandar que se me pague». Vide cópia de carta de D. Francisco Pereira a D. Sebastião (Madrid, 12 de Fevereiro de 1568). Lisboa, DGA/TT, *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, liv. 210, fl. 150.

⁷⁹⁴ «Mais arreceavam os homens a guerra que se lhes fazia na rua-nova, que a que se esperava em África». Exclamação de um fidalgo português, a propósito da avultada inflação nos produtos vendidos na Rua Nova nas vésperas da Jornada de Larache. Vide «Aspecto de Lisboa ao Ajuntar-se e Partir a Armada para a Jornada de Alcácer-Quibir», transcrita por Alexandre Herculano, *Opúsculos*, Tomo IV, edição crítica - organização, introdução e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Lisboa, Editorial Presença, 1983, p. 362.

⁷⁹⁵ Vide carta de D. Juan de Silva a Filipe II (Lisboa, 13 de Março de 1578). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 396, fl. 25, publicada em *CODOIN*, tomo XXXIX, p. 526.

⁷⁹⁶ O desespero do embaixador era tal que preferia (e inclusive agradeceria se lhe atacasse em dobro) umas tercianas a ir para a guerra. Mas representa um exemplo de extremo cuidado em definir as palavras e da preocupação na comunicação: «No quiero alargarme, porque quando advierto el estado en que me hallo, temo de decir disparates». Vide carta de Juan de Silva a Gabriel de Zayas (Lisboa, 5 de Junho de 1578). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 396, fl. 62, publicada em *CODOIN*, tomo XL, pp. 34-36. Três dias depois diria que «El sábado que viene nos embarcamos, y es hoy domingo [...] Quédame esperanza de morirme en estos seis dias». Vide carta de D. Juan de Silva a Gabriel de Zayas (Lisboa, 8 de Junho de 1578). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 396, fl. 68, publicada em *CODOIN*, tomo XL, p. 40.

⁷⁹⁷ «[...] la verdade es que el rey tiene muy poco dinero; pero todavía la embajada de Luis de Silva le costó xxix ducados justos, que fue caro embajador aunque honrrado». Vide carta de D. Juan de Silva a Gabriel de Zayas (Lisboa, 5 de Junho de 1578). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 396, fl. 62, publicada em *CODOIN*, tomo XL, p. 36.

5.7. Os problemas da vida quotidiana

Os homens que serviram no estrangeiro estavam sujeitos ao contexto dos reinos onde serviam. Ou apanhando em marcha um projecto bélico, tendo de acompanhar um exército à guerra para servir de correspondente informativo com o seu soberano (como o caso supracitado de D. Juan de Silva); ou num momento de conflito religioso, sendo surpreendido com uma invasão na sua própria casa, como aconteceu com Francisco Giraldes.

Alguns foram vítimas de roubo, como D. Francisco Pereira, que comunicara a Filipe II que fora saqueado em França⁷⁹⁸ e Manuel de Araújo, um agente bastante activo na regência do cardeal-infante, também notificou ter sido assaltado em Inglaterra, em Junho de 1572⁷⁹⁹. Francisco Giraldes, ao ir visitar o embaixador de França em Inglaterra no dia de Todos-os-Santos de 1574, sofreu uma queda aparatosa do cavalo⁸⁰⁰. Na sequência de um rebentamento de insubordinação ao poder castelhano, Nuno Álvares Pereira viu-se atrás das grades durante algumas semanas, em Antuérpia⁸⁰¹.

Contudo, alguns momentos também seriam de felicidade ou descontração. A presença de um secretário na embaixada permitia que os embaixadores usufruíssem de momentos de lazer. Assim se depreende pela informação de que, em Agosto de 1575, Francisco Giraldes se encontrava no campo e que o substituíra o seu secretário, Benedito Spínola, que foi ordenado de o avisar sobre nova audiência requerida por Isabel I⁸⁰².

Durante a sua embaixada, D. Duarte de Castelo Branco viu nascerem dois filhos. O parto de D. Catarina de Meneses, a esposa de D. Duarte de Castelo Branco, em Março de 1575, foi relatado à Corte portuguesa. A relação de estreita confiança com a realza mostrou-se quando a rainha enviou os parabéns pela notícia⁸⁰³, ou mesmo quando o irmão de D. Duarte de Castelo Branco, D. Martinho, faleceu, e o cardeal-infante lhe enviou os pêsames, dizendo que «a morte de dō *martinh*^o senti, e sinto, como merece a perda de hũ tã bõ amigo, e homẽ»⁸⁰⁴.

⁷⁹⁸ Vide carta de D. Francisco Pereira a Filipe II (Lisboa, 8 de Março de 1571). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 389, fl. 145. Fica por saber o que fazia D. Francisco Pereira em França e por que razão o comunicou a Filipe II.

⁷⁹⁹ Visconde de Santarém, *Quadro Elementar[...]*, tomo XV, pp. 267-268.

⁸⁰⁰ Idem, *ibidem*, p. 284.

⁸⁰¹ Diogo Barbosa Machado, *Memorias [...]*, parte IV, liv. I, cap. XIII, p. 112.

⁸⁰² Visconde de Santarém, *op. cit.*, pp. 285-286.

⁸⁰³ Vide carta de D. Catarina de Áustria a D. Duarte de Castelo Branco (Xabregas, 5 de Maio de 1575). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-1, fl. 218.

⁸⁰⁴ Vide carta do cardeal-infante a D. Duarte de Castelo Branco (Alcobaça, 2 de Outubro de 1573). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-1, fl. 133.

Na época em que D. Catarina tentava abandonar Portugal, em 1571, o embaixador contemplou a frequência com que D. Catarina correspondia com Filipe II, numa intensidade e resolução quase impróprias à sua saúde e idade. Nisto, explicou o sucedido ao monarca castelhano, pedindo-lhe que interviesse na vontade da Rainha, que não era propícia ao decoro do reino português, nem às relações da família real⁸⁰⁵.

A ida de João Gomes da Silva para França seria o sinal de se estar a «abrir mais a porta a seu casamêto [de D. Sebastião]», mas que os actos da rainha-viúva portuguesa tinham vindo a desencadear um efeito que «ēbaraça muy^{to}» este negócio. D. Henrique requereu, portanto, a ajuda de Filipe II para que fizesse intermédio por D. Duarte de Castelo Branco e intercedesse junto da rainha⁸⁰⁶. Se foi jogo do cardeal-infante ou puramente intuição do embaixador é matéria discutível.

O próprio D. Duarte de Castelo Branco foi responsável por encaminhar uma relíquia enviada pela imperatriz Maria de Áustria para a tia, D. Catarina de Áustria⁸⁰⁷. Esta faceta de intermediário entre problemas e questões de cariz dinástico estava implícita no carácter pretendido de um embaixador, cuja dinâmica diplomática e cordialidade lhe garantiriam sempre uma posição confiável e próxima dos elementos da realeza. Por isso lidavam com eles diariamente, como se verifica no exemplo de uma carta que D. Sebastião enviou a D. Joana de Áustria, por D. Francisco Pereira, no dia da posse, lida pelo embaixador enquanto a princesa saía da missa no Mosteiro das Descalças⁸⁰⁸.

É curioso, no entanto, notificar que na cerimónia de juramento do príncipe Fernando, como sucessor de Filipe II à Coroa de Castela, que se realizou em Madrid, a 31 de Maio de 1573, consta que assistiram o núncio papal, dois embaixadores de Veneza e o de França. O porquê de não ter assistido D. Duarte de Castelo Branco não foi possível esclarecer. Teria falhado esse detalhe ao escreva? Não se crê, pois registou-se a presença do prior do Crato, D. António, com um «estoque desnudo», sentado no banco dos grandes⁸⁰⁹.

⁸⁰⁵ Vide cópia da carta de D. Duarte de Castelo Branco a Filipe II (Madrid, 4 de Julho de 1571). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 389, fl. 152.

⁸⁰⁶ Vide carta do cardeal-infante a Filipe II (Lisboa, 27 de Março de 1571). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 389, fl. 146.

⁸⁰⁷ Vide carta de D. Catarina de Áustria a D. Duarte de Castelo Branco (Xabregas, 20 de Dezembro de 1574). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-1, fl. 200.

⁸⁰⁸ Vide cópia de carta de D. Francisco Pereira a D. Sebastião (Madrid, 3 de Fevereiro de 1568). Lisboa, DGA/TT, *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, liv. 210, fl. 141v.

⁸⁰⁹ A cerimónia deste juramento encontra-se descrita em Lisboa, BA, cód. 46-IX-11, fls. 161-162v. Em Dezembro de 1573, o prior do Crato estaria de volta em Portugal, para assistir à abertura do capítulo da Ordem de Cristo em Santarém, altura em que seria apontado para governador de Tânger. Esta retoma de D. António na Corte portuguesa provocou constrangimentos entre o rei e o cardeal-infante. Por outro lado,

Longe de casa, eram obrigados a lidar com as condições mais diversas: como climas distintos, ou com o desgaste provocado por viagens, como se queixava o já idoso D. Álvaro de Castro ao regressar da embaixada que fez em Roma entre 1564 e 1568, angustiando que «crese não poßa uir a azer Jornada»⁸¹⁰.

O stress e pressão na resolução de questões de Estado, quando dificultosas, podiam suscitar casos extremos como a morte, caso que ocorreu com o Dr. António Lopes, em 1567, que morreu vítima de fadiga⁸¹¹. Havia, sem sombra de dúvidas, um grande desgaste físico e psicológico⁸¹².

5.8. O final de uma missão diplomática

Uma embaixada não se dissolvia, simplesmente. Necessitava que se fizesse uma saída formal, pública e cortês⁸¹³. Quando D. Sebastião assumiu a coroa, o embaixador em Roma era D. Fernando de Meneses. O papa, em forma de presente, na sessão em que o embaixador dava por terminadas as suas funções, enviou ao recém-coroadado rei português o estoque e chapéu com que os papas costumam dar bênção no dia de Natal. Conduzindo os presentes ao rei, foi o próprio filho do embaixador cessante, D. Diogo de Meneses, que participou também na faustosa cerimónia religiosa de recebimento das insígnias⁸¹⁴.

Ao terminar a função, o embaixador não podia abandonar a Corte sem antes receber o seu sucessor. Em 1570, no entanto, D. Francisco Pereira regressou a Portugal sem, no entanto, receber D. Duarte de Castelo Branco. É plausível considerar que se tenham reunido no paço de Almeirim, juntamente com D. Sebastião⁸¹⁵. Mais tarde, também D. Duarte de Castelo Branco faria várias requisições para voltar a Portugal, tendo sido

justificou uma porta aberta para D. Sebastião pedir apoio militar a Filipe II. Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião [...]*, pp. 227-228.

⁸¹⁰ Vide carta de D. Álvaro de Castro a D. Sebastião (Génova, 17 de Junho de 1568). Lisboa, DGA/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 108, doc. 109.

⁸¹¹ Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *As Regências na Menoridade de D. Sebastião [...]*, vol. II, p. 94.

⁸¹² Daniela Frigo, “Ambassadeurs et diplomatie à l’époque moderne[...]”, p. 42.

⁸¹³ Garrett Mattingly, *op. cit.*, p. 38.

⁸¹⁴ Diogo Barbosa Machado, *Memórias [...]*, parte III, liv. I, cap. IV, pp. 33-35.

⁸¹⁵ Assim se deduz, dado que D. Duarte de Castelo Branco partiu a 27 de Novembro de 1570 de Almeirim, de acordo com carta do cardeal-infante a D. Joana de Áustria (mesmo local e data). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 387, fl. 17. E o relato de D. Francisco Pereira a Filipe II da sua chegada a Lisboa, e notícias que dá de D. Sebastião, a 29 seguinte. Vide carta de D. Francisco Pereira a Filipe II (Almeirim, 29 de Novembro de 1570). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 387, s. fl.

negadas constantemente⁸¹⁶. D. Sebastião, seria peremptório ao dizer a D. Nuno Manuel, em 1574, «o Meirinho mór, meu Embaixador, por minha ordem, e por obrigação de seu cargo, continue sempre com este officio, me pareceo devido mandarvos, que o fizésseis tambem agora, para juntamente com elle me poderdes logo escrever taõ boas novas»⁸¹⁷. Apenas em 1576, D. Sebastião pediria licença e avisou Filipe II que o embaixador, «por lhe ser necessario por algũs Respeitos», regressava a Portugal⁸¹⁸.

O embaixador cessante legava uma Memória escrita a quem o viesse substituir. Infelizmente, não se conhece nenhuma dos embaixadores do reinado sebástico. Contudo, há um outro exemplo bastante relevante para que possa ser ignorado. O embaixador castelhano D. Juan de Borja, ao abandonar Lisboa, em 1576, deixou uma «Memória» àquele que veio a ser o seu sucessor, D. Juan de Silva. Nela se destacam as maneiras de como se deve agir na Corte de D. Sebastião, como «qualquer cumprimento que con ellos se dexe de hazer, es por tenerlos en poco, no considerando las muchas cosas graues que impiden hazerle esto como ellos [...] querían, y ansi conviene andar siempre muy sobre auiso en todos los negocios»⁸¹⁹.

Luís da Silva regressou de Castela requisitado para participar na jornada de Larache, ficando provisoriamente a substituí-lo Cristóvão de Moura como mediador dos interesses de D. Sebastião⁸²⁰. Para residir na Corte, D. Sebastião enviou o seu irmão, Fernão da Silva, como substituto formal da embaixada permanente. Este chegaria à Corte castelhana dias antes da batalha de Alcácer-Quibir⁸²¹.

Importa ainda verificar as recompensas que eram pagas aos embaixadores em forma de tença. Os embaixadores D. Francisco Pereira, D. João Telo de Meneses e João Gomes da Silva receberam 200 mil réis de tença [vide Anexo IV] pelos serviços diplomáticos. Luís da Silva foi congratulado com uma tença de 60 mil réis no momento do seu regresso

⁸¹⁶ Foi-lhe negado por D. Henrique, lembrando o embaixador das suas obrigações enquanto filho de seus pais. Vide carta do cardeal-infante ao meirinho-mor (Lisboa, 18 de Junho de 1571). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-1, fl. 28.

⁸¹⁷ Vide a citada instrução a D. Nuno Manuel.

⁸¹⁸ Vide carta de D. Sebastião a Filipe II (Lisboa, 3 de Junho de 1576). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 393, fl. 48, publicada em Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião[...]*, p. 387. Recebeu honras por parte de D. Sebastião em Julho de 1576, o que poderá ser visto como sinal para poder regressar ao Reino. Vide carta do cardeal-infante ao meirinho-mor (Lisboa, 17 de Julho de 1576). Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-1, fl. 241.

⁸¹⁹ Vide «Advertimientos de D. Juan de Borja, sobre las Cossas y Negocios de Portugal» (1575). O documento seguido é uma cópia, que se encontra em Lisboa, BNP, *Colecção Alcobacense*, vol. 308, fls. 49-52v.

⁸²⁰ Vide carta de D. Sebastião a Cristóvão de Moura (Lisboa, 21 de Janeiro de 1578). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 395, fl. 54. Original em Paris, BNF, *Manuscripts Portugais*, 23, fl. 93 apud Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 450.

⁸²¹ Queiroz Velloso, *D. Sebastião 1554-1578 [...]*, p. 266.

a Portugal, e cerca de um mês volvido foi feito vedor da Fazenda. Crê-se que ambas as mercês foram, indirectamente, recompensas pelos serviços prestados em Castela, entre 1576 e 1578.

Interessante de ressaltar, a urgência com que D. Sebastião despacha alguns enviados para voltarem a Lisboa. A Francisco de Sá, que fora por ocasião da prisão do príncipe, D. Sebastião indicia «procurareys demtender *mui*¹⁰ Ho certo e caussa da prisam do pryncipe E o ã se mays fez ou faz E a mane^{ra} em ã lhe nisso procede *pera* de tudo me dardes Relacam E tamto ã vos ElRey [[El]] pryncipe E a pryncesa minha *senho*^{ra} despacharem vos tornareys *ẽbora*»⁸²² e a D. Dinis de Lencastre ordena que «depois de terdes feitas estas visitações, e serdes despedido com a resposta dellas, e do mais que vos mando fazer por esta Instrucção, vos vireis embora a mi, fazendo caminho direito sem nelle haver dilação»⁸²³.

Seria isto, acaso, o reflexo dos cortes nas embaixadas que em 1562 se definiram em Cortes, e que D. Sebastião procurava aplicar, numa contenção de custos, apesar das urgências diplomáticas que ao longo do seu reinado lhe foram surgindo?

Tudo aponta para isso. A política externa de D. Sebastião seguia as práticas comuns da época. Os elementos-base para o funcionamento da diplomacia, no seu estatuto oficial (como nos séculos seguintes se transformaria), estavam presentes e eram utilizados de modo profícuo no terceiro quartel do século XVI – e o penúltimo monarca da dinastia de Avis-Beja soube conduzir essa «proto-diplomacia» de forma ordenada.

⁸²² Vide instrução de D. Sebastião a Francisco de Sá, já citada.

⁸²³ Vide instrução de D. Sebastião a D. Dinis de Lencastre, já citada.

CONCLUSÃO

D. Sebastião foi ou não um bom político? Era um governante atento? Orientou a sua política externa de forma cautelosa? Jorge Borges de Macedo avaliou o percurso político do rei «apresentado como um maníaco violento e irresoluto, incapaz de uma ordem de análise política. Escritores, embaixadores, viajantes, trabalharam no sentido de fazer esquecer a verdadeira política diplomática de D. Sebastião, a sua cautela atenta (que sempre encontramos em actos reais)»⁸²⁴.

Ao iniciar-se o ano de 1577, D. Sebastião encontrava-se junto de Filipe II, no mosteiro de Guadalupe, em Castela. Tinha um tratado comercial assinado com Inglaterra (1576), mantinha o corso e a pirataria franceses sobre vigilância apertada, a partir de redes de informadores bastante competentes, instalados na Corte de Henrique III. Do papa Gregório XIII, conseguia os mais altos favores, como a criação do bispado de Macau (1575), ou o financiamento da Inquisição a partir de conezias vagas (e não do erário régio)⁸²⁵. A chegada ao Japão, em 1570, e os sucessivos progressos da cristianização no extremo-oriental levavam o nome do rei português a uma posição de relevo no seio da Cristandade.

Dentro dos curtos dez anos do seu reinado, é possível datar, com alguma certeza, três momentos: **1º – fase de maturação (1568-1572)**, onde o rei, recebendo uma política externa em revisão, lhe deu continuidade, contudo, ainda sobre a influência dos irmãos Gonçalves da Câmara, de D. Henrique e de D. Catarina, com quem, inclusive, viria a entrar em conflito. Usufruiu da presença de oficiais com uma elevada experiência, como D. Francisco Pereira, D. Álvaro de Castro, Francisco de Sá, e D. João Teles de Meneses, homens que actuaram como embaixadores ao tempo do avô do monarca.

Reservando-se quanto à intromissão castelhana na matéria diplomática, o jovem rei mostrava-se cordial e disponível diplomaticamente, através de constantes contactos com outras Cortes. Refira-se o caso extraordinário da prisão de Carlos Lourenço de Áustria (1568). Também se destacou ao apoiar manifestações socio-religiosas, como a revolta

⁸²⁴ Jorge Borges de Macedo, “Portugal na Europa dos Habsburgos”[...], p. 29.

Falta procurar, analisar e contextualizar as ideias, os estigmas e os preconceitos feitos à pessoa de D. Sebastião durante a sua vida pelos seus contemporâneos. Embora parte desse trabalho esteja feito, nomeadamente no que toca à doença que afectou o monarca na sua infância, há um trabalho muito mais generalizado para se fazer.

⁸²⁵ Vide breve “Pastoralis Officii” do papa Gregório XIII a D. Sebastião (Roma, 26 de Outubro de 1575), publicado em *CDP*, tomo X, pp. 517-520.

dos Mouriscos de Granada (1568) ou o massacre de São Bartolomeu, em Paris (1572) e ainda importantes vitórias dos católicos contra os protestantes, nas batalhas de Jarnac (1569) ou de Montmontour (1570), e para a Cristandade, como em Lepanto (1571). De sublinhar as sucessivas visitas dos representantes papais, entre 1570 e 1572, visando integrar Portugal na Santa Liga – factores que influenciaram o governo do monarca, e que, somados à expressão sociopolítica pró-Marrocos que se verificou em Portugal, sem dúvida levaram à intervenção marroquina.

2º – Fase de transição (1573-1576), quando o rei começou a tecer a sua própria autonomia nos assuntos de Estado. O afastamento por D. Sebastião dos seus validos jesuítas e do cardeal-infante, reflectido através de uma série de jornadas concretizadas entre as datas abalizadas, levaram a uma alteração no panorama governamental português.

O monarca afirmava o seu cunho político, trazendo homens da sua mais estreita confiança para os negócios estrangeiros portugueses – nomeadamente os sumilheres Luís da Silva e Cristóvão de Távora, e o retorno de Pêro de Alcáçova Carneiro, exímio conselheiro de Estado que, com o apoio de D. Álvaro de Castro, sustentaram esta alteração política. Aliás, as embaixadas de D. Sebastião, nesta época, encarnaram um papel muito mais activo e influente, e o progressivo afastamento da influência castelhana era cada vez mais evidente.

Nos finais de 1576, havia conseguido chegar a um tratado com Inglaterra, numa negociação que levava décadas de negociações. Todavia, o seu casamento não estava ainda decidido, e parecia cada vez mais uma realidade inatingível. O seu projecto militar necessitava de apoios fortes.

E foi nestas circunstâncias que D. Sebastião logrou encontrar-se com Filipe II, onde tratou dos dois negócios, como se fosse ele próprio o embaixador – ou, até mesmo, o último reduto da sua própria política externa. Iniciava-se outro momento: **3º - Fase de acção (1576-1578)**; onde se destacou uma política externa activa, com grande capacidade de execução e eficácia, nomeadamente na obtenção de apoios para a empresa africana.

Verificou-se que o rei conseguiu delinear os seus intentos através de fortes negociações. Embora Filipe II não tivesse cumprido a totalidade das promessas, D. Sebastião obteve outras conquistas a nível diplomático para o apoio do seu exército, como com os Países Baixos, com o ducado da Toscana ou com Roma.

Valeram-lhe os seus embaixadores. Autênticos «profissionais da escrita», eram homens que antes serviram na política interna portuguesa. Disso, e por terem acesso a

densas e competentes redes de informação, espalhadas pela zona mediterrânea e no Norte europeu, tinham a vantagem de conhecerem o funcionamento dos meandros políticos enquanto exerceram o papel de embaixadores, vendo «as coisas tal como elas são»⁸²⁶. Para além dos seus agentes, nomeados em conselho ou pelo próprio rei, D. Sebastião beneficiou da acção de oficiais do cardeal-infante, da infanta D. Maria ou de D. Catarina de Áustria para os assuntos de Estado (enquanto o contrário também foi uma realidade).

Dessa forma, chegou a saber das embaixadas de Filipe II ao grão-turco Murad III, nas vésperas de Alcácer-Quibir, permitindo-lhe um esclarecimento quanto à posição do tio. Não é despiciendo perceber o porquê, num momento em que múltiplas negociações secretas surtiram das embaixadas portuguesas, entre 1577 e 1578. Revela, de forma directa, a faceta estratega e zelosa do rei⁸²⁷.

A prática das relações externas no continente europeu conhecia um avanço extraordinário, e D. Sebastião não ficou alheio a elas. Procurou-as, sobretudo, a partir do exemplo político de Filipe II de Castela. Está bem patente nas instruções aos embaixadores; nas duplicidades de diálogo, como se fez ver ao longo da dissertação, que D. Sebastião teve com o rei católico e com o papa; nas múltiplas cartas que orientavam os seus agentes; no modo como jogava politicamente dentro da sua própria Corte, e de que modo essa experiência emanava para o exterior.

Teve, portanto, todas as vias abertas para o sucesso. O rei mantinha-se informado, e as fontes revelam uma máquina activa e dinâmica, entre a Corte e os embaixadores, em que a informação fluía. Com largas possibilidades de sobrevivência para o sucesso, a diplomacia que no reinado efectivo de D. Sebastião havia assumido o carácter procurado na política externa portuguesa desde as regências na sua menoridade, foi tragicamente interrompida em Alcácer-Quibir.

⁸²⁶ Ana Leal de Faria, *Arquitectos da Paz*[...], p. 85.

⁸²⁷ À época, estas eram as conotações que Lourenço Pires de Távora atribuíra a D. Sebastião. Cf. Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*[...], p. 143. O antigo embaixador, conselheiro de Estado de D. Sebastião no fim da vida, mantinha correspondência assídua com D. Joana de Áustria, e no início do governo efectivo do rei assegurou que «so elle he Rey [e] dará a entender nom hé governado». Vide Carta de Lourenço Pires de Távora a D. Joana de Áustria (Lisboa, 4 de Março de 1568). Lisboa, BA, *Cartas de Lourenço Pires de Távora Embaixador na corte de Roma*, cód. 49-IX-38, fl. 177, citada em Maria do Rosário Themudo Barata, “D. Sebastião”[...], p. 213.

ANEXOS

I: *Embaixadores de D. Sebastião: fichas biográficas* ⁽⁸²⁸⁾

D. Álvaro de Castro ☼ △

Nascimento: c. 1530

Pai: D. João de Castro, vice-rei da Índia

Mãe: D. Leonor Coutinho

Ofícios:

1 – Senhor de Penedono;

2 – Capitão da fortaleza de Maluco

3 – Embaixador em França, Roma e Sabóia, entre os reinados de D. João III e D. Sebastião;

4 – Vedor da Fazenda

Embaixada: Madrid, a Filipe II de Castela

Data: 1570

Morte: Sagres, 29 de Agosto de 1575

António Fogça

Ofício:

1 – Comerciante

Embaixada: Londres, a Isabel II de Inglaterra

Data: 1568-1572

Dr. António Pinto

Nascimento: c. 1515-1520

Curso: Leis, em Coimbra, em 1540⁸²⁹

Ofícios:

1 – Secretário dos embaixadores portugueses em Roma

2 – Secretário e Camareiro de Pio V e Gregório XIII

3 – Arcediago da catedral portuguesa em Roma

4 – Desembargador da Casa da Suplicação

5 – Desembargador do Paço

Embaixada: Roma, aos papas Pio V e Gregório XIII

Data: 1566-1578

⁸²⁸ Descrição dos símbolos:

△ Membro da Casa Real portuguesa;

[△] Oficial administrativo do reino;

☼ Desempenhou cargos relacionados com a Expansão portuguesa;

† Participou na batalha de Alcácer-Quibir;

‡ Morto na batalha de Alcácer-Quibir.

⁸²⁹ Vide Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), *Livros de Actos e Graus*, liv. 3, fl. 89, caderno 1º (Provas de 29 de Julho de 1539) e fl. 26, caderno 3º (Provas de 13 de Julho de 1540).

Aquiles Estaço

Nascimento: Vidigueira, 12 de Junho de 1524

Pai: Paulo César Estaço

Curso: (oficial) Teologia, em Paris; (não se matriculou) Letras, Coimbra e Lovaina

Ofícios:

1 – Escrivão da embaixada portuguesa no Concílio de Trento

2 – Secretário e bibliotecário do cardeal Sforza

Embaixada: Roma, aos papas Pio V e Gregório XIII

Data: 1566-1575

Morte: Roma, 17 de Setembro de 1581

D. Cristóvão de Távora ◊ †

Nascimento: c. 1548

Pai: Lourenço Pires de Távora, embaixador e governador de Tânger

Mãe: Catarina de Távora, filha de Rui Lourenço de Távora

Ofícios:

1 – Camareiro de D. Sebastião;

2 – Estribeiro-mor da Casa Real de D. Sebastião

Embaixada: Madrid, a Filipe II de Castela

Data: 1576

Morte: Alcácer-Quibir, 4 de Agosto de 1578

D. Dinis de Lencastre †

Nascimento: c. 1540

Pai: D. Afonso de Lencastre, comendador-mor da ordem de Santiago

Mãe: Jerónima de Noronha

Ofícios:

1 – Alcaide-mor de Óbidos e Soure

Embaixada: Paris, a Carlos IX de França

Data: 1572

Morte: 1598

D. Duarte de Castelo Branco ☼ ◊

Nascimento: c. 1540

Pai: D. Afonso de Castelo Branco (meirinho-mor de D. João III)

Mãe: D. Isabel de Castro, filha de D. Duarte de Meneses

Ofícios:

1 – Pajem de companhia de D. João III

2 – Meirinho-mor de D. Sebastião (depois de D. Henrique e de Filipe I de Portugal)

Embaixada: Madrid, a Filipe II de Castela

Duração: 1570-1576

Morte: 1618

Fernão Martins de Mascarenhas △

Nascimento: c. 1520

Pai:

Mãe: D. Leonor Coutinho

Ofícios:

1 – Senhor de Lavre e Estepe

2 – Alcaide-mor de Montemor-o-Novo e Alcácer do Sal

3 – Embaixador em Veneza

4 – Capitão dos Ginetes e dos cavaleiros-escudeiros e criados do Rei

Embaixada: Madrid, a Filipe II de Castela

Data: 1571

Morte: Entre 1574 e 1575

Fernão da Silva ☼ △ †

Nascimento: c. 1540?

Pai: Diogo da Silva, senhor de Vagos

Mãe: Antónia de Vilhena

Ofícios:

1 – Senhor de Vagos

2 – Alcaide-mor de Silves

3 – Comendador da Ordem de Cristo

4 – Regedor da Casa da Suplicação

Embaixada: Madrid, a Filipe II de Castela

Data: 1578

Francisco Giraldes ☼

Pai: Lucas Giraldi (banqueiro e mercador, informador da Coroa portuguesa)

Mãe: Maria Pais

Ofícios:

1 – Mercador

2 – Cavaleiro e Comendador da Ordem de Cristo

3 – Enviado de D. Sebastião na Flandres

Embaixada: Londres, a Isabel I de Inglaterra

Duração: 1570-1576

D. Francisco Pereira △

Pai: D. João Pereira, 1º conde da Feira

Mãe: D. Filipa Henriques, filha de Aires de Miranda, alcaide-mor de Vila Viçosa

Ofícios:

1 – Comendador do Pinheiro

2 – Escrivão da Puridade

3 – Vedor da Fazenda do infante D. Luís

Embaixada: Madrid, a Filipe II de Castela

Duração: 1558-1570

D. Francisco de Portugal ◊ †

Nascimento: c. 1535

Pai: D. Francisco de Gama, 2º conde da Vidigueira, estribeiro-mor de D. João III

Mãe: D. Guiomar de Vilhena

Ofícios:

1 – Comendador da Fronteira na ordem de Avis

2 – Estribeiro-mor da Casa Real de D. Sebastião (1561-1576)

3 – Sumilher de D. Sebastião

4 – Vedor da Fazenda real

Embaixada: Madrid, a Filipe II de Castela

Data: 1574

Morte: 1579

Francisco de Sá (de Meneses) ◊

Nascimento: c. 1510

Pai: D. João Rodrigues de Sá

Mãe: D. Camila de Castelo Branco

Ofícios:

1 – Guarda-roupa do príncipe D. João Manuel

2 – Vedor da Fazenda do Porto

3 – Capitão da Guarda de D. Sebastião

Embaixada: Madrid, a Filipe II de Castela

Data: 1568

Morte: c. 1583

D. Francisco de Távora ◊ †

Nascimento: c. 1550

Pai: D. Bernardim de Távora, reposteiro-mor de D. João III e de D. Sebastião

Mãe: D. Luísa de Alcáçova Carneiro

Ofícios:

1 – Comendador de Olivença, na Ordem de Avis

2 – Reposteiro-mor da Casa Real de D. Sebastião

Embaixada: Veneza, ao doge Alvise I Mocenigo

Duração: 1572

Morte: Alcácer-Quibir, 4 de Agosto de 1578

D. Gonçalo de Castelo Branco (irmão de D. Duarte de Castelo Branco) ◊

Pai: D. Afonso de Castelo Branco (meirinho-mor de D. João III)

Mãe: D. Isabel de Castro, filha de D. Duarte de Meneses

Ofícios: ?

Embaixada: a D. Juan de Áustria

Duração: 1572

João Gomes da Silva ☼ [△]

Nascimento: c. 1530

Pai: Brás Teles de Meneses (alcaide-mor de Moura, camareiro-mor e guarda-mor do infante D. Luís)

Mãe: D. Catarina de Brito, filha de Rui Mendes de Brito

Curso: Letras

Ofícios:

1 – Alcaide-mor e comendador da vila de Seia (Ordem de Avis)

2 – Capitão-mor da Armada Real

3 – Vedor da Fazenda do cardeal-rei

Embaixada: Paris, a Carlos IX de França

Duração: 1570-1574

Embaixada: Roma, ao papa Gregório XIII

Duração: 1574-1580

João Gomes da Silva, o moço (sobrinho de João Gomes da Silva) △

Nascimento: c. 1550

Pai: Rui Teles de Meneses, alcaide-mor de Moura e Camareiro do Infante D. Luís

Mãe: D. Clara de Almada, filha de Rui Fernandes de Almada

Embaixada (não concluída): a Henrique IV de Polónia (Henrique III de França)

Data: 1573

Embaixada: Turim, ao duque Emanuel Felisberto de Saboia

Data: 1577

João de Mascarenhas ☼ △ †

Nascimento: c. 1520

Pai: D. Nuno Mascarenhas, comendador de Almodôvar e capitão de Safim

Mãe: D. Brites da Silva

Ofícios:

1 – Capitão de Diú

2 – Comendador e Alcaide-mor de Castelo de Vide

3 – Capitão-mor das Ordenanças de Lisboa

4 – Conselheiro de Estado de D. Sebastião

Embaixada: Paris, a Carlos IX de França

Data: 1570

Morte: 7 de Agosto de 1580

D. João Teles de Meneses △

Pai: D. Telo de Meneses

Mãe: D. Maria de Sousa

Ofícios:

1 – Senhor de Oliveira do Bairro e de Aveiras

2 – Conselheiro de Estado de D. Sebastião

Embaixada: Roma, ao papa Pio V

Data: 1569-1572

Padre Leão Henriques ◊

Nascimento: Ponta do Sol, ilha da Madeira, c. 1520

Pai: D. Henrique Henriques, senhor de Alcáçovas

Mãe: D. Maria de Aragão (prima direita de D. Nuno Manuel, *vide* **Árvore Genealógica 4**)

Ofícios:

1 – Sacerdote jesuíta

2 – Confessor do cardeal-infante D. Henrique

Embaixada: Roma, aos papas Pio V e Gregório XIII

Data: 1571 e 1573

Morte: Lisboa, 8 de Abril de 1589

D. Luís de Lencastre ☼ ◊

Nascimento: c. 1505

Pai: D. Jaime de Lencastre, bastardo de D. João II

Mãe: D. Brites de Vilhena

Ofícios:

1 – Comendador-mor da Ordem de Avis

2 – Alcaide-mor de Veiros, Alandroal, Avis, Alcanede, Benavente, Cabeção e Benavila

3 – Capitão-mor das Ordenanças de Lisboa

4 – Conselheiro de Estado de D. Sebastião

Embaixada: Madrid, a Filipe II de Castela

Data: 1568

Morte: 1574

Luís da Silva ◊

Nascimento: c. 1544

Pai: Diogo da Silva, senhor de Vagos

Mãe: Antónia de Vilhena

Ofícios:

1 – Sumilher de D. Sebastião

2 – Vedor da Fazenda real portuguesa

Embaixada: Madrid, a Filipe II de Castela

Data: 1576

Morte: Lisboa, 25 de Setembro de 1580

Dr. Manuel Álvares ◊

Nascimento: Azambuja, c. 1520?

Pai: Fernão de Álvares⁸³⁰

Ofícios:

1 – Fidalgo da Casa Real

2 – Advogado? Jurista?

⁸³⁰ Vide Coimbra, AUC, *Índice de alunos da Universidade de Coimbra (1537-1914)*, registo nº 4684, descrito em <https://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=144578&ht=manuel%20C3%A1lvares%20C3%A1lvaro%20alvar%20C3%A1s%20alvar%20C3%A1>, consultado a 18 de Maio de 2017.

3 – Cavaleiro da Ordem de Santiago?

Embaixada: Londres, a Isabel I de Inglaterra

Data: 1568

D. Nuno Álvares Pereira △

Nascimento: Entre 1520 e 1540

Pai: D. Diogo Pereira ou D. Manuel Pereira

Mãe: D. Maria de Noronha ou D. Maria de Sousa

Ofícios:

1 – Guarda-mor dos portos secos da comarca de Trás-os-Montes

2 – Escrivão da Fazenda real portuguesa

Embaixada: Bruxelas, a Guilherme de Orange, nos Países Baixos

Data: 1577

D. Nuno Manuel [△] †

Pai: D. Fradique Manuel, conselheiro de D. João III

Mãe: D. Maria de Ataíde

Ofícios:

1 – Senhor de Salvaterra de Magos, das Águias e da Erra

2 – Alcaide-mor de Marvão

Embaixada: Paris, a Henrique III de França

Data: 1574-1575

Morte: Alcácer-Quibir, 4 de Agosto de 1578

Pêro de Alcáçova Carneiro ☼ △ †

Nascimento: Lisboa, 29 de Junho de 1515

Pai: António Carneiro, secretário de Estado de D. Manuel I e D. João III

Mãe: D. Beatriz de Alcáçova

Ofícios:

1 – Secretário de Estado de D. João III e de D. Sebastião

Embaixada: Madrid, a Filipe II de Castela

Data: 1576

Morte: Lisboa, 11 ou 12 de Maio de 1593

D. Pedro Henriques (irmão do padre Leão Henriques)

Nascimento: c. 1525

Pai: D. Henrique Henriques, senhor de Alcáçovas

Mãe: D. Maria de Aragão

Ofícios: ?

Embaixada: Paris, a Carlos IX de França

Data: 1568(?)

II: *Instruções* Diplomáticas (1568-1578)

Data	Embaixador	Destino	Emissor	Fonte(s)
Fevereiro de 1568(?)	Francisco de Sá	Castela	D. Sebastião	Lisboa, DGA/TT, <i>Colecção de São Vicente</i> , tomo III, fls. 187-190v
1 de Setembro de 1568	D. Francisco Pereira	Castela	D. Sebastião	Lisboa, DGA/TT, <i>As Gavetas[...]</i> , Tomo I, Gaveta 2, Maço 9, doc. 20
23 de Março de 1569	João Telo de Meneses	Roma	D. Sebastião	Diogo Barbosa Machado, <i>Memorias[...]</i> , parte III, liv. I, cap. XIV, pp. 131-134
16 de Dezembro de 1569	António Fogaça	Inglaterra	D. Sebastião	Diogo Barbosa Machado, <i>Memorias[...]</i> , parte II, liv. II, cap. XXXII, pp. 736-738
21 de Março de 1570	D. Álvaro de Castro	Castela	D. Sebastião	Lisboa, BNP, <i>Fundo Geral de Manuscritos</i> , cód. 887, fls. 34v-35
16 de Novembro de 1570	D. Duarte de Castelo Branco	Castela	D. Catarina	Lisboa, BA, <i>Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco</i> , cód. 49-X-1, fls. 4-5
27 de Dezembro 1571	Francisco Giraldes	Inglaterra	D. Sebastião	Visconde de Santarém, <i>Quadro Elementar</i> , tomo XV, pp. 242-244
24 de Janeiro de 1572	João Gomes da Silva	Castela	D. Catarina	Visconde de Santarém, <i>Quadro Elementar</i> , tomo III, livro 2, pp. 331-333.
29 de Novembro de 1572	D. Dinis de Lencastre	França	D. Sebastião	Diogo Barbosa Machado, <i>op. cit.</i> , parte III, liv. II, cap. XVIII, pp. 467-479.
19 de Dezembro de 1574	D. Nuno Manuel	França	D. Sebastião	Lisboa, BNP, <i>Fundo Geral de Manuscritos</i> , cód. 887, fl. 10-10v
12 de Agosto de 1576	Francisco Giraldes	França	D. Sebastião	Lisboa, BNP, <i>Fundo Geral de Manuscritos</i> , cód. 887, fl. 9v.-10
28 de Novembro de 1576	Cristóvão de Távora	Castela	D. Sebastião	Machado, <i>Memorias....</i> , parte IV, liv. I, cap. IV, pp. 41-48.
20 de Setembro de 1577	Nuno Álvares Pereira	Países Baixos	D. Sebastião	Lisboa, DGA/TT, <i>Corpo Cronológico</i> , parte I, maço 111, doc. 26
22 de Novembro de 1577	Luís da Silva	Castela/Larache	D. Sebastião	Diogo Barbosa Machado, <i>Memorias[...]</i> , parte IV, liv. I, Cap. XII, pp. 103-107

III: Embaixadores Portugueses em Castela (1568-1578)

ANO(s)	EMBAIXADOR	ASSUNTOS	FONTES
1568	Duarte de S. Paio	Enviado. Compra de falcões para a falcoaria real.	Carta de D. Sebastião a D. Francisco Pereira (Lisboa, 30 de Janeiro de 1568) DGA/TT, <i>Miscelâneas Manuscritas</i> , mss. 169, fl. 173.
	Francisco de Sá	Enviado. Mostrar o <i>tamanho semtymêto</i> pela prisão de D. Carlos Lourenço; e cumprimentar os príncipes da Boémia que estão em Espanha.	Instrução a Francisco de Sá (02/1568). Lisboa, DGA/TT, <i>Colecção de São Vicente</i> , Tomo III, fls. 187-190v.
	D. Luís de Lencastre	Enviado. Pêsames pela morte de Carlos Lourenço de Áustria (14/7).	Carta de D. Sebastião a Filipe II ou Carta de Crença de D. Luís de Lencastre (Sintra, 10 de Agosto de 1568), publicada em Diogo Barbosa Machado, <i>Memorias...</i> , parte III, pp. 45-46.
	D. Francisco Pereira	Permanente. Capitulação e concórdia do Tratado que se devia assinar entre Portugal e Castela, sobre os Crimes de Lesa-Majestade. Regressou a Portugal a 25 de Setembro, finda a Embaixada que durava desde 1558.	DGA/TT, <i>As Gavetas...</i> , Tomo I, Gaveta 2, Maço 9, doc. 20. Carta de D. Sebastião a D. Francisco Pereira (11/09/1570). Cit. in Joaquim Veríssimo Serrão, <i>Itinerários...</i> , p. 166.
1570	D. Álvaro de Castro	Enviado. Saber, junto de Filipe II, como se desenrolava o negócio do casamento com a França.	«Carta de D. Sebastião a Filipe II» (Évora, 21/3/1570). AGS, <i>Estado</i> , Portugal, leg. 387, fl. 45.
	D. Duarte de Castelo Branco	Enviado. Visitar Filipe II e a sua nova consorte, Ana de Áustria, casados a 12 de Novembro de 1570.	«Instrução de D. Catarina a D. Duarte de Castelo Branco» (Lisboa, 17/10/1570). BA, cód. 49-X-1, fl. 4-5.
		Feito Residente na corte madrilena. Cumprimentar Filipe II e Ana de Áustria pelo casamento. Manter as boas relações entre Portugal e Castela.	«Carta do Cardeal Infante a Ana de Áustria» (Almeirim, 27/11/1570). AGS, <i>Estado</i> , Portugal, leg. 387, fl. 34. Instrução de D. Catarina de Áustria a D. Duarte de Castelo Branco (Xabregas, 16/11/1570). Lisboa, BA, <i>Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco</i> , cód. 49-X-1, fls. 4-5
1571		Licenciado Diogo Fernandes foi mandado a Castela para servir na embaixada de D. Duarte de Castelo Branco.	Carta de Miguel de Moura a D. Duarte de Castelo Branco (Lisboa, 15/10/1571). Lisboa, BA, <i>Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco</i> , cód. 49-X-5, fl. 24.
	Fernão Martins de Mascarenhas	Enviado. «... <i>persona de gran confianza en quien ay muchas calidades para que de mi parte le de cuenta mas particularmente (coín el amor y clareza que entre nosotros ay y en todo deue auer)</i> ...» Em nome de D. Sebastião, foi enviado a Filipe II para resolver o assunto da saída da Rainha de Portugal. Leva também carta de D. Henrique e D. Catarina.	«Carta autógrafa de D. Sebastião a Filipe II» ou Carta de Creditação de Fernão Martins de Mascarenhas. (Lisboa, 21/06/1571). Simancas, AGS, <i>Estado</i> , Portugal, leg. 389, fl. 117.
1572	Fernão da Silva	Enviado. Felicitar os reis católicos pelo nascimento do príncipe Fernando (04/12).	Carta de D. Sebastião a Filipe II, ou Carta Credencial a Fernão da Silva (Lisboa, 20/12/1571). Simancas, AGS, <i>Estado</i> , Portugal, leg. 389, fl. 9. Carta do cardeal-infante a D. Duarte de Castelo Branco (Lisboa, 19/12/1571). Lisboa, BA, <i>Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco</i> , cód. 49-X-1, fl. 49.
	João Gomes da Silva	Enviado para Paris. Cumprimentar Filipe II, Ana de Áustria e D. Joana de Áustria em Madrid.	Diogo Barbosa Machado, <i>Memorias[...]</i> , P. III, liv. II, cap. V, pp. 331-333.
1574	D. Francisco de Portugal	Enviado à Baviera. Para tratar do casamento de D. Sebastião na Baviera. No entanto, parou em Castela. Procurou apurar se Filipe II estaria disposto a apoiar D. Sebastião numa futura investida no Norte de África, no mais estreito sigilo.	«Carta de D. Juan de Borja a Filipe II» (Lisboa, 26 de Novembro de 1573). Simancas, AGS, <i>Estado</i> , Portugal, leg. 391, fl. 52. Anexo de carta de D. Juan de Borja a Filipe II (Lisboa, 7 de Março de 1574). Simancas, AGS, <i>Estado</i> , Portugal, leg. 392, fl. 48. «Carta de D. Sebastião a Filipe II, ou Carta Credencial de D. Francisco de Portugal (Almeirim, 11 de Maio de 1574). Simancas, AGS, <i>Estado</i> , Portugal, leg. 392, fl. 118, publicada em Joaquim Veríssimo Serrão, <i>Itinerários...</i> , 1987, pp. 320-321

ANO(s)	EMBAIXADOR	ASSUNTOS	FONTES
1574	Fernão da Silva	Enviado. Avisar Filipe II da passagem de D. Sebastião para África.	«Carta de D. Sebastião, assinada pelo cardeal-infante, a D. Duarte de Castelo Branco» (Lisboa, 15 de Setembro de 1574), in BA, 49-X-1, fl. 172.
1576	Pero de Alcáçova Carneiro	Enviado. Tratar da organização das «vistas» de Guadalupe, a realizarem-se no final desse ano.	Carta de D. Sebastião a Filipe II, ou Carta Credencial de Pêro de Alcáçova Carneiro (Lisboa, 25 de Junho de 1576). AGS, <i>Estado</i> , Portugal, leg. 393, fl. 60, publ. em Joaquim Veríssimo Serrão, <i>op. cit.</i> , 1987, p. 389
	Cristóvão de Távora	Enviado. Pêsames pela morte de Maximiliano II, a Filipe II e Ana de Áustria.	Machado, <i>Memórias...</i> , parte IV, livro I, capítulo IV, pp. 41-48.
	Luís da Silva	Embaixador. Procurar o apoio do rei católico para a Jornada de Larache.	Machado, <i>Memórias...</i> , Parte IV, Liv. I, Cap. XII, pp. 103-107. Francisco de Sales Loureiro, “A embaixada extraordinária de Luís da Silva”[...], pp. 151-158.
1578	Cristóvão de Moura	Preencher a lacuna diplomática, com o regresso de Luís da Silva.	Carta de D. Sebastião a Cristóvão de Moura (Lisboa, 21/1/1578). AGS, <i>Estado</i> , Portugal, leg. 395, fl. 54. Original na BNF, <i>Manuscripts Portugais</i> , 23, gl. 93 apud JVS, 1987, p. 450.
	Fernão da Silva	Embaixador. Substituto de Luís da Silva. Chega a Madrid a poucos dias da Batalha.	Carta de D. Juan de Silva a Gabriel de Zayas (Lisboa, 14 de Maio de 1578). Simancas, AGS, <i>Estado</i> , Portugal, leg. 396, fl. 53. Queiroz Velloso, <i>D. Sebastião</i> [...], p. 266.
	Nuno Álvares Pereira	Enviado? Esteve só de passagem? Saiu de junto de Mateo Vázquez (secretário de Filipe II) a 18 de Agosto de 1578.	Antonio Villacorta Baños-García, <i>D. Sebastião</i> [...], p. 317.

IV: Embaixadores Portugueses em França (1568-1578)

ANO(s)	EMBAIXADOR	MISSÃO	FONTES
1568?	D. Pedro Henriques	Enviado. Para tratar das represálias que João de Pacalam fez a dois navios portugueses.	«Carta de Francisco Pereira a Filipe II» (s.d.), in AGS, <i>Estado</i> , Portugal, leg. 386, fl. 88.
1570	D. João de Mascarenhas	Enviado. Felicitar Carlos IX pela vitória em Jarnac. É provável que tenha levado <i>Instrução</i> para que tratasse do casamento de D. Sebastião com Margarida de Valois.	«Carta de D. Juan de Borja a Filipe II» (Évora, 21/3/1570). AGS, <i>Estado</i> , Portugal, leg. 387, fl. 45.
		Faria visitação a D. Joana de Áustria para saber novas da princesa.	Cópia da Carta de D. Sebastião a D. Joana de Áustria» (Évora, 25/2/1570). AGS, <i>Estado</i> , Portugal, leg. 389, fl. 150.
1571	João Gomes da Silva	Enviado. Para congratular a família real francesa pelo casamento do rei e, secretamente, tratar de saber das negociações matrimoniais de Margarida de Valois com Henrique de Navarra.	Lisboa, BNP, <i>Fundo Geral de Manuscritos</i> , cód. 887, fl. 166v. Visconde de Santarém, <i>Quadro Elementar</i> tomo III, pp. 445-446.
1572	D. Dinis de Lencastre	Enviado. Para congratular Carlos IX pelo massacre aos huguenotes, pelo nascimento da filha, para insistir na entrada da França na Santa Liga e para tratar da matéria das presas marítimas.	Instrução de D. Sebastião a D. Afonso de Lencastre (Évora, 29/11/1572), publ. in Machado, <i>Memórias</i> [...], parte III, livro II, capítulo XVIII, pp. 467-479.
1572	João Gomes da Silva	Embaixador.	Diogo Barbosa Machado, <i>Memórias</i> [...], parte III, liv. II, cap. V, pp. 331-333.
1574	D. Nuno Manuel	Embaixador. Primeiramente em embaixada de pêsames pela morte de Carlos IX, depois em modos congratulatórios pelo casamento de Henrique III de França, estendendo a embaixada.	Instrução de D. Sebastião a D. Nuno Manuel (Lisboa, 19/12/1574). Lisboa, BNP, <i>Fundo Geral de Manuscritos</i> , cód. 887, fl. 10-10v.

ANO(s)	EMBAIXADOR	MISSÃO	FONTES
[1579]	Francisco Giraldes	Embaixador. Diligenciar um tratado que pusesse fim às investidas corsárias francesas sobre as portuguesas. Instrução dada por D. Sebastião, em 1576.	Carta do rei D. Henrique a Francisco Giraldes (Lisboa, 31/05/1579). Lisboa, BNP, <i>Fundo Geral de Manuscritos</i> , cód. 887, fl. 11. (Lisboa, 12/08/1576). Lisboa, BNP, <i>Fundo Geral de Manuscritos</i> , cód. 887, fl. 9v.-10.

V: Embaixadores Portugueses em Inglaterra (1568-1578)

ANO(s)	EMBAIXADOR	MISSÃO	FONTES
1568	Dr. Manuel Álvares	Embaixador. Criar condições para a assinatura de um tratado comercial com a Inglaterra. Com instrução em Dezembro de 1567, e parte a dois dias da tomada de posse de D. Sebastião.	<i>Quadro Elementar</i> , Tomo XV, pp. 186-195 «Carta de D. Sebastião a Filipe II» com Creditação ao embaixador (Sintra, 13/08). Simancas, AGS, <i>Est.</i> , legajo 385, fl. 155, transc. em Joaquim Veríssimo Serrão, <i>Itinerários[...]</i> , 1987, p. 65.
1569	António Fogaça	Embaixador. Criar condições para a assinatura de um tratado comercial com a Inglaterra. Presente em Inglaterra ainda em 1571.	Diogo Barbosa Machado, <i>Memórias[...]</i> , parte II, liv. II, cap. XXXII, pp. 736-738. Simancas, AGS, <i>Estado</i> , Portugal, leg. 389, fl. 172.
1571	Francisco Giraldes	Embaixador. Continuar o trabalho dos seus antecessores. Com sucesso, assinou o tratado em nome de D. Sebastião, em 1576. Abandonou Inglaterra em 1578. <u>Assistiam-lhe na embaixada:</u> Lionis Simões ⁸³¹ Benedito Spínola	<i>Quadro Elementar</i> , tomo XV, pp. 242 <i>passim</i> . Carta de D. Henrique (regente) a D. Duarte de Castelo Branco (Almeirim, 23/09/1574). Lisboa, BA, <i>Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco</i> , cód. 49-X-1, fl.183-183v Visconde de Santarém, <i>Quadro Elementar</i> , tomo XV, pp. 285-286.

VI: Embaixadores Portugueses em Roma (1568-1578)

ANO(s)	EMBAIXADOR	MISSÃO	FONTES
1568	D. Álvaro de Castro	Enviado. Para suprimir a saída de D. Fernando de Meneses, em Setembro de 1567. Reconhecido com Embaixador .	
1569	João Telo de Meneses	Embaixador.	Diogo Barbosa Machado, <i>Memórias...</i> , vol. III, pp. 131-134.
		Pêsames ao Cardinalato pela morte de Pio V.	Carta de D. Sebastião ao Cardeal Alexandrino (29/05). <i>Corpo Diplomático Portuguez</i> , tomo X, pp. 447-448
	D. Álvaro de Castro	Enviado. A congratular por ocasião da batalha de Lepanto.	Carta de D. Juan de Borja a Filipe II (Lisboa, 19 de Janeiro de 1572). Simancas, AGS, <i>Estado</i> , Portugal, leg. 390, fl. 106

⁸³¹ Que, em Portugal, havia sido enviado ao Norte do reino para reformar os encabeçamentos das sisas das comarcas de Entre Douro e Minho, segundo carta de D. Sebastião ao concelho do Porto (Almeirim, 15 de Março de 1569). Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de El-Rei Dom Sebastião[...]*, p. 95.

ANO(s)	EMBAIXADOR	MISSÃO	FONTES
1572	João Telo de Meneses	[com a eleição de Gregório XIII] Beijar os pés de Sua Santidade. que acabava de subir ao trono de São Pedro.	ASV, <i>Nunziatura di Portogallo</i> , Volume 4, fl. 9 apud Padre José de Castro, <i>Dom Sebastião e Dom Henrique</i> , Lisboa, Tipografia União Gráfica, 1942, p. 62
1573	Padre Leão Henriques ⁸³²	Enviado. Assuntos relacionados com a Inquisição, os Cristãos-Novos e a Companhia de Jesus.	ASV, <i>Nunziatura di Portogallo</i> , volume 4, fl. 30 apud Padre José de Castro, <i>Dom Sebastião e Dom Henrique[...]</i> , pp. 68-69
	António Pinto	Substituto. Entre a transição das embaixadas de João Teles de Meneses e João Gomes da Silva, António Pinto exerceu o papel de representante oficial de Portugal na Santa Sé.	José de Castro, <i>Dom Sebastião e Dom Henrique[...]</i> , pp. 81-82
1574	João Gomes da Silva	Embaixador. Substitui João Teles de Meneses. Chega a 18 de Setembro, muito embora esteja nomeado desde Julho de 1573. Permaneceria em Roma até à morte do cardeal-rei.	Carta de D. Sebastião a Gregório XIII ou carta credencial de João Gomes da Silva (Lisboa, 22 de Julho de 1573). ASV, <i>Nunziatura di Portogallo</i> , volume 4, fl. 31 apud Idem, <i>ibidem</i> , pp. 72-73.
	Aquiles Estaço	Exposição da Oração de Obediência. Atendeu a todos os embaixadores portugueses estabelecidos em Roma.	<i>Oração de Obediência ao Sumo Pontífice Gregório XIII dita por Aquiles Estaço em 1574</i> , edição fac-similada, com nota bibliográfica de Martim de Albuquerque e tradução portuguesa de Miguel Pinto de Meneses, Lisboa, Edições Inapa sob o patrocínio da Academia Portuguesa da História, 1988.

VII: Embaixadores Portugueses noutras Cortes (1568-1578)

ANO(s)	LOCAL	EMBAIXADOR	MISSÃO	FONTE(S)
1572	VENEZA	D. Francisco de Távora	Enviado. A congratular por ocasião da batalha de Lepanto.	Carta de D. Juan de Borja a Filipe II (Lisboa, 19 de Janeiro de 1572). Simancas, AGS, <i>Estado</i> , Portugal, leg. 390, fl. 106
	[CASTELA]	D. Gonçalo de Castelo Branco	Enviado. A congratular pessoalmente D. Juan de Austria pelo sucedido em Lepanto.	<i>Ibidem</i>
1573	POLÓNIA	João Gomes da Silva, o moço	Enviado. Congratular Henrique de Valois, duque de Anjou, pela sua eleição à Coroa polaca. A missão não se concluiu.	Carta de D. Sebastião a João Gomes da Silva (Lisboa, 21/05/1574). Lisboa, BNP, <i>Fundo Geral de Manuscritos</i> , cód. 887, fl. 150.
1575	SABOIA	Garcia Fernandes de Saldanha	Enviado. Sem justificação. Provavelmente relativa ao projecto africano de D. Sebastião. Não se encontrou mais referência a esta enviatura.	Carta de Miguel de Moura a D. Duarte de Castelo Branco (Almeirim, 14/01/1575). Lisboa, BA, <i>Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco</i> , cód. 49-X-5, fl. 80v.
1577	DUCADO DE PARMA	João Gomes da Silva, o moço	Enviado. Pêsames pela morte do senhor D. Duarte e de D. Isabel de Bragança aos duques de Parma, D. Maria de Portugal e Alexandre Farnésio.	Carta de D. Sebastião a João Gomes da Silva (Madrigalejo, 03/01/1577). Lisboa, BNP, <i>Fundo Geral de Manuscritos</i> , cód. 887, fl. 156v.
	DUCADO DA TOSCANA	João Gomes da Silva	Enviado. Negociar, secretamente, com o duque o casamento de D. Sebastião com a sua filha, Leonor de Médicis. Francisco I de Médicis, ao mesmo tempo, garantia apoio a Portugal para a Jornada de Larache.	Instrução de D. Sebastião a João Gomes da Silva (Lisboa, 28/08/1577), publicada integralmente em Diogo Barbosa Machado, <i>Memórias[...]</i> , tomo IV, pp. 116-119.
	PAÍSES BAIXOS	D. Nuno Álvares Pereira	Enviado. Obter apoio, guarnição, víveres e militares para a Jornada de Larache, em Antuérpia e nos principados alemães. Regressou a Portugal em 20 de Março de 1578.	Instrução de D. Sebastião a Nuno Álvares Pereira (Lisboa, 20/9/1577). Lisboa, DGA/TT, <i>Corpo Cronológico</i> , parte I, maço 111, doc. 26
	SABÓIA	António Pinto	Enviado. A contratar soldados.	Luís Costa e Sousa, <i>Construir e Desconstruir [...]</i> , p. 176, nota 94.
1578	PAÍSES BAIXOS	Sebastião da Costa	Enviado. A substituir D. Nuno Álvares Pereira. Levava correspondência para Guilherme de Nassau. Permaneceria em Antuérpia até o embarque dos soldados.	Diogo Barbosa Machado, <i>Memórias[...]</i> , parte IV, liv. I, cap. XIII, p. 114.

⁸³² Por mando do cardeal-infante D. Henrique “[...] *por ser a sua acção muito necessária e útil às coisas da Inquisição [e] conhecer muito bem as coisas da Companhia.*” Padre José de Castro, *op. cit.*, p. 68.

VIII: Tenças atribuídas aos Embaixadores

EMBAIXADOR	Tença	DESCRIPTIVO	FONTE(S)
D. Francisco Pereira	150.000 réis	«auendo Risp ^{to} aos seruiços que tenho Recibidos de don fr ^{co} p ^{ra} do meu cõselho q̃ esteue por embaixador na corte delRey de castela e q̃ temdolhe fazer merce ey por bem e me praz q̃ ele tenha e aja de minha faz ^{da} cinqueêta [sic] mil reys»	Alvará de tença (Lisboa, 16 de Junho de 1561). Lisboa DGA/TT, <i>Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique</i> , liv. 11, fl. 35v
D. Francisco Pereira	200.000 réis	«auendo Resp ^{to} aos seruiços que me fez dom fr ^{co} p ^{ra} do meu comselho estamdo por Ebaixador e corte de castela e q̃ temdo lhe fazer merce ey por bem e me praz q̃ ele tenha e ajja de minha fazemda do primejro dia do mes de Jan ^{to} q̃ paSou [...] de dozemos mjll rs»	Alvará de tença (Lisboa, 25 de Fevereiro de 1571). Lisboa, DGA/TT, <i>Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique</i> , liv. 25, fl. 141
João Gomes da Silva	200.000 réis	«avemdo Respey ^{to} aos seruiços que me tẽ feyto J ^o gomez da sillua do meu conselho e frança E nos que espero que me faça ey por bẽ e me praz de lhe fazer merce de dozemos mil reys de tença»	Alvará de tença (Lisboa, 25 de Outubro de 1575). Lisboa, DGA/TT, <i>Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique</i> , liv. 35, fl. 169
João Telo de Meneses	200.000 réis	«auendo Respey ^{to} aos seruiços de dom João tello de meneses do meu comselho de estado e aos q̃ me fez estando per meu embaxador e Roma ey por bem e me praz de lhe fazer merce de dozemos mill reys de tẽça»	Alvará de tença (Évora, 28 de Março de 1575). Lisboa, DGA/TT, <i>Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique</i> , liv. 34, fl. 120
Fernão da Silva	100.000 réis	Não especificando a actividade diplomática que viria a exercer mais tarde, é provável que D. Sebastião o tenha agraciado desta forma para o comprazer nesse sentido.	Alvará de tença (Lisboa, 9 de Fevereiro de 1578). Lisboa, DGA/TT, <i>Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique</i> , liv. 40, fl. 302v, citada em Joaquim Veríssimo Serrão, <i>Itinerários[...]</i> , p. 453
Luís da Silva	60.000 réis	«ha luis da syllua [sic] fidalguo da casa del Rey nosso snr sesemta mill rs cada anno». Da mesma forma que com Fernão da Silva, não especifica, mas crê-se que seja uma recompensa pelo serviço que prestou junto de Filipe II, desde 1576.	Alvará de tença (Lisboa, 19 de Fevereiro de 1578). Lisboa, DGA/TT, <i>Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique</i> , liv. 41, fl. 36

IX: Embaixadores de Castela em Portugal (1568-1578)

ANO(s)	EMBAIXADOR
1567	D. Hernando Carrillo de Mendonza – permanente
1571	D. Juan de Borja – permanente
1574	Alvaro de Vaenca – permanente
1576	D. Juan de Silva – permanente
	D. Cristóvão de Moura – Sobre as «vistas» de Guadalupe

X: Núncios da Santa Sé em Portugal (1568-1578)

ANO(s)	EMBAIXADOR	ASSUNTO	FONTES
1570	D. Luis de Torres	Junho (Primeira Visita) Setembro (Segunda Visita). Os dois propósitos principais foram alcançar o favorecimento português na Santa Liga e fazer com que D. Sebastião se casasse com Margarida de Valois.	Carta de D. Sebastião ao Papa Pio V (Sintra, 14 de Setembro de 1570). Vide <i>CDP</i> , tomo X, pp. 391-393
1571	Cardeal Alexandrino	De 3 a 13 de Dezembro . Santa Liga;	Arnaldo Pinto Cardoso, <i>Embaixada do Papa Pio V ao Rei Dom Sebastião</i> , Lisboa, Academia da História, 2012

ANO(s)	EMBAIXADOR	ASSUNTO	FONTES
1573	Leonardo Marini, arcebispo de Lanciano	De 19 a 22 de Fevereiro. Santa Liga;	BNP, <i>Fundo Geral de Manuscritos</i> , cód. 8570, fl. 261v.
1574	Pompeo Leone	Fevereiro. Pêsames pela morte de D. Joana de Áustria. Entrega da seta ensanguentada de S. Sebastião.	Joaquim Veríssimo Serrão, <i>Documentos Inéditos[...]</i> , p. 71. José Pereira Baião, <i>Portugal Cuidadoso e Lastimado...</i> , p. 304
1575	Giovanni Andrea Caligari	Janeiro. Entrega da espada e do chapéu benzidos. De seguida foi para Évora, refugiando-se da vaga pestífera que assolava Portugal.	José de Castro, <i>D. Sebastião e D. Henrique...</i> , pp. 83-89
1577	Monsenhor Roberto Fontana	Substituir o anterior.	Fortunato de Almeida, <i>História da Igreja em Portugal</i> , vol. II, p. 586

XI: Embaixadores de outras origens, em Portugal (1568-1578)

ANO(s)	EMBAIXADOR	ASSUNTO	FONTES
1574	Ciro Alidosio , do grão-duque da Toscana	Apresentar, em Lisboa, a notícia da morte do grão-duque da Toscana, Cosme I de Médicis.	Diogo Barbosa Machado, <i>Memórias[...]</i> , parte IV, liv. I, cap. XIII, pp. 115-116.
1575	Zabarque , do rei do Hidalcão	Confirmar assinatura do tratado de pazes com Portugal.	João Pereira Baião, <i>Portugal Cuidadoso e Lastimado...</i> , pp. 347-348
1577	Ciro Alidosi , do grão-duque da Toscana	Jornada de Larache e diligências matrimoniais de D. Sebastião com Leonor de Médicis.	Gasparo di Caro, "ALIDOSI, Ciro", in <i>Dizionario Biografico degli Italiani</i> , volume 2, 1960, em http://www.treccani.it/enciclopedia/ciro-alidosi_(Dizionario-Biografico)/ consultado a 27 de Fevereiro de 2018.

APÊNDICE DOCUMENTAL

A amostragem documental seleccionada – a) Instruções; b) Correspondência e c) Outra Documentação – prende-se com o critério que presidiu à estrutura do trabalho realizado sobre a política externa de D. Sebastião. Evitou-se, por questões relativas à dimensão do corpo da dissertação, a transcrição da correspondência dos embaixadores com o monarca.

No entanto, muito embora algumas das cartas de D. Sebastião a Filipe II, pertencendo ao Arquivo de Simancas, estejam na sua maioria, total ou parcialmente, publicadas, optou-se por as incluir para assegurar a coerência da leitura, dada a relevância e o valor diplomático que assumem.

Finalmente, seguiu-se o princípio fundamental de se «respeitar em tudo as grafias do original» e da cópia, como ensinava o P^e Avelino de Jesus da Costa, juntamente com as normas de transcrição do professor Eduardo Borges Nunes⁸³³.

As abreviaturas foram desdobradas em itálico, aproximando o mais possível à escrita da época, por exemplo:

R^{no} = Rey^{no} || p^a = per^a || ĩbax^{or} = ĩbaxad^{or} || m^{ra} = maney^{ra}

[sic=...] erro ortográfico que compromete o entendimento do texto e respectiva correcção.

<lacunas, borrões ou falhas no texto completadas>

[[emendado no texto pelo redactor]]

[?] Dúvidas de leitura.

⁸³³ P^e Avelino de Jesus da Costa, *Normas Gerais de Transcrição e Publicação de Documentos e Textos Medievais e Modernos*, 3^a edição – muito melhorada, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Paleografia e Diplomática, 1993, pp. 46-59, bem como Alexandre Borges Nunes, *Album de Paleografia Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1969, e o fulcral dicionário paleográfico *Abreviaturas Paleográficas Portuguesas*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1981.

A) INSTRUÇÕES

DOCUMENTO Nº 1

Francisco de Sá (a Castela)

Lisboa, Fevereiro de 1568

Francisco de saa amigo, po^{la} muita comffiamça ã de vos tenho, ouue p^{or} meu Serui^{co} enuiaruos ao Serenissi^{mo} Rey de castela meu tyo pera de minha par^{te} o visytardes e lhe falardes [[No negocyo]] na materia do principe seu *filh*^o E o ã fareis E lhe direis he o seguynte.

Prymei^{ra}mente hireis Na puorta [[omays]] Na^{qu}^{ela} deligençia ã boamente poderdes lembrambros ã quanto mays cedo chegardes mays meu Serui^{co} sera tanto ã fordes em madryd E Pousareys em casa de dom francisco *perei*^{ra} do meu cõselho E meu *ẽbaxad*^{or} a ã dareys as carttas minhas ã leuaes, [[E ele]] E com ele comunicareys tudo o a ã vos contei E lhe mostrareys esta ymstrucam, E ele fara saber de vos a el Rey E quando, vos ãyser ouuir ã voos procurareys ã seja o mays breuemẽte ã poder ser hyreys a ele cõ o dito dom f^o E darlheys A carta da minha mão ã *pera* ele leuaes E depoy de a lerlhe direys ã [[por]] bem fernado caRillho de memdoça seu *ẽbaxad*^{or} me deu de sua parte comta de como premdera o serenissi^{mo} A Pryncipe don Carlos seu *filh*^o meu primo E a dor E penna ã por isso lhe ficaua de ã Recebj tamanho semtymẽto como a grandeza da materia E o *mu*^{ito} amor ã a ele E ao pryncipe meu prymo tenho Rezam cujas coussas [sic] ouue em sempre por prõprias minhas, E ã se (fl. 187v.) minha disposiçam me dera a isso lugar em fra comsolalo neste trabalho per ã hey ã a pryncipal *par*^{te} dele ha de ser sua E oferecerlhe o ã de mim E de meus Reynos lhe compuse Mas ã nam me semdo possiuel Mamdo a vos ã o façaes de minha *par*^{te} E me traguaes de sua desposicam tam boas Nouas como eu *q*^{ria} E como *por* ser a *deus* ã lhe dara sempre per ã com ela espero em nele ã certos Negocyos tam boõs sucesos como ele deseja de que o Serenissi^{mo} pryncipe conheça ã o ã se com ele fez foy mays como pay Benigno E piadoso ã *por* outro algum Respecto. E ã lhe peço vos auise de tuod o ã compryr E for necesaryo em fazer per ã o compryre tam ymtramẽte como sam as Muytas Razoes ã *pera* isso ha / A ã vos leuaes comisao minha *pera* visitardes o pryncipe Meu prjmo se vos ele der *Licem*^{sa} *pera* isso E fazerdes o ã vos ele niSo ordenar E mamdar E damdonola hireys ao pryncipe E Darlheys a carta minha ã *pera* ele leyaes / E lhe dyreis o muyto semtymẽto com ã fiquo deste Negocyo poas muytas Razoes ã *pera* isso há E ã espero em nosso Senhor ã ysto seja *pera* *q*^{jet}açam E descanso seu por^q do Serenissi^{mo} Rey de castela seu pay E do *mu*^{ito} amor ã sempre lhe teue senam pode Nem deue esperar outra coussa – ã lhe peço me faça saber como estaa E se acha E prazera a nosso senhor ser tambem como eu deseio.

A Pryncessa minha senhora Dareys a carta de minha mao ã *per*^a sua alteza leuaes E lhe Direys ã dom francisco *perei*^{ra} meu *ẽbaxad*^{or} mescreueo o *mu*^{ito} semtymẽto cõ ã s.A. ficaua p^{or} este acomtecmẽto do prjncipe meu prjmo ã foi caussa de se medobrar o ã p^{or} tal caso E ã tamto me toqua era Razam ã tjeuse El que ã este mo folguara de minha disposicam de mdar lugar *pera* yr acompanhar s.A. neste trabalho E oferecerlhe o ã de mim E de meus Reynos compuse E ã pois ysto agora Nam podese Beijarey as mãos a s.A. *q*^{erer} mostrar Neste Negocjo a grande prudencia ã lhe Nosa Senhora E eu espero nele ã *mu*^{ito} ceod se Resolua em Bem E ã aja *mu*^{itas} Razoes *pera* nos deuermos *mu*^{ito} alegrar al que p^{or} vos me mãde m^{tas} Nouas

de sy. E sua desposiçã E se há alguma coussa com ã a possa prouyr per ã o farey cõ o amor E vomtade ã deuo E sou obryguado.

A Rainh^a minha tja visitareys tambem de minha par^{te} E ehe pedireys me fara saber como esta ã prazera a nosso senhor tambem como desejo

Aos pryncipes de bohemia Meus prymos visitareis da minha par^{te} E asy a dom joao daustria E pedyreseys ã de sj l mui^{tas} nouas por ã deseio boas ej de Receber cõ yso mui^{to} cõtentamen^{to}/

Procurareys demtender mui^{to} Ho certo e caussa da prisam do pryncipe E o ã se mays fez ou faz E a maneir^a em ã lhe nisso procede pera de tudo me dardes Relacam E tamto ã vos ElRey [[El]] pryncipe E a pryncesa minha senho^{ra} despacharem vos tornareys ãbora.

Lisboa, DGA/TT, *Colecção De São Vicente*, tomo III, fls. 187-190v.

DOCUMENTO N^o 2

D. Francisco Pereira (Castela) **Sintra, 1 de Setembro de 1568**

Instruction para Don Francisco Pereira enbaxador en la corte de Castilla sobre la capitulacion y concordia que se tiene de hazer con el serenissimo rey Don Felipe e declaraciones y casos que de nuevo se an de añadir

En la capitulacion antiguaa que habia de los que cometen crime de lesa magestat se assento que por ser cosa tan inportante se renovasse e hiziesse de nuebo com ciertas declaraciones en la forma siguiente a saber. Que tratanto o cometiendo alguna perssona (de qualquiere estado preminencia qualidat y condicion que sea subdito o no subdito) crime de lesa magestat contra las perssonas de los rreyes de Portugal o de Castilla rreinas y sus hijos legitimos o se alçare con alguna ciudat villa fortaleza o castillo o en otra qualquier manera hiziere cosa contra sus estados y las tales perssonas se fueren lançar y acoger a cada uno de los dichos rreinos que en tal caso viniendo alguna requisitoria de las relaciones e audiencias reales con las infformaciones y pesquisas para que los tales traidores y desleales sean presos y remetidos ellos serán luego presos y entregues de un rreino a otro para que dellos se haga cumplimiento de justicia.

E quando sobre el dicho caso vinieren requisitorias de otras justiças inferiores no se hara luego la dicha rimission sino constando primero a los juezes que la uvieren de hazer por evidencia del processo o prueba bastante que el dillicto fue comitado.

E anssi en un caso como en otro no se harán perante los juezes de la remission nuevos procesos ni se recibirán pruebas de nuevo aunque las partes lo requieran y esto se entendera anssi en el caso de lesa magestat como en todos los demas delictos en que los dillinquentes uvieren de ser remitidos.

E quoanto a otra caputlacion antigua que los que de un rreino a otro se passaren con algunas cosas y las llevaren furtivel y robadamente contra voluntat de sus dueños sean remitidos con las dichas cosas que le fueren alladas y se pudieren aver se ha de añadir y declarar que la misma remission se haga de los oficiales de los dichos rreyes que uvieren tenido carguo de sua hazienda y se passaren de un rreino a otro sin dar cuenta ny pagar lo que deven.

E ansí aya lugar en los factores y negociadores de mercaderes e en los mismos mercaderes e en otras qualesquier personas que quebraren o se levantaren con hacienda ajena.

E en quanto la dicha capitulación habla que los que llevaren mujeres casadas o ellas se fueren o vinieren contra voluntad de sus maridos se haga la misma remisión. Se entienda e aya lugar en los que llevaren hijas de casa de sus padres contra voluntad dellos o de otras personas sub cuyo poder estuvieren.

E por quanto en este reino está el traslado de una capitulación antigua que dice que los que de un reino a otro fueren matar con ballesta o por dinero o saltearen y robaren en caminos o cometieren semejantes maleficios sean remitidos de la qual capitulación no se alla original autentico aviendose buscado en los libros antiguos de la Relación y en la Torre del Tonbo se ha de declarar que aunque el dicho original no se alle ella se cunpla y guarde como hasta ora se usó por evitar muchos inconvenientes que dello se podrían seguir. E hasse mas de declarar que esso mismo sean remitidos los que mataren con arcabuz o espingarda como lo son los que matan con ballesta.

E con estas declaraciones y limitaciones se cumplan las capitulaciones antiguas destes reinos.

Estos son los casos que de nuevo se an de capitular en que los delinquentes han de ser remitidos

A saber los que mataren o firieren alguno de los presidentes o gouernadores desenbargadores e oidores de las audiencias reales jueces de judicaturas y tribunales supremos aunque no sean de corte e de las dichas relaciones e audiencias reales por quanto concurren en ellos la misma razón y tienen el mismo privilegio autoridat y preminencia.

E lo mismo abra lugar en los que actualmente mataren alguno de los corregidores proveedores oidores o jueces de fuera de qualesquier comarcas ciudades villas y lugares de los dichos reinos pero no aviendo en los tales mas que ferimiento no se hará tal remisión.

Iten los que por fuerza y con armas fueren de un reino a otro e rompleren y quebrantaren carceres publicas para dellas sacar presos lo que también abra lugar en los naturales de cada uno de los dichos reinos donde se hiziere la tal fuerza e insulto e fueren en ayuda de cometer el dicho delicto hora a la sazón estén en el dicho reino ora vayan esso de fuera del.

E los delinquentes que tuvieran cometidos algunos de los delictos sobre que se hacen estas nuevas capitulaciones e antes de la publicación dellas estuvieren acogidos a cada uno de los dichos reinos ser les ha dado término de quatro meses que se vayan para do quisieren y se pongan en salvo vista la buena fe con que están en los dichos reinos e a ellos se acogieron.

Pero en los casos que ya penden en juicio e se trata duvda si se comprehendem en las capitulaciones antiguas determinarse a lo que fuere justifica e esso se cumplirá así e de la manera que fuere determinado.

E haasse de fazer declaración que en todos estos delictos crimes y casos que se aora capitulan de nuevo e las limitaciones de declaraciones que se hacen a las capitulaciones antiguas avran lugar no solamente los que hizieren y comtieren los dichos delictos mas también en los que los mandarem hazer y cometer.

E en lo que toca a las mas cosas sobre que en tiempos passados fueron hechas pazes concordias y capitulaciones antes los rreyes destes reinos y los rreyes de Castilla se cunpliran y guardaran como en ellas se contiene con las limitaciones y declaraciones e casos que de nuevo se pusieron en esta nueva capitulación.

DOCUMENTO Nº 3

João Teles de Meneses (a Roma)
Almeirim, 23 de Março de 1569

Larga foy a instrucção, que El Rey entregou ao novo Embaixador, confiando do seu grande talento desempenharia com igual fidelidade, e prudencia, as matérias de que constava, pois todas resultavam em decoro deste Reyno. Primeiramente lhe mandava significasse a Sua Santidade o ardente affecto, com que desejava a duração da sua vida, pois com ella se animava o corpo mystico da Igreja, e lhe oferecia com filial reverencia não somente a sua Pessoa, mas a toda a Monarchia Portugueza, sempre reverente à Sé Apostolica. Em segundo lugar representasse a Sua Santidade, que no Pontificado de Pio IV, seu antecessor, pedira o Colleitor com muita instancia por virtude de hum Breve, que apresentou, lhe pagassem os Quindenios das Igrejas unidas *in perpetuum* aos Mosteiros destes Reynos, desde o tempo da sua união, o que se não executou por se allegar ao Pontifice, que as ditas Igrejas unidas forão do Padroado Real, as quaes de sua natureza não devem meyas Annatas, nem pagar Quindenios, por quanto em todos os mezes se provém pelos Ordinarios, com apresentação delRey, sem nunca proverem em Roma. De mais, que estes Mosteiros estavam em posse de não pagar estes Quindenios desde sua fundação, e do tempo das uniões, assim das Igrejas do Padroado, como das que o não são, e nunca a Sé Apostolica os pedio, nem recebo, parecendo esta tolerância ser muito justa, por atender à pobreza dos Mosteiros, dos quaes muitos não tem rendas, e por esta causa impossibilitados para os pagar; e sendo estas razoens allegadas a Pio IV as julgou tão justificadas, que desde o seu tempo até o presente se não fallou mais nesta pertença, instando agora novamente por ella o Colleitor, e requerendo ao Cardeal D. Henrique, como Legado Apostolico, mande pagar os Quindenios, cujo procedimento devia Sua Santidade estranhar ao Colleitor, pois delle resultava grave prejuízo aos Mosteiros deste Reyno, obrigando a que paguem o que por nenhum principio devem fazer.

Que pela comissão, que tinha o Cardeal D. Henrique para a reformação dos Conventos de S. Bento, S. Bernardo e Santo Agostinho, pedisse a Sua Santidade quizesse conceder faculdade para o Cardeal aceitar as renunciadas dos Commendatarios, D. Priores, e Abbades dos ditos Mosteiros, e assinarlhes pensoens commodas para sua sustentação, como tambem poder aplicar as rendas da Mesa Abbacial do Convento de Alcobaça para o lugar de Inquisidor Geral. Que no tempo que residira em Roma por seu Embaixador D. Fernando de Menezes, viera àquella Corte hum Embaixador delRey de Polonia, que intentou preceder a D. Fernando, o qual representando a Sua Santidade a justiça, que tinha para não ser precedido pelo Ministro daquella Coroa, supposto que o Pontifice reconhecesse a razão, que assistia ao nosso Embaixador para não escandalizar a hum Principe, cujos vassallos erão pouco firmes na Fé, tomou por expediente não assistir na Capella em aquelles dias, em que costumão ter lugar nella os Embaixadores, e que sendo possível, que outra vez succedesse excitarse esta controvérsia, lhe ordenava, que nunca cedesse no lugar ao Embaixador de Polonia, por ser gravemente injuriosa esta precedência a huma Coroa tão obediente aos Successores de S.

Pedro. Que agradecesse a Sua Santidade a graça expressada em hum Breve, pela qual permittira, que se continuasse o contrato dos cavallos na India com os infiéis, sem ser comprehendido nas penas da Bulla da Cea, pois cessando este commercio, se não sustentaria a guerra contra os bárbaros, de que se tinham seguido tantos triunfos à Religião Catholica.

Estas erão as principaes matérias de que constava a instrucção desta Embaixada, as quaes para serem benevolmente attendidas, e prontamente despachadas pelo Pontifice, escreveo El Rey aos Cardeas Francisco Alciato, que por ausência do Cardeal Borromeo, era protector de Portugal, a Fr. Miguel Bonello Cardeal Alexandrino, sobrinho do Pontifice, a Alexandre Farnesio, Cardeal Tusculano, e Vice-Cancellario da Igreja, a João Antonio Capisuco, Cardeal do Titulo de S. Clemente, e a João Moron, Cardeal Portuense, esperando, que interposta a autoridade destes Principes do sagrado Collegio, alcançaria o nosso Monarca o despacho das suas supplicas. Para facilitar a concessão destes negócios, em que tanto se interessava este Reyno, escreveo a Rainha D. Catharina ao Pontifice explicando-lhe com o mais profundo rendimento a sua obediência, e pedindo-lhe com fervorosas instancias quizesse benevolmente ouvir ao Embaixador, que seu neto lhe mandava[...]

Diogo Barbosa Machado, *Memorias* [...], parte III, livro I, capítulo XIV, pp. 131-134

DOCUMENTO Nº 4

António Fogaça (a Inglaterra) Évora, 16 de Dezembro de 1569

Antonio Fogaça. Vi o que referistes do que passastes em Inglaterra, e como entendestes se poderia revogar, compor, e acordar a Carta de marca, que naquelle Reyno era passada a Winter para se poder entregar da fazenda, que elle diz, se perdeu, ou lhe foy tomada por meus Vassallos na Costa da Mina em hum navio, que elle lá mandava contra a ordem, e em prejuizo de minhas demarcações, e Conquistas, para comprimento da qual Carta de marca são injustamente feitas algumas represarias em fazendas de meus Vassallos, assim nos portos do Reyno de Inglaterra, como no mar por Armadas de Inglezes, em recompensa das quaes represarias, ou tomadias se fizeraõ tambem em meus Reynos, outras em fazendas, que se acharaõ de Vassallos de Inglaterra; e porque os Reys deste Reyno meus antecessores tiveraõ sempre paz, e boa amisade com os Reys de Inglaterra, folgarey eu muito de a conservar, e perpetuar, e procurarey em tudo o que for possível conforme a minha obrigação atalhar qualquer cousa, que possa estorvar estes meus desejos. Por tanto se as fazendas, que são tomadas, como dito he, a meus Vassallos, lhe forem inteiramente restituídas, e a Serenissima Rainha de Inglaterra minha irmãa mandar quebrar a dita Carta de marca, que he passada a Winter para em nenhum temoo se usar della, e mandar dar ordem com que os seus Vassallos não entrem, nem commerceem nas minhas demarcações, e Conquistas da Costa de Guiné, e Mina, eu sou contente, e me praz de mandar com efeito torne quaesquer fazendas, que em meus Reynos, e Senhorios forem tomadas a Inglezes pela sobredita causa, e assim revogarey quaesquer mandamentos, e outras Cartas de marca, que sejaõ feitas, ou passadas em damno contra fazendas de Inglezes; e ordenarey como segura, e livremente possaõ vir negociar, e tratar aos portos de meu Reyno, como eles sempre costumaraõ fazer. E porque nos dissestes, que entendeis, que este acordo se podia fazer sendo eu contente destas condições acima ditas, as

quaes para ambas as partes apontastes, podereis dizer, que eu aceito, e debaixo dellas farey inteiramente cumprir o que de minha parte for necessario, e com recado vosso, e certeza da Serenissima Rainha de Inglaterra com que me conste mais claramente da sua vontade, mandarey logo meus poderes necessários para o efeito acordo, e continuação de boa paz, amor, e amizade, e assim o podereis afirmar, e dizer.

Diogo Barbosa Machado, *Memorias*[...], parte II, livro II, capítulo V, pp. 736-738

DOCUMENTO Nº 5

D. Álvaro de Castro (a Castela) Évora, 21 de Março de 1570

Dom Alvaro de Castro amigo vendo eu o trabalho e inquietação que a guerra de Grada [sic=Granada] pode dar a el Rey de Castella meu tio, e per também se ajuntar a materia do meu casam^{to} em França (de que se trata, e em que de minha parte as rasões que sabeis pera não poder tomar nisso resolução) aSentey de enviar a elle hũa pessoa de grande confiança e das qualidades que em vos há assy pera o visitar de minha parte como pera lhe dizer e aportar as boas razões pello que vos escolhy pera ambos estes efeitos em que tereis a maneira seguinte

Ireis de aqui pella posta a Cordova ou a qualquer lougar outro donmde estiver elRey meu tio, e como chegardes vos ireis a cassa de D. Fr^{co} Pereira meu embaix^{or} e por elle lhe fareis saber de vossa vinda pedindo lhe liçença pera irdes a elle e como volla der o fareis logo, e lhe dareis minha carta e significareis, o a que his, com lhe declarardes nisso o que som^{te} for neçesario naquelle pr^o dia pera a pratica que com elle Então tiverdes, despedirvos eis com lhe pedirdes vos ouça em outro dia, pera lhe dardes [outro?] recado, e quando tornardes a el Rey meu tio, lhe direis de minha parte, que no ã deseio saber mt^o particularmt^e como se achou do trabalho do caminho, e do que lhe daria por em ordem as cousas que comprião pera a guerra de Grada [sic=Granada], e bem de aquelles reynos uos mandey a elle pera por uos mo fazer saber que lhe peço que me mãde dizer e como esta, e se há algũa cousa que pera este efeito eu possa fazer, de ãelle reçaeba contentam^{to} porã farey de tão boa vontade como fizera ajudallo em pessoa se comprira.

Depois de por este modo visitardes el Rey meu tio lhe direis mais de minha parte, que tambem vos mando a elle pera melhor poder contender minha benção, da pratica do casam^{to}, e que vi a sua derradeira carta, que me deu D. João de Borja seu embaxad^{or} e ã ouvi no ã sobre esta materia me disse de sua parte pedindo me que se quisesse resolver nella por el Rey meu tio entender que compria assy ao bem dos meus reynos de q^{to} m^{to} tratava obrigado do m^{to} amor que me tinha, do ã eu estava m^{to} conhecido, e da boa // vontade e respeito com ã tratou este negocio, que he conforme á que lhe eu tenho e mereço e que sobre isto lhe respondi Ja perduos verey cõ o fundamen^{to}, e razões, que pera isso há e que agora não veio cousa de novo conforme no que elle deseia, e cõpre á minha reputação, autoridade e bem de meus reynos , antes o tempo suspende tudo, e mostra muitas cousas que lhe devem ser presentes (como quem tanta experiencia de todas as do mundo pera tendo proçeder em outra maney^{ta} neste negocio, e que por çerto tenho que assy lhe pareçera, e correndo a pratica nesta materia, tereis o intento que vistes nella as vezes que disso tratey,

A D. Fr^{co} Pereira dareis conta do a ã vis mando a el Rey meu tio, e o instruireis sobre esta materia naquillo de que vos parecer que sera meu seruiço auisardello, e assy fallareis sobre isto com Ruy Gomes da Silva, e com o cardeal de Cinguença [Sigüenza] Tendo nisto o modo que vos parecer.

Como el Rey meu tio vos responder vos despedireis delle e vos vireis embora fazendo o caminho por madrid onde ireis visitar de minha parte a Prinsesa [sic] minha *Seⁿho^{ra}*, e lhe dareis carta do que pasastes com el Rey meu tio, e darlhe eis minha carta.

Se vos parecer meu seruiço screuerdesme em sustancia a que pasaste com elRey meu tio, tanto ã vos despedirdes delle, e polla dilação que depois disso aueis de fazer indo a madrid, despachareis hũ correo em deligencia com o auisso que vos parecer que por elle me deueis emviar.

Emuiareis a D. Joam de Austria meu muito amado e prezado tio a carta minha que pera elle leuais e lhe escreuereis desculpas, douos de onde poderdes ir visitar, em pessoa,

Scripta em Evora, a XXJ de março de 570

REY

Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fls. 34v-35.

DOCUMENTO N° 6

D. Duarte de Castello Branco (a Castela) – [D. Catarina] Xabregas, 16 de Novembro de 1570

Dom Duarte de Castello Branco o que por meu seruiço fazeras he o seguinte

+ Dareis a seño^{ra} Princesa minha filha a Carta minha que leuais e Visitalaeis de minha parte com palauras que signifiquem o amor que lhe tenho como a propria filha pedindo lhe vos de de si muitas nouas pera mas escreuerdes porque nenhum outro cuidado vos encomendo mais que de a servirdes em tudo e de me avisardes sempre de sua disposição que espero que seja a que lhe eu desejo

+ Ao seño^r Rey meu filho dareis tambem a minha Carta que pera elle leuais e Visitaloheis de minha parte com todas as boas palauras que requerẽ o grande amor ã lhe tenho e a rezão que entre nos há significando lhe o muito contentamento que tenho de ter já celebrado este seu casamento em que espero a nosso snõ^r Viuira muitos annos com todas as prosperidades e contentamentos que lhe eu desejo e pedirlhe heis que desi vos de muitas nouas pera mas escreuerdes que prazera a nosso snõ^r que conforme a meus desejos serão muito boas.

+ Visitareis tambem a Seño^{ra} Rainha minha sobrinha dandolhe minha Carta e o pera bem de sua boa vinda a espanha e de seu casamento manifestandolhe o contentamento que pollo hum e pollo outro tenho e os (rasgado... “dezejos”) e esperanza de lhe nosso s^{or} dar muitos annos de vida pera (rasgado... “lograr”) seus Reinos com muitos gostos e contentamentos, e que lhe peço me mande muito particulares nouas de sua /4v. disposição e me avise das cousas que forem de seu gosto por que o terey eu muito grande de me ocupar nellas com aquelle amor que por muitas rezões lhe tenho.

+ Dareis minha Carta ao Principe Rodolpho meu sobrinho e Visitaloeis a elle e ao Principe Arnesto seu hirmão significandolhes a magoa com que fico de os não ter visto åtes de se hiren de Espanha e que regeberey merçe donde quer que estiuerem mandarme muito boas nouas de si.

+ Visitareis os Príncipe Alberto e Vinçislao seus hirmãos de sua boa Vinda com a Rainha sua hirmaã mostrandolhes o gosto que sempre terey de saber delles tam boas nouas como desejo.

+ E assim visitareis as Iffantes filhas do seño^r Rey meu filho se for conforme os costumes de laa e tuerdes pera isso oportunidade.

+ E se dom João daustria meu sobrinho for vindo já de Granada ou quando vier hey por bem que o visiteis de minha parte e lhe digaes a muita vontade e amor que lhe (rasgado... “tenho a qual sempre”) em mim achara pera tudo o que as (rasgado... “suas cousas tocar”) que folho de a nosso señor trazer são e saluo (deteriorado... “deixando Já em tão bom estado as cousas e de Granada”) e que lhe rogo que sempre me faça saber Como (fl. 5) esta porq̃ Reçeberey nisso muito prazer e que lhe não escreuo por não saber se seria já vindo

+ Ao Cardeal de Siguença e Duque de Feria e Príncipe Deboli Visitareis de minha parte na maneira com que aveis de fazer da do señor Rey meu neto e agradecendo ~~hy~~ a cada hum delles a vontade que nelles tenho conhecida *per^a* as cousas de meu contentamento.

+ Encomendouos muito que todas as vezes que escreuerdes ao Señor Rey meu neto me escreuais nouas das desposições do señor Rey meu filho e da sñora Rainha sua molher minha sobrinha e Príncipes de Boemia e da sñora Princesa minha f^a e das Iffantes, e de Dom João Daustria meu sobrinho porque reçeberey nisso de vos muito contentamen^{to} e scripta em Emxobreguas a xvj de Nouembro de 1570

RAYNHA

Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*, cód. 49-X-1, fls. 4-5.

DOCUMENTO N° 7

Francisco Giraldes (a Inglaterra) Almeirim, 27 de Dezembro de 1571

Principia ElRei dizendo: que tinha recebido as cartas que este Ministro lhe havia escripto em 27 de Setembro a respeito da concordia (ajuste d'amizade) entre Portugal e Inglaterra, e da esperança que tinha o dito Giraldes em que o dito Tratado se concluiria em proveito dos dois Reinos.

Que elle Rei tivera muita satisfação em saber pela dita carta, que aquella negociação progredia de tal maneira que deveria esperar-se um favoravel resultado.

Que estava resoluta a seguir o que elle Giraldes propozera, e o que lhe fôra respondido sobre aquelle assumpto, estando assim o caminho aberto para se tomar uma boa resolução. Que por estes motivos elle Rei desejava que a concordia e ajuste se fizessem por tal forma e se concluísse de modo que pudesse durar, e conservar-se elle Rei em boa paz e amizade com a Rainha d'Inglaterra, como o havião praticado os seus predecessores com os da mesma Rainha, tanto mais que S. M. lhe havia mostrado a elle Giraldes os mesmos sentimentos, quando lhe respondêra aos cumprimentos que lhe fizera da parte delle Rei de Portugal, e na benevola recepção que lhe fizera.

Que elle deveria mostrar (aos Ministros Inglezes) que em resposta à sua dita carta, elle Rei lhe tinha mandado poderes para concluir em nome delle Rei a concordia com a Inglaterra com as condições que elle Giraldes havia exposto nas suas ditas cartas. Que era necessario que os ajustes, que se concluíssem, fossem duráveis e perpétuos pela grande importância dos mesmos para os dois Soberanos, e seus respectivos paizes, autorizando-o a dizer em nome delle Rei tudo quanto fosse conducente ao dito fim; e logo que elle Giraldes lhe communicasse as condições ajustadas, elle Rei lhe enviaria imediatamente poder sufficiente afim de poder confirmar o dito Tratado com maior solemnidade, bem como os artigos desta concordia, e para subscrever aos mesmos em nome delle Rei de Portugal.

DOCUMENTO Nº 8

João Gomes da Silva (a França) – [D. Catarina] 1571

Recebida a **instrução do seu Soberano**, lhe ordenou a Rainha D. Catharina, que entregando as suas Cartas escritas a ElRey Christianissimo, e à Rainha sua esposa, lhe significasse a hum sincéro jubilo que tivera, quando recebeo a fausta noticia de ter celebrado desposorios com sua sobrinha, e a esta o excessivo amor que lhe tinha, fundado em os estreitos vinculos do parentesco, e excellentes dotes de que a natureza beneficemente a ornara, esperando que brevemente o Author de todas as felicidades, lhe abençoasse o thalamo com dilatada descendencia, para com ella se illustrarem os mayores Thronos da Europa. Semelhante obsequio mandou practicar com a Rainha-mãe delRey, e a irmãa deste Principe a Infanta Margarida de Valois; e ultimamente ao Duque de Anjù, irmão delRey Christianissimo exaltando com grandes elogios o intrepido valor, e sagrado zelo, com que parcial dos interesses delRey, se tinha heroicamente opposto aos atrevidos intentos dos sequazes do Calvinismo.

Diogo Barbosa Machado, *Memorias [...]*, parte III, livro II, capítulo V, pp. 332-333

DOCUMENTO Nº 9

D. Dinis de Lencastre (a França) Évora, 29 de Novembro de 1572

Commendador mor, Sobrinho amigo.

Offerecendo-se agora de haver de mandar visitar o Christianissimo Rey de França, meu Irmaõ, e Primo, pela santa, e honrosa determinação, que tomou, e execução della contra os Lutheranos, inimigos da nossa Santa Fé, e revéis à sua Coroa, e confiando de vós, que por vossas qualidade, e experiencia, que tendes em semelhantes cousas, fareis muy bem este officio, e me servireis nelle a todo meu contentamento, hey por bem de vos enviar a El-Rey Christianissimo para o visitardes de minha parte nesta ocasião, e lhe fazerdes algumas lembranças importantes à mesma matéria, no que tereis a maneira seguinte.

Ireis na posta, e no numero aos cavallos com que haveis de correr, e vestidos, com que vós, e os vossos haveis de levar, e com que haveis de andar em França, seguireis a limitação, que já disto vos foy dito de minha parte, e fareis o caminho agora à ida pela Corte de Castella, e visitareis de minha parte a Princeza minha Senhora, e mãe, e ao Serenissimo Rey meu tio, dando-lhes conta do a que vos mando a França, e que não quis, que passásseis sem que primeiro a visitásseis, e a comunicardes, e saberdes particularmente da saude de ambos, e lhes dardes novas da minha, porque ainda que o Meirinho mór, meu Embaixador, por minha ordem, e por obrigação de seu cargo, continue sempre com este officio, me pareceo devido mandarvos, que o fizésseis tambem agora, para juntamente com elle me poderdes logo escrever tão boas novas da saúde de ambos, como espero; e porque a Princeza minha Senhora estava estes dias passados mal disposta, e ElRey meu tio tocado de gota, de que prazerá a Nosso Senhor achareis tão bem como desejo, o visitareis em particular por estas indisposições, e que me fação merce mandarem-me dizer se estão já de

todo fora dellas, como eu queria, que sempre fosse, e que com as novas da saude do Principe meu tio recebi muito contentamento.

Tambem visitareis da minha parte a Serenissima Rainha minha tia com estas palavras mesmas, acrescentando a ellas as emboras do nascimento de sua sobrinha, e escrevermeis a resposta destas visitações, e direis da minha parte ao Meirinho mór, que com ella despache correyo na diligencia, que lhe parecer, e por sua ordem fareis saber à Princeza minha Senhora, e a ElRey meu tio de vossa chegada à sua Corte, e trabalhareis por vos despedir della com a mais brevidade, que puderdes, para que façais menos detença em vosso caminho a França, onde convém, que procureis por chegar com a mais brevidade, e diligencia, que vos for possível para bem dos efeitos, a que vos mando àquelle Reyno, mormente não partindo vós já agora daqui tão cedo, como pareceo, que fosseis.

Tanto que embora chegardes à Corte de França, e falardes com Joaõ Gomes da Sylva, do meu Conselho, que nella reside, com quem pouzareis, e com cuja informação, e parecer hey por meu serviço, que procedais em tudo o que por esta Instrucção vos cometto pelas cousas, que elle deve ter sabido, de que vos poderá advertir: fareis por sua via sabedor de vossa chegada a ElRey Christianissimo, e à Rainha Christianissima sua mãy, e o dia que tiverdes licença sua para ir ao Paço, o fareis, e parente Joaõ Gomes da Sylva (que será presente a todos os officios, que fizerdes) dareis a ElRey Christianissimo a Carta minha, que para elle levais, e lhe direis, como vos envio a elle para o visitardes de minha parte, e me alegrar com elle pela grande, e maravilhosa merce, que Nosso Senhor quis fazer a seus Reynos, e a toda a Christandade em beneficio comum della na cousa mais principal de todas, que he a conservação da nossa Santa Fé por meyo delle Christianissimo Rey, que tão claro mostrou ao Mundo na santa, e honrosa determinação, que tomou, executada com tanto zelo da Fé contra os Hereges inimigos, e perturbadores della, e revéis à sua Coroa, que se já não tivera o graõ titulo de Christianissimo, que lhe ficou dos antigos Reys de França, a quem Deos quis, que fosse dado pelo muito que por muitas vezes fizeraõ em materias da Fé, e em beneficio da Igreja Catholica, o poderá novamente merecer agora para si, e para todos os Reys seus sucessores, os quaes já agora ficaraõ herdando delle os louvores devidos a seu grande merecimento por tamanha obra, e tão notável efeito, para que o Deos tomou por instrumento, e Ministro seu, em que há tantas cousas, que considerar, e tantas mais porque se devem dar perpetuas graças a Nosso Senhor, que por mais, que o entendimento faça em as particularizar, e o conhecimento dellas em as receber todas da sua poderosa mão, nunca acabaraõ de chegar à correspondência devida a tão grande merce, e Misericordia sua; e que estando tão certo ser o meu contentamento nesta matéria tamanho, como tambem he grande a causa, poderá escusar fazer nisso demonstrações, que bem se deve cuidar de mi, que não pudera agora succeder no Mundo cousa, que mais me alegrasse, que esta, cujo efeito começou logo a prometer, e dar a certa esperança, que de cada vez se vay confirmando mais de Nosso Senhor querer restaurar as cousas, a que elle só podia dar remedio; e que me acho tão obrigado a elle Christianissimo Rey, por afim acudir pela honra de Deos, e pela sua, tratar com tanto zelo da obrigação, que a ella tem, e acabadas com taes demonstrações de declarar como suas obras passadas nesta matéria forão endereçadas a este fim, e feitas com propósito de conseguir, passando por todos os respeitos, e considerações humanas; que se me dobrou agora o amor, que lhe sempre tive, vendo a grande, e extraordinaria prudencia, com que se governou, que por ser tal, se vê claramente, que o conselho, que nelle tomou, lhe foy inspirado por Deos, que só lho podia dar; que eu o mandey logo então visitar por Joaõ Gomes da Sylva, e darlhe por elle os parabens, que se lhe devião por esta obra, que tanto tem satisfeito,

e hoje em dia alegre toda a Christandade, me pareceo, que tambem devia agora mandar fazer este officio por vós, e para juntamente lhe significardes (o que farei quão encarecidamente poder ser) a grandeza desta tão maravilhosa merce de Nosso Senhor, que quis que se executasse, e puzesse em efeito por elle Christianissimo Rey, e em dia tão sinalado como foy o de S. Bartholomeu, Vespera do Bem-aventurado Rey S. Luiz, de que elle descende, a que Nosso Senhor quis que se juntasse para mais gloria daquelle dia o milagre da arvore seca, que nelle subitamente floreceo na mesma Cidade de Pariz; o muito que elle de sua parte fez nesta obra, para depois de Deos ficar toda sendo sua; a singular prudencia, que nella mostrou; o grande segredo, e extraordinário modo, com que procedeo por tanto espaço de tempo; o sofrimento, que teve; o risco, a que se aventurou de suas obras poderem ser julgadas no Mundo diferentemente da tenção, que nella tinha, por segurar o efeito, que pertendia, que tanto importava; e que estas, e outras cousas, que nesta matéria houve, e tenho por certo, que elle fez de sua parte, lhe deu tanto, e tão grande merecimento nella, e mostrão tanto o valor da sua Real Pessoa, que me dão occasião para vos mandar, que com elle vos largueis muito mais nesta minha visitação: e persuadido eu destes respeitos, do grande amor, que lhe tenho, e da obrigação em que de novo me poem; o modo de que o vejo proceder, me movi ao offerecimento, que lhe mandey fazer por João Gomes da Sylva com aquella vontade, e amor, que deve haver, e he razão, que haja entre Reys Christãos irmãos, e tão parentes, e amigos, e que tanta obrigação tem a se ajudarem, e conformarem no que cumpre à honra de Deos; e no fim desta practica lhe dareis da minha parte os emboras pela filha⁸³⁴, que ora lhe Nosso Senhor deu, e que prazerá a elle lhe dará os filhos, que deseja, e espero que tenha, para bem da Coroa de seus Reynos, e muy grande contentamento seu.

Depois disto lhe direis, que tendes outro recado meu para elle, que lhe dareis em outro dia, quando para isso vos der licença, ou logo como elle mais quizer, e ficando isto em vós, fareis o que naquela conjunção vos melhor parecer, segundo o tempo, e lugar em que então vos achardes com El Rey Christianissimo, e quando lhe assi falardes, ora seja logo, ou depois, lhe direis de minha parte, que como irmão, que o tanto ama, e grandemente lhe deseja prósperos successos nesta importantíssima empresa, que tem entre mãos, e em que tem tanto feito, e cada dia faz mais, me pareceo não diffirir para outro algum tempo, o que entendo, que convém tratarse logo neste presente, mormente segurando-me o amor, que entre nós há, e a qualidade das mesmas cousas, que serão recebidas delle com a tenção com que lhas lembro; e que supposto estes respeitos, e razões, que me persuadem, obrigação a fazer com elle este officio, lhe faço lembrança de quanto importa ao bem da Fé Catholica, e de sua Coroa, proseguir o que tem feito, como vay fazendo, e seguir a victoria com grande pressa, e arrancar de todo as raízes aos Hereges, por quão prejudicial seria de dilação neste caso, da qual poderião tornar a resultar os males, e perturbações, que até agora houve em seus Reynos, e que não deve consentir nunca mais andarem a par de si taes pessoas, inda que seja com tão boa tenção, e respeito, como he de crer, que elle tem em tudo, senão os que forem Catholicos aprovados, e de cuja christandade se tiver longa experiencia, e que pela obrigação que tem a usar da força, conselho, e autoridade, que lhe Nosso Senhor deu em huma tão grande obra, qual tem feito, deve querer ir nella mais avante, como pelos procedimentos, e cricunstancias da mesma obra se vay entendendo, que a encaminha para a acabar de todo, e lhe dar perfeito remate, e que a este propósito não posso deixar de tambem lhe fazer lembrança, que deve ordenar como haja em seus Reynos o Santo Officio da Inquisição, e se castigue rigorosamente o

⁸³⁴ Maria Isabel da França (27 de Outubro de 1572 – 2 de Abril de 1578), filha de Carlos IX da França e Isabel de Áustria.

caso de Genebra, tão escandaloso à Christandade, e se satisfaça em tudo isto ao desejo commum della pondo em efeito cousas de que tanto merecimento se lhe seguirá ante Deos; tão grande louvor terá no Mundo, e que tanto o ajudarão também à conservação temporal de seus Reynos; e pois esta tamanha ocasião de que elle já tem dado à execução, e effeito, até agora mostra que se pode empreender, e esperar tudo, o que for em favor da Christandade, e em total destruição dos Hereges, inimigos, e perturbadores della, deve também fazer por sua parte, o que for necessario, como eu farey da minha parte se reduzir o Reyno de Inglaterra, e tratar de todas as minhas cousas desta materia; e porém antes de nella lhe falardes, e lhe dardes este meu segundo recado, que se contém neste Capitulo, o praticareis, e communicareis com João Gomes da Sylva, a que já escrevi, a que começasse a fazer este officio com El Rey Christianissimo, e o dispusesse nestas cousas, e delle sabereis como lhe forão recebidas, e tratareis ambos do modo, que deveis ter nellas, as quaes vos hey por muito encomendadas; e pois vedes a grande importância deste negocio, e como para effeito delle principalmente vos mando a esta visitação, para juntamente com ella misturardes estas cousas, e fizerdes nellas de minha parte com El Rey Christianissimo este tão devido officio, e trabalhardes por o deixar persuadido para execução de tudo isto, que tanto importa para bem, e reformação da Christandade, por certo tenho, que cumprireis quanto vos for possível em todo este negocio a vossa obrigação, para que fique satisfeito do serviço, e espero, que nelle me façais; e por isso hey por escusado encomendarvolo mais encarecidamente, nem dizervos sobre isto mais palavras.

Tambem visitareis logo da minha parte as Christianissimas Rainhas minhas irmãs, e primas, e ao Duque de Anjù, dizendo-lhes por via de recado o que couber a cada hum do que vos aqui digo, e referindo-lhe o mais, que vos parecer, do que vos mando dizer a El Rey Christianissimo, e à Rainha sua mãy dareis minha Carta, e lhe engrandecereis a minha parte, que tem no conselho, determinação, e effeito de tão grande, e notável negocio, e com ella vos largareis nesta practica quanto o tempo vos der lugar, significando-lhe como todo o Mundo está cheyo do seu maravilhoso governo, e quanto espera o mesmo Mundo, e em especial os Principes Christãos, que ella faça agora, e ao diante, para augmento do que já tem feito nas cousas passadas, e vay fazendo nas presentes, e conservação dellas, e seguindo a sustância do que vos mando por esta Instrucção lhe direis todas as mais palavras, a que vos obrigar a practica, que com ella tiverdes nesta materia, de maneira, que entenda de vós por quão grande parte está havida neste negocio, o muito, que tem feito nelle, e a quanto mais por isso mesmo está obrigada assi pelo que deve a Deos, (que he o principal respeito, que em tudo se deve ter) como pela satisfação, que deve querer dar de si ao Mundo, que della tem este conceito. E ao Duque de Anjù fallareis quasi por estes mesmos termos, e apoz isso lhe significareis quão affeiçoado lhe sou, e fuy sempre por suas obras serem de quem elle he, nas quaes se tem bem visto com quão grande valor da sua muita christandade, prudencia, e esforço tem procedido nellas, e assi visitareis as Rainhas Christianissimas pelo nascimento da neta, e filha, que lhe Nosso Senhor ora deu, e lhes dareis os parabens della de minha parte, e que espero em Deos seja isto começo para outros mayores contentamentos.

Tambem visitareis o Duque de Alençon, irmão del Rey Christianissimo, e Madama Margarida, e o Principe seu marido, estando elle já em estado, que não devais ter duvida alguma em o fazer, e sabendo primeiro, que o visitou o Marquez de Ayamonte por mandado do Serenissimo Rey de Castella, meu tio, e parecendo a vós, e a João Gomes, pelo que tiverdes entendido da materia, que El Rey Christianissimo, e a Rainha sua mãy receberão satisfação, e contentamento disto, e as palavras destas três visitações, serão, que lhes rogo,

e peço affectuosamente me mandem dizer como estão, porque de ser tambem como eles desejão, e eu queria, receberey muito contentamento; e ao Principe dareis os emboras da profissão da Fé, que fez, significando-lhe quanta alegria com isto tem dado a toda a Christandade, e a mi particularmente.

Trabalhareis por vos ver no Paço com o Duque de Guisa, e com o Duque de Aumale, seu tio, e lhes direis da minha parte, que sempre lhes tive muito boa vontade por sua christandade, lealdade, e esforço, e por em todos os tempos (mormente naquelles em que sua Casa teve mais trabalho) mostrarem o valor destas suas qualidades, que sempre epregarão no serviço de Deos, no do seu Rey, e em beneficio da patria, e agora muito mais neste honroso feito, que o Christianissimo Rey, meu irmão, e primo, por eles mandou dar à execução, que accrescentou em mi esta boa vontade, que lhes tenho, que lhes sempre mostrarey em tudo o que se oferecer como elles merecem por suas obras, e por quem são; e que lhes rogo muito, que lhes lembre, o que eu creyo, que lhes não poderá nunca esquecer, de quanto mais obrigação tem agora a proseguir, e que sempre fizeram, e a folgar de andar na Corte para este effeito, e para estarem mais perto del Rey Christianissimo, e do que cumprir a seu serviço, e estando Se achardes ainda em França o Marquez de Ayamonte, Enviado do Serenissimo Rey de Castella, meu tio, communicarvoseis com elle segundo vos parecer, e for necessario para bem destas matérias; e quando agora falardes a El Rey meu tio, será bem, que saiba isto de vós.

Depois de terdes feitas estas visitações, e serdes despedido com a resposta dellas, e do mais que vos mando fazer por estas Instrucção, vos vireis embora a mi, fazendo caminho direito sem nelle haver dilação.

Lisboa, BA, cód. 51-VIII-42, fls. 55-58v (Cópia seiscentista)
Diogo Barbosa Machado, *Memorias [...]*, parte III, livro II, capítulo XVIII, pp. 467-479

DOCUMENTO Nº 10

D. Duarte de Castelo Branco (Castela) **Belém, 28 de Agosto de 1573**

Meirinho mor. Vy a vossa carta em que me escreveys o que a princesa minha senhora por vós me responde, de que entendo nam entender o que lhe escrevy, por que ouve que o feito era o mesmo que agora queria, que nam he. Porque o que mandey foy ympedir o tratado, e saber os termos em que ficava e o mays que se pudesse saber, sendo o primeiro presuposto, por nenhum caso, o de ninguem poderse entender que eu nisto entrava

Neste principio e meo em que a princesa e a Rainha escrevem á emperatriz, terey contentamento de por este modo e os mays que tiver, entrar elRey meu tyo, para mays depressa se fazer E nos mays particulares, como dote e mais cousas que nisto ha, por que na parte da conclusão e recebimento cuydo que he hum grande desproposito meu responder a preposito, nem cuidar em como nunca foy, nem se vio, nem pode ser recebido e concluydo o meu casamento por criados doutrem, inda que sejam de ElRey meu tio

Primeiro que deis as cartas que sobre ysto escrevo á princesa minha senhora e a elRey meu tio, sabereys da princesa minha senhora, sem se entender que he da minha parte, se o que a princesa minha senhora fez he o que por este modo pretendo; e dizendovos que he feito, lhe respondereys que mo escrevereys logo, por que sabeys que ey de levar muito contentamento de se guanhar este tempo, e deploys hum dia lhe dareys a

minha carta, e a elRey mostrando que então vierão, por que, posto que não sirva para o que quero, por ser feito, serve sobre entenderdes ysto particularmente.

E dizendo-vos que o que quero não está feito, lhe dareys logo as cartas, falandolhes nisto largamente, e mostrareys de minha parte o contentamento que tenho de ysto correr por taes tres vias, sendo huma, e que agora que neste modo procede e por taes caminhos corre, espero em Deos fazerse ysto como desejo, e elles pretendem, e que tam depressa se fará tudo, como desejado delles, esperado por my, e importante a tudo.

Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fls. 198-199
[J. M.] Queiroz Velloso, *D. Sebastião 1554-1578*, Lisboa, Empresa Nacional de Propaganda, 3ª edição, 1945, pp. 180-181

DOCUMENTO Nº 11

D. Nuno Manuel (a França) Xabregas, 19 de Dezembro de 1574

Manda visitar a elRey Henrique .3. pola <sua> succescão aos Ry^{nos} de frança pollo fallecim^{to} delRey Carlos .9. seu jrmão e da sua boa vinda e chegada a frança, e assi da morte de seu irmão, e que quando foy eleito por Rey de Polonia o mandaua visitar por martim correa da silua ã tambẽ enuiaua por Embax^{or} a elRey seu irmão ã deixou de ir por suas indisposições, e ã por entam entender que era Já partido *per^a* Polonia o mandou la a vesitalo João Gomez da silua ã o tomou Já em italia de volta *per^a* frãça.

Vesitará mais a Ry^a sua cunhada viuua delRey Carlos dandolhe o pezame da morte de seu marido.

Vesitará a Ry^a may pola morte do f^o e succescão do outro

Vesitara ao Duque de Alanson se estiuer na praça d'el Rey sey irmão entendendo ã el Rey folgara de ã D. Nuno o vesite, E assi ao Duque de Lorena sua may e mulher e a Princesa de Bearne se estiuerẽ na corte e a seu marido o Princ^o se entender ã elRey lhe não desapraz.

Vesitara ao Cardeal de Lorena em sua casa e ao Duqẽ de Guisa se elle visitar *pr^o* a D. Nuno.

Deitara mão de toda occasião ã se offerecer, de ã se possa seguir tratarse cõ elles ã quer elRey de frança ter embax^{or} em Portugal como se tratou cõ João Gomez da Silua q^{do} lá estaua, e quando lhe não derẽ occasião ã o busque cõ o resguardo deuido

Procurara ã se anulẽ as cartas de marca ã são passadas contra Portugueses.

Que depois de feitas as visitas e cobradas as respostas dellas se deixe ficar em frança buscando *per^a* isso algũa boa occasião; porq̃ sẽ se entender delle ã foy a frança a mais ã as vesitações

Porcure (sic) ter intelligencias nos portos de mar *per^a* saber das armadas Para cessarẽ os roubos ã os franceses fazião aos Portugueses cumpr ã se ordenasse hũ Juizo, assi em Portugal como em frança, no q̃^l se determinasse todos os agraues ã hũs a outros fizessẽ, o qual negocio ficou quasi concluido em *tempo* de J^o Gomez da silua, ã procure D. Nuno ã se effectue e concluya, e ã a forma do Juizo seJa ã em frãça se Julgue os Roubos ã os Portugueses fizerẽ a franceses e em Portugal os ã os franceses fizerẽ a Portugueses.

Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fls. 10-10v.

DOCUMENTO Nº 12

Francisco Giraldes (a França)

Lisboa, 12 de Agosto de 1576

⁸³⁵Que vesite elRey, a Ry^a may, e a Rainha mulher delRey e estando cõ ellas a irmãa d'el Rey, e em lugar ã pareça ã espera ã a vesite; e ã pode ser trabalho(?) não o fazer e lhe diga ã tamto lhe mandou ã a vesitasse da sua parte sê se alargar em mais palauras

Estando na Corte do Duque de Lorena e as duquesas sua may e mulher as vesitará da sua parte

O principal intento da embaxada he a anulação das cartas de marca passadas injustam^{te} e cõ informações falsas dadas pelas mesmas partes ã requerẽ as marcas cõ fauor e ajuda de outras pessoas ã são interessadas nellas ã faça fundam^{to} da amizade da casa de guisa continuando cõ os officios ã tinha mandado a D. Nuno ã fizesses procurando de ganhar o Duque *pera* seu seruiço por sua christandade, e lealdade, e cõ o Duque de Lorena fara todos os boõs officios, e ao Almirante ã entam casara sua *filh^a* cõ o de Lorena. escreueo S.A. por lhe auer escrito D. Nuno ã elle se offerecera m^{to} ao Seruiço de S.A. e lhe dará fr^{co} giraldi os agradecim^{tos} da sua boa vontade;

Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fls. 9v-10

DOCUMENTO Nº 13

Cristóvão de Távora (a Castela)

Lisboa, 28 de Novembro de 1576

Christovão de Távora amigo. Sabendo agora do falecimento do Emperador Maximiliano meu Tio, que santa gloria haja, assim pelo recado do Serenissimo Rey de Castella meu Tio, que de sua parte me deu o seu Embaixador, e D. Christovão de Moura seu Enviado, como por huma Carta, que me elles tambem derão do Emperador Rodolfo seu Filho; e vendo as grandes razoens de tão conjunctos parentescos, amor, e amizade como havia entre ElRey meu Tio, e o Emperador seu Sogro, Cunhado, e Primo, e as que com ambos tenho, que sey que não são de menos obrigação para mim, que para elle; e considerando os mais respeitos, que vos tenho dito, me pareceo mandar logo visitar sem dilação alguma o Serenissimo Rey meu Tio, e a Serenissima Rainha de Castella minha Tia, e por pessoa tão chegada a meu serviço, e de taes qualidades, e em que tanto confio como vós porque assim convem, e se requer; mayormente concorrendo nesta conjunção as vistas, que tão cedo ha de haver entre nós; porque além de elle as desejar tanto, como eu pelas razoens, e obrigações, que ambos para isso temos, de novo me obriga para inda ter dellas mais satisfação, e contentamento entender, que este nojo, que depois succedeo, posto que lhe fosse causa do sentimento devido, não foy causa para elle dilatar as vistas, que tanto por tudo se devem apressar; pelo que houve por meu serviço enviarvos logo, e fareis o seguinte:

Ireis na posta, e a vossa companhia, e o vestido vosso, e della será conforme ao tempo em que his, e a licença, que vos tenho dado; e tanto que embora chegardes a Madrid, fareis saber de vós ao Serenissimo

⁸³⁵ Com o título: Instrucção delRey Para Franc^o Giraldi, seu embax^{or} em França em ã succedeo a D. Nuno manuel

Rey mey Tio por D. Christovão de Moura, com quem pouzareis, o qual já achareis naquela Corte, porque desta ha de partir diante de vós, e o dia, que ElRey vor (*sic*) ordenar para hirdes a elle, o fareis, e lhe dareis minha Carta, em que me remeto a vós com crença larga em tudo, e lhe direis quanto senti o falecimento do Emperador, que santa gloria haja, pelas razoens, que vos a tras digo, que lhe referireis, e por outras muitas, de que huma das principaes de todas he a grande perda, que a Christandade recebe com a falta de hum Principe tão grande della, e tanto para se muito sentir a perda delle; mas que assim como Deos o deu por successor daqueles Principes, com cujo falecimento a Christandade tambem recebeo a perda, que se então vio em toda ella, assim permittirá, que o Emperador seu Filho (cujas calidades próprias, e necessária criação, que teve, dão grandes esperanças ao Mundo) mostra ao mesmo Mundo, que não somente o succede no Imperio, e Reynos, que lhe deixou, mas em todas as outras cousas mais dignas de estima, que grandes Estados pela diferença, que há de merecellos, e possuillos, e que em todas as obras, em que ao diante espero de ver, que ellas correspondem ao que de presente promettem estas considerações, tem elle Rey meu Tio tanta parte, como se sabe, e que lhe deve de ser de grande consolação neste nojo, e de particular contentamento neste successo, o que antevio, e prevenio na criação, que por sua ordem o Emperador seu Sobrinho, e outros Principes seus irmãos tiveram em sua presença, e casa; porque agora colherá o fruto daquilo, que com tanta prudencia fez em beneficio tão importante do bem geral, e do que particularmente convinha a tudo; e assim lhe direis, que gosto, que querendo Deos nos ajamos de ver tão cedo, e determino de por mim fazer com elle este officio; quis toda via (*sic*), suposta a calidade do nojo, e as mais razoens sabidas, e referidas por vós, que esta minha visitação fosse logo para o achardes ainda em Madrid, e poderdes tornar a mim com sua reposta, antes de eu ser em Guadalupe, (onde ambos nos havemos de juntar nesta Festa do Natal, como temos assentado) que me faça mercê por vós mandarme dizer como está, que quererá Nosso Senhor seja sempre como eu desejo, e he necessario a tudo; e dirlheis quão alvoraçado estou para o ver, e quão satisfeito, contente, e agradecido de tão reciprocamente me pagar este meu desejo, como o entendo de seus procedimentos, e particularmente de não haver dilação nestas nossas vistas, e porque tenho por certo, e bem entendido quão conforme comigo está nisto El Rey mey Tio, me não alargo mais nesta materia. Depois de fazerdes este officio com o Serenissimo Rey meu Tio, visitareis da minha parte a Serenissima Rainha minha Tia, e lhe dareis minha Carta, dizendolhe quão particularmente senti o falecimento do Emperador por sua parte, além das outras razoens deste sentimento, de que lhe referireis algumas, das que atras digo, mas eu de sua christandade, e prudencia se espera conformarse tanto com a vontade de Nosso Senhor, que não somente mereça neste trabalho darlhe a verdadeira consolação, que sómente delle póde vir, mas consolaremse muitos com o seu exemplo, tão digno de ser imitado, que assim como espero fazer pessoalmente este officio com o Serenissimo Rey meu Tio, quando a hora nos virmos em Guadalupe, estimara muito podello fazer tambem com ella, e mostrarlhe o que de mim deve ter por muy certo, e que me fará mercê mandarme dizer como está, que prazerá Deos será sempre tão bem como ella deseja, e eu queria, que sempre estivesse. Visitareis o Principe, e as Infantas suas Irmãs meus Primos; e assim visitareis os Principes filhos do Emperador, e lhe direis quanto me pezou deste nojo o sentimento, que todos temos: mas que se perderão Pay, tem outro em ElRey, o qual sempre mostrou, que o era por obras, e por palavras como seus Irmãos, e eles tem visto, e experimentado, e que lhes peço vos dem novas de si para mas trazerdes tão particulares como as desejo delles. Feitas estas visitações, e os mais officios, que por meu serviço vos parecer, que a elle convem, assim sobre as vistas, e dependências dellas, em que

tenho tomado a resolução, que sabeis, como sobre tudo o mais, que se oferecer, vos vireis embora o mais depressa que vos for possível, direito ao lugar onde vos parecer, que eu serey, quando a mim poderdes chegar, que trabalhareis por ser antes de eu entrar em Castella, fazendo fundamento, que querendo Deos hey de partir daqui a onze de Dezembro, como sabeis, para aos vinte e dous ser em Guadalupe, hum dia depois da chegada de ElRey; e posto que logo vos hajais de partir, me avisareis de Madrid por hum Correyo, que despachareis, de tudo o que até então tiverdes feito, e vos parecer meu serviço, para que me chegue o vosso recado antes de embora partir. Se ElRey vos fallar, ou vier a proposito fallardeslhe vós na partida de D. João de Austria, meu Tio, para Flandes, ou posto que vos não falle nisso, se vos parecer, pelo que vos tenho dito, que o deveis vós de fazer, sem o dilatar lhe direis quão bem me pareceo acudir àquelles Estados com a diligencia com que despachou seu Irmão, e o modo de que se partio quasi semelhante àquella resolução, que o Emperador meu Avô tomou em passar por França, quando quis socorrer Gante, que posto, que houvesse diferença no modo, não a houve no risco, e em ser razão, sizo, e prudencia arriscarse; e avisarmeeis do primeiro recado, que vier, ou for vindo de Flandes, e da boa chegada de D. João, e entenderá ElRey de vós como volo assim mando. Se fordes preguntado pelas razoens, causas, e respeitos de trazer a Cruz, que trago, respondereis com o que disse sabeis, que he tudo o que nesta materia passa, tendo intento, e que se entenda claramente, que esta Ordem, que agora ponho em effeito, teve principio, e entrey nella desde o primeiro dia, que comecey a trazer esta Cruz; e ainda que não hajais de fallar nisto, senão em reposta, do que vos for preguntado, buscareis modo com que o possais dizer pela importância, de que he saberse em Castella o que pertendo, como volo tenho comunicado, e para isso levais a copia da fundação desta Ordem, e assim os Capitulos, do que nella se ha de jurar. Com o Duque de Alva fareis todo o bom officio de minha parte, e lhe direis quanto desejo de o ver, e porque há de ser tão cedo, lhe não mando mais comprido recado, mas que haja que quanto mais breve este he, mais lhe digo nelle. Tambem significareis ao Prior D. Antonio, e assim mais pessoas, que vos parecer, a boa vontade, que lhe tenho, e em todas estas cousas, e dependências dellas fareis, e vos havereis nellas conforme aquillo, que tendes entendido, que eu quero, que nellas vós façais, de que tenho tanta, e tão particular confiança, que hey esta instrucção por muito mais larga, do que para vós he necessária. Escrita em Lisboa a 28 de Novembro de 1576; e no que da minha parte disserdes ao Duque de Alva, e ao Prior D. Antonio lhe significareis quão contente, e satisfeito estou do que Pedro de Alcaçova me escreveo, e depois disse, de como eles procederão em minhas cousas, e modo que com elle em tudo tiveram

REY

Diogo Barbosa Machado, *Memorias [...]*, parte IV, livro I, capítulo IV, pp. 41-48

DOCUMENTO Nº 14

D. Nuno Álvares Pereira (aos Países Baixos)

Lisboa, 20 de Setembro de 1577

Nun^o Aluarez^z Perey^{ra}, Depois de vos ter Escrjto a Carta ã cõ esta será R^ocebi agora as vossas de xx de Julho em xvij do presête E folguej de saber quam bem tendes procedjdo sobre a Embarcação das Cousas ã tendes a carguo, E o modo de ã esparaueis valleruos per^a virẽ em caso ã não vos desse o principe dorange a saca sobre ã lhe fazieis jnstancia, mas auẽdo vos de ter embarcado as ditas Cousas até xxv de Junho cõforme ao ã Escreuejs, vai ja tardando, E Jnda ã dizeis ã não vos vjndo a saca dêtro em tres ou ãtro dyas determjnauejs

vsar do modo q̃ tinheis buscado, Me pareceo todauja mãdar despachar Este Correo cõ as Cartas q̃ por Elle vos mãdo *per^a* o prynçipe de orange E *per^a* os Estados *per^a* cõ Ellas fazerdes os *offici^{os}* q̃ pella outra Carta q̃ cõ Esta vay vos mãdo nos casos E pello modo q̃ por ella Vereys, E assy nesta *par^{te}* naõ se offereçe dejeruos (sic) aguora de nouo mays, q̃ Remeterme ao despacho q̃ Estaua feito âtes de chegarẽ Estas Vossas cartas de xx de Julho, q̃ sãõ as derradey^{ras} q̃ ateguora Reçeby, E parece q̃ cõ os *offiçjos* q̃ Vos aguora mãdo fazer, se quietará o prynçipe de orange E os Estados E não terãõ duujda a Vos dar loguo a saca, E todo o fauor E ajuda q̃ delle E delles vos comprir, E q̃ se já Vos tuerem cõçedido o q̃ lhe pedieys o farãõ daqui *por* diãte de mylhor Vontade.

E *por* q̃ *por* Cartas de 27 de agos^{to} q̃ natanyell[?] aguora teue de frandes por mar, Se Entende q̃ *per* ordem do Conde de Lalem governador de Enuiers, Se tomarãõ E meterãõ no Castelo daquele lugar os cem myll arrates poluora q̃ Erãõ comprados *per^a* se enuiaré a meus almazéns [sic=armazéns], Me pareceo Escreuer partycularmen^{te} sobreste Caso aos Estados Como Verey<s> *po^{la}* mynha carta *per^a* Elles, de q̃ tambem <vos> vay a copia, pello q̃ Cumpre a meu serui^{so} q̃ nysto façaes todo bom o *offiç^o*, E tambem me pareceo Escreuer outra Carta ao prjnçipe de orange de agardeçimẽto de desembarguar as Vrcas q̃ deste Rejno forãõ com carga de Especiarias, como me diseraõ q̃ o fizera, mas prymey^{to} q̃ lha dejs saberejs se o q̃ fez basta *per^a* o meu agardeçimen^{to}, E o Elle nam poder Julguar doutra maney^{ra}, E de todo me aujsarejs.

quoãto ao negoçio do sal, folguej de saber o q̃ sobrelle me Escreuejs cõ q̃ continuareys ã todas Vossas Cartas auysandome do mays q̃ for neçessari^o. E se vos ofecer [sic] e seyta [?]. ã Lixbo^a A xx de Septembr^o de 1577

Lisboa, DGA/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 111, doc. 26

DOCUMENTO Nº 15

Luís da Silva (a Castela)

Salvaterra, 22 de Novembro de 1577

Luiz da Sylva: Alem do que por Miguel de Moura vos escrevo sobre o que de minha parte aveis de fazer, e dizer na declaração de por mi fazer a jornada de Larache, com ElRey, e o Duque, e Prior, me pareceo escrevervos, o que nella me lembra, e ocorre, do que nesta resolução descorri, considereí, e ponderei. Primeiramente vi muy bem todas as razoens, e considerações, que na parte contraria ha; discorri, e ponderei tambem as que ha para o que tenho determinado, entendi, e entendo as que ha contraposto, que sejq̃õ muy consideraveis sempre, não me devem dissuadir neste particular, e delle. A primeira, que se apontará com tantas razão contra minha resolução, he não te sucessãõ para me não haver aventurar aos perigos da guerra, e que este perigo importa mais, que todo o bom effeito della. A segunda, que he a jornada mais para mandar fazer por hum General, que para por mim a fazer, ou por não ser tão grande, ou por dever antes a elle, que a mim; e as mais consequencias destas duas principaes razoens, e fundamentos. Quanto à primeira se pode responder larga, e bastantemente. Os perigos futuros se devem considerar pelos passados semelhantes, os quaes se vem pela experiencia do passado entendida, e alcançada pelos casos, e successos, que conforme a razão acontecem, e não pelos que acaso, e desastre succedem. A experiencia do passado nos Reys, e Principes, que por si fizerãõ jornadas, e muito cursarãõ a guerra, ainda em roins successos, se vio não morrerem nella os mais. O Emperador meu Avõ perigos passou, muitos forãõ, e grandes; não menos

continuação nelles em largo discurso de tempo, e finalmente quasi toda a vida, sem nelles a perder, mas ganhando o que nelles alcançou, que he muito mais, que muitas vidas. ElRey Francisco de França perdendo-se hua huma batalha, pelejanto tão valerosamente como o fez, e com arcabuzadas nas armas, não morreo. Finalmente dos modernos, e antigos se provará, que os mais não morrerão, achando-se em grandíssimos perigos. Anibal, Scipião, Alexandre, Cesar, e os mais Capitaens Romanos, e Gregos; e de atras se poderá alcançar esta experiencia. Trato de Generaes, porque a consideração do perigo em todos cabe; e se com os vivos, com quem mais se provará esta parte, que com o Duque de Alva, que mais o he por as muitas vezes, que podera ser morto, que por hoje ser vivo; e se se discorrer pelos que nunca passarão perigos, se verá, e achará em quantos cahirão, e quantos nelles morrerão estudando, e cuidando sempre, e como os escusarão, e se afastarão delles, sendo assim como he, e podesse haver por desastre acontecido acaso qualquer desastre, e não por razão, e sendo desastre, e devendo-se assim de chamar, e sendo a importância de Eu haver de fazer a jornada mui grande por todas as vias, e considerações, como se segue, que he mayor a importância, que o perigo sem comparação; porque se a Eu não fizer em sendo por particular, e semelhante experiencia, e razão, que devo, e posso ter por certo a perda, e rota daquelle Exercito; e assim não sómente será a perda grande de se não alcançar o effeito, que he qual entendeis, mas de todo impossibilitarse para se occorrer ao intento dos Turcos, que he o que obriga, e de presente, e de logo necessita; esta experiencia poderá bem, e particularmente provar, se não bastara o que está dito: e posso afirmar, que se não ignorei de todo, e entendi ao revez o Duque de Alva, que se tivera visto, ou porque em todo isto, e a experiencia, que digo me movera por roim, e fraco, e carecedor do que provo; e tanto he assim, e entendo que está dito, que forçosas razoens, e urgentes, e evidentes demonstrações, e para experiencia, que digo, que se me fora forçado, e de todo impossivel aver de ser, antes me resolvera a não commetter jornada por outrem, avendo por menores inconvenientes, os grandes que daqui se seguirão, como está claro, que de a mandar commetter por outrem para acontecer, e suceder por consequencia o mesmo, e logo a perda do Exercito, e tudo o mais, que se daqui deve discorrer, e entender; não me engana visto o que move aos que são do posto, por não haverem sahido delle, sey mui bem, e tenho particularmente visto qual he o trabalho do mar, e qual o da terra, e qual por tantas vias, que menos vem a ser o corporal (que tantos o tem por intolerável) da vigia das noutes, as calmas dos dias, o pezo das armas, e a continuação dellas, e os mais que se oferecem, que não são poucos, nem pequenos, e descanso considerado o do cuidado do espirito, assim que tenho bem visto, e experimentado o que tenho por avante, e o devo bem saber: monta toda via mais o que isto importa por o bom effeito com a ajuda de Deos, esperando, que os trabalhos meus particulares, quando por escusar sejam grandes, os busco, e demando; pelo qual se segue o contrario da razão contraria, que era ser mayor o perigo meu, que a importância da empreza. Salvaterra 22 de Novembro de 1577

Diogo Barbosa Machado, *Memorias [...]*, parte IV, livro I, capítulo XII, pp. 103-107

B) CORRESPONDÊNCIA

DOCUMENTO Nº 16

Carta de D. Sebastião a Filipe II

Lisboa, 18 de Junho de 1569

Sõr

Dõ fernando carilho me deu hua carta de V.A. por ela e pola ã V.A. escreueo a *raynh^a* minha minha s^{ta} entêdo o ã V.A. tinha feito na matéria do meu casamento ã en tanto stimo como he rezão porq posto ã o grande amor ã a V.A. tenho mereca tudo o ã V.A. por mim e minhas cousas faz m^{to} acrecenta no desejo no asser e delho seruir e de lho poder merecer a maneira de ã V.A. põe ã efeito de q nunca deixarei de ter o conhecimento q se deue a tanto amor e otras obras e por não o cansansar (sic) V.A. meremito (sic) ao ã lhe a rainha minha sra escreue a ã ã pedir lhe ã diga por mim muito nosso sor guarde a m^{to} / em pessoa de V.A. como eu desejo, de Lisboa, a 7 de Junho de 1569

Bõsobrinho de V.A.

Rey :-

Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 386, fl. 27

DOCUMENTO Nº 17

Carta de D. Sebastião a Filipe II

Alcobaça, 19 de Agosto de 1569

Sõr

Una carta de V.A. de XBIIJ de iulho do ã de sua parte me disse dô fernão do carrilho beijo as mãos de V.A. polo amor e guidado (sic) cõ ã trata minhas cousas e desejo ã mostrẽ de se efectuarẽ bẽ o ã o lhe estimo ã m^{to} mas porã não tenho uisto a ategora o ã por parte da frança se a de fazer cõforme ao ã a rainha minha sra e auó ã tudo apõtou na carta ã sobre esta matéria escreueo a V.A. ã XIIIJ de março me pareçeo não auer necessidade por agora de mandar meus poderes cõmo se pedẽ e tenho por certo (fl. 1v.) parecer o mesmo a V.A. pelas m^{tas} razoes ã pera isso há cofiando no m^{to} amor ã V.A. me tẽ (sic) e lhe eu merecõ ã não se esquecera ã cousa algũa de obrigação ã ã esta pera procurar tudo o que gumpre a minha autoridade de honrra e bẽ de meus reinos como disse a dô fernam do carrilho e dira a u.A. dô fr^{co} pereira a ã escreuo. Nosso sor guarde m^{to} a Real pessoa de v.A. e como diseJo dalcobaça 19 dagosto de 1569

Bõsobrinho de v.A.

Rey :-

Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 386, fl. 31

DOCUMENTO Nº 18

Carta de D. Sebastião a Filipe II

Tomar, 26 de Setembro de 1569

Sõr

Dõ Fernando carrilho medeu a carta de V.A. de 6 de setembro na qual V.A. torna a tratar dos poderes por lhe parecer melhor meo pera bẽ do negocio e pratica do meu casamento ẽ frança no qual V.A. tẽ tomado tanto trabalho por me fazer mais merçe e porẽtender q̃ cõuem asi a minha reputação e autoridade e bẽ de meus reinos. mas eu nunca dele tratei senão preçedẽdo primeiro a satisfação do acõtiçimento da ilha da madeira e as mais cõdições cõforme a carta da rainha minha senhora e auó de XIII de [[setembro]] março e outra minha de XIX de agosto e polo q̃ me disse da parte de V.A. dõ fernando carrilho e pola carta de V.A. pera a rainha minha senhora e por outras uias entendo craramente q̃ não esta frança ẽ tenpo pera esta satisfação (fl. 1v.) sẽ a qual não deuo nẽ posso proçeder mais nesta matéria pola grande quebra q̃ disso resultara no credito e reputação minha e de meus reinos e na iustiça dos meus uasalos ofendidos por estas rezões e pera otras de q̃ dira mais largamente a V.A. dõ francisco pereira não mando os poderes e creio q̃ parecem assim bem a V.A. pois por isso por me fazer mais merçe e polo q̃ me cõuenia e a meus reinos tratou ategora deste casamento enquanto lhe parecia q̃ se podia dele seguir estes efeitos e porq̃ o casamento de V.A. esta tan chegado a sse concurir como tenho sabido não o deue V.A. dilatar mais e perrazera a nosso senhor q̃ sera pera bẽ universal da cristandade e de seus reinos e pera a m^{to} contẽtamento de V.A. noso senhor guarde a m^{to} real pessoa de V.A. como eu desejo de tomar / 26 de setembro de 1569

Bõsobrinho de V.A.

Rey :-

Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 386, fl. 56

DOCUMENTO N° 19

Carta de D. Sebastião a Filipe II

Sintra, 28 de Junho de 1570

Sõr

Tiue por grande merçe de noso senhor guardar a bõ suçeso das cousas de grada pera o tenpo do casamento de V.A. e cõ estas tão boas nouas e cõ a bõa vinda da saúde de V.A. de que me agora auisando francisco pereira meu ẽbaixador me alegrei m^{to} e recibi partiular [sic] cõtentamento. prazera a noso senhor q̃ giara e ẽqaminhara sempre todas as cousas de V.A. pera ter outros m^{tos} gostos e pera cõseruacão e acrecentamento de seus reinos e estados como de seio e porq̃ sobre isto escreuo largamente a dõ francisco pera q̃ da minha parte uisite V.A. a ele me remeto. noso senhor guarde a mui real pessoa de V.A. como desejo de sintra a 28 de iunho

Bõsobrinho de V.A.

Rey

Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 387, fl. 13

DOCUMENTO N° 20

Cópia de carta de D. Sebastião a Filipe II

c. 1572-1576

Que sua Alteza lhe tem Já comunicado o Primçipio q̃ este negoçyo tem por francisco giraldez, a que sua Alteza^a Deu comissão pera que ouvisse E proseguisse a pratica em q̃ se lhe falua em Inglaterra Domde

Aguora escreueo a sua Alteza Como trataua dela pera poder vir A efeito, E que per ordem Do duque dalua se fazia tambem o mesmo por parte Do *Serenissimo* Rey seu tio, a que sua Alteza ouuera De tornar a mandar dar Conta desta materja quouando ela estiuera em termos pera Jssso. Jnda q̃ lhe aguora sobre jssso não mandara falar, E que posto q̃ os Ingleses mostrão deseJarem *muio* a Concordia cõ estes Reynos, E os vassallos de Sua Alteza lhe requeirão Com grande Instança mande tomar asêto nela pello muyto que lhes nysso vay, A sua Alteza lhe forão sempre, são oje em dia, E serão em todo tempo muy presentes as Conssiderações que o Ser^{mo} Rey seu tio lhe mãda pedir que tenha nesta materya. Asy por parte da Christãdade como pella sua, E lhe Comunycara o mays q̃ nela Se ofereçer como he Razão q̃ ambos o fação sobre as Cousas desta calidade E Inportança.

«Reposta delRey nosso snor A ElRey seu Tio q̃ se deu Ao seu embaixador»
Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*,
cód. 49-X-2, fl. 304

DOCUMENTO N° 21

Carta de D. Sebastião a Filipe II (carta credencial de D. Duarte de Castelo Branco) Lisboa, 18 de Junho de 1571

Muito alto & Muito Poderoso Rey meu muito amado E prezado tio. Por as nouas q̃ há da armada que os luteranos apercebẽ, me pareçeo deuer mandar fazer outra (que Já está quasy prestes, para guarda das costas de meus Reinos, E Ilhas de meus senhorijs, E as defender daquelles cossairos se as quiserẽ cometer, E pelejar com elles se cumprir. E por que esta materia he de muita ymportança, E que tambem toca a esses Reinos, me pareçeo deuerlha comunicar pera ordenarmos o que ambos nella deuemos fazer, Como lhe dirã de minha parte mais largamente dom duarte de castel branco meirinho mór de meus Reinos do meu conselheiro meu embaxor, a que me Remeto, pedindolhe afetuosa mente lhe dé credito em tudo o que lhe nisto disser de minha parte. Muito alto E muyto poderoso Rey meu muito amado E prezado tio, Nosso sôr: aJa sempre Vossa pessoa & Real estado ã sua sancta guarda. Scripta ã Lixboa a xvij de Junho de 1571
Bom sobrinho de V.A.

Rey

Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 389, fl. 119

DOCUMENTO N° 22

Carta de D. Sebastião a Filipe II (carta credencial de D. Fernão Martins de Mascarenhas) Lisboa, 21 de Junho de 1571

Sôr

Depois q̃ a rainha miha (sic=minha) *senhora* trata da sua mudança destes reinnos pera os de castela sempre ate agora trabalhei por lhe mostrar os grãdes incõuenientes q̃ dela se segião á sua alma honrra e á sua uida e quietação e a tudo mais e proçedendo sempre neste negº foi lã he pera mim de grande sentimento sem intermissão algũa e com todas as demõstrações do amor, e grandes obrigações q̃ tenho a rainha minha sra ninguia todauia sua A. dessistio da sua primeira detriminação E <a> este respeito e porq̃ a suspensão neste negocio temos mesmoss incõuenientes q̃ a V.A. por sua grande prudência deuem ser presentes me pareçeo

neçesario mandar a V.A. dõ fernão martís mascarenhas do meu conselho pesoa de grande comfiança e ã q̃ ha m^{tas} calidades pera q̃ da minha parte lhe de conta mais particularm^{te} com o amor e da reza (sic=rezã) q̃ antre nos há e en tudo deue auer, de tudo o q̃ nesta materia se passa do elh<e mere>ça m^{to} encaricidam^{te} q̃ pois a interçesão e cõselho de V.A. q̃ a r^a minha sra cõ tanta rezão istima tanto pode por termo qual lhe comuem e a todos o qual eu de V.A. espero e lhe mereço me aiude V.A. com efeito a quietar a r^a minha sra e a lhe pidir q̃ não cuv de mais ã tal mudança e porq̃ em tudo o q̃ a este negocio toca falara mais largam^{te} dõ fernão martís a elle me remetp pode lhe V.A. dar inteiro credito como a mim mesmo. Nosso sor guarde a m^{to} ral pesoa de V.A. como deseio de lisboa a 21 de iunho de 71

Bõ sobrinho de V.A.

Rey

Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 389, fl. 117

DOCUMENTO Nº 23

Carta de D. Sebastião a Filipe II (carta credencial de Fernão da Silva)

Lisboa, 20 de Dezembro de 1571

Sõr

A tantas merçes de *deos* iuntas ãtão grandes não há conheçimento nem alegrias q̃ baste. Tem nosso sor feito a v.a. ã lhe dar fa neste[[s]] tempo e logo depois de huã tão inssinhe [sic] vitoria, (o q̃ foi tão principal parte) tudo o q̃ cumpria não somen^{te} asegurança desseus estados senão ainda ao aumento e geral cõsolação da cristandade. E já agora sobre tal fundamento prosigira e reidificara v.a. seguramente e podera acrecentar mtos reinos aos seus e fazer restituir [[h]]à igreja o q̃ ha tanots anos q̃ lhe he usurpado, como espero da grande prudencia de V.A. e do zelo q̃ tẽ da religião cristam, e porq̃ emvio a V.A. fernão da silua pesoa de mta cõfiança e calidades pera dizer a V.A. quanto me alegerei cõ estas nouvas a ele mereceto [sic=merecimento] podelhe V.A. dar <in> inteiro credito. Nosso sõr guarde V.A. como deseio de lisboa a 20 de dezembro

Bõ sobrinho de V.A.

Rey

Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 389, fl. 9

DOCUMENTO Nº 24

Carta de D. Sebastião a João de Mendonça

Lisboa, 4 de Setembro de 1571

Joham de mendonça amiguo ets. o ser^{mo} Rey de Castela meu tio sabendo como Ereys partido das Ilhas cõ essa armada; E não erão ynda A Ellas cheguadas as naos das antilhas; E Vendo como ele ao presente não tinha armada prestes pera lhes yr dar goarda E o Risco q̃ poderião Correr se no camynho das Ilhas pera qua emcontrasem cõ Algũa Armada de Cossairos q̃ pudese fazer preza nelas (o q̃ seria muy grande perda pera Elle E seus R^{nos}, E se acrecentaryão m^{to} as forças dos luteranos em preJuizo da xpãdade, por aquelas naos vyrẽ m^{to} rycas) Me escreueo E emyou aguora pedir pelo seu embayx^{or} vos quisesse tornar a mandar na volta das Ilhas pera dardes goarda às ditas naos, E lhes segurardes o már E deseJando eu de o comprazer nisto

como he Razão E folguarey de sempre o fazer em tudo, Me pareceo Deveruos mandar ã não façais na viagẽ do Cabo de finisterra (ã Vos tanto tinha emcomendado pera Castiguo dos Luteranos da arrochela, ã Uyos(?) em Demandar aquela paragem, omde me tynhão dito ã Era çerto achardelos) Porã ey aguora por mais Jmportante E neçessaryo mandar acudir Ao ã me ellRey meu tyo pede E ã lhe tamto Cumpre, pello ã Vos emcomendo ã tamto ã Vos esta for dada E Despachardes fernã de miranda cõforme aos ã Vos tenho escrito, o ã fareis <logo> cõ toda a breuydade possiuel. Vos partaes lloguo cõ os nauios ã vos nomeey na derradr^a Carta ã Vos escreuy Feita A xxix dag^{to} E vades drt^o Ao cabo de são Viçete pomdouos uyte ou trÿta llegoas delle ao mar E na alltra de xxxvy graos E m^o ou dous Terços porã esta he a Rota ã sou emformado ã as ditas naos podem trazer. E daly Vos fareis na Volta do mar oÿtenta ou noUenta legoas. E depois tornareys no bordo da Terra ate a paragem do dito Cabo de Sam viçente ficando afastado dele as ditas vinte ou trÿta llegoas. E naUegando à Jda E à Uinda pella Dyta Alltura de trÿta E sete graos E meo ou dous terços Seg^o os tempos forem, E não achando as ditas naos tornareys outra Uez na volta do mar E seguireis esta ordem até as achardes, no ã gastareys até fim deste mês de set^o não Vindo Ellas primr^o E não Uos obriguãdo os *tempos* ou outra Algũa neçessydade a vos Recolher mais Depressa, E tamto ã ouverdes vista das naos Das antilhas E da armada ã cõ Elas uyer as yreis demandar E ao capitão mor fareis lloguo saber de Como as andaes ally esperando por vollo eu mandar á Instança DellRey meu tio E vos ofereçereis a Ele pera tudo o ã lhe dessa armada cumprir pera segurãça E naveguação das ditas naos. E Vindo cõ Elas p^o mar(?), serejs cõ Elle os cõprim^{tos} devidos por sua pessoa E Comta ã delle faz EllRey meu tio (como na Jnstrução ã leuastes quoando *daqui* partistes pera as Ilhas volo emcomendey), E emcomendouos ã Vos não tyreis da altura dos ditos trÿta E sete graos E meyo ou dous terços porã alem de ysto seno ã Cumpre pera poderdes achar as ditas naos. Comvem asy m^{to} pera ã sobcedem mandaruos allgũ Recado ou aUiso De meu ser^{co} posaes ser achado, E se os ventos vos não deyxarem andar pela Rota da dita Altura, Sem vos apartardes dela Jreis hũ dia em hũ bordo e tornareys lloguo em outro á dita Altura de man^a ã vos possão achar nela quoando vos buscarẽ E be, vedes quoanto ysto Jnporta pera Este effeito. Escripta ẽ Lx^a a iiij de Setr^o de 1571

Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*,
cód. 49-X-2, fls. 75-76.

DOCUMENTO Nº 25

Carta de D. Sebastião a João Gomes da Silva

Lisboa, 21 de Maio de 1574

Cumpre a meu seruiço mandar visitar elRey de Polonia e pela confiança ã tenho de João Gomes da Silua vosso sobrinho, me pareceo me devia servir delle nesta visitação na qual tenho por certo para todo o bom officio ã deve e como delle devo esperar e por estar em parte do este o melhor poderá fazer

Lisboa, BNP, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. 887, fl. 150

DOCUMENTO Nº 26

**Cópia de carta de D. Sebastião ao seu embaixador em França (D. Nuno Manuel?)
c. 1575-1576?**

M. manifico (*sic*) embaixador. Receby a carta que me escreuestes cõ a que me enuiastes Da christianissima Raynha De frança dona Catarina minha boa Jrmã e prima, a que Respondo cõ a que Vos aquy mando E nela lhe signiffico o que está çerto auer sempre antre nós, cõforme ás muitas Razões que pera Jssó há: E ququanto ao outro negocio de que tambem me fazeis lembrança (sobre que depois me escreuestes mais larguamente, cõ as Cartas que me enuiastes do Chr^{mo} Rey de frança, e da Chr^{ma} Raynha sua mãy [[sua mãy]] meus Jrmãos E primos) nisso tenho mãdado tomar a determinação ã sabereis cõ a Reposta Daquelas Cartas ã loguo Vos leuará que as trouxe.

Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*,
cód. 49-X-2, fl. 302

DOCUMENTO Nº 27

Carta de D. Francisco Pereira a D. Sebastião

Madrid, 1 de Abril de 1569

A xxiiij do Pasado Reçeby A carta de vosa Alteza Por este Correo que mandou despachar em xxii delle, e a copia da carta que vosa alteza screueo á Primçesa Nosa snora, com o treslado do contrato que se fez sobre este negocio de maluco Amtre ElRey e o emperador que estem em gloria vossos avos, A carta que vinha Para sua Alteza lhe dey Loguo, E por que pella que screuy á vosa Alteza Em xxvj do Pasado terá visto ó que Passey com El Rey sobresta materia he não tornarey A Refferir nesta Por que tudo foy conforme E de meu óffiçio somente Como vosa Alteza manda nesta carta que faça, A primçesa nosa sñora está neste negocio da mesma Maneira que vosa Alteza Lá está E Assim sentio esta Reposta Com eu tenho scrito Porque em tudo, ó que for de contemtamento de vosa Alteza queria se fizese muito A seu saber, E Por que na carta que screue A vosa Alteza verá ô como este negocio que está Recebido e a óbra que tem feito nelle não tenho que dizer senão que emtemdi destes ministros delRey estarem em proposito de se não quebrar nem demenuir nhuã Cousa do assemento que sobre maluco era feito Por nhũ caso, Amtes os açho A todos muy Leues Niso, mas mettem lhe em cabeça que estes castelhanos estão em Parte muy defferente desta comemda, E digo verdadeiramente que este manoel da Rocha que screuy A vosa Alteza que Aqui amda he algũa Parte disto, sobre o qual eu tenho feito todas as deligemçias Posiueis estranhamdo e exageramdo quamto comuinha ouuirem no Algũs mubustris del Rey, elle está scomdido de maneira que o não Posso a veer A mão, mas todauia espero de mã não escapar e emtemder delle se trata este neg^o Por que de Algũs do cõmselho delRey eu o não Pude Alcaçmar tocamdolhe Algũas Uezes nesta matteria, finalmente, ElRey se Resolue segumdo me disse A Primçesa Nosa snorã que tamto que pasar á pascoa, E uier ó cardeal, Ruy gomez e ó doutor uelasco que he ydo A valhadoly, e Ruy gomez a Prastana, E o cardeal A çiguemça e serão Aqui pasado domingo de casi modo, Tractar loguo este negocio E Respomderem Resulutoriamente A vosa Alteza, da qual Reposta eu tirey tão espeçial cuidado Como o tenho de tudo o que he seruiço de vosa Alteza, Pello que nesta matteria Ao Presente não tenho mais que dizer senão aguardar o que me vosa Alteza

nesta sua Carta diz que me escreuera que eu folgaria muito de ser ao tempo que estes homens scouuerem da Juntar e não me pareçeria mal vir Aqui Algũa Pessoa que emtemáse mais que eu o que toca a estas nauegações, Porq̃ ó pomto Primçipal está Em dizerem que estes castelhanos estão fora destas demarcações todas de maluco, Por que En guardarem ó comtrato que sobre elas effeito não tem nhũa duuida A se Cumprir, ysto me disse a Primçesa nosa snora E como diguo todos os ministros de Comselho destado De framça não he vimdo Correo Por que El Rey E Rainha estão Em mês de Lorrena Mas ó cardeal de guisa espera Por oras o correo que la tem mandado sobres estes casamentos, tamto que chegar terey espeçial cuidado davisar vosa Alteza do que trazer e determinação que se toma em framça sobreles, homtem derradeiro Do Passado chegarão dous gemitis homeês framçeses emgramdissima deligemçia fazer saber A el Rey a vitoria dque mons danJu ouue comtra o Primçipe de Comde⁸³⁶ Jumto a xatheo nouf [Châteauneuf] que eu muy bem sey Porque estiuue nelle A morte quando vinha de framdes, Na batalha morreo o dito Primçipe de comde e mil e dozentos homês Em que os 800 erão todos gemitis homees e de nome e Cemto e oitenta Presos como vosa Alteza verá no discurso que lhe Com esta emuio que me deu o car^l de guisa, Estes dous gemitis homês chegarão Amtre as Cimco e seisda tarda a casa do cardeal Em chguamdo se foy Com elles A elRey Asy vestidos de caminho como vinhaõ, tamto que tornou do Paço se foy a Pear na sua fregisia (sic) omde estaua a capella del Rey e Camtarão hũ te deus taudamus, foy esta Noua Reçebida cõ gramde Prazer Por que na verdade foy hũa gramde boa vemtura Para A cristandade, Praz a misericordia de ds que pois esta obra de tanti sey ser^{co} Acabara de estipar estas eresias que tamto dano tem feito A sua Igreja, E cõella despachara Correo a vossa Alteza se não tiuera este Em cassa Pera ganhar As Aluisaras que Por ellas mereço. Oye a tarde se faz hũa Proçisão geral muy solene e por esta vittoria neste Lugar cõ toda a capela del rrey e cleresia e Religiões.

A guerra de granada Todauia vay Por diamte E de maneira que Por o marques de mondeyar não teue tamta experiemçia da guera como comuinha, E semdo seu pay capitão geral daquelle Reyno por cuya morte suçedeo naquelle Carguo Pareçeo que era necessario A ver Aly Pessoa que Emtemdese melhor a guerra, e não o Podião Promouer de carguo tão Amtiguo sem o offemderem, Asemto el Rey a xxix do Pasado Com os do seu Comselho de mandar Lá ó sñor dom João daustria que Porser tal Pessoa se Não offemdese o dito marques, vão Por seus comselheiros ó duque de sesa E luis quexada, Partira loguo E cõ muita Presa Acresentoulhe elRey trimta mil cruzados mais Pera sua despesa Alem dos vimte que tinha E Asy fica Çimcoemta Por Ano e cõ muitas praças da vamtaye Pera dar a quem lhe bem Pareçer, e não quis ElRey que fosse cõ elle fidalgos cortesãos senão A jemte da guerra que Pareçeo Neçessaria que dizem serão onze mil homeês. Prazera a nosso sñor que lhe dará vitoria Comtra estes Inniguos tão familiares, eu o visitey em nome de vosa Alteza desta sua Jornada e lhe disse que Por ser tão Repentina não lhe screuia vosa Alteza, mas que loguo eu lho faria saber, Elle se mostra Tão Criado de vossa Alteza como de seu Jrmão se lhe quiser screuer ou fazer algũ ouyto cumprimento cõ elle Podeo vosa Alteza fazer na forma que for seu seruiço, ElRey me disse que mandaua vir as gualas de Jtalia Pera Juntarem cõ as de castella e guardarem Aquella costa Por que lhe não emtre socorro dargel que he o que se teme, Queira ds que nos não dem estes [...] que fazer.

ElRey mandou dizer per João Vasquez secr^o do comselho de guerra que o card^l de guisa lhe dissera, que o Almiramte, E damdalo seu Jrmão se Recolherão A Rochela, omde têmhão xvij ou vimte Nauios e que perai

⁸³⁶ Batalha de Jarnac, junto a Chateauneuf, a 13 de Março de 1569.

se Porião em mar Pera aver Algũas Presas e Continuem sua guerra E que Poderia Correr esta costa despanha e fazer nella todo o dano que podem que tão bem Podião chegar A fazer dano Em terras de vossa Alteza, que mo fazer saber Pera que vosa Alteza Mandase aperceber seus vassallos que saysem Comtemto e á Recado, Porque ho mesmo mandaua elle fazer Em todos os seus Portos de mar.

Eu visitey o card^l de guisa desta boa noua que veio de frança e lhe disse o muito comentamento que vosa Alteza dela teria, diseme o mesmo que dissera a el Rey sibre esta sayda di Akmirante que temia se Juntase cõ Algũas naos Ingresas e fizesem todo o dano que Pudesem e em quaes quer Partes, Pello que me parece muy neçessario darse Aviso As Ilhas Para que os não tomem desaperebidos se por lá forem teer.

Hũ correo veio de framdes e trouxe cartas dalemanha que Afirmão Aveer Algũs Aluoroços naquellas Partes, que o duque de saxonia aJumtaua os mais dos sñores do Imperio e queria elle fazer dieta, que o Emperador Comtrariaua Afirmase por aqui que o querião fazer Rey de Romãos, que seria hũ grandiss^a Confusão e gram Ruina da Cristandade Por que este e litterano, não tenho bem emtendido A clareza deste negocio Por que á dous ou tres dias que este coreo veio, como souber ysto mais çerto, Avisarey vossa Alteza.

De Ingraterra Aqui Noua que a Rainha tem feito hũ grossa Armada de gualeses, naquella costa, e não Pasa nauio que não tomem, e A poucos dias que tem tomados çertas urquas Carreguadas de mercadorias e outros nauios de castella bem crea ‘ bem crea não Perdoara Aos desse Reyno pello que deuem Amdar A muy bom Recado.

Hũ mercador deuia çerta Cantidade de dr^o A nunalvarez Pereira de Pão que lhe vemdeo Para prouimento dos lugares dafrica o qual lhe não deixarão tirar Pella fallta que ouue de trigo Em Andaluzia, quando se daqui foy o dito nuno Alvarez, deixou dito ao mercador me acodise Com o Paguamento delle Como se fez en Parte da dita diuida do qual cobrey quinhentos Cruzados, os quaes Per Naquelle tempo estar Aqui dom luis delemcastro e seu filho e ter a casa chea de ospedes guastey estes 500 cruzados beijarey as mãos a vossa Alteza quererme ffazer merçe dells e mandar se leuem em Comta ao dito nunalvarez Por que verdadeiramente estou com tanta neçesidade que me não Atreuo Podelos pagar

Em valhadoly está dõ Phelippe de solazar manço de xxxij ou xxxiij anos, tem xxy rs de temça de vosa Alteza, conçoertouse cõ amtonio Ribeiro meu criado Para lhos vender que por ser pouca cantidade gastaua muito em os mandar Cobrar, Amtonio Ribeiro E criado de vosa Alteza á muitos dias, melhor estamos. Nelle que há de seruir no que se offerecer que em quem nos tem sem fazer nhũ seruiço beijarey as mãos a vosa Alteza fazerme tamanha merçe de ser seruido que esta traspassação se faça em cabeça do dito Amtonio Ribeiro Porque Reçeberey niso muito grande merçe. Por muy larguos Anos E seu estado Real Acrescemte Como seus Criados E vassallos desejamos E avemos mester De Madrid A Primr^o Dabril de 1569

Umyllde cryado de U.a. q̃ suas reaes mãos beyja

dom fr^{co} p^{ra}

Lisboa, BNP, *Reservados*, caixa 28, doc. 49

DOCUMENTO Nº 28

Bilhete de D. Duarte de Castelo Branco a Filipe II 1571?

Ills^{mo} S^{or}

el enbaxador del *serenissi^{mo}* Rey de portugal en nõbre de su A. dize q̃ los Reies tienen de derecho el preuilegio de no pagar a los ofeçiales selario de sus pleitos propios y de la misma manera gozar en los

Rey^{nos} de otros Reies sus cõfederados y hermanos por la qual Razon en el Rey^{no} de portugal los ofeçiales no lleuan derechos algunos de los negoçios ã alla suseden de su mag^t y así se Yzo y a custunbre sienpre en esta corte no lleuar los ofeçiales della derechos algunos de los pleitos de su Al^{za} y aora cõtra la dicha cõstũbre los piden y quieren lleuar pide y supp^{ca} a V^{ra} Ills^{ma} mande prouer de Remedio y ã se notefique a los dhos ofeçiales no pidan ni lleuen los tales derechos ni molesten ni a Vexes(?) por Ellos a los agentes de su al^{za} y les den las prouiziones executorias y Recaudos sin dilaçion alguna atento ã no se les dexar de pagar por lo ã inportan los derechos mas per la cõseruaçion de la preheminencia Real y en ello Recebera

dõ dr^{te} de castbr^{co} [autógrafo do embaixador]

Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*,
cód. 49-X-2, fl. 12

DOCUMENTO Nº 29

Informação de Castela a D. Sebastião c. 1571

S^{or}

S.A. escreue Ao Ser^{mo} Rey seu tio, em Reposta do ã per V.S. lhe comunycou sobre as cousas de frandes (De que tem grande sentim^{to} não somente pelas inquietações dos luguares daqueles estados em que as há ã espera se pacifiquẽ E castiguẽ como cõvem) mas tãbẽ por elas serem causa de o Ser^{mo} Rey seu tyo mandar entreter a sua armada de Leuante, E obrigarẽ a passar pelos incõveniẽtes ã diso se pode seguir, Jnda ã o grande zello cõ que Ele fauoreçe E acresçenta tanto a Relegião xpã, Da çerta esperança a S.A. que em todas suas cousas será ajudado por *deus* (quoanto mais nesta ã Com tanta Conssyderaçõ E por seu Servi^{so} fáz) E porque S.A. as tem por suas propias, E ã Jgoalmente lhe toca tudo o ã tocar ao Ser^{mo} Rey seu tio, Tem em tanta estyma como he Razão o ã lhe ãUiara comunicar sobre estas materyas E tudo o mais ã lhe V.S. dise de sua *parte* em Reposta do ã lhe S.A. comunicou per V.S. E pello seu embaixad^{or} sobre os avisos de frança. E sobre a armada E aperçebim^{tos} ã S.A. por esta Causa mandou fazer, de ã aguora tẽ mór contentam^{to} E olha por mais açertados pois o asy parece ao Ser^{mo} Rey seu tio, De cuJa grãde prudenciã E xpãdade tẽ por certo ã proçede ã todas estas materias (em que há tanto ã Consyderar; E prouer) cõ o Respeito diuido ao beneficio Vniuerssal da xpãdade, E ao que cõvem a seus R^{nos} E estados por serẽ tanta parte dela, E porque tambem este hé E será sempre o Jntento De sua Alteza não poderão ãbos Prazendo a nosso S^{or} fazer nõqua [[ambos]] Causa a ã não seJa pera este fim. E cõ este fundam^{to}, porç quoãto mais parece ã a mesma xpãdade por nossos pecados, se Uay Ruynando *pera* algũas partes principais dela, tanto mais hé neçessario aver mór cuydado E vigilancya onde só fica a esperança do que se nisto deue deseJar E procurar, E S.A. Alteza escreue ao meyrinho mór Seu embaix^{or} De Conta ao Serenyssimo Rey seu tio dos avisos ã Sai Alteza ora teue de frança per diferentes vias como sempre o fará de tudo o mais ã de nouo se ofereçer nestas materyas E ã todas as outras ã forem de calydade pera lhas comunycar.

/ Tambem esima S.A. m^{to} A lembrança ã o Ser^{mo} Rey seu tio teue do que encarregou ao capitão mór da sua armada ã vem das yndias, E do mais ã lhe ãviou dizer per V.S., ã hé conforme ao ã tãbem S.A. sempre manda aos capitães mores de suas armadas, E ao ã ambos deue fazer nas Cousas De cada hũ Como propias ã são.

/ Na Concordia de Inglaterra se Remete Sua Alz^a ao q̃ Já sobre Jso e Vou Comunicar ao Ser^{mo} Rey seu tio por atéguora não aver outra cousa de nouo nẽ sua Alteza ter mais Recado algũ daquele Reyno sobre este negoocio. E por Jsto E per a Carta q̃ V.S. lhe deu do Ser^{mo} Rey seu tyo ser Reposta do q̃ lhe S. Alteza asy tẽ comunycado. Não se ofereçe escreuerlhe Sua Alteza aguora sobre Jso.

Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*,
cód. 49-X-2, fls. 305-307

DOCUMENTO Nº 30

**Informações de Castela a D. Sebastião
c. 1572**

O feito das contas com os espinosas de se uio e uisto porq̃ he sobre remissão e não se trataua de sentença definitiua ali conselho apontamos de palaura os letrados q̃ cõ por parte delRey nosso señor e o letrado da parte e serujdor se uotou e por seos reteficou a sentença der seguinte .s.

Que enquaõ por parte delRey noso señor se trataua do q̃ os ditos espinosas Deuem os arrendamentos dos zertos da ilha do Cabo uerde e elles se defendião com allegar como allegarão na demanda q̃ puserão em seuilha contra nuno aluarez pereira q̃ nõ seruiã conprido com allegar condições dos ditos arrendamentos nẽ lhe deixarão usar delles em q̃ avião rescebido (sic) grandes perdas e avião deixado de ganhar mujto no dito arrendamento q̃ esta demana há rremettião a portugall aos Juizes conpetentes como por parte delRey nosso señor se pedia e qnto ao outro ponto que nesta mesma demanda q̃ puserão em Seuilha allegauão os espinosas de se nõ auer conprido com elles o contracto das oito mil peças q̃ fez com elles em seuilha nuno aluarez p^{ra} em votos diferentes hũs forão vm fauor delRey nosso señor Notarão que se rremetião <tãbem> a portugall outros votarão que o rremetião a seuilha ante o alcald ante quẽ os espinosas auião posto a demanda, e estes se<...rasgado...> ^^q̃ diz q̃ SA dea poder a nuno aluarez para q̃ os possa obligar a est<...> o dito ^cõtrato^ em hũa Clausula do poder e em fazer o contrato celebrado em seuilha e se aJudarão da repo digo de auer respondido a demanda segundo pola informação despois entendo delles porq̃ votão ^sempre de palaura e nõ se vem as sençoas mas da pratica q̃ despoes tiue cõ elles na informação^ tornan se a ver sobre este ponto remetido em outra fala de tres Juizes q̃ pera isso deu o prosedente e visto per ser ponto remetido mandarem q̃ os informassemos sobre elles por suas cosas.

«Relação do estado dos neg^{os} que estam pendentes nesta corte»
Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*,
cód. 49-X-2, fls. 343-343v.

Cifra de Paris, de 16 de Junho de 1572

O autor poderá ter sido Domingos Leitão, D. João da Cunha, algum elemento da embaixada de João Gomes da Silva ou o próprio embaixador

Cifra de paris de XVJ de Junho

Receby^{da} a ij de Julho de 1572

Inda ã ellRey catholico dissimule muy^{to}, e o de frança pareça impossibilitado a tomar as armas pelo estado do Reyno E porquão despeso está, os negoçios de frandes cõtinuão de maney^{ta} ã dão aparenças não sómen^{te} as poder aver naqueles estados, mas Inda trabalho, Porque estando tomada frangelinguas e em moms de a nao mill e quinhentos soldados françeses, uguanotes, e málinas não querer Reçeber guarnição E ter dentro gente feita pellos da terra E outras Vilas Iremse desaverguonhando. E os uguanotes sem embargo das defesas ã se lhe fazem, ou seJão verdadr^{as} ou falças (*sic*), não deyxarẽ de acudir, São çircũstanças pera se poder crer E esperar ã sendo, o aleuãtamen^{to} solliçitado por eles, não será desemparado em tal ocasião, quoall o tempo lhes mostra, E seja parte a descobrir o animo que cada hũ tem, Mayormen^{te} se baixão alemaõs cõ o primçipe de orange como dizẽ e se tem Já passado o már quoaatro myl Ingleses pera a mesma empreza como aquy afirmão. Cõ esta liga ã EllRey fez cõ Inglaterra e alemanha lhe parece ã não tem necessarydade de mais amizades. antresy dizem ã tem dyrey^{to} ao porto de portugall por aver sido antiguamẽte pouoado de françeses, E hũ dos desenhos praticados antreos desta armada Sobçedendo conforme a sua tenção hé poJarem (*sic*) as guales em matosinhos E dahy camynharem por terra ao porto, E dahy vendo se podẽ fazer alguma cousa em Lixboa E calix[cadiz?]; Se Isto são desuairos ã escreuo antre eles se praticão, Bem que pareça que deue estar suspensa [*sic*] E á mira esperando o subçesso de frandes, mas o seu fundamento hé sayr ao már E fazerem todo o dano ã puderẽ gerallmente, a fora o particular intento ã os mesmos ã vão nela até aguora não sabem, E hũ capitão françes ã Esteue em portugall, ceyta e tangere foy chamado os dias passados pello duque danju E Dizem me ã vay na Jornada, Elle me veo falara mas não cousa que me alumiasse nesta materya. Aquele homẽ me diz ã não Irá nesta armada pois da parte de V.A. lho mando E se Jrá pera esse Rey^{no} tanto que tyuer seguro, ele o açeita e se afirma na mesma tenção da armada E que cõvenha muy^{to} aperçebimento E Vigilançia em todas as partes, as guales me dizem ã serão treze posto ã estes dias aJa Jdo huã a argell; Diz me ã leuão muytas monyçoês, E tyros de bater E boa gente até oyto myll homẽs como o eu tãbẽ sey per outras vias. Pareçeme cousa digna de se saber o que afirmão da Raynha De nauarra ã mandou Dia de Corpus Xpĩ ã naõ passase o sanctissimo sacramento pera sua porta e no mesmo dia adoeceo, E morreo dahi a quoaatro. Sainda do Consselho hũ destes dias Dise hũ dos dele ã contra seu parecer se Concluyra que fizesem guerra não declarando a qué.

E sendo a Raynh^a may pregõtada per cousas desta armada Respomdeo ã asaz efeito dela era ter o mũdo sospenso

Lisboa, BA, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*,
cód. 49-X-3, fls. 39-39v.

C) OUTRA DOCUMENTAÇÃO

DOCUMENTO Nº 32

«Memoria de las cosas que de los Reynos de su Mag^{de} entran en este y las que de este salen»

Lo q̄ viene de flandes Para Portugal	Lo q̄ viene de la India para Portugal	Lo q̄ viene del Brasil para portugal
1. Manteca	1. Pimienta	1. De Açucar como çiento y veinte mill arrobas cada año.
2. Queso	2. Clauo	
3. Tocino	3. Canela	
4. Poluora	4. Gengibre	2. De palo del brasil para tinta como diez mill quintales cada año
5. Todo genero de Armas	5. Macia	
6. Cobre	6. Nuez	
7. Hierro	7. Anil	
8. Asero	8. Lacre	3. Algodones como diez mill arrobas
9. Alquitran	(muy gran cantidad de todas estas cosas)	
10. Xarçias para naos	9. Gengibre y nueçes en conserua	4. Ambar y otras menudençias
11. Todos los masteles para las dichas naos	10. Muchas drogas de botica	
12. Muchas tablas de bordo y de pino en gran cantidad	11. Ençienso	
13. Clauaçones ⁸³⁷ para casas	12. Todas suertes de pedreria	
14. Çera	13. Perlas orientales muy buenas	
15. Sebo	14. Seda en madexa blanca	
16. Tapicerias	15. Damascos e tafetanes de muchas suertes labrados	
17. Arbines	16. Ambar	
18. Muchos panos tundidos	17. Almizque	
19. Cariscas de todas suertes	18. Menfui en todas suertes	
20. Bayetas	19. Canfora	
21. Anascotes	20. Almicar	
22. Olandas	21. Ebano	
23. Lienços	22. Porçelanas	
24. Fustanes de muchas suertes	23. Muchas suertes de brincos de la china y cambaya	
25. Telas de Jubones de muchas suertes	24. Gran cantidade de Ropa blanca de algodón gruesa y delgada para tocados de mugeres	
26. Chamelotes de muchas suertes	25. Ropa pintada de Algodon de muchas suertes	
27. Catasoles de todas suertes	26. Muchas alcatifas	
28. Sargas		
29. Bocaranes		

⁸³⁷ Cravação, guarnição de pregos posta nalguma coisa.

- | | |
|--|---|
| 30. Terçio pelo Rasos, damascos e çetines de todas suertes | 27. Muchas colchas de seda y otras suertes |
| 31. Tocados de mugeres | 28. Sandalos |
| 32. Oro bilado | 29. Palo de aguila |
| 33. Raxas | 30. Palo de calambuco |
| 34. Camuças | 31. Catres y camas de varandas de muchas suertes |
| 35. Todas suertes de merçerias | 32. Salitre |
| 36. Tametes de todas suertes | 33. Rodelas |
| 37. Mucho trigo y centeno | 34. Buçios |
| 38. Estaño labrado | 35. Cayro para amrras y Xarçía |
| 39. Brocados | 36. Azero |
| 40. Telas de plata | 37. Piedras basares |
| 41. Y otras muchas sedas de oro y plata q vienen de Italia | 38. Coco de maldibar |
| 42. Y otras muchas menudencias porq todas las cosas de Italia y de otras partes vienen a flandes y de alli vienen aqui | 39. Muchos sclauos y sclauas así indios como cafres |
| 43. Valdra todo lo que viene destas cosas de flandes para portugal mucho mas de un millon de oro cada anno. | 40. Palo de la çhina para dolientes |
- Vale mucho dinero, todo lo que viene de india cada anno y la mayor parte dello va para flandes y lo de mas para spaña, françia e ytalía

Lo que viene de la Isla de sant thome para portugal

1. De açucar como çien mill arrobas cada año
2. Mucha cantidad de sclauos
3. Muchos sclauos que de alli van a la india y al brasil
4. Palo de colores que sirue para muchas cosas
5. Y para seuilla van muchos sclauos paghando aca los derechos

Lo q̄ viene de cabo verde y costa de malagueta y mina para portugal

1. Açucar, y algodón como seis mill arrobas cada año
2. Muchas cueros de cabras
3. Sebo
4. Mucha cantidad de sclauos
5. Y muchos eu van de alli a las indias
6. Tambien a seuilla pagando los derechos
7. Malagueta
8. Marfil.
9. Mucho oro.

Lo que viene de la isla de la madera para portugal

1. De açucar cada año como treinta mill arrobas
2. De vinos mucha cantidad
3. De conseruas de todas suertes mucha cantidad
4. Casi todos los açucares, Palo del brasil, Algodones y marfil se nauega para flandes

Lo q̄ viene de las Islas de los azores

1. Sale muy gran cantidad de pastel que va para castilla inglaterra y flandes
2. Tambien alumbres q vienen para aquí que se nauegan para todas partes.

Lo que viene de spaña para Portugal

1. Plata que de ninguna outra parte viene
2. Grandissima cantidad de paños y granas de todas suertes
3. Mucha cantidad de sedas de toda suerte

4. Hierro, azero, y armas de vizcaya	Lo q̃ va de portugal para spaña
5. Ancoras clauaçones y brea ⁸³⁸ para naos	1. Todas suertes de speçerias
6. Remos asi de galres como de otras suertes	2. Drogas de botica
7. Arroz y almendra	3. Anil
8. Trigo	4. Ambar
9. Açafran	5. Almizq̃
10. Cueros de india	6. Menfuí
11. Palo de las antillas para curar los dientes	7. Todos brincos de india
12. Vine de galiçia toda la madera pera casas	8. Alcatifas
13. Muchos nauios de auellanas y mañanas pescadas secas y vinos	9. Colchas
14. Gorras y bonetes de todas suertes	10. Catres
15. Cordouanes y guadamalis	11. Pedreria
16. Mucha cantidad de vinos de xerez y de otras partes	12. Palo prieto q̃ es ebano
17. Caña fistola de las indias	13. Rropa de india
18. Lana para sombreros	14. Açucar
19. Duelas para pipas: toda la madera para Vaynas de spadas y caxas	15. Palo del brasil
	16. Pescado seco
	17. Sal
	18. Higo
	19. Pasa
	20. Atunes
	21. Mucha suma de lienços
De las canarias vienen	22. Hilo blanco de muchas suertes
1. Vinos	23. Muchas conseruas de inglaterra vienen para aqui gran cantidad de paños, plomo, y staño, y metal para Artilleria
2. Trigo	
3. Y de los vinos de alli se proueen para el brasil y otras partes	

Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 389, fl. 39, anexa à Carta de D. Juan de Borja ao Duque de Feria (Lisboa, 12 de Junho de 1570). Simancas, AGS, *Estado*, Portugal, leg. 389, fl. 38

⁸³⁸ Breu, substância viscosa e negra que fica como resíduo da destilação dos alcatrões da hulha; resina amarela que se extrai por incisão do pinheiro, pez; oleado, espécie de pano embreado com que se resguardam e cobrem os fardos e caixotes nos transportes.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Fontes Manuscritas

Direcção-Geral de Arquivos /Torre do Tombo (DGA/TT)

Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique

Doações, Ofícios e Mercês: livros 1, 3, 9, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 26, 27, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 43, 45, 46.

Colecção de São Vicente

Tom III

Corpo Cronológico

Parte I, maços 23, 103, 107, 108 e 111

Parte II, maço 248

Gavetas, ver em Fontes Impressas, *As Gavetas da Torre do Tombo*

Tribunal do Santo Ofício

Conselho Geral, liv. 210, *Cópias das Cartas do Embaixador em Madrid, D. Francisco Pereira, para D. Sebastião, D. Catarina e Cardeal D. Henrique* (antigo Manuscrito da Livraria N° 1438 “*Copia das Cartas que screvo A el Rey e Rainha Nosos senores e Ao Cardeal desde xij de Agosto de j. b.º Lxvj em Diamte*”)

Manuscritos da Livraria

N° 962 «Relação da Entrada de D. Sebastião em Espanha em 1576, feita por D. Juan de San Clemente»

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

Fundo Geral de Manuscritos

Códice 411, «Cargos e Ofícios da Corte dos Séculos XIV ao XVIII»

Código 886, «Memórias e Documentos sobre a Política Externa Portuguesa entre 1515 e 1568»

Código 887, «Relação das Cousas que acontecerão no tempo dEIRey Dom Sebastião»

Reservados

Caixa 28, doc. 49

Colecção Alcobacense

Volume 308

Biblioteca da Ajuda (BA)

Código 46-IX-11

Código 49-IV-4, *Conclaves nas mortes dos papas (1378/1644)*

Código 49-X-1, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*

Código 49-X-2, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*

Código 49-X-3, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*

Código 49-X-4, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*

Código 49-X-5, *Embaixada e Governo de D. Duarte de Castelo Branco*

Código 54-IV-33, nº 47, «Vida de Pêro de Alcáçova Carneiro»

Biblioteca Pública de Évora (BPE)

Cód. CIII/2-17, «Memoria da Romaria que Fez el Rei Don Sebastião de Portugal a nossa Senhora de Guadalupe no fim do anno de 76 onde se uio com elle Rei Pheliphe (sic) de Castella», fls. 161-162v.

Cód. CV/1-3, fl. 112v

Cód. CV/1-39d, «Carta em que hum Ministro dá o seu parecer a hum concelheiro de estado sobre hũ certo subcidio ecclesiastico»

Archivo General de Simancas (AGS)

Estado

Portugal

Leg. 385 (1567-1569)

Leg. 386 (1569)

Leg. 387(1570)
Leg. 388 (1571)
Leg. 389 (1571-1572)
Leg. 390 (1573)
Leg. 391 (1574)
Leg. 392 (1575)
Leg. 393 (1576)
Leg. 394 (1577)
Leg. 395 (1578)
Leg. 396 (1578)

Iconografia

Paris, Bibliothèque National de France (BnF)

Département des Arts du spectacle

Ra-E-7, «Spectacle nautique donné lors de l'entrée royale d'Henri II et de Catherine de Médicis à Rouen, le premier octobre 1550», consultado em <http://multimedia.bnf.fr/visiterichelieu/grand/asp13.htm>, a 13 de Março de 2018

Fontes Impressas

As Gavetas da Torre do Tombo, volumes IV, VI e X, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964, 1967 e 1974

BAIÃO, José Pereira, *Portugal Cuidadoso, e Lastimado com a Vida, e Perda do Senhor Rey Dom Sebastião, o Desejado de Saudosa Memoria: Historia Chronologica de suas Acçoens, e Sucessos desta Monarquia em Seu Tempo: Suas Jornadas a Africa, Batalha, Perda, Circunstancias, e Consequencias Notaveis Della*, Lisboa, Oficina de António de Sousa da Silva, 1737

BLUTEAU, Raphael, *Vocabulario Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico,*

Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico Economico, Florifero, Forense, Fructifero... Autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos..., 10 volumes, Coimbra, no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728 (consultado em <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>)

Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España (CODOIN), tomo XXVIII, Madrid, Impresa de La Viuda de Calero, 1856; tomos CII e CIII, Madrid, Imprenta de Rafael Marco y Viñas, 1892

Crónica do Xarife Mulei Mahamet e D'El-Rei D. Sebastião (1573-1578), introdução e notas de LOUREIRO, Francisco de Sales, Lisboa, EUROPRESS – Editores e Distribuidores de Publicações, Lda., 1987

Ditos Portugueses Dignos de Memória – História Íntima do Século XVI, anotações e comentários de José Hermano de Saraiva, 3ª edição, Lisboa, Publicações Europa-América, 1997

ESTAÇO, Gaspar, “Tratado da Linhagem dos Estaços, naturaes da cidade de Évora”. *Várias Antiguidades de Portugal*, Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1625, pp. 486-518

Gavetas (As) da Torre do Tombo, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1973

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, edição fac-similada da 1ª edição, volumes VIII e IX, Braga, Edição de Carvalhos de Basto, 1992

Gobernantes del Perú: cartas y papeles, siglo XVI: documentos del Archivo de Indias. LEVILLIER, D. Roberto (dir.), volume VI, Madrid, Sucesores de Rivadeneyra, 1924

LEÃO, Duarte Nunes, *Leis extrauagantes / collegidas e relatadas pelo licenciado Duarte Nunez do Liam per mandado do muito alto & muito poderoso Rei Dom Sebastiam nosso Senhor*, Lisboa, Antonio Gonçalves, 1569 (consultada em <http://purl.pt/12180>, a 24 de Abril de 2018)

Livro de Linhagens de Portugal de Damião de Góis, introd. e transcrição paleográfica de António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 2014

MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana: Historica, Critica, e Cronológica na Qual se Comprehende a Noticia dos Authores Portuguezes, E das Obras, Que Compuserão desde o Tempo da Promulgação da Ley da Graça até o Tempo Prezente*, 4 tomos, revisão de Manuel Lopes de Almeida, Coimbra, Atlântida, 1965-1967

MACHADO, Diogo Barbosa, *Memorias para a História de Portugal que compreendem o governo de El-Rei Dom Sebastião*, 4 tomos, Lisboa, Oficina de José António da Silva, 1736-51

_____, *Bibliotheca Lusitana Historica, Critica e Cronologica*, tomos I-II, Lisboa Occidental: na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca e na Officina de Ignacio Rodrigues, 1741-1747

Memorial de Pero Roiz Soares, Leitura e Revisão por M. Lopes de Almeida, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1953

Oração de Obediência ao Sumo Pontífice Pio V dita por António Pinto em 1566, edição fac-similada, com nota bibliográfica de Martim de Albuquerque e tradução portuguesa de Miguel Pinto de Meneses, Lisboa, Edições Inapa sob o patrocínio da Academia Portuguesa da História, 1988

Oração de Obediência ao Sumo Pontífice Gregório XIII dita por Aquiles Estação em 1574, edição fac-similada, com nota bibliográfica de Martim de Albuquerque e tradução portuguesa de Miguel Pinto de Meneses, Lisboa, Edições Inapa sob o patrocínio da Academia Portuguesa da História, 1988

Ordenações Manuelinas, nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, fac-simile da edição de Coimbra, Na Real Imprensa da Universidade, 1797

PINTO, António, “Oração em Louvor de Todas as Ciências e das Grandes Artes – 1 de Outubro de 1555”, introdução, fixação do texto latino, tradução e notas de António Guimarães Pinto. Arnaldo Fabrício, *Orações de Sapiência, 1548-1555*, estabelecimento do texto latino, introdução, tradução e notas Maria José Pacheco, et al., prefácio e organização Sebastião Tavares de Pinho, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2011, pp. 327-348

REBELO, Padre Amador, *Crónica de el-Rei Dom Sebastião, Único deste nome e dos Reis de Portugal o 16º*. SERPA, António Ferreira de (ed.), Porto, Liv. E Imp. Civilização, 1925

Relações de Pero de Alcáçova Carneiro, Conde de Idanha, do tempo que êle e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515-1568), e d. Ernesto Campos de Andrada, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1937

SANTOS, Frei Manoel dos, *Historia Sebastica: contem a vida do Augusto Principe o Senhor D. Sebastião, Rey de Portugal, e os sucessos memoráveis do reyno, e conquistas no seu tempo*, Lisboa, Oficina de Antonio Pedrozo Galram, 1735 [ed. digitalizada em <http://purl.pt/405>]

SANTARÉM, Visconde de, i.e., Manuel Francisco de Barros e Sousa, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potencias do Mundo desde o princípio da Monarchia Portugueza até aos nossos dias*, tomos 2, 3, 13 e 15, Paris, J.P. Aillaud, 1842, 1843, 1876 e 1854

SOUSA, D. António Caetano de, *Historia Genealógica da Casa Real Portugueza: Desde a Sua Origem até o Presente, com as Familias Illustres, que Procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança: Justificada com Instrumentos, e Escritores de Inviolavel Fé: e offerecida a El Rey D. João V*, nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, 14 volumes, Coimbra, Atlântida, 1946-1955, fac-similada da obra de Lisboa, Off. Silviana da Academia Real, 1739-1748

_____, *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, 12 volumes,

Coimbra, Atlântida, 1947, fac-similada da obra de Lisboa, Off. Silviana da Academia Real, 1739-1748

MONIZ, Jaime Constantino de Freitas, *Corpo Diplomático Português contendo os Actos e Relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do Mundo desde o século XVI*, tomo X, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1891

BIBLIOGRAFIA

Catálogos

ALVES, Francisco Manuel, *Catálogo dos Manuscritos de Simancas Respeitantes à História Portuguesa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933

Catálogo dos Manuscritos da Bibliotheca Publica Eborensis, pref. de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara e Joaquim António de Sousa Telles de Matos, 4 volumes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1850-1871

FARIA, António Machado de, *Correspondência entre as cortes de Portugal e de Espanha, no Arquivo de Simancas (1480-1570)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1976

Manuscritos da Ajuda (Guia), 2 volumes, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1966-1973

MOREL-FATIO, Alfred, *Catalogue des Manuscrits Espagnols de la Bibliothèque Nationale; Catalogue des Manuscrits Portugais de la Bibliothèque Nationale*, Paris, Imprimerie Nationale, 1881

OLIVEIRA, Vítor Amaral de, *Sebástica – Bibliografia Geral sobre D. Sebastião*, LVIII, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 2002

PAZ, Julián, *Catálogo de la Colección de Documentos Inéditos para la História de España*, 2 Volumes, Madrid, Instituto de Valencia de Don Juan, 1930 e 1931

SANCEAU, Elaine, *Colecção de São Lourenço*, 3 volumes, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973-1983

The Global City – On the Streets of Renaissance Lisbon. GCHWEND, Annemarie Jordan; e LOWE, K. J. P. (ed.), Londres, Paul Holberton Publishing, 2015

Dicionários e Enciclopédias

ALBUQUERQUE, Luís de (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, 2 volumes, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994

Dicionário de História de Portugal, direcção de Joel Serrão e António Barreto, 9 volumes, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992-2000

Dizionario Biografico degli Italiani. No prelo, Roma, Inst. Della Enciclopedia Italiana, 1925-..., (consultado em <http://www.treccani.it/enciclopedia/>, a 27 de Fevereiro de 2018)

KELLY, John Norman Davidson, *The Oxford Dictionary of Popes*, Oxford, Oxford University Press, 1996

NUNES, Eduardo Borges, *Abreviaturas Paleográficas Portuguesas*, 3ª edição, Lisboa, [s.n.], 1981

SAINT-ALLAIS, Monsieur de, i.e. Nicolas Viton de Saint-Allais, *L'art de Vérifier les Dates des Faits Historiques, des Chartes, des Chroniques, et Autres Anciens Monuments depuis la Naissance de Notre-Seigneur*, tomo I, A Paris, Valade, Imprimeur du Roi, 1818, (consultado em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k2206874/f3.image.texteImage> a 27 de Julho de 2018)

Obras Gerais

ALMEIDA, Fortunato de, *História da igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, Porto, Portucalense, volume II, 1968

BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) e HESPANHA, António Manuel (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, volume II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004

BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Volume I – A Formação do Império (1415-1570), Lisboa, Círculo de Leitores, 1998

BRANDÃO, Fernando de Castro, *Cronologia da História Diplomática Portuguesa*, [Lisboa], Europress, Lda., 2013

COELHO, António Borges, *Questionar a História (Ensaios sobre História de Portugal)*, Lisboa, Editorial Caminho, 1983

DUBY, Georges (dir.), *Histoire de La France*, volume II – Dynasties et Révolutions de 1348 à 1852, Paris, Librairie Larousse, 1971

FERRO, Marc, *História da França*, Lisboa, Edições 70, 2011

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. III, [Lisboa], Editorial Presença, 1986, 2ª edição

HERCULANO, Alexandre, *Opúsculos*, tomo IV, edição crítica - organização, introdução e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Lisboa, Editorial Presença, 1983

MARQUES, A.H. Oliveira, *História de Portugal – Volume II. Do Renascimento às Revoluções Liberais*, Lisboa, Editorial Presença, 13ª edição – edição revista e actualizada, 1998 [1ª edição, Palas Editora, 1972]

MATTOSO, José (dir.) e MAGALHÃES, Joaquim Romero (coord.), *História de Portugal, Volume VI – O Alvorecer da Modernidade*, Lisboa, Lexicultural – Actividades Editoriais, Lda., 2002, Licença por Cortesia de Círculo de Leitores, 1993

MAUROIS, André, *História de Inglaterra*, trad. Maria Henriques Ossvald, Lisboa, Editorial Aster, [s.d.]

MENENDEZ PIDAL, Ramón (dir.), *Historia de España*. RETANA, Luis Fernández y Fernández, *España en Tiempo de Felipe II (1568-1598)*, tomo XXII, vol. II, Madrid, Espasa-Calpe, S.A., 4ª edição, 1981

NETO, Margarida Sobral (coord.), *As Comunicações na Idade Moderna*, [Lisboa], Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005

OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, vol. I, Lisboa, Tip. Universal, 1882

RODRIGUES, António Simões (coord.), *História de Portugal em Datas*, Lisboa, Temas e Debates, 1996

RODRIGUES, António Simões (dir.), *História Comparada. Portugal, Europa e o Mundo. Uma Visão Cronológica*, volume I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996

RUSSEL, Bertrand, *História da Filosofia Ocidental – e a sua conexão Política e Social desde os tempos primitivos até hoje*, 2 Volumes, Lisboa, Círculo de Leitores, 1977

SARAIVA, José Hermano (dir.), *História de Portugal*, Volume IV, Lisboa, Publicações Alfa, 1983

SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.), e JOHNSON, Harold e SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Volume VI – O Império Luso-Brasileiro (1500-1620), Lisboa, Editorial Estampa, 1992

SERRÃO, Joel, e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), e DIAS, João José Alves (coord.), *Nova História de Portugal*, Volume V – Portugal do Renascimento à Crise Dinástica, Lisboa, Editorial Presença, 1999

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Volume III – O Século de Ouro (1495-1580), Lisboa, Editorial Presença, 1978

PERES, Damião, *História de Portugal*, Volume V, Barcelos, Portucalense Editora, 1933

Estudos

ALBUQUERQUE, Martim de, *O Poder Político no Renascimento Português*, Lisboa, Babel, D.L., 2ª edição, 2012 [1ª edição, 1968].

_____, *A Ideia de Europa no Pensamento Português*, Lisboa, Editorial Verbo, 2014

ALBUQUERQUE, Ruy de, *As Represálias – Estudo de História do Direito Português (Séculos XV e XVI)*, Lisboa, [s.n.], 1972

ALMEIDA, Luís Ferrand de, *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil*, 2 volumes, dissertação para Licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1957

ÁLVAREZ, Arturo, “Relaciones entre Portugal y el Real Monasterio de Guadalupe en la época del os grandes descubrimientos”. *Congresso Internacional de História dos Descobrimientos. Actas*, vol. IV, Lisboa, 1961, pp. 1-29

AMARAL, Augusto Ferreira do, “António Vaena e a Crónica d'el-rei D. Sebastião”. *Armas e Troféus - Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*, V série, tomo I, número 1, 2 e 3, Lisboa, Janeiro-Dezembro de 1980, pp. 3-20

AMORIM, Pedro Serralheiro, “«Cassar el Rey Negoceo he Publico»: as diligências matrimoniais dos últimos monarcas de Avis”. RODRIGUES, Ana Maria S.A., SILVA, Manuela Santos, e FARIA, Ana Leal (coord.), *Casamentos da Família Real Portuguesa – Êxitos e fracassos*, volume III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2018, pp. 149-181

AUBIN, Jean, “La Noblesse Titrée sous D. João III. Inflation ou Fermeture?”. *Le Latin et L’Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, Lisboa-Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1996, pp. 371-383

_____, “Per Viam Portugalensem. Autour d’un projet diplomatique de Maximilien II”. *Ibidem*, pp. 407-446

_____, “D. João II et Henry VII”. *Le Latin et L’Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, volume II, Lisboa-Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian – Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugais, 2000, pp. 83-92

BAÑOS-GARCÍA, Antonio Villacorta, *D. Sebastião – Rei de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, tradução, revisão científica e prefácio de Vítor Amaral de Oliveira (original Madrid, Editorial Ariel, S.A., 2004)

_____, *La Jesuíta: Juana de Austria*, Barcelona, Editorial Ariel, S.A., 2005

BATAILLON, Marcel, *Études sur le Portugal au Temps de l’Humanisme*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian: Centro Cultural Português, 1974

BARATA, Maria do Rosário de Sampaio Themudo, ver CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo

BENICHOU, Léa, «La más difícil y trabajosa de todas las demás»: *L’ambassade d’Espagne à Rome sous Philippe III (1598-1621)*, tese de doutoramento em Études Romanes, spécialité Études Hispaniques et Hispano-américaines apresentada à

Universidade de Montpellier, Montpellier, 2016 (disponível online em <http://www.biu-montpellier.fr/florabium/jsp/nnt.jsp?nnt=2016MON30024>, consultada a 30 de Abril de 2018)

_____, “Informadores y confidentes de los embajadores de Felipe III en Roma”. *Tiempos Modernos*, volume 8, nº 35, 2017 (consultado em <http://www.tiemposmodernos.org/tm3/index.php/tm/article/view/2364>, a 30 de Abril de 2018)

BLACK, J. B., *The Reign of Elizabeth: 1558-1603*, 2ª edição, Oxford, At The Clarendon Press, 1976 [1ª edição, Oxford, University Press, 1959]

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, “O abençoado retorno da velha história”. *Análise Social*, Lisboa, Volume XXVIII, Nº 122, Ano 3º, 1993, pp. 623-630

BORGES, Sónia, *Duas Cortes, um modelo: o cerimonial diplomático nas relações luso-espanholas (1715-1750)*, dissertação de Mestrado em História das Relações Internacionais e da Diplomacia Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017

BOURDON, Léon, “ambassade de João Gomes da Silva em France et la rupture des pourparlers de mariage entre Don Sebastião et Marguerite de Valois“, in *Bulletin des Études Portugaises et de l’Institut Français au Portugal*, XX, 1957

BOUZA, Fernando, *Corre Manuscrito. Una Historia Cultural del Siglo de Oro*, Madrid, Marcial Pons – Historia, 2001

_____, *D. Filipe I*, Lisboa, Círculo de Leitores, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006

BOYDEN, James M., *The Courtier and The King – Ruy Gómez de Silva, Philip II and the Court of Spain*, Berkeley, Los Angeles, University of California Press, 1995 (consultado em https://archive.org/stream/bub_gb_44ENYAKleYgC#page/n0/mode/2up, a 9 de Maio de 2017)

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, “A Casa da Rainha D. Catarina e as Dádivas ao Clero”, separata de *Itinerarium*, números 133-134, Braga, Editorial Franciscana, 1989

_____, *O Mosteiro de Guadalupe e Portugal: séculos XIV-XVIII: Contribuição para o estudo da religiosidade peninsular*, Lisboa, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994

_____, *Um Espaço, Duas Monarquias (Interrelações na Península Ibérica no tempo de Carlos V)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa / Hugin Editores, 2001

_____, *Os Estrangeiros e a Inquisição Portuguesa: séculos XVI e XVII*, Lisboa, Hugin Editores, 2002

_____, “Molucas”. *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. Direcção de MARQUES, A.H. de Oliveira, vol. I, 2º tomo: De Macau à periferia, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, pp. 297-355

_____, *Entre duas Maneiras de Adorar a Deus: os reduzidos em Portugal no século XVII*, Lisboa, Edições Colibri: Instituto de Estudos de Literatura Tradicional, 2010

BRAGA, Paulo Drumond, *Portugueses no Estrangeiro, Estrangeiros em Portugal*, Cascais, Hugin Editores, Lda., 2005

_____, “Maria Sofia Isabel de Neuburg (1666-1699)”. BRAGA, Isabel Drumond e BRAGA, Paulo Drumond, *Duas Rainhas em Tempos de Novos Equilíbrios Europeus – Maria Francisca Isabel de Saboia, Maria Sofia Isabel de Neuburg*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012

BRAUDEL, Fernand, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984

BRASÃO, Eduardo, *Relance da História Diplomática de Portugal*, Porto, Civilização, 1940

_____, “Os Quarenta Mártires do Brasil“. Idem, *Portugal e a Santa Sé*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1976, pp. 11-60

BROCHADO, Costa, *D. Sebastião, o Desejado*, Lisboa, Editorial Império, 1941

BUESCU, Ana Isabel, *Imagens do Príncipe: Discurso Normativo e Representação (1525-1549)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996

_____, *D. João III*, Lisboa, Círculo de Leitores, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006

_____, *Catarina de Áustria. Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007

CARDIM, Pedro, “A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade de Seiscentos”. *Tempo*, Rio de Janeiro, Nº 13, Julho, 2002, pp. 13-57

_____, “A corte régia e o alargamento da esfera privada”. MATTOSO, José (dir.) e MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.), *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Moderna*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, pp. 160-201

_____, “A diplomacia portuguesa no tempo de D. João III”. CARNEIRO, Roberto e MATOS, Artur Teodoro de (coord.), *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento (Lisboa e Tomar, 4 a 8 de Junho de 2002)*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar – CHAM, 2004, pp. 627-660

CARDIM, Pedro, MONTEIRO, Nuno Gonçalo F., e FELISMINO, David, “A diplomacia portuguesa no Antigo Regime. Perfil sociológico e trajectórias”. *Optima Pars: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. MONTEIRO, Nuno G. F., CARDIM, Pedro, e CUNHA, Mafalda Soares da, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2004, pp. 277-337

CARDOSO, Arnaldo Pinto, *Embaixada do Papa Pio V ao Rei Dom Sebastião*, Lisboa, Academia da História, 2012

CARVALHAL, Hélder, “Lineage, Marriage, and Social Mobility: the *Teles* de Meneses Family in the Iberian Courts (Fifteenth and Sixteenth Centuries)”. *E-Journal of Portuguese History*, vol. 14, n. 1, Junho 2016. Consultado em https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue27/pdf/v14n1a01.pdf, a 30 de Abril de 2018)

_____, “Casar para Reinar: a política quinhentista e as propostas matrimoniais do infante D. Luís”. RODRIGUES, Ana Maria S.A., SILVA, Manuela Santos, e FARIA, Ana Leal, *Casamentos da Família Real Portuguesa – Diplomacia e cerimonial*, volume 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 2017, pp. 351-383

CASTRO, Augusto Mendes Simões de, “Notas acerca da vinda e estada de el-rei D. Sebastião em Coimbra”, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1922, separata de *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*

CASTRO, José de, *D. Sebastião e D. Henrique*, Lisboa, Tipografia União Gráfica, 1942

_____, *O Prior do Crato*, Lisboa, Tipografia União Gráfica, 1942

_____, *Portugal no Concílio de Trento*, volume VI, Lisboa, Tip. União Gráfica, 1946

CLUNY, Isabel, “Os Diplomatas de Negociação e de Representação em Portugal no Século XVIII”. *Diplomatas e Diplomacia. Retratos, Cerimónia e Práticas*, coordenação de Zília Osório de Castro, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 53-68

COELHO, Maria Helena da Cruz, e SANTOS, Maria José Azevedo, *De Coimbra a Roma: Uma Viagem em Meados de Quinhentos*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990

COUTO, Jorge, *A Construção do Brasil*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995

CRUZ, Maria Augusta Lima, “Contribuição para o estudo dos correios entre Portugal e Roma no século XVI”. *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. I, Lisboa-Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969, pp. 463-467

_____, “O assassinio do rei de Maluco. Reabertura de um processo”. *As Relações entre a Índia portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente*, Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, Macau-Lisboa, 1993, pp. 511-529

CRUZ, Maria Augusta Lima, e LÁZARO, António Manuel, “A linguagem criptográfica na correspondência diplomática portuguesa de D. Miguel da Silva e de Pêro Correia: origens e significado”. *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento (Lisboa e Tomar, 4 a 8 de Junho de 2002)*, coordenação de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, Lisboa, Centro de História de Além-Mar – CHAM, 2004, pp. 601-620

_____, *D. Sebastião*, Lisboa, Círculo de Leitores, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006

CRUZ, Maria Leonor García da, *Lourenço Pires de Távora e a política portuguesa no Norte de África no Século de quinhentos*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, [s.n.], 1989

_____, *A Governação de D. João III: a Fazenda Real e os seus Vedores*, tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, 1999, editada em Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2001

CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo, *Rui Fernandes de Almada, Diplomata Português do Século XVI*, tese de licenciatura apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1971

_____, *As Regências na Menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma história estrutural*, 2 volumes, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992

_____, “D. Sebastião”.
História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias, dirigida por João Medina, volume VI - Judaísmo, Inquisição e Sebastianismo, Alfragide, Clube Internacional do Livro, 1995, pp. 201-226

_____, *D. Sebastião: o Desejado. 1554-1578*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2009

DANVILA, Afonso, *Felipe II y el Rey Don Sebastián*, Madrid, Espasa-Calpe, 1954

DANVILA Y BURGUERO, Alfonso, *Don Cristobal de Moura, Primer Marqués de Castel Rodrigo (1538-1621)*, Madrid, [s.n.], 1900

DOMINGUES, Francisco Contente, “A Guerra em Marrocos”. BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (ed.), HESPANHA, António Manuel (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, volume 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 224-230

DUTRA, Francis A., *Military Orders in the Early Modern Portuguese World*, Aldershot, Hampshire, Ashgate Publishing Limited, 2006

ELIAS, Norbert, *A Sociedade de Corte*, 2ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1995

ELLIOTT, John H. *A Europa Divida 1559-1598*, Lisboa, Editorial Presença, 1985

_____, *Empires of The Atlantic World – Britain and Spain in America, 1492-1830*, New Haven and London, Yale University Press, 2006

_____, *Spain, Europe & the Wider World 1500-1800*, New Haven and London, Yale University Press, 2009

ESGALHADO, António Pedro Proença, *A Estrada para Alcácer Quibir (razões para uma decisão controversa)*, dissertação de mestrado em História do Império Português apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Universidade Nova de Lisboa,

2018 (consultada em <https://run.unl.pt/bitstream/10362/50795/1/00%20-%20Corpo%20final.pdf>)

FAGUNDES, Maria Augusta Lima Cruz, ver CRUZ, Maria Augusta Lima

FARIA, Ana Leal de, *Duarte Ribeiro de Macedo: um diplomata moderno (1618-1680)*, tese de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, 2003, editada em Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005

_____, "História Diplomática e História das Relações Internacionais – Práticas e Prospectiva". REIS, Maria de Fátima (coord.), *Rumos e Escrita da História. Estudos em Homenagem a A. A. Marques de Almeida*, Lisboa, Edições Colibri, 2006, pp. 17-31

_____, *Arquitectos da Paz – A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna da História, 2008

_____, "Tu Felix Austria Nubes". RODRIGUES, Ana Maria; SILVA, Manuela Santos e FARIA, Ana Leal de, *Casamentos da Família Real Portuguesa – Diplomacia e cerimonial*, volume I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2017, pp. 57-77

FARIA, Ana Maria Homem Leal de, ver FARIA, Ana Leal de

FEDELE, Dante, "Introduction", *Naissance de la diplomatie moderne (XIII^e-XVII^e siècles): l'ambassadeur au croisement du droit, de l'éthique et de la politique*, tese de Doutoramento em História do Pensamento Político, apresentada à Universidade de Lyon, 2014, posteriormente editada em Baden-Baden, Nomos, 2017 (consultado em https://www.academia.edu/9656924/PhD_THESIS_Naissance_de_la_diplomatie_moderne_Lambassadeur_au_croisement_du_droit_de_l%C3%A9thique_et_de_la_politique_The_Birth_of_Modern_Diplomacy_The_Ambassador_between_Law_Ethics_and_Politics_, a 29 de Maio de 2018, pp. 3-59)

FEIO, Gonçalo Couceiro, GUERREIRO, Jorge, SEIXAS, Miguel, *Pirataria e Corso no litoral brasileiro no reinado de D. João III*, Lisboa, Direcção do Serviço Histórico-Militar, 1994

FEIO, Gonçalo Couceiro, *A problemática militar no reinado de D. Sebastião: instituição e reforma*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003

_____, *O Ensino e a Aprendizagem Militares em Portugal e no Império, de D. João III a D. Sebastião: a arte portuguesa da guerra*, tese de doutoramento em História dos Descobrimentos e da Expansão, apresentada à Universidade de Lisboa, 2013

FEIO, Gonçalo Maria Duarte Couceiro, ver FEIO, Gonçalo Couceiro

FERREIRA, Ana Maria Pereira, *O essencial sobre o corso e a pirataria*, [Lisboa], Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985

_____, *Problemas Marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Cascais, Patrimónia, 1995

FERNANDES, Raul Rosado, "La rupture entre le Portugal et l'Europe au XVI^e siècle". *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, Paris, vol. XXXII, 1993, pp. 59-76

FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, Manuel, *Felipe II y su Tiempo*, Madrid, Espasa Calpe, S.A., 1998

FLORISTÁN, José M., "Los Prolegómenos de la Tregua Hispano-Turca de 1578. Historia de una Negociacion". *Südost-Forschungen*, 57, München, 1998, pp. 37-72 (consultado _____ em https://www.academia.edu/9781823/Los_proleg%C3%B3menos_de_la_tregua_hispano-turca_de_1578. Historia_de_una_negociaci%C3%B3n, a 14 de Janeiro de 2018)

FONSECA, António Belard da, *Dom Sebastião – Antes e Depois de Alcácer-Quibir*, 2 volumes, Lisboa, [s.n.], 1978

FRANCO, José Eduardo, “A Europa na cultura portuguesa do século XVI”. *Brotéria – Cristianismo e Cultura*, vol. 169, nº 6, Braga Dezembro de 2009, pp. 771-792

FRIGO, Daniela, “Ambassadeurs et diplomatie à l’époque moderne: modèles et pratiques entre l’Italie et l’Europe”. CASTRO, Zília Osório de (coord.), *Diplomatas e Diplomacia. Retratos, Cerimónias e Práticas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, pp. 29-52

GARCÍA HERNÁN, Enrique, “Pío V y el mesianismo profético”. *Hispania Sacra*, vol. 45, nº 91, Madrid, 1993, pp. 83-102 (consultado em <http://digital.csic.es/handle/10261/14564>, a 16 de Julho de 2017)

GOMES, Rita Costa, *A Corte dos Reis Portugueses no Final da Idade Média*, Lisboa, Difel, Difusão Editorial, S.A., 1995

HEIL, Dietmar, *Die Reichspolitik Bayerns unter der Regierung Herzog Albrechts V.(1550-1579)*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1998 (Consultado em <http://daten.digitale-sammlungen.de/~db/0004/bsb00047284/images/index.html?id=00047284&groesser=&fip=193.174.98.30&no=&seite=1>, a 19 de Novembro de 2017)

HERMANN, Jacqueline, *No Reino do Desejado: a construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998

HESS, Andrew C., “La Batalla de Lepanto y su lugar en la historia del Mediterráneo”. ELLIOTT, J. H. (ed.), *Poder y Sociedad en la España de los Austrias*, coordenado por J. H. Elliott, Barcelona, Editorial Crítica, 1982, pp. 90-114

HIBBERT, Christopher; WEINREB, Ben; KEAY, John e KEAY, Julia, *The London Encyclopaedia*, Londres, Macmillan Publishers Limited, 3ª edição, 2008 [1ª edição de 1983], consultada em <https://books.google.pt/books?id=xa0D0PqiwfEC&printsec=frontcover&dq=the+londo>

[n+encyclopedia&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjPgeGb3MbaAhVGORQKHU2xAFIQ6AEIKDAA#v=onepage&q&f=false](#), a 18 de Abril de 2018)

ISRAEL, Jonathan C., *The Dutch Republic – It's Rise, Greatness and Fall (1477-1806)*, Oxford, Clarendon Press, 1985

JORDAN, Annemarie, *The Development of Catherine of Austria's Collection in the Queen Household: its character and cost*, tese de doutoramento apresentada à Brown University, Providence, 1994

_____, *Retrato de Corte em Portugal. O Legado de António Moro (1552-1572)*, Lisboa, Quetzal Editora, 1994

_____, *A Rainha Colecionadora, Catarina de Áustria*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012

JOHNSON, Harold, *Camponeses e Colonizadores*, Lisboa, Editorial Estampa, 2002

_____, *King Sebastian of Portugal: four essays*, Tucson, WheatMark, Inc., 2013

JOHNSON, Harold B., ver JOHNSON, Harold

KAMEN, Henry, *Filipe I – o Rei que uniu Portugal e Espanha*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2005 (original *Philip of Spain*, Yale University Press, 1998)

LABRADOR-ARROYO, Félix, *La Casa Real en Portugal (1581-1621)*, Madrid, Polifemo, 2009

LARA GARCÍA, María Pepa, “La Regencia de Doña Juana de Austria: Su Relación con Málaga (1554-1559)”. *Isla de Arriarán*, XVIII, Málaga, 2001, pp. 43-61

LOPES, Paulo, *Um Agente Português na Roma do Renascimento*, Lisboa, Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2013

LOUREIRO, Francisco de Sales, *Miguel de Moura (1538-1599). Secretário de Estado e Governador de Portugal*, tese de doutoramento apresentada à Universidade de Lourenço Marques [1973] editada em Lourenço Marques, [s.n.], 1974

_____, “O Tempo de D. Sebastião. Um hiato na historiografia do séc. XVI: a jornada régia de 1573”. Separata dos *Anais*, II série, vol. 28, Lisboa, 1982, pp. 257-286

_____, “Jesuítas na Crista da Onda da Política Sebástica”. *Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, vol. 4, 1982, pp. 71-78

_____, *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984

_____, “A Alteração das Coordenadas da Política de Expansão Portuguesa na Segunda Metade do Século XVI”. *Primeiras Jornadas de História Moderna*, volume I, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986, pp. 259-273

_____, “A embaixada extraordinária de Luís da Silva”. DOMINGUES, Francisco Contente, e BARRETO, Luís Filipe, *A Abertura ao Mundo – Estudos de História dos Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, pp. 151-158

_____, “Introdução – Mitogenia e História”. D’ANTAS, Miguel, *Os Falsos D. Sebastião*, Introdução e Notas do Doutor Sales Loureiro, Lisboa, Europress, Editores e Distribuidores de Publicações, Lda, 2ª edição, 1988 [1ª edição, 1980]

_____, *D. Sebastião e Alcácer-Quibir*, Lisboa, Publicações Alfa, S.A., 1989 [1ª edição sob o título *D. Sebastião Antes e Depois de Alcácer-Quibir*, Lisboa, Editorial Vega, 1978]

LOUREIRO, Francisco de Sales de Mascarenhas, ver LOUREIRO, Francisco de Sales,

LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *A Casa e o Estado do Infantado: 1654-1706: Formas e Práticas Administrativas de um Património Senhorial*, tese de mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [1989] editada em Lisboa, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica – Centro de História da Universidade de Lisboa, 1995

_____, *Casa, Corte e Património das Rainhas de Portugal (1640-1754): Poderes, Instituições e Relações Sociais*, 4 volumes, tese de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, 1999

_____, “O séquito e a Casa de D. Catarina de Áustria: a Família Real, a Índia e os grupos de poder”. *Rainhas no Portugal Moderno – Casa, Corte e Património*, Lisboa, Edições Colibri, 2012, pp. 41-52

_____, “Formas de Assistência aos Homens de Guerra: D. Catarina de Áustria e os «merceeiros» de Belém”. *Ibidem*, pp. 53-63

LUÍS, Nuno Castro, *Afirmção europeia de uma monarquia transatlântica: estratégias político-diplomáticas nos casamentos dos filhos de D. João VI*, dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016

MACEDO, Jorge Borges de, “Portugal na Europa dos Habsburgos: Da procura de equilíbrio à experiência do cerco”. *Portugal e Flandres: visões da Europa 1550-1680*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, 1992, pp. 23-29

_____, “O *Mare Clausum* na evolução da política externa portuguesa”. *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, vol. XXXIV, 1995, pp. 137-150

_____, *História Diplomática Portuguesa: Constantes e Linhas de Força*, Lisboa, Edição Tribuna, 2ª edição, 2006

MACIEL, Inês Pedro, *A Diplomacia Portuguesa no Oriente (1498-1595). Uma perspectiva histórico-diplomática*. Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, [s.n.], 2013 [consultada _____ em <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/6479/2/Diplomacia%20portuguesa%20no%20Oriente.pdf>, a 15 de Novembro de 2015]´

MARQUES, João Francisco, “Os Jesuítas, confessores da Corte Portuguesa na Época Barroca (1550-1700)”. *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, 1995, pp. 232-270, (consultado em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2028.pdf>, a 10 de Dezembro de 2015)

MARTINEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1986

MARTINÉZ MILLÁN, José, e FERNÁNDEZ CONTI, Santiago (dir.), *La Monarquía de Felipe II: la casa del Rey*, 2 volumes, Madrid, Fundación MAPFRE TAVERA, 2005

MARTINS, Mário, “As Tendências Poéticas do Mestre de D. Sebastião”. *Brotéria*, Lisboa, Volume 40, 1945, pp. 361-368

MATTINGLY, Garrett, *Renaissance Diplomacy*, Baltimore – Maryland, Penguin Books, 1955 [edição digitalizada em <https://archive.org/details/RenaissanceDiplomacy>]

MENDES, Isabel M. R., ver BRAGA, Isabel M. R. Drumond,

MENDONÇA, Manuela (coord.), *O Sebastianismo: Política Doutrina e Mito (Séculos XVI-XIX): actas do Colóquio O Sebastianismo*, Lisboa, Colibri: Academia Portuguesa da História, 2004

MERÊA, Manuel Paulo, *Sobre a Aclamação dos Nossos Reis*, separata da “Revista Portuguesa de História, nº 5, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos, 1962

MESTRE SANCHIS, Antonio, “La carta, fuente de conocimiento histórico”. *Revista de Historia Moderna. Anales de la Universidad de Alicante*, nº 18 (1999-2000), pp. 13-26, consultado em https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/4743/1/RHM_18_01.pdf, a 11 de Maio de 2017

MILHAZES, José, *Rússia e Europa: uma parte do todo*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016

MONIÑO, Antonio Rodriguez, *Viaje a España del Rey Don Sebastián de Portugal (1576-1577)*, Valência, Editorial Castalia, 1956

OLIVAL, Fernanda, *D. Filipe II*, Lisboa, Círculo de Leitores, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006

OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques de, *Veneza e Portugal no Século XVI: Subsídios para a sua História*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000

OLIVEIRA, Susana Paula de Magalhães, *Uma cartografia de mentalidades: a diplomacia portuguesa na Corte Isabelina*, tese de doutoramento em Estudos de Literatura e de Cultura, na especialidade de Estudos Ingleses, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2018 (consultada em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/35099>)

OMAR, Khalid Ben, *O relato de Alcácer-Quibir entre duas culturas e duas línguas*, dissertação de mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016 (consultado em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/87474/2/166946.pdf>, a 15 de Abril de 2018)

PALOMO, Federico, “‘Disciplina christiana’ Apuntes Historiográficos en torno a la Disciplina y el Disciplinamento Social como Categorías de la Historia Religiosa de la Alta Edad Moderna”, *Cuadernos de Historia Moderna*, n.º 18, Madrid, 1997, pp. 119-136

_____, *A Contra-Reforma em Portugal 1540-1700*, Lisboa, Horizonte, 2005

PELÚCIA, Alexandra, *Curso e pirataria: presas portuguesas no Golfo de Bengala (1516-1666)*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (séculos XV-XVIII) apresentada à Universidade Nova de Lisboa, 1998

_____, *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: trajectórias de uma elite no Império de D. João III e de D. Sebastião*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2009

PERAGALLO, Prospero, *Cenni Intorno alla Colonia Italiana in Portogallo nei secoli XV e XVI*, nuova ed. notevolmente aumentata, Genova, Stabilimento Tip. Ved. Papini e Figli, 1907

PEREIRA, Isaías da Rosa, “O Desacato na Capela Real em 1552 e o Processo do Calvinista Inglês perante o Ordinário de Lisboa”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, 2ª série, vol. 29, Lisboa, 1984, pp. 595-623

_____, Lucas Giraldi, Mercador Florentino, na Inquisição de Lisboa”, *idem*, vol. 28, Lisboa, 1982, pp. 287-314

PÉREZ, Joseph, “L’humanisme. Essai de définition”. *Homenaje a Eugenio Asensio*, Madrid, Gredos, 1988, pp. 345-360

_____, “L’Espagne et l’Europe”. *Arquivos do Centro Cultural Português*, volume XXXI, 1992, pp. 23-30

PINTO, Carla Alferes, *A Infanta Dona Maria de Portugal (1521-1577): o mecenato de uma princesa renascentista*, Lisboa, Fundação Oriente, 1998

PIRES, António Machado, *D. Sebastião e o Encoberto – Estudo e antologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971

POLÓNIA, Amélia, *O Cardeal Infante D. Henrique: arcebispo de Évora: um prelado no limiar da viragem tridentina*, Porto, [s.n.], 2005

_____, *D. Henrique. O cardeal-rei*, Lisboa, Círculo de Leitores, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006

_____, *A expansão ultramarina numa perspectiva local: o porto de Vila do Conde no século XVI*, 2 volumes, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007

PRESTAGE, Edgar, «A embaixada de João Gomes da Silva ao Rei Carlos IX de França e a matança de S. Bartolomeu». *Revista de História*, Lisboa, Ano V, Número 20, 1926, pp. 307-326

_____, “Novas informações sobre a embaixada de João Gomes da Silva a França”. *Revista de História*, Lisboa, Ano VI, Número 24, 1927, pp. 347-360

QUATAERT, Donald, *O Império Otomano: das origens ao século XX*, Lisboa, Edições 70, 2008

RAMALHEIRA, Ana Maria Pinhão, *Alcácer Quibir e D. Sebastião na Alemanha: Representações Historiográficas e Literárias (1578-ca.1800)*, Coimbra, MinervaCoimbra – Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos – Universidade de Aveiro, 2002

RAMALHO, Américo da Costa, *Estudos sobre o Século XVI*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980

RAMOS, Maria Cecília Costa Veiga de Albuquerque, *O Secretário dos despachos e coisas da Índia Pero d'Alcaçova Carneiro*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão, Lisboa, [s.n.], 2009 (consultado em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3387/1/ulfl080844_tm.pdf, a 2 de Novembro de 2017)

RAMOS, Rui, “A Causa da História do Ponto de Vista Político”. *Penélope – Fazer e Desfazer a História*, Lisboa, Nº 5, 1991, pp. 27-47

RAU, Virgínia, “Um grande mercador-banqueiro italiano em Portugal: Lucas Giraldi”. Separata de *Estudos Italianos em Portugal*, nº 24, 1965, pp. 3-35

RENOUVIN, Pièrre, “Introduction Générale”. *Histoire des Relations Internationales*, GANSHOF, François L, volume I – Le Moyen Âge, direcção de RENOUVIN, Pièrre, Paris, Librairie Hachette, 1953

RETANA, Luis Fernandez de, *Doña Juana de Austria*, Madrid, Editorial El Perpetuo Socorro, 1955

RODRIGUES, José Damião, “*Off the Islands: os Açores no Contexto da Primeira Expansão Inglesa*”, separata do IV Colóquio *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, 7 a 12 de Maio de 2006, Núcleo Cultural da Horta, 2007

SAMPAIO, Luís Teixeira de, *O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Subsídios para o Estudo da História da Diplomacia Portuguesa)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925

SANZ CAMAÑES, Porfírio, “Las instrucciones diplomáticas de los embajadores españoles en Inglaterra durante el siglo XVII”. *Revista de Historia Moderna*, nº 33, 2015, pp. 11-31 (consultado em <https://revistahistoriamoderna.ua.es/article/view/2015-n33-las-instrucciones-diplomaticas-de-los-embajadores-espanoles-en-inglaterra-durante-el-siglo-xvii>, consultado a 30 de Abril de 2018)

SANTOS, Maria Emília Madeira, *João Pereira Dantas – um homem da expansão europeia: a experiência na carreira da Índia, a notícia na corte de Paris*. Separata das “Memórias da Academia de Marinha”, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1990

SÃO MAMEDE, Conde de, i.e, José Ferreira Parreira Felício, *Don Sébastien et Philippe II. Exposé des Négociations entamées en vue du Mariage du Roi de Portugal avec Marguerite de Valois*, Paris, A. Durand & Pedone-Lauriel, 1884

SCOTT, James Brown, *The Catholic Conception of International Law – Francisco de Vitoria, Founder of The Modern Law of Nations. Francisco Suárez, Founder of the Modern Philosophy of Law in General and in Particular of the Laws of Nations*, [Washington D.C. : Georgetown University Press, 1934], New Jersey, The Lawbook Exchange, 2ª edição, 2014

SENOS, Nuno, *O Paço da Ribeira : 1501-1581*, tese de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa [2000] editada em Lisboa, Notícias, 2002

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A Infanta D. Maria e a sua Fortuna no Sul da França: 1521-1577*, tese de doutoramento em Letras, apresentada à Universidade de Toulouse em 1953, editada em Lisboa, Álvaro Pinto, 1955

_____, “Documentos Inéditos para a História do Reinado de D. Sebastião”, *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXIV, Coimbra, 1960, pp. 139-272

_____, “Contribuição para o Epistolário do Cardeal-Rei”, separata de *Dois Centenários*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1962, pp. 125-153

_____, *O Rio de Janeiro no Século XVI*, volume I – Estudo Histórico, Lisboa, Edição da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965

_____, *Itinerários de el-Rei D. Sebastião (1568-1578)*, Prefácio, compilação e notas por [...], Lisboa, Academia Portuguesa de História, 2ª edição corrigida e aumentada, 1987

_____, *Portugal e o Mundo nos Séculos XII a XVI. Um Percurso Universal*, Lisboa, Editorial Verbo, [1994], reimpressão 1998

SOARES, Carolina Esteves, *A (re)construção do diálogo entre Portugal e Castela: propósitos e contratempos da diplomacia portuguesa em Madrid (1668-1686)*, dissertação de Mestrado em História das Relações Internacionais e da Diplomacia Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2015

SOUSA, Ivo Carneiro de, *História de Portugal Moderno – economia e sociedade*, Lisboa, Universidade Aberta, 1996

SOUSA, Luís Costa e, *A Batalha de Alcácer-Quibir – 1578. Visão ou Delírio de um rei?*, Lisboa, Tribuna da História – Edição de Livros e Revistas Unipessoal, Lda., 2009

_____, *Construir e Desconstruir a Guerra em Portugal (1568-1598)*, Lisboa, Instituto de Estudos Superior e Militares – Centro de Investigação de Segurança e Defesa, (ed. revista) 2016

SOWERBY, Tracy, «The Role of The Ambassador and The Use of Ciphers», in *State Papers Online, 1509-1714, Part II: Essays (16th century)*, Cengage Learning EMEA Ltd, 2009 [consultado em <http://gale.cengage.co.uk/images/Sowerby%20Ambassadors%20and%20the%20Use%20of%20Cipher1.pdf> , a 15 de Junho de 2017]

THOMAZ, Luís Filipe F. R., “Descobrimientos e Evangelização. Da Cruzada à missão pacífica”. *Congresso Internacional de História – Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas: Actas*, volume I – Cristandade Portuguesa até ao Século XV. Evangelização Interna, Ilhas Atlânticas e África Ocidental, Braga, Universidade Católica Portuguesa.

Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Fundação Evangelização e Culturas, 1993, pp. 81-129

_____, “Expansão Portuguesa e Expansão Europeia – reflexões em torno da génese dos descobrimentos”. *De Ceuta a Timor*, Lisboa, DIFEL – Difusão Editorial, S.A., 2ª edição, 1998 [1ª edição, 1994], pp. 1-41

VALLANCE, Monique, *A rainha restauradora – Luísa de Gusmão*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012

VEIGA, Carlos José Margaça, *Poder e Poderes na Crise Sucessória Portuguesa (1578-1581)*, 2 volumes, tese de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 1999 [edição policopiada]

_____, *D. Filipe I, o Prudente: Dinastia Filipina 1581-1598*, Matosinhos, QuidNovi, 2009

VELLOSO, [José Maria] Queiroz, *D. Sebastião, 1554-1578*, 3ª edição, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1945

_____, *A Perda da Independência: O Reinado do Cardeal D. Henrique*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1946

_____, «Estudos sobre o Século XVI», in *Subsídios para a História Portuguesa*, volume 2, Lisboa, Academia da História, 1950

VENTURA, Margarida Garcez, *João da Silveira – Diplomata Português no Século XVI*, tese de licenciatura apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [1974] editada em Lisboa, Gabinete Português de Estudos Humanísticos, 1983

VIAUD, Aude, “La correspondance diplomatique au XVI^e siècle”. *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XLI, Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2001, pp. 55-71

VINDRY, Fleury, *Les Ambassadeurs Français Permanents au XVI^e Siècles*, Paris, H. Champion, 1903, consultado em

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k92325g/f25.item.r=%22fran%C3%A7ois+rougier%22.langFR.zoom>, a 1 de Outubro de 2018

VIVES, J. Vicens, “A estrutura administrativa estadual nos séculos XVI e XVII”. HESPANHA, António Manuel (ed.), *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime – Colectânea de Textos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 201-230

WALLIS CHAPMAN, A. B., “Colonial Rivalry”. SHILINGTON, V.M. e WALLIS CHAPMAN, A. B., *The Commercial Relations of England and Portugal*, New York, Burt Franklin, 1970 [1ª edição de 1907], pp. 129-145

WILLIAMS, Philip, *Empire and Holy War in the Mediterranean: The Galley and Maritim Conflict between the Habsburgs and Ottomans*, Londres, I. B. Tauris, 2014

WITTE, Charles-Martial de, *La Correspondance des Premiers Nonces Permanents au Portugal 1532-1553*, volume I – Introdução, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1986

WOLF, Elena M; e TCHELICHEVA, I. I., “Documentos portugueses do século XVI nos arquivos da URSS (textos)”. *Revista de História*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 8, 1988, pp. 369-374

ZELLER, B., *Catherine de Médicis et les Protestants*, Paris, Librairie Hachette, 1887